

Alexandre Hecker

---

# Socialismo Sociável:

História da esquerda democrática  
em São Paulo (1945-1965)



# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

"A través do estudo do PSB paulista, o autor construiu um cativante painel que elucida um dos períodos mais interessantes de nossa história política. Colhendo depoimentos de duas gerações de lutadores e pensadores socialistas, Hecker resgatou do esquecimento inúmeros episódios, cuja inserção naquele painel permite apreender melhor o legado que elas deixaram aos militantes de hoje.

Só o conhecimento crítico do passado pode impedir que continuemos repetindo os mesmos erros. Neste sentido, a obra de Alexandre Hecker, que o leitor tem nas mãos, é uma valiosa contribuição aos que querem continuar lutando pelo socialismo."

*Paul Singer*

# **SOCIALISMO SOCIÁVEL**

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*  
Antonio Manoel dos Santos Silva

*Diretor-Presidente*  
José Castilho Marques Neto

*Assessor Editorial*  
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*

Aguinaldo José Gonçalves

Álvaro Oscar Campana

Antonio Celso Wagner Zanin

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Aluysio Reis de Andrade

Marco Aurélio Nogueira

Maria Sueli Parreira de Arruda

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

*Editor Executivo*

Tulio Y. Kawata

*Editoras Assistentes*

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Maria Dolores Prades

**SOCIALISMO SOCIÁVEL:  
HISTÓRIA DA ESQUERDA DEMOCRÁTICA  
EM SÃO PAULO (1945-1965)**

**ALEXANDRE HECKER**

U Editora  
UNESP  
FUNDAÇÃO

Copyright © 1998 by Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:  
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Av. Rio Branco, 1210  
01206-904 - São Paulo - SP  
Tel.: (011)223-9560  
Fax: (011) 223-7088 (r.227)/223-9560  
Home page: [www.editora.unesp.br](http://www.editora.unesp.br)  
E-mail: [feu@editora.unesp.br](mailto:feu@editora.unesp.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hecker, Alexandre  
Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo  
(1945-1965) / Alexandre Hecker. - São Paulo : Fundação Editora da  
UNESP, 1998.-(Prismas)

Bibliografia  
ISBN 85-7139-213-7

1. Partido Socialista Brasileiro - História 2. Partido Socialista  
Brasileiro - São Paulo (Estado) - História 3. Socialismo - Brasil - His-  
tória I. Título. II. Série.

98-3984

CDD-324.28161074

Índices para catálogo sistemático:

1. Partido Socialista Brasileiro : São Paulo: Estado: Histó-  
ria 324.28161074
2. São Paulo : Estado : Partido Socialista Brasileiro : Histó-  
ria 324.28161074
3. Socialismo : Brasil : História 324.28161074

Este livro é publicado pelo  
Projeto *Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduação da UNESP -*  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP (PROPP)/  
Fundação Editora da UNESP (FEU).

Editora afiliada



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editorias Universitárias



## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi apresentado originalmente ao Departamento de História da FFLCH da USP, como tese de doutoramento em História Social, e contou com o apoio do CNPq para sua realização. O autor sente-se especialmente agradecido à professora Maria de Lourdes Monaco Janotti, por sua sempre precisa e eficiente orientação, e ao professor Paul Singer, que ofereceu parte fundamental das fontes de pesquisas, além de ricas contribuições de conteúdo. A professora Sueli Robles Reis de Queirós e aos professores José Ribeiro Júnior e Paulo Sérgio Pinheiro, o autor agradece as preciosas sugestões. Particular gratidão deseja expressar, também, aos seguintes depoentes que, graças a suas memórias, tornaram possível este trabalho:

Abeguar Bastos

Almino Affonso

Antonio Candido de Mello e Souza

Ari Lex

Carnal Schahim

César Arruda Castanho

Cory Porto Fernandes

David Lerer

Dora Sanchez Segura



Fúlvio Abramo  
Germinal Feijó  
Hermeto Dantas  
Jacob Gorender  
Jair de Carvalho Monteiro  
João Chakian  
João Lousada  
João Sanchez Segura  
José Maria Crispim  
Júlio Prata  
Luiz Carlos Roque da Silva  
Luiz Toledo Machado  
Marques Ferreira  
Maurício Tragtenberg  
Moisés Gikovate  
Oliveiros Ferreira  
Oswaldo Melantônio  
Paulo Meinberg  
Paul Singer  
Perseu Abramo  
Plínio Gomes de Mello  
Salomão Malina  
Salvador Romano Losacco  
Wilson Rahal.

A estes o livro é dedicado.

## SUMÁRIO

Apresentação	9
1 História e Socialismo	17
Tema e questões	17
Socialismo democrático	41
2 Renovando o plantio	51
Esquerda e transição	51
Antecedentes e criação do PSB-SP	61
Documentos socialistas fundadores	73
3 Organizando o Partido	87
Configuração partidária	87
Imagem e voz do socialismo paulista	111
Lidando com as urnas	122
Passo em falso	147
Cisão e radicalização	180
4 Pensando a sociedade	213
Burguesia esfoladora	214
Classes médias engajadas	219
Camponês ressurgido	229

5	Instituindo o proletariado	<b>253</b>
	Ausência inquietante	253
	Autonomia sindical	273
	Direito de greve	275
	Imposto sindical	278
	Eleições livres	279
	Participação nos lucros	282
	Projeto Mangabeira	287
	Greves de 1953	294
	Anos 60, enfrentamento	302
6	Projetando a democracia	313
	Atração e repulsa	313
	Via socialista	344
	Conclusão em forma de memória	<b>359</b>
	Referências bibliográficas	381

## APRESENTAÇÃO

PAUL SINGER

A tese, que origina este livro, de Alexandre Hecker sobre o "velho" Partido Socialista Brasileiro ("velho" para não confundir com o atual PSB, que se pretende herdeiro do anterior, mas do qual o separa um hiato de pelo menos 20 anos) é, que eu saiba, a *quarta* que se escreve sobre o mesmo partido nos últimos 10 anos. É interessante refletir sobre isso. O PSB, no interregno democrático das duas primeiras décadas do pós-guerra, estava longe de ser uma agremiação importante no jogo de poder da época. Sequer era a agremiação mais importante da esquerda, sobrepujado inicialmente pelo Partido Comunista e depois pelo Partido Trabalhista Brasileiro, quando este de certa forma se radicalizou, após o suicídio de Getúlio.

O interesse redivivo pelo Partido Socialista Brasileiro, apesar de sua debilidade eleitoral e do seu papel restrito, mas não insignificante, no movimento de massas, explica-se - penso eu - sobretudo pela função renovadora e inovadora no plano ideológico, que ele soube cumprir, num momento histórico crucial em que se ensaiou, pela primeira vez, a implantação da democracia sem aspas no Brasil. E, neste sentido, o livro de Hecker é uma contribuição importante (sem depreciar as anteriores) pela amplitude do enfoque, pela cuidadosa reconstituição histórica e pela capacidade de fazer os protagonistas falarem com sua própria voz.

O livro de Hecker enfoca sobretudo o PSB de São Paulo que, ao lado do do Rio, foi a principal fonte de orientação política e ideológica do partido, que além disso chegou a ter uma seção estadual expressiva em Pernambuco e pequenos, mas ativos, núcleos em outros estados. Dada a grande extensão do país e a precariedade das comunicações entre os estados, na época, cada unidade da federação tinha vida política própria, condicionada por suas tradições e pela sua inserção peculiar no processo de desenvolvimento. Isso valia também para a esquerda, obviamente, com a possível exceção do PCB, um partido muito mais centralizado e burocratizado do que os demais.

O PSB paulista foi criado por um amálgama de grupos que representavam um amplo arco de frações distintas: ex-trotsquistas oriundos de vários momentos da história desta tendência, dissidentes do PCB, simpatizantes deste, estudantes e ex-estudantes do movimento de resistência à ditadura do Estado Novo, remanescentes do Partido Socialista que atuou em São Paulo nos anos 30. Formava um conjunto expressivo da esquerda não-stalinista do Estado. Quase de imediato, sobressaiu-se um conjunto de intelectuais brilhantes, que assumiram a liderança ideológica do partido não só em São Paulo, mas também no Brasil, em competição com outro conjunto de intelectuais, não menos brilhante mas provavelmente menos homogêneo e coeso, do Rio.

Na Capital Federal estavam João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, os três constituintes socialistas de 1946, além de Osório Borba e Barbosa Lima Sobrinho. Mas o PSB de lá teve grande dificuldade em absorver Mário Pedrosa, Hilcar Leite e os outros militantes que redigiam a *Vanguarda Socialista*, um dos mais importantes periódicos marxistas da época. Em São Paulo, nada impedia que homens como Febus Gikovate, Antonio Candido de Mello e Souza, Fúlvio Abramo, Antonio Costa Corrêa, Lourival Gomes Machado, Arnaldo Pedroso d'Horta, Cid Franco, João da Costa Pimenta, Aristides Lobo e Oliveiros Ferreira atuassem lado a lado, produzindo um ideário extraordinariamente lúcido e penetrante num momento em que o obscurantismo stalinista no seio da esquerda estava em seu auge.

Eu sou de certa forma um discípulo desta gente. Em 1948, aos 16 anos, comecei a freqüentar a sede do PSB, que ficava num velho prédio da Praça da Sé, quase um pardieiro, em cuja entrada o visitante era freqüentemente saudado por um inescapável fedor de urina. Nessa época eu estava dominado por grande entusiasmo e forte curiosidade por tudo que se relacionasse com o socialismo. Junto à entrada da sede havia um monte de jornais de esquerda vindos de outros estados e de outros países. Misturavam-se ali periódicos políticos e sindicais de diversas orientações e eu ficava de pé lendo todos os que estavam redigidos em línguas que eu pudesse entender.

Freqüentei, nessa época, um curso dado por Febus Gikovate aos sábados sobre o programa do partido. Era um prazer ouvi-lo, pelo seu didatismo, pela lucidez com que destrinchava os problemas do capitalismo e do controvertido "comunismo" soviético, sempre tomando posição coerente com os princípios do socialismo democrático, que eram a marca registrada do PSB. Pouco depois, pude assistir a debates em que participaram outros dirigentes do partido. A minha educação política foi completada pela leitura sistemática da *Folha Socialista*, que naqueles anos saía quinzenalmente e era notável pela acuidade e erudição das matérias que trazia. Comparava-a com a *Vanguarda*, que encontrava algumas vezes no monte de periódicos em que remexia quase diariamente.

Do ponto de vista da educação ideológica, a *Vanguarda Socialista* era mais substanciosa, trazendo quase sempre textos de Marx, Trotski, Rosa Luxemburg e outros clássicos. Mas a *Folha Socialista* refletia com maior adequação o momento político e social brasileiro. O noticiário do partido alimentava a esperança de uma próxima virada favorável às forças populares, o que aliás refletia possibilidades reais. As análises e críticas constituíam um treino constante no manejo dos conceitos e teorias que formavam o arsenal doutrinário da esquerda democrática.

Havia uma extraordinária atualidade neste material, em razão da valorização irrestrita da democracia, o que constituía um traço que distinguia o PSB do resto da esquerda da época, anteci-

pando uma mudança que só se generalizaria no Brasil 30 anos depois, após mais uma longa e escura noite ditatorial. Esta consciência da importância da democracia para o socialismo era rara em nosso país, onde a prática real das normas democráticas tinha sido até então algo anêmica. Mas os homens que fundaram o PSB tiraram todas as lições da amarga experiência do Estado Novo, assim como minha geração o fez em relação ao regime instaurado pelo golpe de 1964.

Em 1952, terminei o curso de eletrotécnica e fui trabalhar na fábrica Atlas de elevadores. Filiei-me ao mesmo tempo ao Sindicato dos Metalúrgicos, que estava celebrando eleições democráticas (em termos) pela primeira vez desde 1946. Graças a elas, a direção saiu das mãos de interventores pelegos passando a uma coligação de tendências oposicionistas, em que o PCB tinha hegemonia. No começo de 1953, os sindicatos que foram recuperados pelos operários tentaram negociar reajustes salariais equivalentes à inflação. Como os patrões sequer se dignaram a responder, tecelões, metalúrgicos, marceneiros e gráficos organizaram uma vasta greve, que mobilizou cerca de 300 mil trabalhadores e paralisou grande parte da indústria paulistana durante 29 dias.

Este foi o meu batismo de fogo. O que eu tinha aprendido enquanto adolescente, nos debates e na imprensa do PSB, agora podia aplicar na prática. Reuníamo-nos no Estádio da Mooca, que nos foi cedido pela prefeitura com a intenção de retirar os grevistas das ruas e assim manter a ordem pública. No Estádio mantínhamos uma assembléia permanente, em que todas as categorias discutiam as vicissitudes da luta comum, tomavam resoluções, organizavam piquetes para paralisar novas empresas, recolhiam dinheiro e assinaturas em abaixo-assinados etc. Eu pertencia à "Comissão de Salários", que dirigia a greve, representando as bases junto às diretorias. Ainda hoje, passado quase meio século, recordo com emoção a enorme excitação que nos dominava, a disposição de luta e de sacrifício, facilmente perceptível em todos os presentes.

Aprendi a lutar em duas frentes. Enquanto sindicalista, enfrentava os patrões e a repressão policial. Enquanto socialista, enfrentava os pelegos e também os stalinistas, que predomina-

vam nas bases e usavam o sindicato para fazer a "Campanha da Paz", um pretexto nada sutil para mobilizar forças contra os Estados Unidos e a favor da URSS. Não fosse a educação política recebida no Dror [um movimento judaico sionista-socialista] e no Partido Socialista e eu teria toda possibilidade de acabar me tornando "comunista" ou no mínimo simpatizante do PCB. Mas aconteceu o contrário: acabei me aliando a outros operários - católicos, anarquistas, socialistas - que também não admitiam ser manobrados e formamos uma frente de resistência aos pelegos e aos stalinistas.

No início, estávamos muito isolados e nos sentíamos incompreendidos pelos trabalhadores, que em sua maioria não viam ligação entre suas reivindicações e as discussões sobre a natureza da União Soviética e o sentido da guerra fria. Mas, com o passar do tempo, nossa persistência começou a dar frutos. Em 1953, o PSB elegeu Jânio Quadros prefeito de São Paulo, em aliança com o PDC, o que possibilitou a penetração do partido na classe operária da cidade. Poucos anos depois, Remo Forli, o grande líder metalúrgico da greve dos 300 mil entrou no PSB, acompanhado por outras lideranças sindicais de prestígio.

A partir de 1955, surgiram em Pernambuco as famosas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, um advogado e depois parlamentar socialista. No ano seguinte, a divulgação do Relatório Krushov, lido no XX Congresso do PC da URSS, ocasionou devastadora cisão no Partido Comunista do Brasil. Depois disso, a hegemonia stalinista na esquerda brasileira nunca mais foi a mesma. Ao lado do PCB, crescia o PSB que estava adquirindo uma base de massas e surgia a esquerda cristã, com forte presença no movimento estudantil, além de outras correntes como a POLOP (que ajudei a fundar em 1959, num momento em que o PSB estava dominado pelos janistas).

Numa esquerda multiforme e com influência crescente num Brasil que se industrializava e urbanizava rapidamente, o Partido Socialista Brasileiro desempenhava um papel significativo, como único partido legal neste segmento do espectro político. E verdade que, após o suicídio de Getúlio, em 1954, o Partido Trabalhista



ta Brasileiro passou a ser liderado por João Goulart, que tratou de uni-lo às outras correntes de esquerda. Mas o PTB tinha origem suspeita no Estado Novo e em São Paulo era dominado por políticos populistas, completamente incompatibilizados com as forças progressistas. O PTB tinha uma presença importante na esquerda no plano nacional, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, mas menor nos demais estados.

Nos anos que se seguiram à Revolução Cubana, a esquerda brasileira pôde adquirir ampla representatividade das massas trabalhadoras, o que se refletia em sua hegemonia incontestada nos sindicatos, nas Ligas Camponesas e nas organizações estudantis. A influência das idéias de esquerda nas artes, nas universidades e na Igreja crescia nitidamente. Neste contexto, o Partido Socialista foi se constituindo um traço de união entre todas as forças de esquerda, tornando-se uma espécie de terreno comum em que o diálogo e a coordenação eram possíveis.

A ascensão não impedia que as correntes que constituíam a esquerda se digladiassem intensamente, em razão de divergências estratégicas (stalinismo x socialismo democrático) e táticas. Enquanto se discutia fervorosamente, a dura realidade da luta de classes ensinava aos militantes o valor dos direitos políticos e civis, assegurados pela democracia. Dá para supor que também no Brasil, como em outros países, as forças de esquerda acabariam por conquistar mais postos eletivos, o que lhes permitiria aprovar mais direitos para os trabalhadores do campo e da cidade. Infelizmente, este processo foi detonado pelo golpe militar. Com ele foram eliminadas as instituições políticas e sociais que a esquerda logrou desenvolver ao longo de quase 20 anos. Entre elas, também o Partido Socialista Brasileiro, fechado pelo AI-2 em 1965, juntamente com todos os demais partidos políticos.

Tudo isso e muito mais poderá ser lido e estudado no alentado volume de Alexandre Hecker, que soube fazer justiça ao seu objeto de investigação. Através do estudo do PSB paulista, o autor construiu um cativante painel que elucida um dos períodos mais interessantes de nossa história política. Colhendo depoimentos

de duas gerações de lutadores e pensadores socialistas, Hecker resgatou do esquecimento inúmeros episódios, cuja inserção naquele painel permite apreender melhor o legado que elas deixaram aos militantes de hoje.

Só o conhecimento crítico do passado pode impedir que continuemos repetindo os mesmos erros. Neste sentido, a obra de Alexandre Hecker, que o leitor tem nas mãos, é uma valiosa contribuição aos que querem continuar lutando pelo socialismo.

## I HISTÓRIA E SOCIALISMO

Já se passaram muitos anos desde que eu mergulhei na luta para transformar a política, para dar a todos os homens e a todas as mulheres uma oportunidade igual. Na verdade, sinto-me uma espécie de veterano, quando penso nos longos anos dessa luta. Não sou exatamente um veterano derrotado, mas já não espero, como o recruta animoso, vencer e capturar o inimigo ao nascer do sol do dia seguinte. Sou o veterano que não tem esperanças de ver o fim da campanha, nem faz previsões sobre a data em que terminará.

*Jack London*

### TEMA E QUESTÕES

Levantar e compreender as idéias socialistas não comunistas, apresentadas no período da história brasileira marcado pela "experiência democrática" que antecedeu o golpe militar de 1964, eis o âmbito deste trabalho. O objetivo geral é oferecer informações para que se possa interpretar a sua importância diante das instituições políticas brasileiras do período.

A escolha do grupo de socialistas que animou a fundação e o desenvolvimento do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo

como principal interlocutor deve-se a motivos tanto de forma como de conteúdo. Isto é, nenhum outro grupo de socialistas dispôs por tanto tempo de um órgão de divulgação como os paulistas: sua *Folha Socialista* circulou, com interrupções, entre 1947 e 1965, e a maior parte desses exemplares pôde ser compulsada. A intensa militância intelectual da chamada Seção-SP foi sem dúvida a razão da longevidade de sua imprensa e, seguramente, constituiu-se o agrupamento mais consistente do Partido. Dele fizeram parte relevantes estudiosos que, em não poucas áreas do saber, estabeleceram escolas. Foram homens que aproveitaram todo o seu potencial criativo para construir conceitos e propostas viáveis para o Brasil de então. E fizeram-no com a intenção de conquistar o apoio consciente de seus interlocutores, tomados como sujeitos de suas próprias histórias. Esmeraram-se em produzir um socialismo capaz de merecer a confiança da população trabalhadora, aceitável, um socialismo sociável, diferentemente de formas socialistas impositivas. Assim, procuraremos discorrer sobre a organização do PSB-SP não apenas no sentido de dar conta do caráter institucional do Partido, mas fazendo referência a sua cultura política em geral, às crenças, às normas auto-impostas, ao cultivo das tradições valorizadas, assuntos esses que em muito extrapolam a prática política estritamente adotada. Para podermos estabelecer uma relação entre militância intelectual e sistemas de valores subjacentes aos comportamentos políticos, optamos, também, pelo aproveitamento de dados memorialísticos. Nos depoimentos, a parcialidade dos autores, ou seja, sua inseparável interpretação pessoal dos acontecimentos, é cúmplice do historiador que pretende, a partir de evidências diversas, extrair abstrações generalizantes, cujo valor explicativo talvez produza um conhecimento mais abrangente.

Ainda com relação ao uso da memória é importante cuidar de uma faceta do trabalho histórico à qual Eric Hobsbawm referiu-se.<sup>1</sup> Há "perigos" à espreita do historiador que se dedica a uma etapa da história da qual ele próprio viveu uma parte. O registro geral da época, as informações de caráter público, po-

1 *A era dos impérios*, 1988, p.15.

dem confundir-se com a parte lembrada de nossas vidas, de caráter privado, e, assim, embaralharem-se as interpretações. As idéias, aflições, problemas e soluções de um determinado momento "ainda vivem dentro da gente", mas já são história. O perigo está em fazê-las prevalecer, sem a crítica devida aos fenômenos em geral. Permita-se, aqui, uma reminiscência pessoal para ilustrar o que se julga como "cilada do tempo". Nascido e criado no interior de uma família de gaúchos obstinados, trasladados a São Paulo em busca de uma autonomia que não se restringia à questão econômica - por conseqüência, prenhes de contradições -, aprendi a olhar a metrópole e seu Estado como terra de ninguém, sem a "personalidade" dos pagos rio-grandenses. O preconceito estendia-se à análise das relações de poder, que apareciam, portanto, marcadas pela ausência de critérios éticos, independentemente de comportarem de fato este componente, ao lado de outros cuja importância era sempre relegada. Daí, dizia meu pai, frutificarem aqui adhemares, jânios, borghis e outros próceres, exploradores da boa-fé popular. Hoje, a ênfase explicativa na questão ética pode superabundar a crítica do analista contemporâneo. Aqui está o perigo!

Genericamente, como método de compreensão, partimos do princípio de que não deve haver monopólio sobre a explicação histórica: tanto as idéias religiosas, como as políticas, como a psicologia ou a economia, entre outras, devem compor o conjunto de instrumentos necessários à análise, já que todos esses campos do saber, e viver, contribuem para modelar o procedimento humano. No entanto, os fatos políticos têm importância em si, pois são instância fundamental do concreto vivido. Por isso são, também, expressões de fatos culturais e apresentam-se como uma espécie de elementos reguladores de relações sociais mais profundas. Indicam problemas e questões que, embora organizando-se em outros níveis, aparecem como pertencentes ao político. Este campo do fazer e do saber não deve ser exclusivo, repetimos. Não se deve mantê-lo isolado dos demais, nem conceder-lhe valor explicativo terminal - mas é, muitas vezes, o sobredeterminante na área de investigação do historiador, indispensável para obter-se um encadeamento coerente e fidedigno das várias formas em que a vida social se apresenta.

Sob esse aspecto, os socialistas, aos quais nos dedicaremos, representam um terreno fértil para interpretação. É sabido que, dentro da esquerda brasileira do período anterior ao golpe de 1964, a disputa ideológica entre comunistas e socialistas democráticos, mesmo os de inspiração marxista, demandou o uso de enérgicas posições teóricas. O repúdio ao capitalismo de Estado, forma pela qual o Partido Socialista Brasileiro estigmatizava o comunismo da URSS, já prefigurava uma crítica ao marxismo como deturpação do humanismo marxiano: interessava aos socialistas criticar o dogmatismo da idéia de salvação terrestre, a necessidade angustiante de crer em um porvir auspicioso, que, apoiada num cientificismo de leis históricas estabelecidas, embasava a submissão coletiva. Mas até que ponto não foram eles mesmos tributários desse finalismo? De outro modo, enfatizavam a restauração da incerteza individualizante, acompanhante fiel da democracia. De qualquer forma, rejeitaram a certeza de que tudo se justificaria se servisse a uma causa. Tal como o Marx, tornado profeta pelo comunismo, parecia afirmar.

Na análise dos socialistas democráticos é preciso fugir da identificação, fácil e sumária, do discurso militante com a origem de classe. Assim, por exemplo, o Estado não deve ser entendido como puro e simples representante da classe dominante, mas como objeto permanente de uma luta pelo poder que, além de impedir a ação livre pela coação, também persuade, também coopta. A luta de classes não aparece apenas na disputa pelo poder de Estado, mas é também uma luta que tem lugar no interior da sociedade, pela conquista de instituições, desde as mais próximas ao governo até as mais distantes. Esta concepção da descentralização do poder obriga-nos a olhar para os socialistas do passado com o cuidado necessário para não os comprimir dentro de conceitos exíguos e preestabelecidos. Se a luta política os encaminhava para uma visão otimista do futuro da humanidade, não lhes retirava a noção de que a mudança histórica não resultaria de fins preestabelecidos e de que o segredo da transformação não caberia apenas à classe operária. Aqui encontramos uma especificidade na conduta política das esquerdas brasileiras, e a entendê-la dedicaremos algumas das páginas seguintes.

Este é um estudo socialista sobre o socialismo, pois a perspectiva da qual provém identifica socialismo e altruísmo como binômios. Tal perspectiva pode ser tomada do ponto de vista individual, como do geral. Isto é: parte-se, aqui, do princípio de que a condição para o desenvolvimento da sensibilidade crítica é formada na relação com o Outro, que estabelece a compreensão e as fronteiras do Eu. Assim, se a lógica vale para entender personalidades individuais, é indispensável, obrigatória, como método de orientação das pesquisas na área cultural. Daí que o produto, elaborado conforme este critério, não se traduz apenas em descrição sobre o socialismo, mas é, ele próprio, socialismo.<sup>2</sup>

Posta dessa forma, a questão pode provocar o entendimento de que partimos de um engajamento no tema, de uma simpatia absoluta para com o objeto de interpretação, no sentido de vir o analista a abandonar a sua condição crítica e produzir conceitos utilizáveis politicamente. Nada mais equivocado. O que se pretende não é senão relativizar a busca impossível da isenção total, sem abandonar a distância necessária ao pensamento científico. O *juste-milieu* do historiador não se encontra na mera observação isenta - já que isto significaria, de pronto, um posicionamento demarcado - mas numa participação milimetricamente sopesada, a fim de deixar sempre oportunidade para renovação de perspectivas. Afora os positivismos, apenas o marxismo vulgar podia exigir pesquisadores completamente engajados, porque havia encontrado, nos seus Partidos, a chave da universalidade da história.

2 Embora se apóie no genérico princípio enunciado, esta não é uma obra de compromisso. Como norma ética apóia-se em E. P. THOMPSON (1984, p.309): "Não creio, em absoluto, que a consciência histórica represente um obstáculo; é muito útil... É possível que o historiador tenda a ser demasiadamente generoso, porque o historiador deve aprender a atender e ouvir grupos muito diferentes de pessoas e tentar compreender os seus sistemas de valores e a sua consciência. Evidentemente, numa situação de compromisso total não nos podemos permitir esse tipo de generosidade. Porém, se não a permitimos, nos colocamos em uma espécie de posição sectária em função da qual cometemos repetidos erros de juízo em nossas relações com outras pessoas".

Este livro não pretende informar exaustivamente sobre a organização institucional do Partido Socialista Brasileiro. Ou pelo menos não o fará de forma sistemática e completa, não obstante tenhamos procurado expor, até em pormenores, os acontecimentos relativos à vida política do Partido em São Paulo, que, a nosso ver, estavam dispersos em trabalhos fatuais de cunho nacional ou excessivamente dissolvidos em análises generalizantes. Semelhante orientação deve-se a duas razões: primeiro, a crítica a questões políticas expressa-se melhor a partir da consulta a idéias e propostas expendidas por seus militantes do que a suas ações burocrático-partidárias e, justamente neste sentido, fazia-se necessário um estudo minucioso dos conceitos socialistas tanto teóricos como práticos, dispostos na sua historicidade, já que os trabalhos existentes não tinham tal intenção; segundo, estudos gerais sobre o PSB já se encontram à disposição dos pesquisadores e, por isso, incluir séries cronológicas ou notícias sobre organização geral partidária, viria tão-somente duplicar o que já é conhecido.<sup>3</sup>

Assim, o que releva, o que motiva este trabalho, é a possibilidade de esquadrihar as formas pelas quais o pensamento socialista apresentou-se. Entretanto, há uma questão de fundo, essencial, que merece consideração, e deve ser entendida como uma das razões de ser da pesquisa que desenvolvemos. O Partido Socialista nasceu sob o influxo de determinadas pressões conjunturais que exigiam a presença, no Brasil, de um socialismo autônomo em relação tanto ao capitalismo liberal quanto ao comunismo soviético. Mas, como é próprio delas, as conjunturas mudam e a sua alteração provocou respostas políticas diversas das que inicialmente pareciam previstas. Os problemas relativos à democracia postos em 1945 não foram solucionados, mas de certo modo deixaram a cena principal. O PSB viveu por isso uma situação ambígua: criatura política do processo de redemocratização, gerado para encaminhar propostas a fim de resolver aqueles dilemas, viu-se desorientado diante da sua "superação irresolvida". O Partido permaneceu vivo, porém fora do foco das atenções:

3 Entre outros, os trabalhos de Sílvia F. Alem, Edgard Carone, Isabel M. Loureiro, Margarida L. M. Vieira e Miracy Gustin, citados nas referências bibliográficas.



nem sua organização vingava, nem suas propostas firmavam-se. Talvez se encontre aí a razão pela qual seus conceitos e juízos ganharam um caráter impreciso, porém durável, a ponto de nos parecerem válidos contemporaneamente. Agora que se completam mais de 30 anos da extinção do Partido Socialista, pode-se pensar na longevidade de seu ideário parodiando Carlos Drummond de Andrade. Quando morreu o poeta seu amigo, ele escreveu: "Agora Manuel Bandeira é pura poesia, profundamente". A partir de 1965, o Partido Socialista tornou-se pura política, profundamente.

Com o presente estudo buscou-se tratar ainda de outras questões:

- As instituições em geral, e as de cunho político em particular, isto é, as relações de poder entre classes ou indivíduos, movimentam-se historicamente. Este caráter histórico é um limite e, ao mesmo tempo, uma impulsão: é como uma construção que se amplia sempre, para no momento seguinte reconstruir-se e logo recolocar-se a necessidade de se reformar. Tudo ocorre de tal modo que na verdade se está sempre seguindo um plano anterior, mas sempre modificando-o, a ponto de não o reconhecermos após muitas mudanças. O trabalho do historiador é atentar para a lógica seqüencial ou as lógicas seqüenciais, reavê-las, o que implica também perceber as suas rupturas. Assim, a razão de estudar-se as propostas socialistas pode ser vista como a busca das continuidades e rupturas históricas para reconhecer um determinado presente nacional. Verifica-se hoje, no Brasil, uma relativa presença de setores de esquerda - considerando todos os matizes que a expressão comporta: nas Universidades, na Imprensa, na Igreja, no âmbito do poder de Estado. Até mesmo a presidência da República e ministérios como o da Cultura são ocupados por lideranças cuja trajetória, intelectual e política, está marcada pela crítica ao capitalismo voraz. No Congresso Nacional há grupos significativos de parlamentares que compõem partidos autodenominados socialistas ou social-democratas. Sirva de exemplo a moção de três líderes nacionais de importantes partidos brasileiros que vieram a público não apenas repetindo *o slogan* tantas vezes enunciado pelo "velho"

PSB - socialismo e liberdade - como aproveitaram até mesmo a antiga denominação do Partido Socialista, Esquerda Democrática, para se apresentarem. Diziam eles: "Nós da esquerda democrática achamos que 'as livres preferências dos indivíduos' só podem prosperar num ambiente de liberdade política, que é condição da liberdade e do equilíbrio na esfera econômica... O neoliberalismo quer guilhotinar os valores humanísticos e civilizatórios que sempre foram congêntos à democracia, promovendo em seu lugar um individualismo selvagem que gera exclusão e anomia".<sup>4</sup> Valores humanísticos e luta pela democracia, por um lado, individualismo e políticas de exclusão, por outro, sugerem combates cujas raízes estão fincadas na história do socialismo brasileiro. O presente não é arbitrário, mas produto de uma constante construção-reconstrução, e a este trabalho também interessa entender que sementeira produziu tal colheita. Quais modelos serviram, se serviram, ao presente. No entanto, não se trata de justificar, legitimar o presente, mas de entendê-lo como resultado de um passado ativo.

' O interesse pelos socialistas não bolcheviques, ou mesmo não marxistas, aparece hoje paralelamente a um certo retorno que a cultura contemporânea vive em direção ao início das lutas sociais do século XIX, ou a períodos anteriores à Revolução Bolchevique. Certas condições, então colocadas para as esquerdas, correspondem às contemporâneas: há alguma similitude entre as soluções propostas às dificuldades vividas pelos "socialistas utópicos" europeus, em fazer corresponder a ascensão do capitalismo e as tentativas de organização social voltadas para a justiça social, para o liberal-humanismo, e as soluções aventadas pelas idéias socialistas no mundo atual. A intelectualidade de esquerda reconhece o esgotamento do tradicional debate ideológico entre liberalismo e comunismo, que marcou uma longa fase das discussões políticas, e por isso analisa a possibilidade de criticar o capitalismo sem se obrigar a assumir o realismo socialista, sem, em alguns casos, sequer eliminar o capitalismo.<sup>5</sup> No

4 *Folha de S.Paulo*, 14.1.1996, "Esquerda 21' c o neoliberalismo"; sen. Roberto Freire (PPS), depts. José Genoíno (PT) e Domingos Leonelli (PSDB).

5 Alguns exemplos, ainda que sumários e heterogêneos, desta produção, podem ser encontrados em BLACKBURN, 1992; HELLER & FEHER, 1985,

início do século XIX estava dada a mesma oportunidade, na medida em que as teorias marxistas, o "socialismo científico", ou foram criações posteriores, ou entraram em conflito com suas teses. De qualquer forma, é possível traçar uma linha de parentesco entre o "socialismo utópico", o reformismo da II Internacional e o socialismo democrático do pós-guerra - do qual o PSB foi tributário - já que em todos estes movimentos intelectuais estava presente uma visão subjetiva da questão social que lhes servia de barreira contra o racionalismo planificista do marxismo ortodoxo, ao mesmo tempo em que se afastavam do utilitarismo burguês. Ao distanciarem-se do capitalismo (sua política, sua lógica, seu financiamento), conquistaram uma certa identidade, mas se marginalizaram - ao mesmo tempo em que se enfrentavam com o comunismo, hegemônico no mundo do trabalho. Daí sentirem-se eleitos, portadores de uma "verdade" não compreendida pelos outros de sua sociedade. Os burgueses os desdenhavam como elitistas, sonhadores, irrealistas e, às vezes, como inofensivos - o que soava como injúria.

Porém, contemporaneamente, vivemos "o fim do socialismo" e, portanto, a possibilidade de transformar o capitalismo a partir dele mesmo. Daí as idéias daqueles socialistas, sobre "passagem" democrática, ganharem atualidade. Sua noção de democracia como valor geral parece recobrar o papel que teve na formulação de teorias. Está desmitificada A Revolução como solução possível. Não há desencanto diante da "vitória" do capitalismo, ela é ambígua: acaba por repor o socialismo na ordem do dia, por aproveitá-lo como uma esperança para o futuro. O fim da guerra fria estimula "o surrado" socialismo humanista.<sup>6</sup>

- Quase todos sabemos, mas é preciso reafirmar, que o modo de ser escatológico do marxismo não serve mais como paradigma, embora suas idéias, os escritos relacionados a este pensamento, tenham promovido um aprofundamento da análise socialista.

1994; *LUA NOVA*, n.22, 1990; SADER, 1995; RUSS, 1991; GIANNOTTI, 1991; PRZEWORSKI, 1989.

6 Cf. R. Ortiz, *Folha de S.Paulo*, 5.4.1992.

Tal afirmação, um truísmo, é cabível pois nossos tempos não buscam, ou não devem buscar, recuperar as "puras propostas" dos albos do socialismo, suas utopias. É preciso que nos demos conta do avanço metodológico representado pelo "socialismo científico". Em outras palavras: se pensamos caminhar no sentido de estabelecer um projeto social em que liberdade, democracia, fraternidade, estejam presentes, é conveniente pensar sua efetividade, sua exequibilidade. Diminuir, eliminar as explorações presentes nas sociedades capitalistas, requer a colocação dessa questão no centro dos problemas, exige perceber medidas e limites possíveis para a exploração; mesmo que essas medidas não comportem aferições objetivas. A verdade é que concordamos todos, ou quase, que a exploração capitalista permanece, mas isso não basta. Como ensina José Arthur Giannotti: "Nós sabemos que existe exploração, nós vemos a exploração na cara, e nós não temos medidas objetivas para ela. Como consequência disso nós nos voltamos para as idéias políticas de poder. E pensamos esta exploração em termos políticos, exclusivamente. Ora, o que acontece? Quando nós começamos a pensar a questão do poder exclusivamente em termos políticos, a tendência é, a meu ver, uma confusão, uma expansão generalizada dos conceitos... Na discussão do poder, há certos níveis que precisam ser diferenciados. Sem analisar o poder no processo de trabalho nós não podemos mais falar em socialismo".<sup>7</sup>

Estudar as formas de exploração ao longo de séries cronológicas, em determinados países, é um trabalho próprio ao historiador. Mas não é a este que nos ateremos. O estudo do socialismo dos militantes do PSB tem o significado de procurar entender como formas de exploração específicas, ocorridas no período compreendido pela periodização escolhida, foram apreendidas e reelaboradas por pensadores que tentavam corrigir a sua sociedade, torná-la mais livre, democrática e fraterna. Uma das características de tais pensadores é extremamente contemporânea: atingir a democracia social via democracia política. E, ao que parece, o

7 GIANNOTTI et al., 1991, p.30.

caminho tem foros de importância continental: "Uma das grandes mudanças político-ideológicas ocorridas na América Latina sob as experiências autoritárias das últimas duas décadas foi a revalorização da democracia como forma da convivência social civilizada. Ela correspondeu ao... crescente prestígio do reformismo de diversos matizes".<sup>8</sup> Por isso é preciso rever a herança socialista democrática que recebemos.

- Embora o tema socialismo constitua uma das principais preocupações dos intelectuais voltados para as ciências ditas humanas, tanto dos acadêmicos como dos devotados ao trabalho em periódicos, o assunto não parece esgotado ou, no caso das experiências ligadas ao socialismo democrático no Brasil, não parece assentado e suficientemente conhecido. É assim que duas das mais eminentes personalidades do mundo das idéias políticas no Brasil propuseram interpretações do recente passado brasileiro, nas quais valiosas contribuições do PSB não se encontraram consideradas. O impasse que Renato Janine Ribeiro, com a agudeza que lhe é peculiar, identificou como imobilizador do desenvolvimento social não apenas brasileiro, neste fim de século XX, foi sempre alvo maior das preocupações dos socialistas democráticos em suas manifestações mais variadas. E, pode-se dizer, tentaram eles romper o dilema que hoje é colocado para a nossa sociedade: "Se a direita ficou com os meios e a esquerda com os fins, é porque, à primeira restaram a prática e a eficácia; e à segunda o sonho e a utopia: mas num caso, uma prática sem sonho, no outro uma esperança que perdeu o pé no real. Ora, como o que distingue a dimensão humana do agir é justamente uma dialética constante entre a eficácia e o sonho, nosso mal de fim de século parece estar no confinamento improdutivo, quer numa prática mesquinha, quer numa ilusão ineficaz".<sup>9</sup> Fugir ao citado confinamento, foi tudo o que socialis-

8 ALMEIDA, 1990.

9 O *Estado de S. Paulo*, 10.4.1994. Marion G. Doenhoff diz o mesmo: "o desejo de unir socialismo e economia de mercado pode ser perfeitamente realizado com um pouco de fantasia e pragmatismo - ambos corrigem-se mutuamente". Apud HABERMAS, J. "A Revolução e a necessidade de revisão na esquerda", In: BLACKBURN, 1992.

tas democráticos almejavam. Se as propostas não foram ponderadas por seus contemporâneos, hoje, devemos reconhecer a sua extrema pertinácia, neste aspecto, e indagar as razões pelas quais não contaram com grande repercussão.

Inquieto com o futuro imediato do poder político no Brasil, que estaria na iminência de conhecer um governo de esquerda, através de uma então presumível vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, o professor Francisco Weffort, em uma palestra que proferiu em São Paulo,<sup>10</sup> observou que "não há no Brasil uma tradição intelectual de adesão às idéias democráticas. O autoritarismo é, ao contrário, constante no pensamento nacional. Oliveira Viana, Azevedo Amaral e outros pela direita. A esquerda, a vertente marxista mais forte também pensou sempre nos moldes de uma ditadura regeneradora. De tal forma que, hoje em dia, quando se vai pensar soluções para a questão da democracia, isto é, como fazê-la durar mesmo diante da crise econômica irresolvida, é a prática, e não a teoria que nos apóia". Assim posta a problemática, interpelamos o professor - e obtivemos sua plena concordância - para lembrar que o teor das discussões no seio do PSB do período 1945-1965 poderia ser um precedente relevante para iluminar a questão. Afinal, aqueles socialistas cuidaram de pensar uma democracia de face popular que rompia a estreiteza das propostas autoritárias, conservadoras ou regeneradoras. E suas idéias podem ter semeado campos férteis que só hoje poderão receber aração conseqüente.

- A história política tem sofrido investidas de outros setores do conhecimento que lhe negam caráter esclarecedor do real. No entanto, é impossível acompanhar semelhante procedimento, mesmo porque ele se estendeu a ponto de abarcar também o estudo de partidos. Esse descrédito teve origem na produção excessiva de trabalhos do tipo monográfico, crônicas históricas apoiadas na procura de reconstituições precisas do tecido factual da vida dos partidos, ou de "estudos ideológicos", como se

10 No auditório da PUC-SP, em 9.6.1993. Procuramos, aqui, reproduzir as suas palavras tão fielmente quanto possível.

um partido se definisse apenas por seus fins últimos: "Resultou disto uma floração de trabalhos consagrados aos partidos de esquerda ou extrema-esquerda, grupúsculos os mais reduzidos. Os mais puros ideologicamente aparecendo como os mais interessantes, com o Partido Comunista servindo de referencia". Tais produções desprezavam "a riqueza de um domínio que se situa entre a longa duração e o acontecimento singular, e põe em jogo, para explicar as ações dos homens, dados múltiplos e complexos, cuja combinação desemboca na existência e ação dos partidos: o peso da tradição e o jogo das mentalidades, a cultura e o discurso, os grupos sociais e a ideologia, a psicologia social, os mecanismos organizacionais e a importância das representações coletivas. De fato, trata-se de um domínio histórico no qual a explicação das ações dos homens em sociedade depende de um grande conjunto de parâmetros".<sup>11</sup>

Na sociedade contemporânea, a função de um partido político é servir como lugar de mediação entre as necessidades sociais e as relações políticas efetivas. Isto é, as razões que provocam a existência de um partido são reelaboradas por ele próprio, e transformadas em discurso, cuja característica maior é conter aquelas razões transformadas em idéias, em propostas. Há, portanto, uma distância entre o real e o discurso que cabe perceber, analisar, a fim de conferir capacidade crítica e, por conseqüência, credibilidade ao trabalho do historiador político. O estudo de temas privilegiados pelos partidos, da correlação entre esses temas, da linguagem adotada para os estabelecer - isto representa realizar um trabalho profícuo no sentido de alcançar a sua ideologia e entender o clima cultural comum, que congrega militantes, eleitores e eleitos, fazendo que todos tenham uma leitura comum do real e, portanto, ajam em solidariedade. Perceber a tradição, símbolos e heróis comuns, reivindicados pelos seus porta-vozes; identificar o repertório de palavras e expressões padrões; reconhecer documentos básicos para formação do militante; todos são procedimentos indispensáveis para atingir a cultura política de que um

11 BERSTEIN, 1988, p.52 e 53.

partido é tributário, e, assim, "penetrar no domínio das estruturas mentais de uma sociedade, domínio este que se exprime em termos de longa duração".<sup>12</sup>

A temática acolhida pelo presente trabalho pretende estar de acordo com o entendimento do político como o nível fundamental para a compreensão histórica de uma sociedade. Afirmção deste teor é produzida por François Furet para elucidar uma questão milenar: "Se você quiser compreender o que caracteriza a história inglesa em contraste com a francesa, você não deve se ater às infra-estruturas, que são bastante comparáveis. Se você comparar a Revolução Industrial na França e na Inglaterra, terá os mesmos elementos, ainda que não obedçam aos mesmos ritmos. Ao passo que se você comparar as idéias das culturas políticas dos dois mundos, você terá dois universos... o elemento que parece ser o mais importante para a inteligibilidade do comportamento de um grupo coletivo é o político".<sup>13</sup> Enfim, deve-se mesmo proceder a uma ampliação do objeto de interesse a fim de que ele possa conter toda a relação de poder, real ou imaginária, na esfera pública ou privada. Na ordem do dia está a produção de uma história do político e não da política, entendendo aquele como "sistemas de representação que comandam o modo segundo o qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e vislumbram o seu porvir".<sup>14</sup>

Faz-se mister levantar algumas questões de método que, apesar de serem referidas acima, merecem cuidado especial, pois têm cerceado, atualmente, o estudo do socialismo em vários centros de pesquisa no Brasil. Isto ocorre assim porque o presente tem colocado novas perguntas e pendências para o passado. Não são questões recentes, mas basilares.

Há que analisar duas crises que se interpenetram e explicitam mutuamente: o impasse vivido pela história como conhecimento da matéria oferecida pelo passado e a crise do socialismo, cujas

12 Id. *ibid.*, p.82.

13 FURET, 1988, p.153, apud BORGES, set/1991-ag/1992.

14 ROSANVALLON, 1986, p.99.



raízes, é bem verdade, remontam às suas primeiras proposições, mas apresenta agora desdobramentos significativos. Tais problemas não são nem apenas nacionais, nem aqui têm o seu epicentro, mas ocorrem de forma bastante evidente em nossos principais núcleos de produção cultural. Segundo Sérgio Paulo Rouanet "podemos, sem exagero, falar na ascensão de um novo irracionalismo no Brasil. Em todas as trincheiras e em todas as frentes, a razão está na defensiva. Não é a primeira vez que isso ocorre. Mas, em outros países e em outras épocas, o cerco vinha da direita... Hoje, no Brasil, ela está encurralada por um estranho exército, composto em sua maioria de pessoas que se consideram de esquerda".<sup>15</sup> Esse irracionalismo foi moldado por influências estrangeiras, mas tem razões internas inegáveis, para o citado autor.

No campo do saber histórico, tal como na crise internacional do socialismo, as questões manifestam-se como resultado de problemas reais, cuja admissão vinha sendo adiada há muito. No primeiro caso, não há dúvida de que a incorporação de novos temas e áreas de estudo está enriquecendo o conhecimento do passado, superando as limitadas análises que modelos deterministas ou que historiadores compromissados com opiniões partidárias podiam elaborar. Por outro lado - como já anotamos - é plenamente favorável que o marxismo sofra um processo de reelaboração e abandono de dogmas ou assertivas marxianas, cuja aplicação mostrou-se ineficaz quanto a uma aproximação com a democracia. É favorável, ainda, que sejam contestadas as visões puramente descritivas do socialismo. No entanto, as citadas crises comportam ilusões que não se prestam a ampliar o conhecimento humano, nem a caminhar ao encontro de sociedades autoconscientes e conseqüentemente mais livres, mais igualitárias e mais justas.

O retumbante fracasso dos regimes comunistas da Europa Oriental, tal como tem sido descrito, deu origem à tese de que a democracia é um privilégio do capitalismo. Em decorrência, propôs-se até mesmo que a história da humanidade teria atingido o seu fim: o capitalismo agora, não mais ameaçado, tornar-se-ia mundial c, portanto, sem tempo... imortal.

15 "O novo irracionalismo brasileiro", in: *As razões do iluminismo*, 1987, p.124.

O que parece ocorrer é justamente o contrário. A queda dos regimes ditos do "socialismo real" não representou senão a destruição de algo que apenas aparentemente aproximava-se de qualquer socialismo, até então imaginado.<sup>16</sup> Pode-se conjecturar, em oposição, que os regimes capitalistas, cada vez mais, adotam instituições próximas do socialismo. Queremos nos referir ao progresso, ou pelo menos manutenção de benefícios adquiridos graças ao *Welfare state*, à idéia de participação dos empregados nos lucros (adotada até mesmo na Constituição Brasileira, porém, não implementada), no planejamento e mesmo na direção e controle das empresas privadas. Cabe também lembrar o desenvolvimento de entidades de interesse coletivo, tais como fundações, associações ou cooperativas cuja atuação impõe interesses públicos que a economia privada não pode desconhecer. Restrições semelhantes também são impostas à livre iniciativa, por meio de campanhas como a que se realiza em favor da preservação ecológica do planeta.

Não se quer com isso afirmar que algum país capitalista desenvolvido esteja em vias de se tornar socialista. Mas o fato é que parece haver um "processo evidente de reprodução cada vez mais mestiça do capitalismo".<sup>17</sup> Em todo caso, o caminho através do capitalismo não está previamente traçado e certamente não se fará de maneira singela e linear. Adam Przeworski oferece alguns indícios das dificuldades de reformas no sistema: "As reformas levariam ao socialismo se e somente se fossem (primeiro) irreversíveis, (segundo) cumulativas em seus efeitos, (terceiro) conducentes a novas reformas e (quarto) orientadas para o socialismo. Socialistas reformistas, desde a década de 1890, julgavam que as

16 Essa é uma interpretação generalizada na esquerda. I. Mészáros, referindo-se à Rússia, indica ter sido uma "grotesca deturpação" concluir que o socialismo foi lá abolido, "porque ... sequer foi iniciado, não foram dados nem os primeiros passos na direção de uma transformação socialista...". "O Marxismo Hoje", in: *Crítica Marxista*, v.1, n.2. São Paulo, Brasiliense, 1995.

17 MARTINS, 3.2.1990, p.3. Eric Hobsbawm também refere-se a essa mescla: "Muito do que uma vez foi visto como típico de uma economia socialista tem, desde os anos 30, sido cooptado e assimilado por sistemas não-socialistas, principalmente uma economia planejada..." (p.262-3). "Renascendo das cinzas", in: BLACKBURN, 1992.

reformas de fato satisfariam todas essas condições e assim, gradualmente, chegar-se-ia ao socialismo. Até o presente, pelo menos, isto não ocorreu. As reformas são reversíveis. A recente série de vitórias eleitorais da Direita resultou em desnacionalização da indústria, eliminações de programas de bem-estar, reduções de proteção contra o desemprego".<sup>18</sup>

Hoje, como ontem, observando-se genericamente, o exercício da política pelos socialistas não se submete apenas a um modelo e, na verdade, quanto mais uma idéia, ou um ideal, se torna difundido, mais fica sujeito a mudanças nas primeiras formulações. É sabido que no século XX, como tradição central do socialismo, o marxismo desfrutou a posição de interlocutor privilegiado dos vários pensadores de esquerda. Mas não foi o único. Mesmo no Brasil, desde fins do século XIX até a denominada Era Vargas, desenvolveu-se em São Paulo em torno da figura de Antonio Piccarolo<sup>19</sup> uma espécie de socialismo reformista que procurava romper a impenetrável couraça simbólica que considerava socialismo como subversão, como elemento de perturbação da ordem. Para tanto, chegou-se mesmo a reelaborar conceitos e táticas revolucionárias para tornar digerível o seu consumo pela classe dominante. No entanto, tudo foi em vão. Não porque o socialismo reformista fosse pouco convincente em sua argumentação ou suas instituições desfrutassem de menor consideração e *status* intelectual. Não, o que impedia a adesão de parcela significativa da sociedade, e de seus dirigentes, era justamente o que ainda marca o desenvolvimento do socialismo: sua adoção sempre implicou e implica uma ameaça ao *status quo* e, por outro lado, uma esperança de que a transitoriedade histórica efetive um sistema social no qual a maioria conquiste a dignidade e impulsione a igualdade de oportunidades. Por isso o processo será sempre de auto-emancipação, autocriação, que, ao dar lugar ao novo, por definição dá um passo para o desconhecido.

Ao mesmo tempo em que a desilusão com a Revolução de Outubro, ex-estrela-guia do socialismo, se mostra evidente, tor-

18 *Capitalismo e social-democracia*, 1989, p.282.

19 Cuja trajetória estudamos em *Um socialismo possível*. São Paulo: T. A. Queirós, 1989.

na-se mais clara ainda a inexatidão da fórmula clássica: não há muitas vezes contradição entre as forças produtivas e as relações de produção e, quando ela se apresenta, não conta com uma trajetória predeterminada para as crises, porque "a história é feita pela conduta determinada de sujeitos dotados de conhecimento parcial". Ou seja, o curso das crises e a natureza de suas soluções dependem das práticas dos agentes sociais e de como estes compreendem a situação da qual são partes - conforme a melhor interpretação da "teoria crítica".<sup>20</sup> O degelo intelectual provocado pelos "insucessos socialistas" - dos quais a queda do muro de Berlim tornou-se o emblema - aprofundou a necessidade de perscrutar o passado, de reconhecer e entender a pluralidade de socialismos.

A história necessita reinterpretar o passado e, se - ao contrário do que os teóricos triunfalistas do capitalismo pensam - é de sua própria essência não considerar-se concluída, é também essencial a sua participação nas decisões dos homens que fazem a sua própria história. Qual o futuro do socialismo enquanto orientador da ação política dos movimentos que procuram transformar as sociedades? Eis aí uma pergunta que o historiador não tem obrigação de responder. Mas deve oferecer de qualquer forma uma interpretação do passado, que poderá ou não contribuir para a construção do futuro.

Tal reflexão leva a considerar a segunda crise a que nos referimos. Isto é, à história cabe explicar o passado e por isso não pode abandonar a razão, entregando-se ao canto neoliberal das sereias, para cujos seduzidos o social dissolveu-se no individual e os "ideais e interesses pessoais foram priorizados em relação às questões públicas".<sup>21</sup> É preciso militar contra determinadas correntes do conhecimento que apostam na desvalorização da teoria, concedendo privilégios à intuição e ao pressentimento, reduzindo a história a uma dimensão mística ou episódica. Ou como afirma Lawrence Stone, a história parece entrar em nova era, com "o fim da tentativa de produzir uma explicação científica coeren-

20 HELD, D. "Escola de Frankfurt", in: BOTTOMORE, 1988, p.127, 131.

21 STONE, 1979.

te da mudança no passado".<sup>22</sup> Ou ainda, como observa Pierre Nora, perplexo diante do que lhe parece um inextricável emaranhado de fatos contemporâneos: "No acontecimento de tipo moderno... já não é o historiador que dispõe, nem o jornalista, que não é também mais que o eco instantâneo duma coisa muito mais vasta, e que forma este emaranhado da atualidade que muda completamente o nosso vivido histórico e que constitui a sua natureza. É o acontecimento que faz o historiador".<sup>23</sup> Atribuir ao tropel dos fatos a sua própria natureza, é como praguejar contra a escuridão sem sequer acender uma vela. Na verdade, denota a incapacidade de assumir alguma posição, a fim de eximir-se de qualquer responsabilidade pela própria interpretação. É abrir mão do fato histórico, diluindo-o na massa dos acontecimentos. E se eventualmente sentirmos necessidade de entender, de procurar alguma inteligibilidade, mesmo que provisória, é melhor não recorrer "ao historiador, na esperança de que ele possa fornecer os segredos do nosso tempo. O que ele é totalmente incapaz de fazer".<sup>24</sup>

A construção do conhecimento histórico não é aleatória. Evidentemente, reconhecemos hoje mais do que nunca a natureza contingente da representação histórica, e devemos estar alertas quanto às inferências provisórias ou contra as suposições confusas nas quais possamos basear nossos trabalhos. Exige-se uma relação matizada com a documentação eleita para dar forma aos objetivos cognitivos a que nos propomos: a evidência documental não é mero reflexo de fatos. No entanto, é preciso impedir a nulificação do conhecimento sobre o passado que levaria a abolir a história ou torná-la tão passível de crédito quanto uma corriqueira declaração opinativa. Raphael Samuel, esclarecendo alguns dos pontos que lhe pareciam deletérios no estruturalismo e seus efeitos sobre a pesquisa histórica, observou que, mesmo sendo correta a afirmação de que aos historiadores cabe construir conhecimento, "de modo algum isto quer dizer que ... sejam inevi-

22 Id. *ibid.*

23 "O acontecimento e o historiador do presente", in: LE GOFF, 1989, p.48.

24 Id. *ibid.*, p.51.

tavelmente vítimas de suas próprias percepções ou que os dados empíricos do passado estejam tão irreparavelmente contaminados, que o intento de colocá-los em ordem se transforme numa tarefa de Sísifo... Uma coisa é assinalar os deslocamentos que têm lugar em todo o processo de pensamento e adotar um finca-pé nas mediações que separam a representação e a realidade. Outra coisa muito distinta é resolver o problema abolindo por completo um dos seus termos, atirando fora o conceito de real".<sup>25</sup>

É preciso aproximar o conhecimento humano do desejo de libertação, da tomada de consciência dos limites da razão, e não do conformismo à ignorância ilustrada que admite tudo como possível, ou seja, nada. Apoiados em Hegel, Marx e Engels consideraram que a verdade é universal e que ao historiador cabia ousar encontrá-la nos vários momentos que antecederam a sua contemporaneidade. É possível que se julgue esta proposta uma imposição, uma exploração do saber sobre o sentir. No entanto, trata-se de apresentar explicações plausíveis para a satisfação da coerência histórica, que as verificará, aceitando ou rejeitando-as. Nesse sentido, e apenas nele, a proposta guarda ainda uma relativa validade. O diálogo básico entre o conceito e a evidência empírica - reconhecendo sua extrema versatilidade - não deve ser perdido de vista jamais. O que parece aterrador é a submissão ao dilema que, de um lado, apresenta o sorvedouro do niilismo e, de outro, o abismo do historicismo como fé no sentido da história. Conforme Lucio Colletti, "para o homem moderno, que não quer conscientemente deixar-se enganar, não só não há mais religião, não há mais metafísica, como tampouco pode haver sequer o historicismo... já que o historicismo representa a religião, a religião dos 'homens cultos', cujo ceticismo é débil demais para poderem dispensar toda e qualquer fé".<sup>26</sup>

Se existe uma razão comprometida com o poder e não a serviço da liberdade, razão agente de repressão, então "precisamos de um racionalismo novo, fundado numa nova razão", assevera Rouanet. E, após enunciá-la apoiando-se na proposta de Haber-

25 "Historia y teoria", in: SAMUEL, 1954, p.54.

26 *Ultrapassando o Marxismo*, 1983, p.236.

mas sobre uma razão comunicativa que abandona o paradigma sujeito-objeto, esmiúça a atuação dessa razão: "Ela poderia ser crítica, porque se dá conta dos objetivos de dominação do sistema e consegue devassar as relações de poder que estão na base dos saberes com que o sistema quer administrar o mundo vivido. Ela seria capaz de autocrítica, pois sabe que está sujeita a deformações sociais ou psíquicas que, se não forem identificadas a tempo, poderão distorcer o processo comunicativo, gerando uma pseudocomunicação em que não haverá garantia nem da veracidade subjetiva - as vítimas da falsa consciência mentem para si mesmas e para os outros -, nem de verdade objetiva - porque o mundo dos fatos poderá ser visto de um modo distorcido -, nem de justiça - porque normas que correspondem a um interesse particular poderão ser apresentadas, falsamente, como se correspondessem ao interesse geral".<sup>27</sup>

Há nessas palavras uma crença no progresso do conhecimento, sem dúvida. Porém, não o prevê como linear e mecânico, mas resultante da ação consciente, da busca de condições materiais e culturais humanamente satisfatórias para todos - busca esta na qual apenas o crescimento econômico não basta para satisfazê-la. Assim, cruzam-se objetivos e métodos, e "algum" socialismo pode ser o caminho. Pode ser, também, uma arma para o "combate ao poder ilegítimo, consciente de que ele não se localiza apenas no Estado tirânico, mas também na sociedade, em que ele se tornou invisível e total, molecular e difuso, aprisionando o indivíduo em suas malhas".<sup>28</sup> Na trilha desse socialismo e à procura de uma história-práxis que descubra potencialidades até então ocultas para o progresso da democracia, deve-se, a título de incentivo aos historiadores individualistas desesperançados, lembrar que Freud - que acreditava na conquista do primado da inteligência - deixou um ensinamento preciso: "Nosso deus, logos, não é dos mais poderosos... Mas acreditamos que a ciência pode lograr algum conhecimento sobre o mundo real, graças ao qual será possível au-

27 ROUANET, op. cit., p.15, 16.

28 Id. *ibid.*, p.33.

mentar nosso poder sobre a natureza e organizar melhor nossa vida".<sup>29</sup>

A racionalidade pretende ser a base da sociedade ocidental, e suas conquistas são visíveis e inescusáveis, em todos os setores. Não há motivo aceitável para que os historiadores lhe façam pouco caso, já que não há melhor meio para atingir metas preestabelecidas. Mas não é essa a única vantagem sobre os demais veículos: "na forma da racionalidade comunicativa ou no sentido que Apel e Habermas dão ao termo É VALOR EM SI MESMA, é a única forma através da qual pode ocorrer o processo de AUTO-ESCLARECIMENTO, a única forma pela qual se volta a avaliar, continuamente, tanto os *meios* como os *fins* e a se reorientar a ação".<sup>30</sup> É neste sentido que, nos trabalhos de reconstituição histórica, a racionalidade merece ser patrocinada como algo que não foi abalado pelo colapso irrevogável da tradição marxista ortodoxa. A pretensa similitude entre comunismo e racionalismo transferiu ao último seqüelas próprias ao primeiro. Entretanto, há valiosos militantes no combate ao obscurantismo no tratamento intelectual dos movimentos sociais, tais como E. P. Thompson: "As causas da racionalidade e do internacionalismo e, algumas senão todas, das causas do Iluminismo, agora exigem - frente à sua impopularidade da moda - defensores obstinados".<sup>31</sup>

No que concerne à famigerada crise da razão, o que se pretende propor, mais exatamente, é que continua sendo possível ao homem produzir um conhecimento oposto às meras reações instintivas, capaz de conjecturar por abstrações e, portanto, elaborar conceitos explicativos dos acontecimentos históricos. Posto não serem esses conceitos terminais terão validade objetiva, até que outras abstrações mais adequadas - apoiadas em novas evidên-

29 Apud: ROUANET, op. cit., p.143.

30 HELLER 8c FEHER, 1985, p.99. Num texto em que afirma que não há reforma possível para o comunismo, Jurgen Habermas observa: "Na verdade, o que se anuncia como desmoronamento revolucionário do socialismo burocrático c um grande passo em direção à modernidade - o espírito do Ocidente alcança o Oriente, não só com a civilização tecnológica, mas também com sua tradição democrática". "A Revolução e a necessidade de revisão na esquerda", in: BLACKBURN, 1992.

31 "Os fins da guerra-fria: uma resposta", in: BLACKBURN, 1992, p.84.



cias, ou em mais refinados raciocínios - venham lhes disputar o lugar. Em nada o que se propõe deve assemelhar-se ao entendimento da razão como conhecimento do Absoluto, ou de uma verdade universal única anterior ao pensamento. Não há verdades necessárias, porém existem as relativas a postulados. Por isso mesmo, faz-se necessário preservar o conceito de razão como capacidade de abstração na medida em que o socialismo, como projeto para o singular-coletivo que é a humanidade, visa a sua construção. O socialismo deve procurar atender aos requisitos de liberdade, igualdade e fraternidade implícitos em *humanidade*. Assim, estaremos - todos os que se interessarem pela leitura deste trabalho, e pela construção de sociedades livres, igualitárias e justas - lidando com o mesmo conteúdo, e talvez possamos estabelecer formas de viabilizá-lo. Diante da crise contemporânea da razão, Umberto Eco explicitou essa vontade de comunicação como uma forma válida de racionalidade, hoje. Diz ele: devem-se "expressar proposições em torno do mundo, e antes mesmo de se estar certo de que essas proposições são 'verdadeiras' é preciso assegurar-se de que os outros as compreendam. É preciso, portanto, assegurar certas regras para falar que sejam comuns a todos; regras de discurso mental que sejam também as regras do discurso expresso. Isso não significa afirmar que quando falamos temos de dizer sempre e somente uma coisa, sem ambigüidade e pluralidade de sentidos. Pelo contrário, é antes racional e razoável reconhecer que existem também discursos (nos sonhos, na poesia, na expressão dos desejos e das paixões) que querem dizer muitas coisas ao mesmo tempo, inclusive contraditórias entre si. Mas justamente porque é, felizmente, evidente que falamos de modo aberto e com muitos sentidos, é necessário, de vez em quando, e para certos propósitos, elaborar normas de discurso que possam ser partilhadas em âmbitos específicos por todos os que decidem adotar os mesmos critérios para usar as palavras e ligá-las entre si, em proposições sobre as quais se possa discutir".<sup>32</sup>

Infere-se, assim, a vantagem que se pode obter a partir do uso da racionalidade crítica nas questões políticas: a autonomia dos

32 "Sobre a crise da razão", in: ECO, 1984, p. 153.

sujeitos das ações. Podem-se colocar os valores da democracia, igualdade, liberdade, participação, solidariedade, como orientação do pensar e agir, como inspiração para fugir à banalização da vida sob o capitalismo individualista. A proliferação de preconceitos veiculados pelo processo contemporâneo denominado globalização deve ter um freio cultural. É um norte-americano mesmo, Fredric Jameson, que nos ensina a enxergar os prejuízos do fomento deletério ao individualismo, o investimento no horror à ação coletiva que é o avesso da solidariedade, e espalha-se pelos dependentes culturais, num processo semelhante ao que chamávamos imperialismo: "Simbolicamente, a (grande) Depressão significou para nós não apenas um aconchego coletivo, mas também o empobrecimento e o despojamento de objetos. Tornou-se assim 'natural' e questão de 'senso comum' que, após o término dos anos 30, após a grande experiência da Segunda Guerra Mundial (o único movimento verdadeiramente utópico na história norte-americana) e após o *boom* dos anos 1947-1948 quando as escassezes foram finalmente superadas e todos os novos produtos do pós-guerra começaram a ser comercializados, o que ocorre é uma repulsa violenta contra o trauma da década anterior. Agora o horror à vida coletiva é psiquicamente compensado pelo individualismo do consumo, por uma segurança e conforto emocional proporcionado por mercadorias e novos objetos de todo o tipo. O consumo nesse sentido não faz parte da natureza humana como tal: a paixão pelo consumo é uma experiência histórica, norte-americana, que foi reificada e posteriormente projetada para o resto do mundo como um valor, despido do seu significado simbólico e transformado em algo que parecia ser atributo de alguma natureza humana perene".<sup>33</sup>

Marx e Engels, no *Manifesto Comunista* e em outros momentos importantes de suas obras, entenderam que os seus antecessores tinham pensado e proposto um socialismo utópico. Eles cunharam a expressão. Identificaram-na com um socialismo distante da classe operária e da sua dura realidade. Por isso referiram-se aos seus antecessores como sonhadores, e acreditaram que

33 JAMESON, F. "Conversas...", in: BLACKBURN, 1992, p.227.

suas construções intelectuais habitavam "o céu brumoso da fantasia filosófica". No entanto, além de reconhecerem as dívidas teóricas para com os autores utópicos, valorizaram seus trabalhos como primeiros passos racionais para a identificação das questões básicas do mundo moderno. Assim, os socialistas democráticos brasileiros também se perderam, em várias ocasiões, em elucubrações finíssimas sobre a democracia e a fraternidade, procurando sempre construir um socialismo aberto, aceitável "de baixo para cima", um socialismo sociável. E quanta razão tinham em desconfiar de uma teoria fechada, com meios e fins determinados! Com os utópicos, e com os democráticos, aprendemos que nenhum socialismo pode se manter sem uma "alma socialista". Nesse sentido, em vez do enterro da história investigativa, analítica, comprometida com uma ética humanista, o que se pretende aqui é contribuir para precisar os significados do socialismo brasileiro de uma geração que - por ter aprendido a conviver com o Outro, fosse o opressor capitalismo, fosse o autoritário bolchevismo - elaborou formas de pensar que ainda hoje guardam capacidade crítica.

## SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

*Il (Sénécal) connaissant Mably, Morelly, Fourier, Saint-Simon, Comte, Cabet, Louis Blanc, la lourde charretée des écrivains socialistes, ceux que réclament pour l'humanité le niveau des casernes, ceux qui voudraient le divertir dans un lupanar ou la plie sur un comptoir; et, de mélanger de tout cela, il s'était fait un idéal de démocratie vertueuse, ayant le double aspect d'une métairie et d'une filature, une sorte de Lacédémone américaine ou l'individu n'existerait que pour servir La Société, plus omnipotente, absolue, infaillible et divine que les grands Lamas et les Nabuchodonosors.*

Flaubert, *L'éducation sentimentale*

Como todas as formas de pensar questões sociais, e humanas em geral, o socialismo não contou jamais com a unanimidade dos propugnadores por uma sociedade que eliminasse a exploração

da essência de seu desenvolvimento, fosse a exploração econômica, fosse a política ou de outras formas. Mesmo a identificação de qual camada da sociedade deveria dirigir o processo de alteração do *status quo* capitalista, constituiu-se sempre em alvo de discórdia. Sem entrar propriamente na discussão sobre a significação da terminologia política de Marx, observe-se que enquanto elaborador de uma teoria que colocava sobre os ombros do proletariado o peso das mudanças do mundo, não desdenhou em muitos de seus trabalhos em incluir a participação de outras camadas sociais nesse processo. Em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* as expressões usadas para designar os partidários do socialismo indicam associação de interesses de grupos sociais: com partido social, Marx referia-se aos representantes do proletariado francês na Assembléia Legislativa; com partido democrata, designava a pequena burguesia. A união desses dois partidos, em 27 de janeiro de 1849, formou o partido social-democrata, expressão esta que no momento de seu uso significava o mesmo que partido socialista. Posteriormente, os partidos ligados à II Internacional tenderam a autodenominarem-se social-democratas e as suas teorias socialistas.

De outro modo, a questão política em geral ocupava um papel subordinado no conjunto do pensamento marxiano, já que o socialismo deveria resultar do desenvolvimento mais ou menos inexorável de leis capitalistas. É bem conhecida a passagem da *Crítica ao Programa de Gotha* em que a sociedade comunista aparece desenrolando-se sob a forma de fases: a primeira, "intermediária", na qual o operariado construiria seu próprio Estado para proteger-se e dar possibilidade ao desenvolvimento das forças produtivas, por meio de uma ditadura; e, uma segunda fase, na qual o Estado desapareceria dando lugar a um tratamento diferente nas relações sociais: "de cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme sua necessidade".<sup>34</sup>

Ainda na primeira metade do século XIX, as expressões socialismo-liberal ou liberalismo-social eram usadas na Alemanha, França e Inglaterra, o que denota que se procurava alguma adaptação

34 MARX & ENGELS, 1977-1978, p.155

entre socialismo e liberalismo.<sup>35</sup> Um liberal como John Stuart Mill adotava uma distribuição mais justa da produção, críticas ao egoísmo individualista e a defesa da intervenção estatal na economia. Na segunda metade do século XIX, as tentativas de síntese do binômio socialismo-liberalismo tornaram-se mais definidas, tendendo a apresentar-se sob a forma de dupla crítica. Na medida em que se enfatizava o termo socialismo, pensava-se manifestar temas e assuntos próximos à solidariedade social, às responsabilidades e aos deveres - apresentando a cooperação como veículo. Quando a crítica era tecida a partir do reforço ao liberalismo, era o desenvolvimento individual, a liberdade civil como pressuposto da social, que se estava considerando. De qualquer forma, plantava-se, então, a semente básica que hoje floresce na cultura ocidental: a valorização do princípio ético segundo o qual as pessoas em sociedade reconhecem-se pela sua dignidade e cada uma atribui à outra direitos que usufrui. Daí lei como consenso da maioria, economia apoiada não na exploração mas na possibilidade de remunerar a cada um segundo o seu trabalho - o que revela uma atitude anticapitalista, porém relativa.<sup>16</sup>

Nos últimos anos do século XIX, Eduard Bernstein, para quem o liberalismo estava na base do socialismo, investigando a superação da defasagem entre a teoria revolucionária e a prática reformista do Sozialdemokratic Partei Deutschland, buscou rever o marxismo que lhe parecia inadaptado ao plano empírico. Interpretou, assim, a reunião de empresas industriais como não-concentradora de patrimônios, mas existindo paralelamente ao aumento do número de proprietários, acionistas: socialismo não seria resultado da diminuição no número de proprietários, mas da divisão das riquezas; daí, o crescimento dos setores médios da população e

35 TRANFAGLIA, N. "Liberal-Socialismo", in: BOBBIO, 1986.

36 "Cultura ocidental" é usada aqui no sentido que HELLER & FEHER (op. cit., p.15) adotaram: Um "elemento constituidor da definição de 'Ocidente' é o projeto universalizador que lhe é inerente. Mesmo considerando as formas degradadas que o conceito tomou, o projeto universalizador era Originariamente inseparável do supremo valor de *liberdade de todos* e sua reconhecida humanidade como suprema autoridade".

não a proletarização acelerada das sociedades. Quanto às crises que deveriam dar fim ao capitalismo, por meio do empobrecimento constante da maioria, Bernstein sobrepujava o progresso dos meios de comunicação como arma cultural para impedir a especulação selvagem. Sem esconder a exploração capitalista, mostrava a inexistência de crises cíclicas. Divisando ao longe o sucesso inglês, entendia aproveitar o sistema de crédito para carrear benefícios aos trabalhadores, incentivando-lhes o espírito cooperativista. Bernstein também baseou sua crítica ao capitalismo no conceito de democracia e ética, demonstrando a incompatibilidade entre a condição de cidadão e a situação econômica real do operariado europeu. A solução para o problema adviria da extensão da democracia: "O princípio da democracia é a superação do domínio de classe... (embora isto) não signifique de fato a supressão das classes".<sup>37</sup>

Mesmo após acalorados debates encetados pelos delegados aos vários congressos da II Internacional,<sup>38</sup> não foi possível ao movimento socialista tomar uma posição clara sobre a adesão ou condenação ao reformismo, já que diante da questão nacional então proposta oscilou-se entre pregar a unidade de classe ou apelar à nação. Na prática, genericamente para a maioria dos socialistas, as reformas imediatas acabaram por tomar o lugar teórico destinado às etapas e, acreditando-se na sua acumulação, pensava-se caminhar no sentido de uma completa reestruturação social. Parecia a todos eles que o lema bernsteiniano - "para o socialismo o movimento é tudo, o objetivo final é nada" - continha a chave do futuro. No entanto, foi Jean Jaurès que ofereceu a metáfora mais elucidativa do pensamento reformista nos anos que precederam a Primeira Grande Guerra. Ele observou que a passagem para o socialismo seria sentida da mesma forma que os navegantes "percebiam" a ultrapassagem de uma linha de hemisfério, pouco a pouco, sem notar nenhum sinal evidente, tal como uma cor-

37 BERNSTEIN, E. *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia*. 1899; FETSCHER, "Bernstein o desafio à ortodoxia", in: HOBSBAWM, 1989, v.3.

38 Consultar COLE, t.I, v.II. 1976.

da estendida no mar. Por isso, a preocupação maior neste período não foi estabelecer um programa de ação, mas conquistar as condições possíveis para chegar ao poder. Como nota Przeworski, "até a Primeira Guerra Mundial, enquanto os partidos socialistas concentravam seus esforços em conseguir o direito de voto e organizar os trabalhadores como classe, quase nenhuma ação concreta foi dedicada aos meios pelos quais seria realizada a socialização. A própria possibilidade de estar realmente em posição de empreender um programa de socialização pegou de surpresa todos os partidos socialistas quando a guerra destruiu a ordem estabelecida, desencadeou movimentos espontâneos de ocupação de fábricas e abriu as portas a participação no governo".<sup>39</sup>

Assumindo o poder em diversos estados europeus, após a Primeira Guerra, os socialistas alemães, os austríacos, os trabalhistas britânicos, os escandinavos, encontraram condições bastante diversas das que sonharam para seus governos. A herança da guerra estreitava-lhes os movimentos, que parlamentos adversos reduziam ainda mais. Assim, "foram muitas vezes obrigados a tratar do mais premente e contentarem-se com medidas que não modificavam profundamente a sociedade constituída".<sup>40</sup> E, para seu prejuízo ainda maior, o fim da guerra trazia consigo a ascensão de outra forma de ser socialista que era evidentemente vitoriosa: o bolchevismo, a III Internacional. Se estes últimos não lograram impor-se completamente, conseguiram fundar partidos comunistas em muitos países, e, no caso da Europa, dividiram um bom número de partidos socialistas preexistentes.

Mesmo considerando que a luta entre o comunismo e o socialismo democrático, no período entre guerras, tenha se desenvolvido em todos os setores do movimento internacional de esquerda - e não deixou de exercer influência sobre o enfraquecimento desta e sua conseqüente derrota diante do fascismo - deve-se observar que o socialismo manteve pelo menos no nível da declaração um forte acento marxista. O inimigo capitalismo parecia ser comum e não se esperava sustentá-lo senão de forma

39 PRZEWORSKI, 1989, p.48.

40 LEFRANC, 1974, p.8.

tática, até que as condições fossem propícias para a sua superação, para o estabelecimento de uma sociedade sem classes. O mesmo proletariado parecia ser o inspirador dos comportamentos socialista e comunista, cuja divergência encontrava-se mais propriamente no método de obter o mesmo fim almejado: uma revolução violenta ou uma ação conseqüente e gradual, insurreição popular ou luta parlamentar, eram as questões. Tanto foi assim que, em 1935, muito por obra do ascenso fascista, pôde-se, na França, dar os primeiros passos para constituir uma "frente popular" que contou com forças das duas ordens de socialismos, e em termos mais amplos ocorreram diversos contatos da III Internacional a fim de mover F. Adler, secretário da Internacional Socialista, a encontrar formas comuns de atuação. Esses contatos foram rejeitados em vista de divergências na análise da política internacional e sobretudo pelo desenrolar do terror stalinista nos Processos de Moscou, de 1937. É bem verdade que as ondas de fluxo e refluxo da III Internacional, em períodos anteriores, marcada ora pela possibilidade de aliança entre as Internacionais (3º Congresso do Komintern, 1922), ora pelo investimento em "frentes únicas" (6º Congresso, 1928), não autorizavam quaisquer investidas mais duradouras.

No entanto, mesmo mantendo o marxismo como um ponto de referência, as maiores ameaças ao movimento socialista democrático no período de entre-guerras parecem não ter vindo de fora: "As divisões... no seio da Internacional socialista resultaram, em grande parte, da sua impotência em formular uma posição ideológica coerente".<sup>41</sup> Entretanto, destaca-se, neste período como líder teórico e formulador de um "Plano de Trabalho para o socialismo" Henri de Man, cuja obra, *O Socialismo construtivo*, publicada em 1933, insistia na procura de apoio não apenas dos operários, mas da classe média, que lhe parecia contar com um número cada vez maior de membros no conjunto da população. De Man elegeu o capitalismo financeiro como inimigo comum a estas classes e, portanto, parecia-lhe correto nacionalizar o crédi-

41 DROZ, 1966, p.184



to e os monopólios industriais apoiados naquela forma de capitalismo: "Dever-se-ia atingir, segundo De Man, uma economia mista de dois setores, um nacionalizado, outro livre, porém, os dois submetidos a uma economia planificada em nível nacional. O plano pressupunha um certo número de medidas que se condicionariam mutuamente e que deviam ser escalonadas no tempo".<sup>42</sup> A essência deste programa, tanto as considerações sobre as classes médias como a divisão da economia em dois setores, teve grande repercussão no interior do socialismo europeu e para a formulação de propostas dos socialistas brasileiros, como adiante se esclarecerá.

Nos anos 20 e 30, a II Internacional contou com um bom número de aderentes - na época do Congresso de Nuremberg, em 1923, estimava-se em 6.700.000 os filiados socialistas - que se preocuparam especialmente com a ascensão do fascismo e as relações conflituosas com a III Internacional. O último congresso socialista do pré-guerra ocorreu em Bruxelas, em 1935, e foi completamente impotente para estabelecer políticas de oposição ao crescimento dos regimes ditatoriais de direita. Após a Segunda Guerra Mundial - a Internacional Socialista não atuou durante o conflito - operou-se, pelo menos, uma grande transformação na área europeia do socialismo democrático: a herança marxista foi sacudida e os programas partidários tenderam a se afastar cada vez mais dos conteúdos que caracterizaram suas primeiras propostas. Nos anos 40 e 50, dedicaram-se sobretudo a conciliar sua atividade com os partidos da situação e assentaram firmemente a posição de não submeterem a sérios abalos a estrutura da produção capitalista. Entre as várias conseqüências de tal forma de atuar, os partidos socialistas europeus tenderam a cooperar com "partidos tradicionais da burguesia" e, a não ser na península escandinava e em alguns gabinetes ingleses - bastiões do socialismo no pós-guerra, supervalorizados no Brasil, como veremos - tornaram-se partidos de oposição respeitados e mesmo queridos dos governos que se estabeleceram.

42 Id. *ibid.*, p.187.

Em linhas gerais, o desenvolvimento do socialismo europeu marcou também a trajetória de seu congênere brasileiro. Por isso, na primeira Convenção Nacional da Esquerda Democrática, que pouco após adotaria a denominação Partido Socialista Brasileiro, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 7 e 14 de abril de 1946, os delegados resolveram assumir como dístico "Socialismo e Liberdade" e, num tributo à história, identificaram suas heranças amalgamadas a suas especificidades: "O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro".

Também Paulo Emílio Salles Gomes, mentor intelectual por excelência do socialismo com democracia em São Paulo, produziu tal associação. Ao elaborar uma crítica retrospectiva ao momento em que deu os primeiros passos para tentar criar uma teoria condizente com a vida nacional, salientou a existência de um exagero nessa relação. Declarou-se imbuído de "uma certa pureza de socialismo europeu muito grande". Mais do que isto, sentiu-se subordinado ao pensamento estrangeiro: "No fundo, acho que nós não éramos suficientemente brasileiros para entender como as coisas realmente se passavam e o que estava acontecendo. Mas ainda éramos herdeiros daquela coisa muito transplantada da Europa para o Brasil".<sup>43</sup>

Esse era realmente um entendimento comum a todos os membros, ou pelo menos o entendimento oficializado pelas autoridades partidárias, pois em suas concorridas palestras sobre o programa do Partido Socialista, realizadas em São Paulo, em fevereiro de 1949, Febus Gikovate afirmava que a tradição, e não a originalidade, era a base do socialismo de seu partido: "Não temos nenhuma intenção de improvisar ou elaborar princípios e programas independentes da realidade objetiva tanto brasileira como internacional. Pelo contrário, nossos princípios foram traduzidos dessa experiência política e social dos últimos 100 anos. É lógico que as aspirações socialistas sejam um eco das aspirações socialis-

43 *Folha de S.Paulo*, 11.9.1987. "Memórias Políticas de um Crítico: depoimento de Paulo Emílio Salles Gomes a Edgard Carone".

tas mundiais... O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro".<sup>44</sup>

É preciso procurar entender as circunstâncias em que foi elaborada a citada teoria socialista e também o seu conteúdo, a fim de que se possam identificar contribuições e heranças, pois há muitos pontos nos quais as idéias praticadas entre nós distanciam-se ou mesmo opuseram-se à matriz internacional.

44 *Folha Socialista*, 5.3.1949, "O programa do partido socialista".

## 2 RENOVANDO O PLANTIO

O socialismo morreu e falar dele é fazer uma oração fúnebre.

Louis Reybaud, 1854

Derrotado ou vitorioso, o socialismo prova e mostra que vai tomando incremento... Avante, pois, companheiros... Viva o socialismo! Viva a revolução social do Universo!

Estevam Estreita, *O Estado de S. Paulo*, 3.7.1897  
(apud *Folha Socialista*, 5.9.1948)

### ESQUERDA E TRANSIÇÃO

No Brasil, o socialismo não apenas como ideal difuso, mas como instituição organizada, existe há mais de um século. Em 1892, no Rio de Janeiro, França e Silva, autodenominando-se candidato dos operários ao parlamento nacional, deu vida a uma pequena agremiação - Partido Socialista Brasileiro - que se dissolveria pouco depois. Outras entidades com o mesmo nome sucederam-se até a fundação, em 1947, do mais conhecido, e estruturado, entre os partidos socialistas brasileiros. Entre os quais é

preciso notar o Partido Socialista Brasileiro fundado em consequência do Congresso Revolucionário de novembro de 1932, que reunia clubes e legiões tenentistas no Rio de Janeiro, e perdeu precariamente até a instituição do Estado Novo. Entretanto, a experiência e a propecta idade não permitem ao socialismo brasileiro desfrutar de experiências de poder, tal como ocorreu com a maioria dos partidos socialistas dos países europeus.

Entender as razões e os impasses, o caráter linear ou as discontinuidades dessa trajetória nacional, é uma tarefa ampla e árdua, para a qual apenas pretendemos oferecer alguma contribuição, como ficou apontado anteriormente. Julgamos apropriado do ponto de vista documental determo-nos sobre o período 1945-1964, no qual germinou e se desenvolveu o mais importante PSB, centrando a atenção sobre a sua seção paulista e sobre os intelectuais socialistas que, mais ou menos estreitamente, relacionaram-se com ela. As raízes deste Partido, que procuraria trazer consigo algo novo para o cenário político-eleitoral brasileiro, foram cravadas no decorrer do processo de restabelecimento da democracia, durante e após o Estado Novo. Sobre o caráter inovador do socialismo nessa conjuntura, Hermes Lima, um dos fundadores do Partido, aprazia-se em afirmar: "Estávamos renovando o plantio".<sup>1</sup>

A análise das posições assumidas pelas correntes políticas de esquerda, na conjuntura de 1945/1946, parece fundamental para que se possa entender a especificidade do socialismo brasileiro no período. Não apenas as ações e manifestações dos socialistas democráticos interessa reconhecer, mas também as de seus mais próximos interlocutores, os comunistas, sobre os quais se desenrolou afiada polêmica para entender o significado de sua atuação no período. Tanto socialistas como comunistas estiveram presentes a seu modo no processo de solapamento das bases estadonovistas.

Em que momento da história do Estado Novo o regime ditatorial começou a ceder, deixou-se penetrar de forças que, uma vez desenvolvidas, iriam provocar a sua superação? É claro que esse momento não foi nem aparente, nem evidente. Nem, aliás,

1 LIMA, 1978, p.196.

significou alteração completa dos procedimentos e objetivos do regime: o Vargas de 1945 e o Dutra dos anos posteriores o refazem, recriando-o. De outro modo, se levarmos a questão ao pé da letra, quanto a buscarmos atitudes políticas não ditatoriais, encontraremos na própria instalação do regime em 1937, ou no período anterior, caracteres, se não democráticos, pelo menos próximos. Ou seja, não é a pureza das substâncias que procuramos, mas a inter-relação de fenômenos que encaminham novas alianças de grupos e classes, condições e interesses, possibilidades e decisões.

Desse modo, parece que a previsão de guerra na Europa e a necessidade interna de bens de capital para a industrialização estão na origem do processo que desejamos entender. Na conclusão de um trabalho sobre as "Relações Econômicas Internacionais do Brasil",<sup>2</sup> Pedro S. Malan observa que a lição fundamental de seu estudo é a de que se torna "impossível desvincular as relações econômicas internacionais ou a política externa do Brasil, das bases sociais e políticas do Estado Brasileiro e das significativas transformações que experimentaram a estrutura produtiva e as relações sociais de produção no período". E é justamente por isso que a atenção redobrada quanto a continuidade ou ruptura se justifica. Não se deve perder de vista a instância estrutural, em que as continuidades se desenvolvem - não sem contradições - e podem ser percebidas, mas é no plano conjuntural que o "turbilhão dos acontecimentos" se apresenta, requerendo entendimento, correlação e interpretação. Em outras palavras, o que interessa é a conjuntura que aparece impregnada da estrutura, mas a recria, mesmo confirmando-a em certos aspectos. Na análise histórica é preciso considerar o quadro estrutural que condiciona a atuação das forças políticas, mas não se deve reduzi-la ao jogo de supostos automatismos, pois as condições estruturais atualizam-se no plano das conjunturas.<sup>3</sup>

Podemos, então, identificar os laços econômicos do Brasil com os Aliados e os referentes compromissos geopolíticos como o li-

2 In: FAUSTO, 1980, v.11, p.105.

3 Cf. WEFFORT, "Origens do sindicalismo populista...", *Revista do Cebrap*.

mite possível da estrutura. Quando o ministro Oswaldo Aranha ouviu, de seus interlocutores em Washington, palavras sensíveis à prestação de assistência para reequilíbrio da situação financeira do país, um significativo passo no caminho da abertura política foi ensaiado. Por ironia, haveria, antes mesmo que o processo se afirmasse, um relativo endurecimento do regime. Afirma E Brandi que "as reações no Brasil em relação à missão Aranha foram quase que unanimemente desfavoráveis".<sup>4</sup> Mas a própria cúpula do exército, que se colocara contra a reaproximação com os EUA em detrimento da Alemanha, entendeu ser favorável o início da colaboração militar, inclusive com a troca de visitas oficiais: Gois Monteiro dirigiu-se em maio para Washington, e o general Marshall veio em junho para o Brasil. Parece mesmo que o interesse corporativo, em ampliar o potencial bélico das forças armadas, impôs-se a toda outra consideração, e a decisão inglesa de bloquear o Atlântico, por um lado, mais a deliberação americana em estabelecer uma política de defesa hemisférica, por outro, vieram dar uma coerência fatural que tornou irreversível o alinhamento com as democracias liberais.

Nesse sentido, até a apreensão de navios brasileiros carregados com armamentos comprados da Alemanha, em novembro de 1941, pela marinha inglesa, só causou polêmica, além da tentativa frustrada de renúncia do general Dutra, por causa da impassibilidade do presidente da República em adotar represálias contra aquele país. De qualquer forma, a tendência em favor do Eixo não foi suficiente para determinar a ação da cúpula militar brasileira, enquanto Vargas aparecia em todos esses episódios com equidistância. A ambigüidade já estava dada na própria fundação do regime estadonovista, pois enquanto Goebbels e o ministro italiano Galeazzo Ciano comemoraram a sua implantação, Getúlio, quase imediatamente, mostrava-se, primeiro, alheio aos interesses fascistas internacionais não assinando o pacto anti-Komintern e, depois, contrário, quando, em dezembro de 1937, rompeu com o integralismo.

4 Vargas: *da vida para a história*, 1983.

Poder-se-ia dizer mais ainda sobre essa ambigüidade: ela estava incrustada na correlação de forças que originara a estrutura do regime. Toda a arquitetura política de Vargas apoiava-se na concessão de direitos aos trabalhadores, paralelamente a sua submissão como classe. A inexistência, ou quase, da sociedade civil, chegava ao proletariado como corporativismo e esse, além de seu caráter repressor evidente, carregava consigo uma dose milimetricamente planejada de mobilização. Eram os comícios em praças públicas, ou as comemorações dos aniversários de Getúlio, ou ainda a própria espinha dorsal do sindicalismo que tinha a função da orientação e da disciplina, mas que trazia em potencial a disponibilidade de intervir em futuros embates políticos. A regulamentação da justiça do trabalho em 1º de maio de 1939 e a proibição contra as associações não integradas ao Ministério do Trabalho, entre outras, foram medidas de caráter repressivo que não permaneceram estáticas em seus objetivos iniciais. Tanto é assim que, de forma contraditória e equívoca, como adiante consideraremos, as organizações de esquerda não ousaram alterar completamente seu funcionamento, na conjuntura posterior de 1945-1946. E poderíamos, num lance de arrojada imprecisão, afirmar que a discussão sobre o papel da autonomia sindical é, ainda em nossos dias, um desdobramento das raízes cravadas no auge da primeira ditadura modernizante do país.

Portanto, a chave para o entendimento do processo de transição brasileiro no imediato pós-guerra nos parece colocada na questão da "aliança para baixo". Ou melhor, na intercessão entre o momento conjuntural em que o problema da guerra toma o rumo do acordo continental e a possibilidade de o ditador acionar a "aliança para baixo". Esta chave estará presente nas decisões, ou nas indecisões, da esquerda quanto ao tratamento a ser dispensado à herança getuliana, nos anos seguintes. Os comunistas, pelo menos em 1945 e no início do governo Dutra, tenderam a se apoiar na imagem de Vargas; os socialistas, por sua vez, tenderam a rejeitar qualquer relação com ele. Mas essas duas atitudes não contaram com suficiente convicção a ponto de marcar, definitivamente, os comportamentos daqueles militantes que oscilaram entre pregar uma reformulação das instituições políticas e admiti-las



como razoáveis. Isto é, a ambigüidade getuliana estendeu-se muito além dos partidos dominados diretamente pelo "pai dos pobres".

A hipótese de mobilização dos trabalhadores - mais especificamente do que mobilizar massas - em benefício da continuidade de seu regime populista, foi planeada por Vargas em momentos diversos: durante o Estado Novo ou mesmo antes, e não apenas como escapatória para impedir sua deposição em 1945. Evidentemente, não se pretende sugerir que um único braço tenha movido a roda da história, mas reconhecer em sua liderança o crisol em que tendências e possibilidades da política de classes foram apuradas pela sociedade, a partir de 1930. Abandonamos aqui a interpretação da personalização do poder de Vargas como autonomia do Estado em relação às classes dominantes, em favor de uma concepção que atribua a sua figura a corporificação de uma relação de classes que exigia a alienação da política. Assim, como afirma Paulo Sérgio Pinheiro, "para que Vargas pudesse ser a fonte única do poder político era preciso que a política se deslocasse das ruas para o aparelho de Estado. No isolamento das decisões do Estado, dominava a burocracia, que justificava sua atuação e sua lealdade a Vargas em nome da realização de um projeto de 'construção nacional'".<sup>5</sup> Ocorre que o domínio da burocracia tem de ser entendido não como um fim em si, mas dissimulando o poder tal como ele se encontrava, além da aparência. Na verdade, a burocracia estadonovista pautava o seu poder em sua autoridade, de uma forma circular, na qual a razão explicava o fim e vice-versa. E, o endeusamento da autoridade do Presidente valia como um conjunto de idéias fáceis de se transmitirem, e de ganhar a massa - uma ideologia pronta.

A grossa fatia de poder amealhada por Vargas em sua ditadura nos leva a considerar ainda outras questões importantes para a análise do comportamento das esquerdas no período. Tais como: por que o processo de dissolução da ditadura se inicia justamente no momento em que as classes dominantes e os aparelhos do Esta-

5 "Getúlio Vargas (1883-1954): Reexame de alguns mitos", *Revista de Cultura Política*, Cedec.

do optam pelos Aliados?; por que a passagem para uma situação dinâmica, que substituiu a profunda apatia política dos primeiros anos da ditadura, deveu-se à entrada (e à preparação para...) do Brasil na guerra?; quanto se pode creditar à tentativa de cooptação (e em que nuance a cooptação significou conquista ou imposição?) dos trabalhadores, que Vargas intensificou a partir de maio de 1943, quando estimulou a sindicalização em massa e, em 1º de maio, quando promulgou a CLT?

Há também outra questão, muito significativa para orientar uma análise das diferenças entre as opções adotadas pelos socialistas e pelos comunistas: a dos "dois projetos democratizantes", isto é, o de Vargas e o das forças liberais. Não obstante estivessem os dois projetos orientados pelo alto, há autores que, em suas interpretações, tomam posição ao lado do "projeto" de Vargas, pois esse não prescindiria da participação das forças populares.<sup>6</sup> Os comunistas estariam agindo de acordo com os interesses populares, nesse sentido, quando por exemplo optaram pela União Nacional com Vargas contra o "golpismo pseudoliberal" que desejava uma nova ordem institucional para estancar o progresso da democracia nacionalista, tal como ela poderia desenvolver-se a partir da base estadonovista.

A questão exige um entendimento da relação entre esquerda e democratização. Sobre o uso dessa expressão, esquerda, para abarcar comunistas e socialistas brasileiros, convém observar que foi a partir da desorganização do PCB, no período do Estado Novo, e da crise vivida para a sua reorganização que individualidades de esquerda, sobretudo intelectuais, permitiram-se a suficiente liberdade para pensar opções para o socialismo no Brasil. Portanto, conjectura-se que o próprio nascimento do PSB só foi possível nesse contexto. O grande número de militantes ex-comunistas presentes no PSB tem aí sua origem.

A reinterpretção do período elaborada por Francisco Weffort, no trabalho denominado *Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)*, parte da tese ousada de que na conjuntura de 1945-1946 - período básico para o pro-

6 VINHAS, 1982, e GIOVANETTI NETO, 1986, entre outros.

cesso de institucionalização dos sindicatos sob o controle do Estado - a atuação das esquerdas em geral, e do PCB em particular, promoveu o funcionamento de um nítido esquema de dominação: "o controle do Estado sobre a classe operária teve de esperar pelo empenho da esquerda... para conquistar alguma eficácia real...".<sup>7</sup> Toda a argumentação presente no artigo está submetida à necessidade de confirmação desta tese. Assim, Weffort parte do princípio de que o sindicalismo populista nasceu sob a direção da política populista, diferentemente do que teria ocorrido na Argentina. Mas é possível separá-los dessa forma, tornando-os departamentos estanques? A resposta afirmativa a esta questão serviu ao autor para subordinar muitas outras idéias que compõem a sua explicação do papel da esquerda. Por exemplo, separar política populista em geral e sindicalismo populista, em particular, permitiu a ele "explicar" por que Vargas e seu regime populista só se ligaram ao movimento operário quando em desespero; e disso fez decorrer que Vargas teria usado o movimento operário liderado pelos comunistas apenas para manter-se no poder (em 1945). Weffort não admite que a própria essência do Estado Novo estivesse marcada pela relação com o movimento operário, daí preferir analisar sindicalismo, de um lado, política geral, de outro.

Mais ou menos o mesmo corte aparece na relação estrutura/conjuntura. Isto é, autonomizando a conjuntura lhe foi possível separar política populista de ação do movimento operário. Em contradição com esse corte, Weffort mostra a atuação do Estado concorrendo com o movimento operário espontâneo para desorganizá-lo: isso significa direção, interferência ou qualquer outra palavra que identifique relação. Talvez o autor tenha razão quanto à aliança mais íntima de interesses entre regime populista e movimento operário só ter ocorrido com a crise do regime estadonovista, mas não se pode desconsiderar a ação (ou inação significativa, ou repressão) do Estado pós-30 sobre o movimento operário.

Enfim, o que se quer notar é que a atribuição de completa novidade ao movimento operário pós-45 serviu ao autor para

7 WEFFORT, op. cit., p.71.

acentuar a possibilidade de o PCB atuar livremente da estrutura e optar por um caminho inusitado. Não ter aproveitado esta "situação em que os homens fazem história"<sup>8</sup> e ter optado pelo conservadorismo, "foi" o grande equívoco das esquerdas.

Sem pretender desvalorizar a análise desprezada e corajosa da submissão das esquerdas ao populismo varguista elaborada por Weffort, é necessário notar o evidente exagero de crítica ao PCB. No texto, a sua ação aparece como mesquinha e decididamente subserviente, como se sua atuação estivesse dependente apenas da volição: "O apelo de Vargas à união nacional em torno do governo... foi respondido pelos comunistas que depois farão sua a posição assumida neste momento pelo governo" (agosto/1942).<sup>9</sup> Além de desconhecer os precedentes a que nos referimos, Weffort não atribui importância estratégica a um ato de adesão que, segundo ele mesmo, se coloca no momento em que o governo decidiu entrar na guerra e, portanto, dar início à contradição que puxou o fio da meada que desfez o Estado Novo. Ressalte-se que o apoio ao governo aparecia sempre ao lado da reivindicação de anistia geral.<sup>10</sup>

Mesmo considerando apenas as discussões que se travavam dentro do setor comunista da esquerda da época, é preciso reconhecer nuances na questão da interpretação do "futuro da revolução brasileira". Isto pode explicar o porquê do comportamento comunista. Ou seja, o esquema teórico então em voga separava os intérpretes em dois grupos: os favoráveis à revolução democrático-burguesa e os que afirmavam o caráter essencialmente capitalista da formação social brasileira. Aos primeiros parecia necessário o cumprimento de etapas preestabelecidas, aos outros, a luta pelo socialismo colocava-se imediatamente. A opção do PCB, diante dessas alternativas - e submetida ao etapismo - ocorreu majoritariamente em favor do fortalecimento do Estado em detrimento

8 WEFFORT, op. cit., p.70.

9 WEFFORT, op. cit., p.77.

10 Esse trabalho de Weffort foi duramente contestado por C. E. Martins e M. H. T. Almeida, em *Modus in rebus* (mimeogr., s. d.), dando origem a um debate que produziu ainda uma réplica com título *Dejemonos de farsas mutes! História crítica ou História ideológica* (mimeogr., s. d.).

da sociedade civil, tendo a questão de obter sua legalidade jogado um peso formidável. É esse o ponto essencial da questão, ao qual queríamos chegar.

Não se trata de levantar a história do PCB para recolocá-la "no ponto certo", mas de reconhecer as posições ocupadas pelos socialistas diante dos procedimentos comunistas. Isto é, de uma forma geral a opção socialista inverteu a equação: procurou justamente fortalecer a sociedade civil mesmo que isso viesse em detrimento do Estado. Nesse caminho, percorrido ao longo de duas décadas, colocam-se as propostas socialistas para o entendimento das funções partidárias (que tratamos no capítulo 3 deste trabalho), ou para a compreensão das relações entre as classes sociais (idem, capítulos 4 e 5), ou mais diretamente para a percepção do seu papel diante do comunismo no Brasil (idem, capítulo 6).

Além dessa questão geral cabe conjecturar sobre outras mais pontuais:

- ao formularem a política de "ordem e estabilidade", os líderes comunistas colaboraram com a estrutura sindical de tipo fascista, mas quais as possibilidades de agirem diferentemente? Na análise do comportamento dos socialistas democráticos teremos de ter toda a atenção voltada para o caso, pois a eles coube a tarefa de, criticando a subserviência comunista aos ditames internacionais, elaborar alternativas para democratizar a estrutura sindical;
- reconhecendo que houve uma relação paradoxal entre o Partido Comunista e a classe operária na conjuntura, devemos nos perguntar se a contradição - isto é, a ambigüidade entre populismo conservador e sindicalismo de esquerda - não poderia provir da própria classe operária que, debatendo-se em dilemas, mostrou-se incapaz de se dirigir autonomamente? E se fosse dirigida por algum partido, esta direção poderia ter capacidade tal de significar mudança real no comportamento da classe nas suas relações políticas?;
- a conjuntura, 1945-1946, foi aberta suficientemente para que ocorressem mudanças, pois o fim da experiência fascista e a

crise da ditadura no país criaram esta circunstância. Mas o quanto, de fato, as portas estavam abertas para novas personagens? Eis uma questão que envolveu a razão e a imaginação, não apenas de comunistas mas da esquerda em geral.

Distante da camisa-de-força imposta pela "linha justa" do bolchevismo internacional, os socialistas democráticos - lidando sempre com a incerteza de uma doutrina que não incluía a possibilidade cabal de prever o futuro - elaboraram propostas de substituição do populismo em política popular, dirigida para a satisfação genérica dos "interesses globais" da sociedade. A sua proximidade com os liberais da UDN no período, o contato com críticas acerbas contra os comunistas, e o distanciamento em relação aos trabalhadores e às lutas sindicais, podem ter formado um jogo de contradições tal que lhes tenha permitido emitir opiniões e realizar campanhas significativas para o entendimento da república populista brasileira. Essa é outra de nossas principais questões.

Numa sociedade em que os comunistas colaboraram com a implantação da política sindical fascista de Vargas, para seguir a hipótese de Weffort, a chave da razão democrática pode estar nos minoritários socialistas. Nos anos 40 e 50, em suas minúsculas sedes, os parques socialistas de São Paulo sonhavam não com uma "aliança para baixo", mas com uma sociedade de cidadãos autônomos, tal como pequenos semeadores presumem a chuva criadeira que lhes faria germinar a futura colheita. Seu partido, o PSB, "não tinha importância para o Brasil" - como declarou um membro frustrado dessa exígua grei - mas suas aspirações eram grandiosas. "Nesse mundo às avessas", a lógica do poeta Affonso Romano de Sant'Anna, em *Que país é esse, é* explicativa: "a cor da noite é obscura e a claridez vespertina".

## ANTECEDENTES E CRIAÇÃO DO PSB-SP

É possível conjecturar sob a existência de alguma vinculação entre os socialistas do período da República Velha e os intelectuais pós-Segunda Guerra, que animaram o PSB. Uma de suas fi-

guras básicas no sentido da postulação de diretrizes, Paulo Emílio Salles Gomes, parece ter-se inspirado no cabedal democrático das mesmas idéias socialistas reformistas que notabilizaram o grande intelectual ítalo-paulista Antonio Piccarolo. Além da vivência comum ao ambiente cultural da mesma cidade, e mais especificamente, nas mesmas salas de aulas da Universidade de São Paulo, o já então velho Piccarolo ofereceu sua adesão tácita à criação da Esquerda Democrática, e foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, no ano mesmo da sua morte. Por doação, sua biblioteca particular constituiu a biblioteca do PSB, e é bem possível que livros clássicos do socialismo reformista tivessem chegado às mãos de Paulo Emílio, como de resto a outros militantes, por esta fonte.<sup>11</sup> Antonio Candido de Mello e Souza, para quem a lembrança de Piccarolo é muito viva até hoje, procurando recordar-se das influências literárias de Paulo Emílio, refere-se a um dos intelectuais italianos com quem il *Vecchio professore* declarou ter mais afinidade: "alguns pontos de vista de Rossellí, expostos

11 Em 1965, os membros remanescentes do PSB doaram a biblioteca juntamente com o que restava do acervo de Piccarolo. Segundo o depoimento de João Chakian, o beneficiário foi "o Arquivo da Questão Social do Edgard Leuenroth. Ele estava tentando criar uma fundação. Foi feita uma escritura pública pelos liquidantes do Partido com os bens, para uma entidade que criamos e que teve vida efêmera, o Centro de Debates João Mangabeira. Na triagem perdeu-se muita coisa". Esta última entidade teria, então, repassado o material para Leuenroth.

*OBSERVAÇÃO:* o autor gostaria de informar que adotou os seguintes critérios para proceder ao copidesque dos depoimentos orais e sua transcrição para texto de redação:

1) nas ocasiões em que o depoente interrompeu um pensamento que começava a enunciar e mudou o seu sentido de moto próprio iniciando outra frase, indicamos o fato com a colocação de simples reticências: ...;

2) quando a fala original foi seccionada por nossa decisão, a fim de que se transcrevesse apenas o que interessava para o momento, usamos reticências entre parênteses: (...);

3) houve oportunidades em que julgamos necessária a inserção de palavras não pronunciadas pelo depoente mas importantes para que o sentido completo do que dissera fosse revelado. Assim, as acrescentamos entre parênteses, a fim de que ao leitor nada restasse obscuro;

4) foram extraídas as repetições de fala, vazias de conteúdo - tais como, "né", "então", "entende" etc. - desde que não provocassem alteração no sentido do que estava sendo enunciado.

no livro *Socialismo liberale*, chegaram até Paulo Emílio, porque têm afinidades com o que pensava".<sup>12</sup> Também Hermes Lima, em sua passagem por São Paulo, privou da companhia de idéias do grande socialista ítalo-brasileiro, pois chegou mesmo a lecionar em um curso especial organizado por Piccarolo no Instituto de Educação Caetano de Campos. Deveria, tal curso, ser o núcleo da futura Faculdade livre que o professor sonhava criar para permitir o acesso popular ao curso superior. Sobre Piccarolo e a comunidade de pensamento estabelecida, Hermes Lima afirmou: "Era um socialista a serviço dos mais puros ideais... tinha uma riqueza - a simpatia humana, o saber amadurecido, a erudição aberta, era bom estar junto do velho Piccarolo".<sup>13</sup> Em alguma medida o pouco ortodoxo ideário socialista de Hermes Lima abeberou-se naquela fonte.

Para Fúlvio Abramo, originário de família italiana, a influência de Piccarolo, que dirigiu em São Paulo o antifascismo mais importante fora da Itália, foi decisiva pois significou a participação numa comunidade ítalo-paulista que abriu o debate sobre a questão operária no período da República Velha: "Fui aluno do Piccarolo, mas não só dele. No Dante Alighieri havia o Arrigo Miuto que era socialista. O Colégio era reacionário, mas ele dava exposições sociológicas das coisas, falava das classes... O meu irmão Lívio tinha sido desenhista do jornal *Il Piccolo* e tinha contato com os italianos antifascistas, comunistas, socialistas e anarquistas. Ele nos passou essa semente".<sup>14</sup>

Entretanto, com a Segunda Guerra houve - conforme já observamos - uma significativa alteração do panorama socialista internacional, e uma espécie de corte político-intelectual pode ter-se produzido. URSS e EUA despontaram como protagonistas, cada um em "seu mundo", de um enfrentamento que absorveu todas as forças sociais. Após um breve período de coexistência pacífica entre comunismo e capitalismo, sustentado pelas vicissitudes do conflito, estabeleceu-se a guerra fria. O Brasil - que após a rede-

12 "O militante político: radicalidade e compromisso", in: CALIL & MACHADO, 1986, p.61

13 LIMA, 1976, p.74.

14 Depoimento concedido ao autor.



mocratização desfrutava um aparente *boom* nos negócios internos e externos, cuja repercussão em termos sociais somava-se ao crescimento industrial das duas décadas anteriores - mostrou-se vulnerável a essa conjuntura de enfrentamento. A instável democracia então vigente, povoada pela revivescência das lideranças e partidos anteriores ao Estado Novo, repunha na ordem do dia velhos fantasmas, e o socialismo nas suas formas mais diversas tirava o sono dos guardiães da ordem estabelecida. De certa forma a inquietação justificava-se, pois os trabalhadores conquistavam uma relativa unidade através da (re)organização de modernos partidos, como o Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialista Brasileiro, ou mesmo, o Partido Trabalhista Brasileiro. A fragmentação e a impotência política que tantas vezes caracterizara o movimento de esquerda no passado, parecia superável. No entanto, o recrudescimento da guerra fria fez-se presente nas cassações de mandatos dos deputados e senadores do PCB, do registro legal do partido, e pelo rompimento de relações entre Brasil e URSS.

Tal conjuntura, marcada por avanços e recuos, viu originar-se e desenvolver-se o PSB. Segundo o historiador Edgard Carone, em São Paulo, o Partido resultou de "um processo de fusão de vários núcleos esquerdistas estaduais, processo este que reúne grupos ideológicos socialistas com nuances diferentes".<sup>15</sup> Em São Paulo, uma das conseqüências não menos importantes do regime ditatorial do Estado Novo foi provocar o nascimento de grupos oposicionistas marcados por um comportamento que rejeitava dois tipos comuns de características partidárias da esquerda: aquele que se distinguisse por ausência de liberdade interna, e o que se apoiasse na superação da luta de classes pela via comunista soviética. Assim é que, em 1942, um pequeno núcleo de estudantes e intelectuais, quase como extensão de suas tarefas acadêmicas na Faculdade de Filosofia e na de Direito da USP, resolveu formar um grupo, mais de estudos do que de ação, que recebeu "por piada, o nome altissonante de Grupo Radical de Ação Popular (GRAP)" - como informa um de seus componentes, Antonio Candi-

15 *Movimento Operário no Brasil...*, 1981, p.XIV

do de Mello e Souza.<sup>16</sup> O grupo se reunia na casa de Paulo Emílio Salles Gomes e compunha-se de mais quatro membros além dos citados: Antônio Costa Corrêa e Germinal Feijó, da Faculdade de Direito, Paulo Zingg, jornalista, e Eric Czaskes, um gráfico de origem austríaca. A atestar o espírito grandiloquente que hoje Antonio Candido situa como piadista, mas que na época podia marcar uma juventude que carregava consigo a intenção de realizar grandes tarefas, Cory Porto Fernandes, em depoimento concedido ao autor, explicou a origem da expressão Resistência nascida no interior da Faculdade de Direito de São Paulo: "Estava em moda a Resistência Francesa durante a guerra e então nós mesmos nos intitulamos Grupo da Resistência, pois nós tínhamos lutado contra a ditadura do Getúlio".

Nesses grupos, formados sobretudo por estudantes, o interesse político nem sempre se sobrepunha ao intelectual. Paulo Emílio atestou a pouca disposição de alguns entre seus amigos para a ação política efetiva. Comentando a volta ao Brasil, no início dos anos 40, depois de um longo estágio na Europa, afirmou: "O grupo a que me liguei mais foi o dos amigos do Décio (de Almeida Prado), que conheci nessa ocasião: o Antonio Candido, o Lourival Gomes Machado, o Rui Coelho e outros. Eram pessoas que na época não tinham nenhum interesse mais especial por política".<sup>17</sup> Quase todos os amigos de Paulo Emílio e os membros do GRAP compuseram posteriormente o PSB.

A oposição decidida à ditadura permitiu que, em 1943, o GRAP alcançasse diversas adesões de outros estudantes de Direito do Largo São Francisco, onde já se articulavam ações públicas de oposição a Vargas. O próprio Paulo Emílio julgou que os mais dispostos a "fazer alguma coisa contra o Estado Novo foram os estudantes da Faculdade de Direito. Disso não há dúvida nenhuma - e fundamentalmente através do Germinal Feijó".<sup>18</sup> Ele mesmo, e o citado Germinal, haviam participado, em março do pró-

16 Op. cit., p.61.

17 *Folha de S.Paulo*, 11.9.1987, "Memórias Políticas de um Crítico: depoimento de Paulo Emílio Salles Gomes a Edgard Carone".

18 Id. *ibid.*

prio ano de 1943, da fundação da Sociedade Amigos da América no Rio de Janeiro, presidida pelo general Manuel Rabelo, composta por generais como Horta Barbosa e Cândido Rondon, e líderes da futura UDN, tais como Afonso Arinos e Virgílio de Melo Franco. O manifesto de lançamento dessa Sociedade declarava que seu fim era lutar contra o fascismo, tanto interno como externo. Assim, experientes da organização de uma instituição nacional, foram promotores de uma verdadeira Frente de Resistência que se formava, em São Paulo, com militantes de diferentes colorações políticas, dentre eles muitos liberais e alguns que se auto-denominavam socialistas. Lideraram, juntamente com outros estudantes, os "distúrbios (desencadeados a partir da Faculdade de Direito do Largo São Francisco) de novembro de 1943, quando morreram 2 pessoas e ficaram feridas 23".<sup>19</sup> O crescimento da oposição à ditadura, com a entrada do Brasil na Guerra junto aos aliados, exigia repressão por parte do governo, mas ao mesmo tempo intensificava a mobilização da sociedade contra ele próprio. Diversos setores além dos estudantes - tais como profissionais liberais, jornalistas, políticos comunistas em divergência com a sua Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), operários engajados - aderiram às manifestações e, em 1945, o movimento ganhava condições de estabelecer uma vida associativa mais eficiente.

Exatamente em 1945, verificou-se um esboço de tentativa de acordo entre setores da esquerda, que em seu conjunto havia sofrido a repressão estadonovista. Conforme o que ocorria em alguns países europeus, isto é, uma aliança tácita entre comunistas e socialistas nas mesmas hostes da "resistência" - aliança esta que, por exemplo, no caso do Partido Socialista Italiano perdurou até os anos 50<sup>20</sup> - no Brasil, a oportunidade abriu-se de forma singela quando uma espécie de comissão da Frente de Resistência acima referida esteve no Rio de Janeiro à procura de diálogo com

19 CARONE, 1982, p.432. Do ponto de vista de um estudante da Faculdade de Filosofia, os seus colegas do Largo São Francisco exerciam o papel de guias do comportamento adversário à ditadura. Ver FERNANDES, "Depoimento sobre Hermínio Sachetta", in: SACHETTA, 1992, p.76.

20 CARTIGLIA, 1978, p.359.

Luiz Carlos Prestes. Entre várias visitas que "o Cavaleiro da Esperança" recebeu, ainda preso, estiveram os paulistas Germinal Feijó, Cory Porto Fernandes e Paulo Emílio Salles Gomes. Estes representantes do socialismo de São Paulo procuraram-no com vistas à ampliação do movimento que encetavam. Todavia, apesar de Paulo Emílio permanecer horas a fio na cela do líder comunista, dali saiu frustrado. Quase não emitira nenhuma palavra - relatou a seus companheiros que ficaram aguardando o resultado da entrevista em um bar das proximidades da cadeia -, pois Prestes "falara sem parar todas aquelas horas sobre a necessidade da união com Vargas".<sup>21</sup> Também vários comunistas procuraram Prestes nesta ocasião e muitos saíram decepcionados com a falta de informação demonstrada por ele e com a repetição, à exaustão, de que era preciso apoiar Vargas. A adesão de comunistas à Frente de Resistência permaneceria exígua, mesmo que alguns como Astrojildo Pereira e Mário Schemberg mostrassem simpatia por Eduardo Gomes, que começava a arregimentar em torno de si várias forças heterogêneas contrárias ao Estado Novo.<sup>22</sup> É preciso notar que esta "simpatia" feria frontalmente a decisão da Conferência da Mantiqueira, do PCB, que em 30 de agosto de 1943 decidira que o governo Vargas não era de tipo fascista, e merecia ser preservado. De qualquer forma, a dita simpatia perdurou somente até que os envolvidos lessem a palavra oficial de Prestes, publicada pela imprensa do Rio, em 26 de abril de 1945. No Brasil, nascia morta a aliança que em outros lugares aproximou esquerdistas do poder.

Paulo Emílio e Germinal também participaram no mesmo mês de abril, como membros da Frente de Resistência, da formação

21 Cf. Depoimento de Cory Porto Fernandes, concedido ao autor.

22 DULLES, 1985, p.269 e 270. Durante o Estado Novo, o PC viveu um período de desorganização em que seus militantes não seguiam a mesma direção. Em 1937, a direção nacional apoiada pela Internacional Comunista sustentou a candidatura à presidência da República de Armando de Salles Oliveira, enquanto a maioria do Comitê Central aderiu a José Américo de Almeida. Na ocasião o Comitê de São Paulo propusera a criação de outro CC. Assim, o golpe apanhou o PC em pleno impasse. Em 1943, formou-se a CNOP que só se transformou em CC em 1945, quando Prestes dirimiu divergências apoiando-a.

de uma outra frente mais abrangente e que deveria, por algum tempo, atrair-lhes a atenção: a União Democrática Nacional. No entanto, o núcleo socialista só deixou a Frente de Resistência - que se dissolveria pouco após - em maio, quando formalmente constituiu a União Democrática Socialista (UDS). Paulo Emílio<sup>23</sup> liderou intelectualmente e assentou as bases teóricas da UDS, através do documento *Manifesto da UDS* (junho/1945). Todo o socialismo democrático, que viria a impor-se como linha dominante do PSB, tomaria o documento como sua certidão de nascimento. A partir do assentamento dessa diretriz foi possível a adesão de numerosos militantes de esquerda, diversos entre si na confrontação que mantinham com o PCB: comunistas frustrados com as denúncias sobre o stalinismo, ex-trotskistas, militantes do incipiente Partido Socialista Brasileiro vigente nos anos 30,<sup>24</sup> cristãos progressistas, operários, até então desvinculados da vida partidária. Daí a presença na UDS de nomes como Antônio Costa Corrêa, Plínio Gomes de Mello, Arnaldo Pedrosa D'Horta e Febus Gikovate, egressos do comunismo, alguns com passagem pelo trotskismo; Fúlvio Abramo e Aristides Lobo, jornalistas, ex-líderes trotskistas;<sup>25</sup> Azis Simão, socialista - todos portadores de experiência política de esquerda que antecedia os silêncios e sombras do Estado Novo. Antonio Candido, referindo-se à capacidade

23 De família abastada, Paulo Emílio Salles Gomes iniciara sua militância através da Juventude Socialista, organização do PCB, em 1934. Com a revolta comunista de 1935 foi preso. Dois anos mais tarde exilou-se na França, onde conviveu com a crítica aos processos de Moscou e o repúdio ao stalinismo.

24 Em maio, ex-militantes deste PSB viveram a dúvida de tentar reviver seu partido ou somar-se ao movimento mais geral, o que acabou por ocorrer. Por isso, apareceu no *Diário de S. Paulo*, em 27.5.1945, um manifesto anunciando sua refundação.

25 Antônio Costa Corrêa pertenceu à Juventude Comunista, em 1937. Alguns socialistas haviam ocupado posições importantes na implantação do trotskismo no Brasil: Aristides Lobo foi dirigente do Grupo Comunista Leninista, formado dentro do PCB, em 1929; Plínio Gomes de Mello pertenceu ao grupo trotskista de São Paulo liderado por Hermínio Sachetta; Febus Gikovate, que militara no PCB e dele se distanciara após 1935, chegou a ser chefe do trotskismo brasileiro, no Rio de Janeiro, quando da partida de Mário Pedrosa para a Europa, em 1938. Neste ano mudou-se para São Paulo a fim de fazer proselitismo a favor do Partido Operário Leninista, junto a Hermí-

aglutinadora do "Manifesto", observou que: "Quando pessoas como Azis Simão, Arnaldo Pedroso D'Horta, Febus Gikovate, Fúlvio Abramo leram este documento, disseram: '- Bem, é isto que nós queremos'"'.<sup>26</sup>

A propósito da diversidade relativa dos grupos de esquerda que apoiaram a UDS, note-se que, em comum, traziam, desde antes do Estado Novo, a aversão ao comunismo soviético e a perseguição dos aparelhos repressivos do Estado. Aristides Lobo e Fúlvio Abramo foram presos em São Paulo, logo após o levante militar comunista de 1935, apesar de terem-se oposto ao movimento: o que dá bem a medida das divergências intra-esquerda, mas que, no entanto, unifica a todos diante da repressão. A UDS teve vida efêmera - suas "forças eram fracas e as tarefas muito grandes"<sup>27</sup> -, pois tangida pela questão da participação eleitoral, necessária à viabilidade de seu projeto, e apoiada pela ascensão nacional de propostas socialistas semelhantes, integrou-se à formação da Esquerda Democrática, enviando ao Rio de Janeiro delegados que subscreveram o "Manifesto" de fundação desta nova agremiação, em 25 de agosto de 1945.<sup>28</sup> Segundo Antonio Candido, o grupo operário, que ele identificou como negros metalúrgicos, se afastaria nesse momento, discordando do excessivo ecletismo da Esquerda Democrática, que afinal tinha como *leitmotif* apoio à

nio Sachetta, secretário regional do PCB e seu grupo, que estavam por desligar-se do partido. Em 1939, o POL e o grupo de Sachetta transformaram-se no Partido Socialista Revolucionário (em 1946, Seção Brasileira da IV Internacional) no qual Gikovate manteve-se por pouco tempo, deixando logo a seguir o trotskismo; Arnaldo Pedroso D'Horta foi o primeiro diretor da *Revista Problemas* (1937).

26 Cf. Depoimento concedido ao autor. Em *Recortes* (1993, p.186), Antonio Candido refere-se à visita de Leuenroth ao Partido em São Paulo: "Festejado por uma salva de palmas, Edgard se levantou, vibrante e risonho, com sua franzina silhueta de uma distinção rara, e agradeceu. Disse que, como velho revolucionário, não quisera ficar em casa no Primeiro de Maio; e verificara que só no Partido Socialista poderia comemorá-lo dignamente; por isso, estava ali. No entanto, era dever de honestidade declarar que discordava essencialmente dos companheiros socialistas". O espírito de comunidade não estava em ter as mesmas idéias, mas em sentir-se companheiro.

27 CANDIDO, 1993, p.183.

28 Além dos delegados de São Paulo e Rio de Janeiro, estavam presentes representantes do Rio Grande do Sul, Goiás e Sergipe. Ver CARONE, 1981.

candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. De qualquer forma, esta defecção não deve dar margem a uma única e inequívoca leitura, já que a facção trotskista reuniu em torno da *Vanguarda Socialista*, no Rio de Janeiro, apoiara sem titubeios a campanha liderada pela UDN. Para Mário Pedrosa, diretor daquele periódico, a luta contra o fascismo estadonovista perdera "o caráter de luta revolucionária de massa pelo poder para tomar a aparência de uma campanha presidencial. O movimento encabeçado por Eduardo Gomes significa, no jogo das contradições sociais, um movimento progressista no sentido político; representa uma conglomeração de elementos sociais diferentes em ação unida contra a ditadura".<sup>29</sup>

Não se tendo constituído como partido político a ED estabeleceu acordo eleitoral com a UDN, e concorreu às eleições parlamentares através daquela legenda. Propôs três candidatos à Câmara Federal pelo Rio de Janeiro - Hermes Lima, João Mangabeira e Domingos Velasco - e, outro tanto, por São Paulo: Germinal Feijó, João da Costa Pimenta e Elieser Magalhães. Só os candidatos do Rio elegeram-se.<sup>30</sup> Essa aliança eleitoral, somada ao fato de que muitos membros da Frente de Resistência participaram da fundação da UDN, e alguns, posteriormente, foram fundadores da ED, provocou confusão em vários analistas do período.<sup>31</sup> Mas a ED nunca foi uma ala esquerda da UDN, é o que afirma Antonio Candido: "ela se formou como entidade própria a partir de liberais socializantes que não se ajeitaram na UDN, cristãos progres-

29 *Vanguarda Socialista*, 31.8.1945.

30 Hermes Lima e Domingos Velasco foram eleitos em dezembro de 1945; Mangabeira, nas eleições suplementares de janeiro de 1947, pela Bahia.

31 A ED jamais integrou a UDN, nem como grupo, nem como partido, no entanto, H. Lima, D. Velasco, O. Borba e J. Mangabeira, em 7.4.1945, participaram e assinaram a ata de fundação da UDN. Isso ocorreu com o "grupo do Rio" da ED que, portanto, constituiu-se em dissidente da UDN quando da formação da ED e, em certa medida, com o grupo de São Paulo, pois acadêmicos da Frente de Resistência a Vargas da Faculdade de Direito - tais como Wilson Rahal e Germinal Feijó - também compuseram as fileiras da UDN no breve interregno entre a fundação desta e a da UDS, isto é, entre abril e junho. Entretanto, entre outros autores, equivoca-se Afonso Arinos de Melo Franco em *A alma do tempo*: memórias (1979, p.380) ao indicar a ED como decorrente da UDN.

sistas, alguns simpatizantes comunistas de periferia e socialistas independentes".<sup>32</sup> Pode-se conjecturar que os militantes da ED c, posteriormente, do PSB tinham nítida consciência da ambigüidade da UDN, no sentido de que reconheciam nela um valioso partido de oposição ao autoritarismo getulista que jamais levaria o processo democrático a romper com os privilégios da elite econômica dos grandes centros. Essa consciência estava presente em 1945 como no período imediatamente seguinte: "A UDN (...) sofre, inegavelmente, impulsos de sentido democrático e progressista, devido à presença no seu seio, de alguns elementos influentes, que combateram o fascismo estadonovista com energia, e de intelectuais saídos da classe média, não identificados diretamente com interesses de classe. Mas toda a estrutura da UDN, sua orientação ideológica, é a de um partido burguês, que não pretende avançar além daquilo que está na constituição atual e na ordem social vigente".<sup>33</sup>

Em abril de 1946, a Esquerda Democrática realizou a primeira Convenção Nacional com a presença de 160 delegados que resolveram torná-la oficialmente partido político, adotando um programa próprio. Assim, registrou os seus estatutos conforme exigia a lei eleitoral de 28 de maio de 1945 - inclusive com a prova de adesão de dez mil eleitores em, no mínimo, cinco Estados do país - e passou a apresentar candidatos próprios às eleições. O programa e o estatuto adotados advinham de uma proposta elaborada pelos socialistas de São Paulo, e foram aprovados quase integralmente.<sup>34</sup> Nessa ocasião, Virgílio de Melo Franco, secretário-geral da UDN, diante do iminente desfazimento do acordo eleitoral em vão apelou pela sua manutenção argumentando sobre a importância do combate antifascista.<sup>35</sup> Em sua 2ª Convenção, 16 de agosto de 1947, a ED adotou a denominação Partido Socialista Brasileiro e a manteve até 1965, quando de sua ex-

32 Op. cit., p. 66.

33 *Folha Socialista*, 15.6.1949, "Crise no acordo interpartidário?".

34 Cf. Entrevista de Febus Gikovate (27.6.1979) a Isabel Loureiro, 1984 (mimeogr.).

35 *Dicionário histórico-biográfico ...*, 1984, v.3, p.2585. Em seus inícios, a UDN abrigou uma militância variada da qual não se excluíam grupos de esquerda. Ver BENEVIDES, 1989, p.34.



tinção pelo AI-2. Sobre esse início auspicioso, Hermes Lima, uma das figuras proeminentes do período de criação do Partido, que esteve vinculado às suas fileiras até meados dos anos 50, ao analisar os primeiros tempos apontou a seguinte trajetória do Partido: "quando se esboçou a idéia do Partido" havia 12 correligionários; na fundação da ED eram 62, mas "na convenção de 1949 representaram-se dezessete seções estaduais e a ela compareceram cem delegados".<sup>36</sup>

Denominar-se PSB significou tão-somente uma alteração formal, pois a proposta e os métodos de atuação já estavam consolidados.<sup>37</sup> No entanto, a formalidade continha uma mais precisa decisão - sobretudo dos socialistas de São Paulo que se esmeraram na defesa da mudança - no sentido de não apenas ser socialista mas aparecer como socialista e arrebanhar simpatias a partir desse esclarecimento e não apesar dele.<sup>38</sup> Entretanto, não é possível supor maiores transformações ligadas à escolha do nome, pois até mesmo a dualidade não-excludente, contida na expressão Esquerda Democrática, o PSB herdou. A expressão carregava consigo um programa político que na forma de apresentação - o modelo dual - podia lembrar a matriz liberal-socialista do século XIX: pretendia a gradual e progressiva socialização dos meios de produção e a identificação da função social da propriedade, quando enfatizava o primeiro termo da expressão; quando, ao contrário, a ênfase recaía sobre o segundo, a questão da socialização ganhava uma circunstância: "como expressão da vontade da maioria". Aparecia também conciliada à preservação do regime representativo, à manutenção das liberdades civis e da autonomia sindical - propostas próximas ao grupo dos liberais.<sup>39</sup>

**36 LIMA, 1978, p.196.**

**37** Há interpretações diversas, indicando uma perda de "revolucionarismo" na passagem da UDS para ED e PSB. Ver CARONE, op. cit., p.433.

**38** *Vanguarda Socialista*, 19.4.1946. O grupo paulista propusera a adoção do nome Socialista um ano antes. Em depoimento concedido ao autor, Paulo Meinberg disse: "Deu um pouquinho de trabalho... mas nós conseguimos. Havia alguns elementos mais conservadores que achavam que socialismo significava comunismo (...) O Costinha foi o mentor dessa idéia".

**39** Essa dualidade que marcou a história do PSB mantém-se atual. N. Bobbio, em entrevista a Bresser Pereira (*Folha de S.Paulo*, 5.12.1993) observou: "Para

## DOCUMENTOS SOCIALISTAS FUNDADORES

A propósito das bases teóricas sobre as quais o socialismo democrático estendeu-se, é fundamental reconhecer a importância dos primeiros documentos que abriram, por assim dizer, o leito pelo qual as proposições futuras iriam fluir. Nesse caso a "Plataforma da nova geração",<sup>40</sup> declaração de princípios de autoria de Paulo Emílio Salles Gomes - divulgada a partir de uma edição com o mesmo nome, publicada pela Livraria do Globo de Porto Alegre, em 1945, e organizada por Mário Neme - ocupa um papel pioneiro e paradigmático. A "Plataforma" pretendeu recolocar o marxismo num patamar ao mesmo tempo nacional e aberto à sociedade multifacetada vigente. Tentou abraçar uma dialética que até então servira para reproduzir modelos estranhos ao país. Ou, como observa Décio de Almeida Prado, que viveu a repercussão desse documento, tratava-se de tentar conciliar dois movimentos muito fortes nos anos 20 e 30: o modernismo e o marxismo. "A dificuldade", diz Almeida Prado, "na prática, é que eles não possuíam as mesmas raízes e não exprimiam a mesma filosofia. Se o marxismo vinculava-se ao racionalismo, ao cientificismo, tendendo à disciplina social e a uma concepção puritana da vida, o modernismo, em sua primeira versão brasileira, não desdenhava nem o lúdico, 'o poema-piada', nem a irresponsabilidade perante tudo que não seja arte do hermetismo, nem o ilógico, o inconsciente, o mágico, o mítico. Um pregava o coletivismo, organizando-se sobre tal base, o outro só com extremo sacrifício livrava-se do individualismo. Um não via com bons olhos o riso, a alegria de viver, pelo menos enquanto a nova sociedade não estivesse constituída, o outro divertia-se com as invenções da própria fantasia... Os dois proclamavam-se antiburgueses, mas em sentidos diversos..."<sup>41</sup>

mim é possível um compromisso e não uma síntese... Deve-se saber quanto de liberalismo e quanto de socialismo, na prática, pode-se pactuar em uma determinada situação. A dificuldade está, justamente, em determinar a dosagem".

40 Apud: CALIL & MACHADO, op. cit., 1986, p.86ss.

41 "Paulo Emílio quando Jovem", in: CALIL & MACHADO, op. cit.

Essa ambigüidade - pode-se afirmá-la como uma das hipóteses para o historiador -, Paulo Emílio e, depois, com mais intensidade e com mais atividade prática, os socialistas democráticos carregaram consigo durante décadas. É a mesma ambigüidade que concentra em si toda a história do socialismo democrático em São Paulo. Expressou-se através dos seguintes pares antinômicos: intelectual-popular, nacionalista-internacionalista, revolucionário-reformista, partido político-movimento social, luta de classes-harmonia de interesses, esquerda-democracia.

As idéias expressas, inicialmente, por Paulo Emílio e depois desenvolvidas pelo grupo por ele liderado naquela ocasião, servem bem como modelo para entender o socialismo democrático em todo o período ao qual nos referimos. Apesar de certa discrepância havida entre as duas maiores seções do Partido Socialista, São Paulo e a direção nacional localizada no Rio de Janeiro, é possível pensar o socialismo como um todo. No entanto, não cabe anular as diferentes concepções ou as peculiaridades de formação dos principais militantes de cada um desses centros: enquanto João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, políticos experimentados, primavam por adotar um comportamento modulado pela cultura jurídica liberal, temperada pelo trabalhismo social-democrata, paulistas como o próprio Paulo Emílio, Antonio Candido, Febus Gikovate, Fúlvio Abramo, Costa Corrêa e outros, marcados por embates da esquerda, partidária ou estudantil, mas sem experiência parlamentar, embasavam seu pensamento - mais teórico do que prático-político - em leituras marxistas. Entretanto, foi possível construir uma unidade. Em recente trabalho sobre o *projeto sui generis de cidadania* contido nas propostas do PSB, encontram-se razões e argumentos para confirmar a referida unidade conjugada à preeminência do núcleo paulista na postulação de uma linha de atuação partidária. Quer dizer, mesmo partindo de diferentes concepções políticas, o PSB pôde construir nacionalmente uma unidade de pensamento porque teve como elemento catalisador o veio doutrinário inicialmente manifestado por Paulo Emílio e o grupo da UDS: "Poderíamos dizer que o percurso dos fundadores da UDS foi o de marxistas que se deixaram penetrar por uma ampla preocupação democrática, o

que não era comum na esquerda da época. Já os fundadores da Esquerda Democrática, no Distrito Federal, fizeram penetrar numa visão liberal uma grande preocupação social, o que, deve-se reconhecer, foi difícil de ser encontrado no liberalismo brasileiro. Ambos eram caminhos novos no sentido da ampliação do conceito e da prática da cidadania. O núcleo paulista veio a desempenhar papel central na definição mais explícita dos fundamentos doutrinários do Partido da ED e na sua transformação em Partido Socialista".<sup>42</sup>

Os caminhos novos, socialistas-liberais ou outras denominações que se queira dar, foram realmente inusitados,<sup>43</sup> pois é sabido que até há pouco tempo - hoje vê-se alguma alteração nesse panorama - o Brasil primava por adotar "uma mentalidade senhorial, mentalidade que não vai embora, nem com a imigração, nem com a invasão de coisas e atitudes novas. Ela permanece firme, agarrada, mostrando que o brasileiro tem incrustado na alma um modo de ser oligárquico inconsciente, que se definiu a partir da relação senhor/escravo e vai contaminando as sucessivas elites, das mais variadas origens. De tal maneira que, quando precisamos pensar o Brasil em termos contrários a isso, temos de importar quase todos os instrumentos. Isso é normal até certo ponto, porque nas idéias políticas não há isolacionismo e o mundo tende cada vez mais a ser um só".<sup>44</sup> A questão está em compreender que os documentos fundadores, a que nos referimos, funcionaram justamente como uma combinação entre a teoria política geral, originária do marxismo e de suas revisões, e tendências do pensamento político local, oferecendo uma síntese nova que se desdobraria, não homogeneamente, nas propostas apresentadas pelo PSB, ao longo da República de 46. Assim foram tratados problemas como a organização dos trabalhadores urbanos, a ques-

42 VIEIRA, 1994, p.73 (mimeogr.).

43 Esse ineditismo deixou alguns analistas da época sem saber onde localizar o Partido. Ver FRANCO, em *História e teoria dos partidos políticos...*, 1974, p.90.

44 CANDIDO, "Sérgio, o radical", in: *Sérgio Buarque de Holanda, vida e obra*. São Paulo, Sec. da Cultura/USP, 1988, p.63. Lembre-se aqui o que ficou dito na Introdução sobre uma afirmação do prof. Weffort.

tão agrária, a valorização das instituições políticas democráticas indelevelmente aliadas à expansão dos benefícios econômicos a todos os membros da sociedade.

Entretanto, o que pareceu constituir uma característica pessoal do teórico Paulo Emílio, de certa forma também compartilhada pela trajetória do PSB, foi o que Antonio Candido apontou como uma "imaginação prodigiosa, uma prodigiosa generosidade", aliada a uma "constância inconstante" em matéria política. Ele não foi um líder organizado, nem organizador.<sup>45</sup> Sua trajetória fugaz é indicativa da inconstância tanto teórica como de organização do futuro PSB. Tal como ele o PSB tentou colocar ordem na confusão generosa, própria de dezenas de militantes intelectuais que viviam situações dilemáticas, como já apontado. Pretendiam solucionar a questão operária, sem serem operários; atingir a fraternidade coletiva insistindo na criatividade individual das personalidades intelectuais; fazer política sem ter de ceder às injunções quotidianas do poder. Enfim, unir a mudança à permanência.

Paulo Emílio foi político temporão e, se considerarmos o conjunto da sua atuação, foi muito mais relevante sua atividade como crítico de cinema. Em 1963, já distante das primeiras lides, pôde afirmar que não gostava de fazer política porque "não dou para a coisa. Já tentei, há muito tempo e fracassei. Política é ter certezas, ou fazer que as tem, e procurar impingi-las aos outros. Minhas eventuais certezas são por demais genéricas ou particulares e não valem para a ação". Mas, diferentemente do que supunha, de nenhuma forma o seu modelo de pensar era pessoal e único. Há em sua trajetória um desenho comum, intrínseco - como acima foi declarado - à história dos socialistas não comunistas. É por isso que se pode observar, por exemplo, Alípio Corrêa Neto, o "eterno" presidente da Comissão Estadual do PSB em São Paulo, desfrutando de notoriedade muito mais como militar e médico-cirurgião do que como político; o mesmo ocorreu com Febus Gikovate, também médico; Azis Simão como sociólogo político;

45 Op. cit., p.51. Paulo Emílio ausentou-se do Brasil em 1946 e só voltou em 1954, então completamente absorvido pela crítica cinematográfica.

Aristides Lobo, Fúlvio Abramo e Oliveiros Ferreira como jornalistas; Antônio Costa Corrêa como advogado; Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Arnaldo Pedroso D'Horta e Décio de Almeida Prado - este com passagem efêmera pelo grupo - como professores. Mesmo os que foram especialmente políticos, como Cid Franco, pautaram sua atuação mais na tentativa de mudar comportamentos, mentalidades, do que procuraram galgar o poder de Estado para submetê-lo aos desígnios do partido. Sua visão humanista que privilegiava a conquista da cidadania, ou mais, a conquista de condições civilizadas de relacionamento social através do processo de aprendizado - em última instância todos eram professores de humanização - precedia sempre a luta política. Com respeito aos "janistas" a coisa foi diferente, mas essa é uma outra questão.

Em "Plataforma da nova geração", logo ao início do texto, Paulo Emílio ataca a questão primordial para entender o caminho das mudanças culturais do período posterior à Revolução de 30: isto é, a maneira de ser "de esquerda". Para muitos de seus contemporâneos a questão não existia, pois só havia uma forma de ser: o clarão que vinha do oriente deveria iluminar a todos como um batismo de luz. Mas para Paulo Emílio - que aliás contou com a colaboração de companheiros do GRAP e depois da UDS, para a redação - a questão, posta assim, tornava-se dogmática: "De maneira que lá por 33-34, qualquer sentimento renovador mais energético levava logo à idéia de Rússia. Os jovens intelectuais que desejavam uma coisa mais séria do que simplesmente ter simpatia, passavam da idéia de Rússia à de Terceira Internacional e daí à Juventude e ao Partido Comunista ilegal, ou como membro militante ou então, o caso mais freqüente, agindo com uma maior liberdade dentro da esfera de influência da seção brasileira. Em contato com esses meios, o jovem intelectual passa a participar ainda mais intensamente de uma atmosfera de devoção pela Rússia, pela significação histórica no passado, no presente e no futuro. Havia mesmo, não formulada conscientemente, a crença na significação eterna da Rússia. Era religião".

No entanto, a crise mundial que acompanhou a grande guerra e a agressão nazista à Rússia teriam vindo, conforme Paulo

Emílio, reacender esta chama em alguns, fazendo anular um relativo espírito crítico construído na relação entre ditadura interna de Getúlio e luta externa pela democracia. Mas nem todos os intelectuais da nova geração, no início dos anos 40, caíram nessa armadilha ideológica, pois ocorrera uma subdivisão entre os jovens militantes: "Para o caso de alguns, o renascimento do amor pela Rússia os fez voltar exatamente ao estado de dez anos atrás... Outros encontraram plena satisfação naquilo que em literatura política ficou convencionalizado chamar-se trotskismo. Mas é cada vez maior o número dos que assumem uma posição nova. Esta posição nova ainda não está delineada e completada em todos os seus detalhes. De uma maneira geral é uma tendência a não considerar mais a Rússia como um ponto de referência fundamental e, como consequência, não mais dar importância à tradição dos organismos dela dependentes". A "Plataforma", desta maneira, estava por prenunciar não apenas uma nova geração, mas um novo mundo. Só que não sabia qual. Este era o custo necessário para o pensamento tornar-se mais livre e criativo, justamente não saber para onde ir: parecia-lhe impossível reconhecer a posição nova "ainda não delineada e completada". No plano teórico isto significava "encontrar no arsenal marxista os instrumentos exemplares para o conhecimento... (porém promovendo) uma tentativa de revisão progressista do marxismo".

"A Plataforma" somava a esta novidade teórica - de resto um fenômeno internacional como vimos acima - uma preocupação fundamental com os problemas brasileiros. Via como necessário o estudo desses problemas "devido à extrema pobreza do Brasil em matéria de idéias". Voltar-se para questões internas não lhe parecia voltar atrás, valorizar uma idéia passadista, pois um novo nacionalismo poderia estar nascendo. Não só no Brasil, mas mundialmente. Paulo Emílio aproveitava-se do marxismo clássico para provar essa sua tese: a Revolução de 17 fora sucesso do internacionalismo; a defesa da Rússia na guerra, resultado do nacionalismo. Uma nova síntese estava se processando, não com a volta do internacionalismo, mas um "neo-nacionalismo". Na verdade essa estrutura lógica é também a base do raciocínio que fez todo o conjunto ideológico dos socialistas democratas pensar, nessa mes-

ma época, num amálgama entre capitalismo e comunismo, resultando em um novo socialismo.

Antes mesmo de escrever "A Plataforma", já como resultado da conjuntura do final da guerra e da abertura do regime Vargas, Paulo Emílio e seus companheiros do GRAP, ainda no auge do Estado Novo produziram um texto intitulado "Comentário", e publicado na revista *Clima n.11*, de abril de 1943, no qual estavam presentes em embrião as idéias de "A Plataforma". Esse texto<sup>46</sup> já traz consigo o gérmen de uma proposta socialista essencialmente contemporânea - que, posteriormente, foi melhor elaborada em "A Plataforma", como foi visto. A proposta adotava uma visão de que democracia implicava imprevisibilidade do futuro, afastando a dogmática determinista da vida social e política. Em "Comentário" a questão aparece assim colocada: "A nossa posição crítica em relação à ortodoxia marxista e às suas habituais expressões políticas provocou, de uma maneira geral, reações sadias. É claro que os espíritos presos à rigidez da nova escolástica recebem sempre com desconfiança a expressão de um não-conformismo. Aquelas raras pessoas que julgam a crítica dos dogmas das internacionais históricas como um trabalho intelectual nefasto às perspectivas humanas abertas pela causa defendida pelas Nações Unidas, aquelas que acreditam que o se pôr em cheque as verdades envelhecidas redundaria automaticamente no reforçamento das possibilidades fascistas - essas pessoas, que pretendem forjar as verdades inéditas do futuro com as noções gastas do passado, essas pessoas, é claro, não podem nos aceitar".

Tecendo observações sobre o "Comentário", Antonio Candido<sup>47</sup> afirma que a importância da publicação deveu-se a três razões: primeiro, partia do princípio de que as posições progressistas poderiam se unir, já que representavam "a corrente positiva da civilização do Ocidente a partir do cristianismo, exprimindo-se pela busca da igualdade e da liberdade sob diversas formas, que animam as variedades da democracia e do socialismo". Havia no ar uma grande esperança, a de "que no pós-guerra os dois princí-

46 Apud: CALIL & MACHADO, op. cit., p.78.

47 "O militante...", op. cit., p.59 c 60.



pios pudessem harmonizar-se". Em segundo lugar, pregava o fim do internacionalismo. O "Comentário" sugeria que se repensasse a "luta pela liberdade e a igualdade em termos de cada nação". Estaria encerrado o ciclo das Internacionais comunistas ou socialistas. Em terceiro lugar, afirmava que o "marxismo era componente fundamental na busca desta nova posição, mas que a sua fase ortodoxa e dogmática estava ultrapassada; daí a necessidade de adaptá-lo em sentido aberto".

Harmonização do capitalismo e do socialismo e fim do internacionalismo excludente através de um marxismo humanizado: estas as bandeiras inquebrantáveis do também novo socialismo. Isto significou a perda de um socialismo, mas, por outro lado, o encontro de outro. Como nos é contemporânea a questão!

O campo estava, então, demarcado. Como se viu, ao "Comentário", seguiu-se "A Plataforma", mais explícita e objetiva, sugerindo modos de pensar diretamente o Brasil. Restava politizar, inserir as diretrizes numa prática que considerasse a luta interna e sua viabilização em termos de sociedade e Estado. Restava consignar uma declaração de ação político-partidária e fixar as reivindicações. Esta foi o "Manifesto da União Democrática Socialista -UDS", que estabeleceu o comportamento a ser seguido pela Esquerda Democrática e seu segmento oficial, o Partido Socialista Brasileiro. O Manifesto da UDS dedica seu texto "Ao povo brasileiro. Aos trabalhadores da cidade e dos campos. A mocidade das fábricas e das escolas". Uma dedicatória que, dada a história de vida da maioria de seus subscritores poderia ser lida às avessas. Isto é, em primeiro lugar à mocidade das escolas, de onde provinham fazia pouco Antonio Candido, Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, Israel Dias Novais, Benedito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Rômulo Fonseca, Paulo Emílio e Renato Sampaio Coelho, dez entre os 14 signatários. Elisa Romero, uma das assinaturas restantes, era uma economista que prestava serviços a pequenas indústrias da capital, e portanto tinha ensejo de se relacionar com operários. Luiz Lobato, operário propriamente, acompanhou os lances seguintes da história dos socialistas democráticos, quase como único operário. Por isso foi tratado com muito carinho, com desvelo mesmo. Paulo Zingg era jornalista. O único

político com experiência de cargos públicos era Jacinto Carvalho Leal, que havia sido vereador e prefeito em Jacareí.<sup>48</sup> Os trabalhadores da cidade e dos campos evocados faziam-se presentes por meio de suas imagens, de representação ficcional.

A redação do "Manifesto" subdividia os assuntos em quatro partes: Introdução, UDS, Programa político-social e Reivindicações imediatas. Na Introdução, espécie de resumo crítico das diretrizes até então adotadas por outras agremiações políticas e pelas classes dirigentes, o pensamento dos autores apresentava-se bem ao estilo marxista, por meio da clássica teoria das classes. Assim, o "Manifesto" analisava a pequena-burguesia, a classe média, o proletariado nacional e os trabalhadores da terra. Suas observações caminhavam no sentido de unificar a todos, procurando reconhecer a posição de inferioridade de cada setor com relação à "oligarquia reacionária e retrógrada", a camada até então dominante no Brasil. Além desse traço de dependência, ainda outro estaria na origem da posição comum àquelas camadas: a ausência de democracia para elas, pois esta "só existia para as camadas mais favorecidas da população". Dependência e ausência de democracia completavam-se para explicar os grandes males nacionais. Em decorrência disso, a sociedade jamais conseguiria unidade interna suficiente para construir uma identidade política. Infere-se, portanto, que o "Manifesto" acreditava possível uma união nacional redentora.

O "Manifesto" situava cada uma das classes sociais brasileiras "não privilegiadas". A dependência aparecia, então, como questão maior mesmo quando os não privilegiados mostravam sua indignação: "A pequena burguesia urbana nunca teve um partido político que encarnasse e defendesse seus interesses econômicos e sociais sufocados pela máquina governamental dos clãs conservadores e só encontrou expressão política em movimentos militares como os de 22 e 24. Essa debilidade política devia-se à instabilidade da classe média no quadro social. Chamada historicamente, no Brasil, a desempenhar um papel revolucionário, me-

48 Cf. Depoimento, concedido ao autor, por Germinal Feijó.

diante uma estreita união política com outras classes oprimidas, a pequena burguesia não podia manter-se isolada na luta contra as oligarquias conservadoras e, assim, foi incapaz de desarticular sozinho as poderosas máquinas eleitorais e governamentais dessas oligarquias... não puderam encontrar meios de afirmação política independente". Mas ausência de democracia, repressão mesmo, havia sido desfechada sobretudo contra os trabalhadores: "De 1889 a 1930, o proletariado industrial lutou arduamente por um regime democrático e melhoria de suas condições econômicas e sociais". E apesar de a solidariedade operária acentuar-se durante a República Velha, e ter a categoria participado "ativamente das agitações que precederam a revolução de outubro de 30", a repressão impediu uma atuação unificada e eficiente. "As oligarquias trataram de impedir o acesso do proletariado às liberdades democráticas e o desenvolvimento da sua força política, perseguindo os seus partidos de classe, policiando os seus sindicatos...". Com relação aos trabalhadores da terra, a ausência de democracia agira a favor da manutenção de condições sociais alienantes: "A dispersão geográfica com a conseqüente falta de espírito associativo, a ignorância, a falta de saúde, o baixo nível econômico e certas peculiaridades de formação histórica do país nunca permitiram que os milhões de caboclos tivessem noção precisa dos seus problemas sociais e dos meios de resolvê-los politicamente e muito menos partidos capazes de orientá-los".

Como antes se observou, o "Manifesto" repisava a questão: dependente da oligarquia, sem democracia, "o povo" brasileiro não construíra até então a identidade política. Os partidos políticos existentes até aquele momento, que tentavam representar a oposição, haviam sido inconsistentes. Os tenentistas deram origem a organizações "imprecisas e efêmeras"; os comunistas, equivocados, promoveram atos "de desespero... (tentando) atalhar o avanço do fascismo... (mas só obtiveram a perda) dos direitos políticos...". Fica implícito no "Manifesto" que, apesar dos limites, a situação poderia mudar, a partir de 1945, pois a UDS pretendia promover uma aliança democrática de esquerdas: "Hoje, quando chegamos ao momento de arregimentação partidária das várias tendências e correntes de opinião política, esses elementos

esquerdistas que integravam o movimento de resistência dos moços, em conjunto com operários, jornalistas, comerciários e estudantes que ainda não militaram nos tradicionais partidos de esquerda ou que deles desejam afastar-se por discordarem das suas posições políticas atuais e dos seus sectarismo e divisionismo facciosos, resolvem lançar a União Democrática Socialista... Vi-samos... formar um agrupamento independente, no seio do movimento proletário brasileiro... (que, posteriormente, se transformara) em um amplo partido de base popular e de âmbito nacional". Dessa maneira, as ausentes unidade e democracia de ampla base ganhavam um instrumento de realização que as tornariam possíveis. A UDS seria o caminho necessário para equiparar o Brasil no nível de progresso mundial: "...o socialismo não só é possível na sociedade contemporânea como também é necessário para que a humanidade possa ter uma continuidade progressista".

Por isso observou-se, antes, que aqueles jovens não estavam apenas encaminhando as "massas populares no sentido de uma democracia sem classes", mas resolvendo o secular problema do atraso nacional brasileiro. Tratava-se, enfim, da modernização do país. Entretanto, tributários ainda do marxismo clássico, atribuíam ao proletariado - conceito que enunciavam mas não identificavam - uma missão regeneradora: "...o proletariado terá, como força mais conseqüentemente democrática, um papel decisivo, aliando-se a forças políticas representativas das massas rurais e da pequena burguesia urbana igualmente interessadas na efetiva democratização do país. Para que se processe esse desenvolvimento, porém, torna-se necessário que se realizem modificações substanciais no panorama econômico, político e social do Brasil, como a luta contra o imperialismo e outras medidas de caráter progressista".

A luta pelo desenvolvimento sob os auspícios do proletariado debater-se-ia logo de início contra o imperialismo, e nesse caso o texto trazia sugestões de prioridades: começar pela reforma agrária e do Estado. Mas o "Manifesto", em sua parte final, apresentava todo um conjunto de reivindicações abarcando itens tradicionais das pautas de exigências da esquerda ocidental. Tratava-se de lutar pela "destruição da ditadura e anulação da carta de 1937";

pela "liberdade de imprensa, reunião, associação"; pela "liberdade e autonomia dos sindicatos"; pela "aplicação eficiente da legislação trabalhista"; por "ajustamento dos salários ao custo de vida"; por previdência social, habitação, ensino e saúde gratuitos, cooperativismo, entre outras reivindicações.

Especialmente, ao Partido que se estava criando e a seus membros caberia "nos batermos pela educação política da classe operária, destinada a desenvolver as transformações econômicas e sociais em sentido socialista". Ou, como afirmava ao final: "reservamo-nos a tarefa que nos propomos de formação de quadros políticos da nova geração proletária e da classe média". Portanto, o cerne da mudança, nas palavras dos jovens socialistas, estava na educação, na transmissão das idéias, no trabalho dos intelectuais. Diferentemente do que poderia ser o primeiro impulso, não se deve atribuir à juventude e à ingenuidade destes militantes, moços e sinceros, a escolha de uma razão "romântica" para a mudança. É conveniente observar que a tendência à valorização da educação e do papel político do intelectual permanece durante toda a história do socialismo democrático, não apenas em São Paulo, mas no PSB em geral. Além disso, até que ponto essa preocupação com o ensinamento da política pode estar na base de ideais consensuais contemporâneos, como a construção da cidadania?

Enfim, o "Manifesto" revela alguns princípios da construção do seguinte edifício ideológico: o socialismo deveria ser o instrumento para romper a dependência e a ausência de democracia; isto significaria progresso em geral, afastamento do atraso secular a que o país estava amarrado, satisfazendo, ao mesmo tempo, toda a população: daí união nacional; mas quem, qual o agente dessa genérica modernização? Sem convicção, o "Manifesto" reelegia o proletariado para a tarefa. Por que sem convicção? Porque o motor da história para esses socialistas democráticos, que como vimos debatiam-se em binômios dilemáticos, era a informação e a compreensão, acessíveis genericamente às pessoas - e não às classes, às suas lutas - por meio da educação. Promover a educação geral, política, econômica, cultural etc. do povo brasileiro, eis a grande questão socialista. E nesse sentido eles não fa-

ziam mais do que seguir os passos dados por seus bisavós, os por assim dizer socialistas utópicos, para quem a educação, ou tão-somente a divulgação de suas idéias fraternais, seria suficiente para fazer a história mudar.<sup>49</sup> Desse modo, estavam fazendo um socialismo, construindo um Brasil imaginário que resolveria seus problemas por meio da cultura. No fim das contas, a sua própria imagem viam refletida no futuro. O que talvez não concebessem era que não apenas estavam se desviando do marxismo leninista ortodoxo, então hegemônico na esquerda, mas estavam deitando por terra um dos mais caros princípios teóricos do marxismo, a ponto de o desfigurar: o de que não são as idéias que movem o mundo.

A Esquerda Democrática, cuja vida formal iniciou-se a partir de 24 de agosto de 1945, repisaria os pontos fundamentais dos três citados documentos numa espécie de continuidade tácita, não obstante sua dimensão e abrangência extrapolassem em muito o raio de influência dos jovens intelectuais paulistas, e talvez por isso mesmo demonstrasse mais cautela e buscasse levar os seus propósitos mais além das classes definidas como exploradas por aqueles jovens. No entanto, a mesma busca da unidade nacional contra o atraso, o mesmo otimismo com as mudanças do mundo como base da democracia, a educação como veículo das transformações, o socialismo formando um binômio com o progresso - tudo estava contido em seu Manifesto de Fundação: "Forma de convívio político, seria absurdo confundir a democracia com determinada ordem econômica. Não foram os postulados da democracia que motivaram a crise do nosso tempo, pois não são próprias dela nem as desigualdades sociais, nem o antagonismo de interesse entre as classes. Desigualdades e antagonismos decorrem, isto sim, do liberalismo econômico que pleiteamos transformar, em nome mesmo do ideal democrático... (A ED) sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gra-

49 RUSS (1991) defende a tese de que a única forma de socialismo sobrevivente é a utópica.

dual e progressiva socialização dos meios de produção... (Defende) a industrialização e desenvolvimento das forças produtivas do país, abrindo perspectivas ao trabalhador e ao emprego de capital por iniciativa particular, tendo em vista a libertação da economia nacional das formas de exploração colonizadora".<sup>50</sup>

A Esquerda Democrática e o seu sucedâneo PSB nasceram evidenciando a proximidade com os "interesses socialistas de São Paulo", mas não se tratava de identidade. Ao assunto, entre outros, dedicaremos os próximos capítulos.

50 Manifesto inaugural da Esquerda Democrática, apud CARONE, 1982, p.446.

### 3 ORGANIZANDO O PARTIDO

No partido de Getúlio, Getúlio manda e todos os outros obedecem.

No partido de Adhemar, Adhemar resolve e todos os outros cumprem.

No partido de Prestes, Stalin dita e os microfones do Partido Comunista repetem.

No partido de Dutra, Dutra manda e todos os demais apenas ouvem.

No partido de Plínio, Plínio uiva e o bando todo faz coro.

No partido de Borghi, Borghi vende e ele mesmo apura o lucro.

No Partido Socialista Brasileiro, os militantes se reúnem, resolvem, e os dirigentes apenas executam aquilo que lhes foi determinado pela base.

*Folha Socialista*, 8.7.1950

#### CONFIGURAÇÃO PARTIDÁRIA

Os partidos políticos ocidentais em geral, compreendidos também os que poderiam de alguma forma ser identificados como de esquerda, só ganharam uma estrutura completamente definida e



hierarquizada a partir de fins do século passado. De frouxos liames, contando apenas com uma base parlamentar e efêmeros comitês que se reuniam às vésperas dos períodos eleitorais, os partidos - especialmente após a Primeira Guerra Mundial - passaram a contar com organização acabada e mesmo fidelidade partidária. Entre os de tipo socialista estabeleceu-se um modelo de organização no qual a vida eleitoral fazia-se secundária, já que a democracia deveria emanar não do povo, genericamente, mas do operariado, sujeito histórico por excelência. Assim, priorizava-se uma rígida hierarquia que iria marcar definitivamente aqueles partidos: estabelecia-se um programa a ser aplicado por uma direção nacional que por meio de congressos subordinava os delegados partidários, cuja principal missão constituía-se em levar às seções a palavra consumada sobre o programa - fechando desse modo o círculo vicioso. Esse modelo parecia exemplar no sentido de enquadrar as massas "que se tornam, no século XX, prioridade absoluta dos partidos".<sup>1</sup> O peso da organização, no amplo campo da esquerda internacional, marcou os partidos de tipo bolchevique que levaram o modelo às últimas conseqüências. Entre nós, o Partido Socialista Brasileiro tomou o Partido Comunista como um contramodelo, na medida em que procurava adotar práticas favorecedoras da democracia interna. Entretanto, essa decisão positiva vinha carregada de uma posição negativa que, no fundo, definia tão igualmente o PSB como a primeira: o PSB procurou ser um PCB sem o defeito do autoritarismo, sem o sacrifício da liberdade, como diriam os seus militantes.<sup>2</sup> O Partido reunia individualidades de esquerda, dessemelhantes e até conflitantes, amalgamadas por uma aliança cuja liga, no fim das contas, advinha de fora delas mesmas: procurar o socialismo sem copiar o procedimento comunista. O caráter dessa aliança deixou em seus componentes - como é o caso de Hermes Lima - uma espécie de sentimento indefinido, uma perplexidade disfarçada de "um motivo superior" cujo conteúdo semântico não restava completamente

1 BERSTEIN, 1988.

2 Os estatutos do Partido - art. 44 - limitavam à aceitação do programa toda a exigência para que uma pessoa ingressasse em seus quadros.

subordinado à questão ética: "Algum motivo superior deveria haver para que gente tão dotada e tão identificada consigo mesma se agremiasse em torno do partido. Esse motivo repontava do dever que cada qual sentia de, participando da vida pública numa época de mudança, contribuir para a transformação da estrutura social sem sacrifício da liberdade. Esse pensamento unia, propiciava o terreno comum da solidariedade socialista".<sup>3</sup>

Diante do ambiente desfavorável para frentes democráticas, imposto pela guerra fria que exigia uma definição precisa do lado a ser adotado na luta de classes internacional, os socialistas pretendiam não estar de lado nenhum. Por isso assumiram uma dupla tarefa inovadora: romper a dicotomia partidos bolcheviques/partidos burgueses e fazer reviver uma tradição socialista democrática praticamente inexplorada no Brasil.

Adviriam justamente dessa tentativa de renovação dois problemas no plano da organização, nunca resolvidos pelo Partido. Em primeiro lugar, a dificuldade em disputar votos na mesma seara do PCB e do PTB não permitiu converter-se numa força política ponderável. Essa situação era evidente até mesmo para um observador externo como o líder udenista Afonso Arinos de Melo Franco: "O Partido Socialista se sente apertado dos dois lados. Do lado direito pela União Democrática Nacional, que com ele compete no terreno do liberalismo político. Do lado esquerdo, pelo Partido Comunista (apesar de dissolvido) e, até certo ponto, pelo Trabalhista, que com ele concorrem no liberalismo econômico e social. Há inegáveis dificuldades para a penetração dos socialistas na massa popular".<sup>4</sup>

O PSB constituiu-se sempre em um pequeno partido. Certa vez, um intelectual que pedia demissão de seus quadros, aborrecido por ter sido censurado quanto a uma crítica que fizera ao Partido, utilizou-se de uma imagem ferina para qualificá-lo. No entanto, seu humor maledicente indicava justamente a pequenez histórica do PSB. Disse ele: "pedi demissão de sócio da 'Sociedade Recreativa Partido Socialista Brasileiro'. Piquenique por piqueni-

3 LIMA, 1978.

4 *História e teoria dos...*, op. cit., p.90.

que, prefiro o meu 'Flor de Abacate'".<sup>5</sup> Quase dez anos depois, atestando a permanência do estado de acanhamento, o grande líder de massas - orgulho das fileiras socialistas, mas que a elas parecia não atribuir grande importância, já que exortava sua dissolução no PTB - Francisco Julião, qualificaria o PSB como "uma excrescência na vida política do país, uma espécie de clube acadêmico, sem nenhuma ação social. Precisamos juntá-lo ao PTB. Expurgado do peleguismo e com seus quadros acrescidos dos socialistas, poderá o PTB ser transformado em um partido de massas, como meio para executar uma ação política revolucionária".<sup>6</sup> O pleito de Julião - tão heterodoxo como membro do Partido quanto o Partido era difuso na exigência de coerência dos seus componentes -, se denegria o PSB enquanto organização, valorizava os líderes socialistas, pois atribuía a eles capacidade depuradora das mazelas petebistas.

Faltou ao PSB, e isso pode ser estendido a todas as unidades estaduais, penetração nas camadas populares da sociedade, quanto mais especificamente entre o operariado. O Partido manteve-se ao longo do tempo como uma criatura disforme, cuja volumosa cabeça mal se sustentava em um corpo franzino de militantes. Estes, em boa parte eram escritores, pensadores, professores, profissionais liberais, artistas etc. A condição de elite *de per se* transportada para a administração de um partido político, isto é, para o poder no interior do partido, agravava ainda mais a busca da democracia interna, pois - se os partidos em geral tendem a formar uma casta dirigente que desfruta de competência, monopólio das informações e controle das promoções<sup>7</sup> - o PSB vivia duplamente esse dilema, só não mais recrudescente por causa das dimensões acanhadas do partido.

Dessa específica militância de intelectuais nasceria o segundo perseverante problema, ao qual se fez referência: a unidade de pensamento e ação. Em 1948, o mesmo Hermes Lima, então um

5 A questão girava em torno da expulsão de dois jornalistas, Lourival Coutinho e Edmar Morel, editores da *Revista Panfleto*, do Rio de Janeiro.

6 *Binômio*, BH, 13.2.1961, apud VIEIRA, op. cit., p.136.

7 BERSTEIN, op. cit.

dos únicos parlamentares do Partido, reconheceu claramente o problema de manter-se na mesma organização individualidades proeminentes com concepções pessoais arraigadas, podendo cada um descambar para a idéia de tornar o PSB um partido próprio: "Num partido como o nosso, em que é livre a todos os seus membros manterem seus pontos de vista pessoais, filosóficos e religiosos, o problema da unidade orgânica das deliberações reveste-se da mais alta importância. É muito fácil comprometer esta unidade se os pontos de vista pessoais... tomarem... uma atitude de intransigência, de desinteresse ou mesmo de oposição às deliberações partidárias".<sup>8</sup>

Contemporâneas dos primeiros dias do Partido, em São Paulo, essas questões acima apontadas apresentaram-se com muita evidência ao longo de sua trajetória. No n<sup>o</sup> 1 da *Folha Socialista*, de 27.11.1947, não se escondiam as carências devidas à pequenez de um partido para o qual faltavam pessoal e recursos: "Somos um pequeno partido que só agora começa a adquirir força e capacidade para movimentos de conjunto". Ultrapassada a fase dos pequenos grupos que se uniram para formá-lo, instalada sua sede num ponto central da cidade de São Paulo - Praça da Sé, 237 - o Partido pretendia iniciar uma fase de crescimento ininterrupto aproveitando seus próprios militantes para formar novos grupos: cada militante deveria reunir "quatro companheiros que morem no mesmo bairro, exerçam a mesma profissão ou trabalhem na mesma empresa". Pairava entre seus dirigentes um sentimento difuso de onipotência, fruto da convicção de que as idéias socialistas em si mesmas carregavam uma força inaudita, pois o crescimento do PSB parecia depender tão-somente "da expressão e expansão das nossas idéias". Também Cid Franco, em seu discurso de posse como primeiro vereador socialista à Câmara paulistana, afirmou que o PSB era "por enquanto um pequeno partido" cujo programa de socialização o levaria "a se tornar uma força majoritária no país".<sup>9</sup>

8 *Vanguarda Socialista*, agosto de 1948.

9 *Folha Socialista*, 7.2.1948 (doravante F. S.).

No entanto, o otimismo quanto ao programa não ia ao extremo de negligenciar a necessidade de quadros eficientes e motivados, com os quais o Partido formaria os grupos de base, futuros alicerces do poder. Por isso valorizava-se a militância que, deveria ficar claro, não se restringiria à atividade intelectual: "O partido precisa de seu trabalho, companheiro. Não é bom socialista quem não for, ao mesmo tempo, um militante. Todo o companheiro tem o dever de dar pelo menos algumas horas por semana de seus esforços, de seus trabalhos, de sua atividade ao partido: inúmeras são as tarefas que estão a aguardar pelo seu trabalho".<sup>10</sup>

A partir do seu registro como partido nacional, o PSB definiu as Convenções como órgãos fundamentais para a elaboração de sua política, fosse nos municípios, estados ou no país. A elas estariam subordinados os Diretórios ou Comissões, em cada uma das três esferas administrativas nacionais. Essas Comissões deveriam, segundo os estatutos, atuar em cinco principais áreas: propaganda, arregimentação, finanças, sindical, educação e assistência. Um dirigente com o título de secretário deveria ser indicado para cada uma das cinco áreas. No entanto, a instância básica de arregimentação de militantes, conforme os estatutos, eram os grupos de base. O fato de o Partido autodenominar suas subdivisões locais como grupo de base sugeria a tentativa de acompanhar de alguma forma o termo próprio dos partidos comunistas, base, atenuando a excessiva proximidade com a inclusão do substantivo grupo. Um subterfúgio, sem dúvida, para lembrar sem identificar-se com as células de base: para indicar o direito de participar da comunidade socialista das palavras, sem confundir-se com o autoritarismo semântico bolchevique. Os grupos, como a expressão sugere, não se encontravam submetidos à lógica das células, cuja atuação deveria ser necessariamente predeterminada pela função do organismo ao qual pertenciam. Tal procedimento se repetiria no tratamento pessoal entre os militantes que, em lugar do tradicional camarada, marcado por uma relação tão íntima que parecia sufocar, dirigiam-se uns aos outros fazendo uso do genérico, mas soli-

10 F. S., 5.12.1948.

dário, companheiro, designando o que acompanha mas não obrigatoriamente segue.

Os grupos de base do PSB perduraram até junho de 1951, quando por força da Lei Federal nº 1.164, de 24 de julho daquele ano, foram transformados em diretórios locais subordinados hierarquicamente a um diretório municipal. No caso de São Paulo, mesmo nessa nova condição, os militantes e dirigentes permaneceram denominando o diretório local como grupo de base, numa espécie de resistência à aplicação da lei. Durante todo o período de vida dessa forma organizacional, na capital paulista, houve uma luta tão constante quanto inócua para a sua multiplicação. Em 1948, na Capital, havia nove grupos. Alguns formavam-se a partir da atividade profissional, outros tendo por base um bairro ou um local específico de trabalho. O denominado Grupo Profissional nº 1, que reunia jornalistas, professores, escritores e artistas, contava com uma seleta militância de intelectuais como Antonio Candido, Arnaldo Pedroso D'Horta, Azis Mathias Simão, Luís Martins, Eduardo França, Mário Neme, Lourival Gomes Machado, Décio de Almeida Prado e outros.<sup>11</sup> Este grupo exercia um papel fundamental dentro de todo o Partido, pois além de ser uma espécie de guardião das propostas socialistas era o seu divulgador, como se pode inferir das solicitações de outros grupos para organização de "curso de politização para os que desejam conhecer noções de socialismo".<sup>12</sup>

O grupo de nº 2 reunia médicos e tinha em Alípio Correia Neto e Febus Gikovate seus principais mentores. Cinco grupos estavam constituídos em bairros: Centro, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana, Bela Vista; e dois funcionavam em locais de trabalho: no *Jornal de São Paulo* e no Hospital Nove de Julho. Desse conjunto, apenas o grupo profissional nº 1 e o do Centro estavam realizando reuniões regulares.<sup>13</sup> No início do ano de 1948, o to-

11 Além dos citados, o PSB-SP contou, ao longo de sua história, com renomados professores, como Sérgio Buarque de Hollanda, Sérgio Milliet, Paulo Emílio Salles Gomes, Paul Singer, Oliveiros Ferreira, Maurício Tragtenberg, Perseu Abramo, entre outros.

12 F. S., 10.3.1948.

13 F. S., 10.3.1948 e 10.4.1948.

tal de membros inscritos no município de São Paulo aproximava-se de seiscentas pessoas, mas os que efetivamente trabalhavam para o Partido não ultrapassavam um décimo desse número.<sup>14</sup>

Esta situação medíocre quanto ao funcionamento das suas unidades de base em São Paulo manteve-se até o momento em que o PSB, participando de uma coligação com outra pequena legenda, o PDC, promoveu a eleição de Jânio Quadros à prefeitura da Capital, em 1953. Houve então uma série de transformações no Partido. Entre elas a expectativa de que nas eleições vindouras a captação de votos poderia ser plenamente favorável e o Partido deixaria aquela precária condição. Entretanto, isso não ocorreu e Fúlvio Abramo, dirigente em âmbito municipal, procurou atribuir a frustração à forma pela qual o Partido estava organizado na cidade. Procurava-se, então, abandonar completamente a rigidez das seções locais fixas: "Os resultados do pleito de 3 de outubro criaram um abismo no Partido Socialista: o abismo da não correspondência, em número e nomes, entre as previsões pré-eleitorais e a realidade pós-eleitoral". Para mudar a situação, propunha a formação de grupos de ação em vez de grupos de base, pensando dessa forma atualizar o Partido em relação às mudanças da sociedade paulistana: "Os sete anos de existência do atual Partido Socialista mostram que malogrou totalmente a organização da base em grupos de âmbito territorial ou de local de trabalho, ou de função profissional. Se houve épocas em que alguns grupos de base funcionaram como tal, foram tão escassas e de tão curta duração que, agora, passados sete anos, sua eficácia não pode constituir senão exceção... É a própria existência, contudo, dos grupos de base como forma de militância que tem sido posta em cheque pela inatividade partidária dos últimos anos. O grupo de base, tal como foi concebido, não se coaduna com as condições reais de vida no Brasil, onde a mera coexistência, num mesmo bairro, de dez ou vinte membros do Partido Socialista não significa, necessariamente, a existência de um núcleo socialista nesse bairro. Para São Paulo, cidade de vida urbana inteiramente centralizada, o bairro não tem o mesmo significado que

14 *F. S.*, 10.3.1948.

tem em outros lugares... O bairro paulista é o lugar onde se mora; quase todas as outras atividades... são exercidas em outros locais, geralmente no centro da cidade". Fúlvio propunha, ainda, a formação de um partido "mais leve" no qual os simpatizantes se sentissem como se fossem filiados. Por isso condenava a necessidade de comparecimento semanal às sessões, elaboração de atas, relatórios e outros quesitos burocráticos, afirmando que "é impossível esperar que 20 pessoas tenham três horas livres no mesmo dia... (Isto tudo) afasta da militância um grande número de membros ou simpatizantes... O Partido Socialista necessita de grupos com maior mobilidade e menos rígidos que poderíamos chamar de grupos de ação - criados em função das tarefas a executar e não mais da coexistência numérica... Poderiam participar do grupo de ação elementos não membros do Partido. Seria esta, aliás, uma das melhores formas de arrematamento".<sup>15</sup>

O esforço de mudança representado pelo esquema de grupos de ação, que poderia promover a ampliação dos quadros, não foi colocado em prática, mesmo porque o Partido em São Paulo, nesses tempos de aliança com a prefeitura e o governo estadual de Jânio Quadros, tornou-se cativo de uma massa de militantes preocupados com o processo eleitoral, mas desinteressados de uma ação socialista nos termos propostos pelos seus teóricos. Tal situação apresentou-se de forma mais evidente a partir de 1953, mas não se constituía em completa novidade, pois, ao elaborar o "Relatório da Comissão Municipal de São Paulo sobre organização, no período 19.7.1947 a 19.1.1948", Antônio Costa Corrêa observava que o PSB refletira a situação tumultuada e instável própria "das campanhas eleitorais. Grande número de adesões recebidas pelo Partido foi motivada, é preciso confessá-lo, não por convicções socialistas ou vontade de militância ativa no Partido... e sim por desejo de participar de uma campanha eleitoral... Nosso povo ainda está bastante atrasado em sua educação política... não concebe a política como atividade permanente, visando educar as massas".<sup>16</sup>

15 F. S., 30.12.1954, "Nova forma de militância: grupos de ação", F. A.

16 F.S., 10.3.1948.



Se as unidades de base do Partido no município de São Paulo sofriam de inanição, o mesmo não ocorria com o seu Diretório Municipal, ou seja, com a Comissão Executiva Municipal (CEM), à qual cabia dirigir o Partido naquela esfera. De resto, a observação caberia para qualquer dos órgãos de direção no Estado, indicando que não faltavam lideranças mas militantes de base. Entre as atividades da CEM incluíam-se trabalhos como administrar as rendas, elaborar programas mínimos, organizar os processos eleitorais etc. Para sua constituição concorriam importantes quadros do socialismo paulistano. Em 6 de abril de 1948, a Convenção Municipal elegeu, para um mandato extraordinário de três meses, um Diretório presidido por Fúlvio Abramo e secretariado por Antônio Costa Corrêa, e do qual ainda faziam parte a professora Sofia de Campos Teixeira, mulher negra símbolo para a democracia socialista, Máximo Cardoso, Hozair Mota Marcondes, diretor da *Folha Socialista*, e Azis Mathias Simão, remanescente do PSB dos anos 30, entre outros.<sup>17</sup> Mal empossada, essa Comissão se depararia com o persistente problema de motivar os militantes à participação. Com tal finalidade dirigiu, logo no início de sua gestão, a seguinte solicitação, quase em termos de súplica: "Aos membros do partido de São Paulo: a Comissão Municipal de São Paulo chama a atenção dos membros do Partido para o seu dever de comparecerem a todas as sessões públicas... A frequência muito reduzida de membros do partido a esses atos públicos pode comprometer o nome do PSB perante o povo, dando-lhe a impressão de que somos um organismo sem vida".<sup>18</sup>

Na oportunidade da eleição de uma nova Comissão Municipal paulistana,<sup>19</sup> Antônio Costa Corrêa promoveu um balanço geral da situação do Partido, que não se restringia apenas às questões do município. Na verdade, perscrutando as razões para a pequena afluência de militantes, o analista construiu uma explicação tão engenhosa quanto exaustiva. Procedeu a um verdadeiro raio x do Partido, pondo a nu suas deficiências mais evidentes.

17 F.S., 12.5.1948.

18 F.S., 15.6.1948.

19 F.S., 15.8.1948.

Não lhe bastou reconhecer o "alheamento em que sempre se mantiveram o proletariado e a classe média" como causa básica da ineficiência partidária, mas sugeriu entender o fenômeno na sua dependência com a situação internacional dos socialistas, "comprimidos que se vêem entre os dois blocos imperialistas, americano e russo". Isto é, as possibilidades dos socialistas decresceriam na medida em que exigiam exercícios de reflexão da massa e não apresentavam uma perspectiva imediata de solução de seus problemas, enquanto as posições radicais de direita ou esquerda apresentavam-se de compreensão fácil e acessível. Por isso, os socialistas poderiam passar a imagem, temia Costa Corrêa, de que fossem "defensores do estado atual de coisas e da ordem social dominante". No entanto, não se limitando a analisar as condições externas, o secretário da Comissão Municipal estendia a crítica ao interior de seu próprio Partido: a predominância da classe média nas fileiras do PSB era um sério problema, pois esta classe se mantinha "individualista... (e de) espírito indisciplinado". Como conclusão de suas hipóteses, encaminhava uma definição pessimista dos militantes, os quais se caracterizariam por "ausência de firmeza e de senso de responsabilidade no cumprimento de tarefas, ausência de sentimentos coletivistas, de fraternidade, companheirismo". Com tal "material humano precário, constituído por elementos heterogêneos, sem experiência política", a tarefa de construção do PSB parecia-lhe imensa. Porém, parte da responsabilidade pelas frustradas campanhas de arregimentação deveria caber "aos órgãos superiores do partido - à Comissão Estadual, e à Comissão Nacional, sobretudo a esta última - pela falta de movimentação política do Partido e assistência... aos organismos de base, inclusive à Comissão Municipal". A Convenção Municipal, não sem "muitas discussões", aprovou o conteúdo da crítica de Antônio Costa Corrêa, e fez propostas para "dar mais vida militante ao Partido no município". Entre as tarefas a serem executadas sugeria realizar comícios pela cidade, tratando de assuntos de interesse geral; elaborar e divulgar uma "cartilha socialista" a fim de tornar acessíveis as propostas políticas; procurar criar mais grupos de bairro, mesmo que compostos por poucos militantes,

pois se tornariam multiplicadores das idéias socialistas.<sup>20</sup> Poucos meses após, em dezembro, uma Assembléia Geral Municipal viria a esclarecer melhor ainda a questão angustiante por trás do que se denominava "mau funcionamento do Partido em São Paulo", ou dificuldade em ampliar o número de militantes. Fúlvio Abramo, ex-dirigente municipal elevado à direção do Partido no Estado, importante personagem dessa Assembléia, identificava o problema como de "falta de uma orientação definida, oficial, acerca das questões mais importantes... Falta ao Partido a tomada de contato com o proletariado, que é a base da revolução socialista".<sup>21</sup> Isto é, Fúlvio construía com o auxílio de muitos de seus pares, ou com sua admissão tácita, uma contradição que o Partido obrigava-se a adotar e que o paralisava: os socialistas acreditavam-se representantes do operariado supostamente revolucionário ao mesmo tempo em que se reconheciam como um partido de intelectuais e de classes médias.

De fato, a partir dessas discussões, o Partido, na Capital, procurou promover uma série de comícios em pontos de concentração da população trabalhadora como no Largo Sete de Setembro e na Água Rasa, mas especialmente em portas de fábricas, como nas "oficinas da Central", na "Souza Noschese", na "Cia. Progresso Paulista". Entre os oradores designados para esses eventos estavam Aristides Lobo, Hozair Marcondes, Antônio Costa Corrêa, o vereador Cid Franco e o dirigente maior em âmbito estadual Alípio Correia Neto. A programação fora planejada para atingir seu ponto culminante com um comício em que todos os militantes da Capital pudessem estar presentes e no qual grande número de operários estivesse entre os espectadores: o momento funcionaria como a prova de fogo da capacidade de transmissão da "mensagem socialista". O local escolhido indicava a intenção: o Largo São José do Belém. No entanto, todo o esforço para "penetrar na área operária" foi, mais uma vez, em vão: o comício final nem sequer chegou a ocorrer.<sup>22</sup> Nem por isso as intenções

20 F. S., 15.8.1948, "Relatório da Secretaria da Comissão Municipal de São Paulo".

21 F. S., 5.1.1949.

22 F. S., 20.1.1949.

partidárias arrefeceram quanto à conquista do almejado proletariado, pois poucos meses depois a CM da Capital distribuía uma circular a seus grupos de base investindo novamente no assunto: "urge criar condições para o ingresso de militantes operários no Partido, como meio mais eficiente para consolidação das bases partidárias". Para isto estava nomeando a comissão de propaganda que teria como tarefa desenvolver uma "catequese socialista de forma simples em forma de Cartilha Socialista", facilitando assim a leitura de seus pretensos interessados. Até mesmo uma nova sede "mais condigna e adequada" para o trabalho de arregimentação teria de ser encontrada.<sup>23</sup> Nela os socialistas pretendiam oferecer serviços de medicina e odontologia que, supunham, se transformariam em excelentes pontos de atração. Mas, sobretudo, a nova sede poderia constituir-se num centro de concentração político-cultural, onde os intelectuais do Partido ministrariam "cursos de Militância Socialista" - as maiúsculas do original revelam a valorização ímpar de que a empreitada doutrinária estava revestida.<sup>24</sup>

Da mesma maneira que a Comissão Municipal do PSB de São Paulo assumia como principal tarefa compor e multiplicar os grupos locais, a Comissão Executiva Estadual (CEE) cuidava de ampliar o número de seus diretórios nos municípios paulistas. E, acrescente-se, com o mesmo intuito de adotar o operariado como público-alvo. Com essas finalidades, o Partido decidiu transferir algumas das suas reuniões plenárias para o interior. Em Bauru, entre os dias 17 e 18 de abril de 1948, realizou-se um encontro em que as questões de organização partidária foram evidenciadas, e decidiu-se formar um "grupo de estudos e apoio" com a tarefa específica de "auxiliar" os vereadores eleitos pela legenda

23 O partido estava instalado na Pça. da Sé, 234, 2º and., onde ficaria até 1950, quando passou à R. João Adolfo, 118, 4º and. Em 1953, transferiu-se para a Rua Tabatinguera, nº 362, e em seus últimos anos funcionou à Pça. Carlos Gomes, 109.

24 F. S., 5.9.1948. O mais concorrido foi o "curso de politização, sobre temas do programa partidário", de Febus Gikovate.

do PSB. O serviço prestado pela CEE pretendia "preparar, examinar e colaborar nos atos que os representantes do povo deveriam praticar em nome do PSB", a fim de que se estabelecesse uma cooperação entre os vários municípios e a ação partidária resultasse coordenada em todo o Estado. Lourival Gomes Machado, autor da proposta e responsável pelo grupo, apontava como problema principal o fato de que "os quadros partidários não são muito grandes, nem neles superabundam os técnicos", mas certamente era seu propósito criar condições para que o Partido subordinasse a militância de forma mais ordenada e conseqüente. Estavam em questão as regras de poder dentro da organização e isso se refletiria na forma de aplicar o programa partidário. Lourival pretendia promover condições para obediência precisa ao ideário socialista, isto é, cingir os militantes que muitas vezes se apresentavam individualistas e pouco disciplinados. Não por outra razão ficou definido que a sede de tal grupo funcionaria na Capital, "onde são menos escassas as nossas possibilidades partidárias". Além de assuntos técnicos - como estudos para obras públicas, viação c urbanismo, saúde e assistência; problemas jurídicos e de técnica parlamentar - o grupo deveria cuidar da questão ideológica. O primeiro passo seria dado a fim de incentivar os militantes a trabalharem em conjunto, vencendo assim "as inexplicáveis resistências dos vereadores do interior", pois em caso contrário "jamais o PSB conseguirá no Estado de São Paulo cumprir os seus estatutos".<sup>1</sup>

Contando com a presença do presidente nacional do PSB, João Mangabeira, a reunião de Bauru foi saudada como uma "nova etapa na vida do partido", pois suas deliberações de caráter organizatório pretendiam-se definitivas quanto à consolidação do Partido no Estado de São Paulo: todas as instâncias deveriam, daí em diante, adotar regimentos internos coordenados; os diretórios que se afastassem da "atividade regular" seriam reestruturados; o recolhimento das contribuições estatutárias tornar-se-ia mais rígido; a distribuição da *Folha Socialista* seria incentivada ao máximo para servir de elemento de sintonização com o programa; todos os membros do Partido deveriam estar filiados a sindicatos,

25 F S., 10.4.1948, "Os vereadores socialistas e a Comissão de Estudos".

como forma de encaminhar um relacionamento mais íntimo com a luta dos trabalhadores.<sup>26</sup>

Paralelamente à reorganização interna, o Partido intensificava a busca de novos componentes, inclusive abrindo possibilidades para que o público em geral participasse de suas convenções e discutisse abertamente as questões de doutrina com os seus membros teoricamente mais qualificados. Por isso a convocação para a II Convenção Estadual a se realizar em Campinas, em 4 de setembro de 1948, dirigia-se genericamente à população ou às pessoas filiadas a outros partidos apresentando "motivos por que você deve assistir à II Convenção do PSB-SP". E persuasivamente afirmava: "porque você, embora pertencendo a outro partido, ou não pertencendo a nenhum, pode intervir nos debates... Porque você está cansado de todos os chamados grandes partidos e esta é a oportunidade para você ver se o PS tem os mesmos defeitos que os outros".<sup>27</sup> Ao mesmo tempo, num lance que contemporaneamente denominaríamos de *marketing* político, a CEE escalava alguns de seus diretores para ficarem de plantão a fim de prestarem um atendimento mais aplicado aos militantes da capital e do interior, a quem colocava também três telefones à disposição de consultas.

Esses esforços de arregimentação produziram alguns frutos pois, desde a sua fundação em 1947 até o início da década seguinte, o PSB-SP criou diversos diretórios no interior. Cidades de variada importância quanto à situação populacional e econômica - São Caetano, Tambaú, Nova Granada, Poá, Piracicaba, Santo André, Bauru, Jaú, Flórida Paulista, Campinas, Cubatão, Santos, Barueri - foram palco de ações socialistas nem sempre malsucedidas, tais como comícios, distribuição de manifestos e também da *Folha Socialista*. Em muitas delas o Partido concorreu à vereança e em algumas até mesmo à prefeitura. Em outras, onde o número de militantes não comportava um diretório, a CEE nomeou delegados, como foi o caso de São Carlos, Itu, São José do Rio Preto. Mas o número de organismos partidários e a importância de al-

26 F. S., 10.6.1948.

27 F. S., 15.8.1948.

gumas daquelas regiões onde se implantavam não escondeu nunca uma constante precariedade que levava os militantes devotados a reclamarem mais ímpeto de seus colegas na condução dos assuntos socialistas. O "único, mas ativo" vereador de Jaú, dirigente do diretório municipal, em fins de 1948, expressava à CEE toda a sua indignação, por "não ter tido a colaboração dos meus companheiros".<sup>28</sup> O próprio secretário-geral da CEE, Antônio Costa Corrêa, em seu relatório anual, pintava com todas as tintas as mazelas próprias de um pequeno partido que dispunha de "influência reduzida nos acontecimentos" e, portanto, dificuldade em coligar profundamente os seus aderentes. Um tanto revoltado com a prática medíocre de sua agremiação, sobretudo ao correlacioná-la à grande missão universal de que ela lhe parecia dotada naquela circunstância histórica, o dirigente voltava-se para os militantes insuflando-os a assumirem os seus papéis na construção do "Partido Socialista... o porta-voz de uma transformação radical nos destinos do mundo". Porém, colocava em xeque o espírito que os desanimava e fragilizava a organização: "Há em nosso partido, entre militantes e mesmo organismos dirigentes, certo diletantismo em encarar a vida partidária, certa timidez de quem pretende sair da condição de pequeno agrupamento, mas teme enfrentar as duras responsabilidades de um partido de larga projeção... Não é raro vermos companheiros... animados de um sentimento conservador, de conformismo diante da pequenez do partido".<sup>29</sup>

Assim, uma situação organizatória medíocre, instável, caracterizou o Partido até 1953, quando o denominado "movimento 22 de março" parecia tê-lo guindado aos píncaros da glória política. Pelo menos deveria ser com termos semelhantes que o "seu" candidato vitorioso à prefeitura da Capital, Jânio Quadros, qualificaria a mudança que a relação entre o populismo e o socialismo produziu no PSB. Na verdade, a participação na gestão municipal e na conseqüente candidatura ao governo do Estado, em 1954,

28 F. S., 5.10.1948.

29 F. S., 15.10.1949. Relatório do secretário-geral da CEE, Antônio Costa Corrêa.

provocou um inchamento no Partido, que se evidenciou pela fundação de dezenas de diretórios em pequenos e médios municípios a cujo acesso os socialistas estariam impedidos não fosse a questão eleitoral. Localidades como Adamantina, Alvares Machado, Dois Córregos, Irapuru, Junqueirópolis, Macatuba, Mineiros do Tietê, Votuporanga, José Bonifácio,<sup>30</sup> somadas a outras tantas como Anhumas, Joanópolis, Porto Feliz, Itaí, Indaiatuba, Guariba, Tupã, Buritizal, Aparecida, Lucélia, Batatais, Dracena, Olímpia, Araçoiaba da Serra, Dourado, São Luís do Paraitinga, Tambaú, Santa Rita do Passa Quatro,<sup>31</sup> entre outras, passaram a ter organismos partidários em que se realizavam convenções e que apresentavam regularmente candidatos às eleições locais. Uma onda febricitante de inaugurações e adesões arrebatou o entusiasmo e inebriou muitos dos tradicionais militantes e dirigentes socialistas. No entanto, a curiosa idiosincrasia orientadora da personalidade de Jânio, conjugada à frágil posição do PSB-SP na correlação de forças que o apoiou, fez que a febre, tal qual veio, também desaparecesse. Ou até pior: deixou atrás de si a destruição, pois o Partido cindiu-se e mesmo a débil estrutura montada no fim dos anos 40 foi comprometida. Com tal dramaticidade isto ocorreu que, ainda em 1964, a direção estadual precisou criar uma comissão com a função específica de tentar restabelecer contatos com antigos diretórios.<sup>32</sup>

Conforme os estatutos, a instituição-chave no aspecto organizacional no âmbito do Estado era o Diretório Regional. A ele cabia a condução de todos os assuntos durante os intervalos das Convenções, devendo reunir-se bimestralmente e coordenar os trabalhos da Comissão Executiva, composta por membros do seu próprio interior. A esta última instância estava reservada a coordenação e por extensão o poder partidário. Durante os 18 anos de vida da seção paulista do PSB, o que corresponde ao tempo integral do Partido em termos nacionais, vários nomes compuseram o órgão executivo, mas, pode-se dizer, um grupo específico

30 F. S., 10.7.1954.

31 F. S., 10.9.1954. A lista não aparece completa.

32 F. S., fev. 1964.



manteve-se sempre em posição destacada. Dentre esses Alípio Correia Neto sobressaiu-se como o "eterno" presidente, pois ocupou este cargo desde a fundação até 1960. Médico-cirurgião, fundador da Escola Paulista de Medicina em 1935, renomado pelos feitos em favor da FEB, na Itália, durante a Segunda Grande Guerra, profissional requisitado, abastado, Alípio sustentou em boa parte as finanças do Partido em São Paulo. Foi um dos maiores entusiastas do estreitamento de relações do Partido com Jânio Quadros, tendo exercido o secretariado de Higiene em sua prefeitura, e a reitoria da USP no período da governança do Estado. Em 1953, a sua proeminência na classe médica levou-o a ser eleito para o cargo de presidente da Associação Médica Brasileira. Adepto de um socialismo moderado, por alguns acoimado de trivial humanitarismo, talvez por isso mesmo fervoroso conciliador, Alípio intermediou o relacionamento nem sempre ameno entre as correntes de pensamento compreendidas na seção paulista do PSB.

Na memória de seus contemporâneos Alípio era uma "figura humana admirável" que se tornou notável a partir da atuação na FEB. Segundo Germinal Feijó, "Alípio foi chefe do corpo de saúde do corpo expedicionário brasileiro, da FEB(...) e veio de lá com grande prestígio porque foi elogiado por vários generais americanos e ingleses como tendo sido um grande lutador". O general Rubens Resstel, que esteve na campanha da Itália, também em depoimento concedido ao autor afirmou que "Alípio Correia Neto era muito respeitado. Ele era socialista, mas não era um totalitário. Era um homem de respeito. Ele foi convocado (...) como major e foi promovido a tenente-coronel. Teve um desempenho notável na guerra... Foi condecorado... introduziu uma nova técnica de cirurgia em campanha". Essa notabilidade foi sempre a principal arma de Alípio na coordenação do Partido.

Com a cisão partidária ocorrida quando da disputa à presidência da República entre o General Lott e Jânio Quadros, Alípio deixou a presidência da CEE e as próprias fileiras socialistas. No entanto, outros militantes de proa mantiveram-se desde o primeiro até os últimos dias do Partido em São Paulo - Fúlvio Abramo, Febus Gikovate, Antônio Costa Corrêa, Plínio Gomes de Mello,

Cid Franco, Aristίδes Lobo e Paul Singer" - e a ele deram, por meio de ações objetivas ou de direção teórica, a organicidade necessária para garantir seu caráter socialista durante quase duas décadas. É possível que Antonio Candido, cuja militância regular limitou-se aos inícios dos anos 50, ateste a validade de uma afirmação desse gênero, já que sobre um desses batalhadores fez a seguinte observação: "Gikovate acabou encarnando de certo modo o partido em São Paulo, como teórico e líder. Se o socialismo democrático atuante perdurou aqui, foi em grande parte graças a ele, que orientou diversas levas de militantes e simpatizantes".<sup>34</sup> Acreditamos, tão-somente, que a láurea deva ser estendida aos outros nomes citados.

Esses mesmos incansáveis compartes sempre estiveram presentes nas delegações do PSB-SP diante das Convenções Nacionais, o que permitiu uma certa continuidade no caráter da representação paulista, não obstante as alterações sofridas pelo Partido ao longo do tempo.

A presença de São Paulo nas instituições nacionais do Partido remonta à fundação, como vimos, e estende-se às reuniões da Comissão Nacional quando então, necessariamente, um membro da seção São Paulo acompanhava os trabalhos. A posição da CEE diante da crise política que - desfechada entre o governador Ademar de Barros e setores derrotados nas eleições de 1947, favoráveis ao governo Dutra - ameaçava provocar a intervenção do executivo federal em São Paulo, foi apresentada à Comissão Nacional por Plínio Gomes de Mello, obtendo plena aprovação de seus pares para "manter equidistância entre esses grupinhos, sem deixar de defender o princípio da constitucionalidade de qualquer solução".<sup>35</sup> Procedimento comum à Comissão Nacional constituía-se em convocar delegados paulistas para representar o Partido fora do âmbito da Capital Federal, tal como ocorreu com Antô-

33 Com exceção de Paul Singer, que se filiou nos primeiros anos da década de 1950, os demais foram fundadores.

34 *Recortes*, 1993. p.184.

35 *F S.*, 12.5.1948.

nio Costa Corrêa que, em nome da CEE, foi "convidado para assistir aos trabalhos da II Convenção de Minas Gerais".<sup>36</sup>

O próprio presidente nacional do PSB esteve em São Paulo, no início do ano de 1949, em missão política de aproximação da direção com a CEE paulista: João Mangabeira exigia a participação desta na organização da IV Convenção Nacional. Na ocasião, o presidente "manteve demorada palestra com os companheiros de São Paulo sobre a questão de maior entrosamento dos trabalhos da Comissão de São Paulo com a Comissão Nacional... bem como da Convenção Nacional do Partido".<sup>37</sup> Quando esta ocorreu, entre 14 e 17 de outubro do mesmo ano, reunindo aproximadamente cem delegados de quase todos os Estados brasileiros, o encerramento solene dos trabalhos foi realizado na sede da ABI e o paulista Wilson Rahal representou todas as delegações do sul do país, ao passo que Castro Rebelo falou em nome da Comissão Nacional.<sup>38</sup>

Mesmo comemorações especificamente dirigidas à população do Rio de Janeiro não se realizavam sem a presença do representante de São Paulo. As demais seções além de São Paulo e da direção nacional localizada no Rio contavam pouco, sobretudo na elaboração da linha partidária. Tanto foi assim que Febus Gikovate, um dos principais dirigentes nacionais e talvez o mais presente entre todos os paulistas, quase nem se lembrava de outros centros além da sede nacional e São Paulo: "A história da organização do Partido nos outros Estados eu não conheço. Sei que havia em Pernambuco, tinha o Julião, tinha em Minas um grupo, tinha no Rio Grande do Sul um grupo, tinha no Estado do Rio e tinha também na Bahia um grupo, mas eram grupos relativamente pequenos. Talvez depois de São Paulo pode-se colocar Pernambuco e depois o Estado do Rio. Fora disso era muito fraco".<sup>39</sup>

As trocas de informação entre Rio e São Paulo, sobre procedimentos organizacionais, atingiam a altura do pormenor, sugere-

36 F S., 15.9.1949.

37 F S., 5.3.1949.

38 F S., 1º.1.1.1949.

39 Entrevista concedida a Isabel Loureiro (27.6.1979), 1984. (mimeogr.).

rindo não apenas similaridade de situações, mas uma identidade hierárquica de fato. É o que se observa no relato da visita de Febus Gikovate: "O companheiro Osório Borba, aproveitando a presença do companheiro Gikovate, dirigente do Partido na seção São Paulo, fez circunstanciada exposição sobre as últimas realizações da Comissão do DF, especialmente no tocante ao programa organizado para os comícios de bairro... à publicação do *Boletim Socialista*... aos cursos mantidos pela secretaria de educação... e aos planos de arregimentação... O companheiro Gikovate manifestando-se bem impressionado com as iniciativas transmitiu, por sua vez, completas informações sobre as atividades da Comissão de São Paulo, que vêm produzindo magníficos resultados em todo o Estado... A troca de informações ensejada pela visita do companheiro foi do maior proveito".<sup>40</sup>

Nos primeiros anos do Partido não só havia essa linearidade organizacional nas relações São Paulo-Rio, como uma ascendência teórica da seção paulista na formulação básica do Partido, o seu caráter socialista. De qualquer forma uma questão dependia da outra, isto é, liberdade de ação e autonomia de constituição significavam para a Comissão Executiva Estadual paulista poder discutir abertamente uma linha política a ser seguida e deliberar autonomamente sobre os destinos do Partido. E, na medida do possível, "impor democraticamente" a melhor interpretação ao restante do corpo partidário. Por isso, a CEE-SP, em 1948, defendendo-se da pecha de seção mais marcada por um purismo democrático (o que significava ser radical) e, portanto, mais desligada de uma política socialista eficaz, fez publicar uma espécie de branda advertência à Comissão Nacional: "Estamos inteiramente convictos em São Paulo, de que os membros do PSB têm, reconhecidos e assegurados pelos estatutos, não só o direito, mas o dever de discutir indistintamente, todos os problemas políticos que reclamem a sua atenção... A linha política se forma através e pela colaboração de todos os grupos... Não é, pois, por mera atitude ou por tendências românticas que nós, os socialistas de São

40 "Boletim Socialista nº 10, Editado pela Comissão Executiva do Distrito Federal do PSB", in: *Revista Panfleto*, n.91, 3ª semana de maio de 1949.

Paulo, julgamos que é na participação ativa dos grupos de base em todas as discussões de todas as questões de interesse partidário que se encontra a garantia da formação de uma linha política independente, realmente socialista e democrática... O mesmo conceito e a mesma prática devem ser aplicados à atividade das diversas Comissões Municipais com relação às Estaduais e, destas, para com a Nacional... O socialismo democrático é visceralmente contrário a métodos de direção impostos pelo alto".<sup>41</sup>

Relembrando-se daquela radicalidade socialista, dois ex-militantes coincidem em apontar as causas da preeminência de São Paulo sobre as demais instâncias do Partido Socialista. Para Antonio Candido, "a seção paulista, ao lado da de Pernambuco, era a mais radical. A gente vê a radicalidade de um grupo pela capacidade em produzir documentos. Quem não é radical apenas age: apóia um, apóia outro e assim vai. Por isso nós éramos considerados uns chatos: nós fazíamos documentos". Para o último presidente da seção-SP, Carnal Schahim, a posição paulista também advinha da combatividade dos seus componentes: "São Paulo tinha peso, primeiro, por causa do número, segundo porque era um grupo aguerrido e atuante. Então participávamos com força lá".<sup>42</sup>

Houve oportunidades em que a ação dos órgãos nacionais entrou em conflito com a linha adotada pela Comissão Executiva Estadual, resultando em impasses por vezes solucionados em favor do caminho seguido por São Paulo. Um momento significativo da preeminência paulista no encaminhamento da ação partidária ocorreu por ocasião das lides parlamentares relacionadas à cassação do PCB, contra a qual o Partido opôs-se unanimemente. Entretanto, quando a Comissão de Justiça da Câmara de Deputados discutiu um substitutivo à Lei de Segurança Nacional de autoria de Afonso Arinos de Mello Franco, que permitiria adotar punições contra militares filiados ou simpatizantes do ex-Partido Comunista, houve divergências internas relativas à qualidade do voto dos deputados socialistas. Para a Comissão Executiva Nacio-

41 F. S., 20.10.1948.

42 Depoimentos concedidos ao autor.

nal os deputados deveriam votar a favor do projeto, o que de fato ocorreu. Porém, passada a votação, a CEE-SP repôs o assunto na ordem do dia da reunião da Comissão Nacional ocorrida em 20 de maio de 1948, e obteve desta uma autocrítica na qual reconheceu que "teria sido mais conveniente para o PSB, ter votado contra o projeto A. Arinos". Segundo a CEE-SP, que elaborara um parecer a respeito e enviara cópia do mesmo a todas as Comissões Estaduais no país, "um partido político pode perder a existência legal devido a atos que põem em perigo as instituições democráticas e não devido a sua doutrina, expressa em seu programa... O Partido Socialista não pode concordar com nenhuma restrição no terreno doutrinário. Só pode admitir penalidades contra atos de subversão violentos... (O PSB deve se opor a) leis que visem a demissão de funcionários civis ou militares na base de suas concepções doutrinárias". Aos militantes paulistas coube a defesa intransigente da pureza doutrinária socialista.<sup>43</sup>

Visando à unificação dos procedimentos partidários, a CEE paulista, aproveitando a ocasião de uma reunião conjunta da Comissão Nacional com as várias CEEs - cujo objetivo era elaborar a ordem do dia para uma Convenção Nacional - julgou conveniente enfatizar a discussão sobre "uma conceituação precisa de socialismo". Decorreria de tal disposição a criação de uma única identidade para o Partido, permitindo que se estabelecesse facilmente "uma distinção entre o Partido Socialista e os outros partidos".<sup>44</sup> Em termos diferentes, a CEE pretendia realizar em âmbito nacional o seu projeto de partido socialista. Por isso o estabelecimento da pauta só ocorreu "depois de prolongados debates" e ao teórico paulista Febus Gikovate coube, por fim, funcionar como relator do item "conceito de socialização", que daria um remate ao tema.<sup>45</sup> Posteriormente, comentando os resultados das discussões na Convenção, o próprio Febus salientou a importância do "encontro nacional como um marco na história do Partido", especialmente porque o fizera refletir sobre a sua posição interna-

43 F. S., 15.8.1948, "Contra a nova lei de segurança", relatório da CEE do PSB.

44 F. S., 1º.6.1949, "Reunião conjunta da CN e das CCEE do PSB".

45 F. S., 15.6.1949.

cional. Da posição diante da guerra fria, decorreria a definição de socialismo. Conforme Febus, um partido socialista de fato teria de ser "oposição ao regime e não apenas ao governo", não deveria pleitear "parcelas de poder, mas alianças eleitorais com o objetivo genérico de salvaguardar a democracia". No entanto, o projeto de São Paulo sacudiu o Partido, não contou com a adesão cabal das CEEs e provocou dúvidas quanto à almejada unidade. Por isso Febus comentou que "as divergências, umas latentes e outras mais ou menos claramente formuladas por militantes ou organismos partidários... (podem-se transformar) em forças centrífugas, desagregadoras... Acreditamos mesmo que já chegamos a este ponto crítico... Os problemas são múltiplos... Destaca-se em 1º lugar, a questão da posição dos socialistas em face da situação internacional".<sup>46</sup>

As divergências tomaram um aspecto ainda mais nítido quando, em 1950, começou-se a discutir a campanha eleitoral para a presidência da República. A posição teórica paulista consubstanciou-se na defesa de uma candidatura própria, mesmo que completamente incapaz de atingir um quociente eleitoral significativo. A Comissão Nacional fez publicar, na *Revista Panfleto*, a íntegra da exposição de motivos elaborada por Febus para a CEE-SP, acrescentando o seguinte preâmbulo: "reflete apenas uma das tendências que ora se verificam na vida íntima do Partido Socialista, não representando a decisão final do mesmo".<sup>47</sup> A observação, ao final, não foi de muita valia, pois o PSB concorreu às eleições de 1950, exatamente como a CEE paulista propunha.

Assim, desfrutando de tal ascendência, o grupo paulista contribuiu decididamente para manter uma identidade nacional socialista entre as diversas seções do Partido. A partir de 1953, o relacionamento com o janicismo em São Paulo provocaria um relativo afastamento ou uma introspeção do grupo paulista, mergulhado em questões específicas de sua organização, das quais só se

46 F. S., 15.9.1949, "O significado da Convenção de Outubro".

47 *Revista Panfleto*, nº 99 da 4ª sem. de maio de 1950 (não era mais o "Boletim Socialista", pois deixara de ser publicado desde o nº 95, 6.1949).

libertaria nos anos 60. A luta por reformas e a radicalização geral do período encontraram no PSB um campo fértil de expansão, não apenas quanto a pleitear mudanças significativas para a sociedade, mas no próprio organismo do Partido que foi contestado como pouco adequado para dar vazão à pretensa onda revolucionária. Nessa circunstância, as divergências internas aguçaram-se e a seção paulista, que em 1960 afastara o seu "eterno" presidente, Alípio Correia Neto, pretendeu em fins de 1963 arrear também "eterna" presidência moderada de João Mangabeira. Na Convenção Nacional realizada no Rio de Janeiro, Fúlvio Abramo, presidente da CEE-SP, compareceu decidido a promover alterações profundas que não se limitavam à eleição de novo Diretório Nacional, mas se estendiam à reforma dos estatutos e alterações no programa: "A delegação de São Paulo, junto com a maioria do Estado da Guanabara, compareceu com idéias radicais. São Paulo queria degolar toda a direção nacional, inclusive o Dr. João Mangabeira. Depois a situação ficou um pouco harmonizada, mas a ala moderada se retirou para não dar número à votação. De 264 delegados eleitos, votaram 101 (...) Os radicais resolveram convocar outra sessão de Convenção para o dia 23".<sup>48</sup> A questão era de tal monta que "os moderados" continuaram obstruindo a tomada de decisão até que o movimento político-militar de 64 impôs-se como mal maior e desviou as atenções das divergências internas.

## IMAGEM E VOZ DO SOCIALISMO PAULISTA

A organização do PSB em São Paulo teve na *Folha Socialista* não apenas o seu órgão divulgador, mas o elemento por excelência de arregimentação e unificação de suas fileiras díspares. Foi por meio da leitura de suas páginas que a CEE paulista pôde estabelecer alguma coerência e identidade na sua atuação estadual.

48 Hildegard Pires de Campos, secretária do Partido na época. Depoimento prestado a Miracy Gustin (20.5.1986). Apud VIEIRA, op. cit., p.170.



Ou mesmo no país, pois nenhuma outra Comissão Executiva Estadual contou com uma publicação semelhante, tanto do ponto de vista da densidade e abundância das análises, como da longevidade. Ao longo de seus 18 anos de edição, 1947 a 1965, interrompidos em várias oportunidades - entre 1951 e 1952, 1955 e 1958, em 1962 - e de circulação irregular, intermitente, nos anos 60, a publicação forneceu um quadro suficientemente completo de informações e discussões sobre o socialismo democrático no Estado. Nesse sentido, tornou-se para o pesquisador um manual incontestável, pois a espécie de manual de socialismo para militantes do Partido, em que ela própria queria constituir-se, acabou por oferecer tal riqueza. "A missão principal de nosso jornal - afirmaram os diretores da *Folha Socialista* no momento em que ela completava dois anos de publicação - continua sendo a de formar quadros partidários, dar-lhes uma ideologia própria, esclarecê-los ante todos os problemas que se apresentam".<sup>49</sup> Publicar a *Folha Socialista* foi a única ação relativamente eficaz de propaganda socialista mantida pela CEE, ao longo do tempo. Nenhum outro órgão ou atividade alcançou a mesma importância, não obstante o Partido ter disposto, nos anos 1948 e 1949, de um programa diário na Rádio América e de existirem outros órgãos para a representação dos socialistas no Brasil.

A *Vanguarda Socialista*, sustentada por Mário Pedrosa e outros ex-trotskistas do Rio de Janeiro, desde 1945, abrigava artigos provenientes do PSB, e em julho de 1948 foi doada ao Partido, quando uma parcela do grupo decidiu integrar-se.<sup>50</sup> Por um breve período permaneceu fora de circulação e depois, a partir de outubro de 1949, circulou sob a direção de Hermes Lima, tornando-se um efêmero "órgão central e oficial do Partido para todo o país". A *Folha Socialista* anunciou o retorno daquele órgão à circulação como "um esforço do Partido Socialista para

49 15.12.1949.

50 O grupo estava abandonando o trotskismo e isso era motivo de júbilo: "Com o grupo de *Vanguarda Socialista*, ganha nosso partido um contingente que... soube ver... que bolchevismo e socialismo são termos que se tornaram antagônicos". F. S., 10.6.1948, Oliveiros Ferreira.

levar a sua palavra às massas operárias". O "esforço" manteve-se por apenas mais quatro tiragens.

Em 1948, a CE do Distrito Federal iniciou a publicação do *Boletim Socialista*, que se extinguiu no ano seguinte. Alguns números do *Boletim* apareceram encartados na *Revista Panfleto*, editada por Lourival Coutinho e Edmar Morei, eles mesmos militantes do Partido. Porém, dele se afastaram por sentirem-se cercados em sua liberdade de crítica.<sup>51</sup> Osório Borba, Domingos Vellasco e Hermes Lima foram alguns dos grandes nomes socialistas do Rio de Janeiro que ofereceram colaborações esparsas à *Revista Panfleto*.

Em sua edição de 15 de agosto de 1948, a *Folha Socialista* noticiou com júbilo o surgimento de alguns títulos ligados ao Partido: referia-se à *Trincheira* de Fortaleza e à *Gazeta Socialista* de Aracaju, como órgãos oficiais, e à *Folha do Povo* de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, como diário oficioso. Tais lançamentos pareciam indicar "claramente que o PSB passou a desenvolver-se mais aceleradamente". Em vários momentos em que anunciou o nascimento de outros efêmeros órgãos socialistas a *Folha Socialista* também apresentou-se otimista e confiante. A criação de um boletim pela CEM de Carazinho, no Rio Grande do Sul, levou-a a observar que "a simples publicação de um jornal socialista numa pequena cidade no interior do Estado sulino, é bem uma mostra da expansão dos ideais socialistas e do progressivo aumento das nossas fileiras".<sup>52</sup> Mais razão ainda para comemorações encontrou ao indicar *A Luta* como "órgão do Partido Socialista Brasileiro em Porto Alegre".<sup>53</sup> E não foram diferentes as notícias sobre *A Luta Operária* que começava a circular em Belo Horizonte, e *O Combate* de Limeira, Estado de São Paulo.<sup>54</sup>

Como já se afirmou, só a *Folha Socialista* teve fôlego mais resistente, não chegando porém a constituir-se no jornal de ampli-

51 Lourival informa que publicou o *Boletim* de graça para a CE do Rio e só deixou de fazê-lo porque o próprio Partido parou de enviar matérias.

52 1º.7.1949.

53 15.7.1949.

54 18.11.1950. Esses jornais estavam à disposição de leitores na sede da CE.

dão nacional que a Direção central do Partido constantemente pretendeu criar. No entanto, sua circulação não se limitou ao Estado de São Paulo e em várias oportunidades outros centros socialistas tomaram seus artigos como pontos de partida para debates e até procuraram publicá-los em seus órgãos locais. O editor da *Folha do Povo*, de Campos, por exemplo, tomava-a como modelo.<sup>55</sup> O vereador João Cavalcanti Pedrosa, do PSB de Campina Grande, tornou evidente a importância da *Folha* quanto a participar da construção nacional de um debate socialista: "Para nós que moramos distante dos centros mais civilizados do país esse jornal serve de orientação para as nossas atividades partidárias. Muito aproveitei na sua leitura, a qual estou sempre repetindo a fim de ficar mais esclarecido sobre determinados assuntos de utilidade para um representante socialista na Câmara Municipal".<sup>56</sup>

A periodicidade da *Folha* foi irregular.<sup>57</sup> Geralmente quinzenal, não obstante conseguisse circular semanalmente entre 1950 e 1951, seus mentores tentaram, sempre em vão, lançar campanhas para torná-la um diário. A distribuição dependia das Comissões Municipais e muitas vezes da boa vontade particular dos militantes que levavam até as mãos de simpatizantes, e de amigos pessoais, exemplares que lhes eram entregues gratuitamente. Mesmo assim, alguns exemplares chegavam às sedes do Partido em outros Estados e certas cidades do Estado como Piracicaba, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São Manoel e Mogi das Cruzes constavam entre as "praças cobertas pela distribuição". A Capital sozinha representava 30% do total da venda avulsa.

Considerando os critérios de regular periodicidade quinzenal, de manutenção do formato, da paginação sempre igual, de logotipo sem alteração e da seqüência contínua de colaboradores, os primeiros anos da *Folha Socialista* - desde a criação até 1950 - foram os de maior estabilidade. Ao mesmo tempo, foram os anos

55 F. S., 10.4.1948.

56 F. S., 15.7.1948.

57 O jornal nunca informou a sua tiragem; dados esparsos e depoimentos indicam que em geral não ultrapassava o milhar de exemplares.

em que ela se tornou mais eficiente como representação do PSB-SP, produziu volumoso material de discussão e copiosa informação. Nesse período, estiveram na direção Antonio Candido e Arnaldo Pedrosa D'Horta, atuando Febus Gikovate como gerente até 1949, e Fúlvio Abramo em 1950. A partir das edições de 1953, o grande responsável pelo jornal foi Antônio Costa Corrêa, tendo em Hozair Mota Marcondes o secretário de redação. Tal situação foi alterada apenas nos dois últimos anos de circulação, 1964 e 1965, quando Luiz Carlos Braga dirigiu o órgão da CEE paulista, e Fúlvio Abramo, Paul Singer, Carnal Schahim, João Chakian, Volney Moraes Jr. e Altino Dantas foram seus redatores.

Observe-se, como já se fez em relação à composição da CEE de São Paulo, que militantes extraídos de um mesmo grupo de intelectuais mantiveram-se em posição de destaque no jornal durante as quase duas décadas de sua publicação, facultando-lhe assim a identidade necessária. E da mesma forma, como sempre atribuíram uma importância fundamental à democracia interna no Partido, levaram ao jornal a necessidade de abrigar pontos de vista diversos sobre as idéias socialistas. Esse princípio era observado tão rigorosamente que Aristides Lobo teve artigos seus publicados mesmo quando a opinião da CEM da Capital e da CEE era plenamente contrária às idéias ali defendidas. Argumentavam os diretores que "se as decisões dos organismos dirigentes são obrigatórias para todos os membros do Partido, isto não impede que, dentro de nossos quadros, cada qual conserve a liberdade de expor o seu próprio ponto de vista. Isto nos parece essencial num partido democrático".<sup>58</sup>

A longevidade, a densidade crítica, a representatividade enfim da *Folha Socialista*, não devem esconder as incessantes dificuldades com as quais os seus responsáveis lutaram para que fosse publicada. "Todos devem ajudar a *Folha Socialista*", foi o apelo inumeravelmente inserido em suas páginas. Mesmo tendo em conta apenas os custos de produção, isto é, sem considerar os custos de pessoal para redação e outras tarefas, ela jamais foi auto-suficien-

58 F. S., 10.3.1948.

te. Entenda-se que a capacidade de financiamento do grupo mentor era pequena, pois os custos de produção de um tablóide com média de oito páginas e tiragem baixa não representava nenhuma soma vultosa. Apesar disso a análise de alguns balancetes permite observar que o total arrecadado com a venda avulsa, somado às assinaturas, não cobria os gastos com a tipografia e a remessa dos exemplares. Isto é, não fossem as doações, o jornal não sairia.

A *Folha Socialista* recebia doações particulares de alguns militantes, pois as despesas não podiam "ser cobertas pelo Partido, uma vez que ainda não está ele suficientemente desenvolvido", observavam os responsáveis preocupados em demonstrar a validade da publicação não apenas "para o Partido Socialista, mas também para todos aqueles que desejam ter um jornal em que encontrem, sempre, a verdade sobre o que se passa no Brasil e no mundo, fora dos interesses das agências telegráficas e da imprensa diária". "O mesmo círculo de militantes que a sustentava, trabalhando na sua produção, redigindo artigos ou doando verbas, era essencialmente o seu público leitor e divulgador. O empenho em motivar outros membros para as tarefas nem sempre foi vitorioso, e a própria direção do Partido reclamava da falta de colaboração entre os socialistas: "a acolhida que o organismo e militantes está dando ao Jornal - especialmente na Capital - não está correspondendo aos sacrifícios... A redação do Jornal não tem encontrado o apoio que merecia dos companheiros do partido".<sup>60</sup> Em algumas oportunidades o jornal deixou de circular ou atrasou a edição por causa do custo do papel que em períodos eleitorais convertia-se em "preço de ouro".<sup>61</sup> O apelo para o estabelecimento de um fundo especial que sustentasse a publicação atravessou todas as etapas do jornal, e estava presente em seus últimos números. Em fevereiro de 1964, os seus diretores ainda afirmavam que sem uma sustentação especial a publicação teria de ser interrompida.

59 F. S., 5.12.1948.

60 F. S., 10.3.1948.

61 F. S., 9.9.1950, "Mercado negro de papel de imprensa".

O problema estava em conciliar duas intenções até certo ponto conflitantes e excludentes. A primeira exigia que o Partido identificasse o jornal como um espaço reservado exclusivamente para formar mentalidades socialistas, para instruir militantes em sua tarefa proselitista, obrigando-o a publicar apenas ou especialmente matéria doutrinária, marcada pelo vezo do tratadismo e da dramaticidade considerada conveniente a questões que envolviam o destino da humanidade. Nesse caso, a marca catastrofista da escritura advinda da tradição marxista jogava um papel fundamental, e o espírito sentencioso compunha o ambiente preciso. A segunda intenção definia como objetivo conquistar um público de massas, abrindo colunas para que traspassassem "pequenos interesses" e acontecimentos do cotidiano. Nesse caso a *Folha Socialista* teria de perder necessariamente a sua função de órgão oficial, deixar de ser um jornal de partido. Bem que isso foi tentado, em 1950, a partir do nº 53, quando através de um esforço hercúleo de superação das primeiras intenções o próprio jornal informou: "A *Folha Socialista* deixa de ser um órgão exclusivo do PSB, para passar a refletir a opinião, as lutas e os anseios de toda a população do país". Todavia essa decisão não pôde sustentar-se e logo o jornal voltava às suas características tradicionais. Enfim, o dilema entre ampliar o público leitor ou aprofundar a leitura no público cativo do Partido não foi resolvido, ou melhor, as condições práticas de sobrevivência forçaram a resolução do dilema pela segunda possibilidade.

Assim é que a leitura do órgão socialista quase sempre demandou absoluta integração com os objetivos partidários. Qualquer consulente não diretamente implicado na própria produção do jornal, ou mesmo ativista interessado na opinião emitida por um companheiro próximo ou militante em busca de embasamento teórico para suas moções políticas, certamente não resistiria a uma leitura continuada da *Folha Socialista*. A pertinência dessa observação deve-se não apenas aos longos artigos, resultado de laboriosas elucubrações, verdadeiros anfiguris de penetração acessível somente a estudiosos dispostos a cuidadosas exegeses. Mas também porque as condições gráficas exigiam a constante interrupção da leitura de um mesmo artigo para retomá-lo páginas

adiante. Não poucas vezes, o interessado era obrigado a interromper mais de duas vezes a leitura para finalizá-la em uma terceira. A sensação de colcha de retalhos impunha-se. Devia-se isso à precariedade da produção tipográfica que obrigava o encarregado da composição a trabalhar com uma tipologia - em geral de corpo pequeno para caber mais matéria - em desacordo com as dimensões do tablóide, talvez por medida de economia. De qualquer forma os jornais populares trabalhavam em condições técnicas mais favoráveis desde o início do século, oferecendo maior praticidade para a leitura.

Da etapa inicial marcada pela decisão de assumir a missão socialista e a finalidade única de trabalhar para a construção interna do PSB, portanto relegar o interesse em estabelecer-se como um jornal de penetração popular, a *Folha Socialista* passou, em 1950, a um segundo momento em sua história no qual, sob a responsabilidade do secretário de redação Fúlvio Abramo, conheceu mudanças estruturais. Aparecia agora semanalmente, com o dobro das páginas - 16 - das melhores edições anteriores, todas repletas de fotos e vinhetas de tamanhos variados. Uma tipologia maior, mais ágil e leve, em cores, enfeitava e facilitava a leitura. Um novo logotipo aparecia estampado no cabeçalho "modernizado" por recursos de retícula. Seções dirigidas a públicos específicos substituíam os longos artigos de doutrinação dos tempos anteriores: uma "página feminina" onde se poderia encontrar até mesmo receitas de pratos sugestivos e dicas de moda, tudo ilustrado com fotos de modelos; os entusiastas dos esportes regalias-se com matérias que excediam a uma página. O jornal cobriu toda a Copa do Mundo de futebol que se estava desenrolando em estádios brasileiros. Mesmo turfe, um jogo de azar, cabia agora nas páginas menos ortodoxas da nova *Folha Socialista*. Também os garotos e garotas, mais aqueles do que estas, encontrariam o que fazer com o novo jornal, pois "As aventuras do Manduca" em série passavam a ser do deleite de socialistas em embrião. Nesse ano de 1950, passou-se a aceitar anunciantes e o Biotônico Fontoura compareceu assiduamente aos olhos dos leitores.

O jornal do PSB parecia-se agora com a grande imprensa da Capital. Mas foi um breve período, não mais do que seis meses.

Advieram as dificuldades com a compra de papel, os encalhes de tiragem, as dívidas saldadas à custa de doações, e em 2 de dezembro daquele ano a *Folha Socialista* tirava o último número da sua tentativa popular. Parece que o esforço fora tão esgotante que ela só voltaria a circular em meados de 1953, dois anos e tanto depois. O retorno significou uma volta às tradicionais características, o que o novo diretor, Antônio Costa Corrêa, logo à primeira página apressou-se em informar: "após interrupção prolongada, volta a circular o órgão de imprensa da Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro... *A Folha Socialista* não está em condições de se apresentar com os requisitos e qualidades de um verdadeiro órgão de imprensa. Não poderá ser, por ora, um jornal de informação diária, noticioso, de divulgação cultural... Editado quinzenalmente, terá de limitar-se a resenhas noticiosas, divulgação doutrinária e política, publicação de material informativo sobre as atividades socialistas no Brasil e nos demais países".<sup>62</sup>

Logo se apresentaram ocasiões favoráveis para provar a necessidade da manutenção do órgão dos socialistas, já que não parecia admissível ao Partido ficar à mercê das informações divulgadas pela "imprensa burguesa", nem mais viável subordinar-se a outras fontes, mesmo provenientes da esquerda, como jornais comunistas, que teimavam em distorcer os acontecimentos em favor de suas idéias sectárias. No primeiro caso, *a Folha Socialista* denunciava uma campanha geral da grande imprensa contra a prefeitura de Jânio Quadros, então veementemente apoiada pela totalidade do PSB-SP: "Os chamados grandes jornais e a maior parte das rádio-emissoras distilam ódio aos jorros, contra o prefeito de São Paulo. Nessa campanha destacam-se especialmente a cadeia de jornais e emissoras do Sr. Chateaubriand, os jornais *A Hora*, *Última Hora*, sem falar do boletim Adhemarista que é *O Dia*".<sup>63</sup> No segundo caso, cuja oportunidade se apresentava com as greves de 1953, na Capital, o problema era, especialmente,

62 5.6.1953.

63 20.3.1954. A questão estava no corte de verbas publicitárias da Prefeitura. *A Hora* era ligada a Hugo Borghi e a *Última Hora*, a Toledo Piza.



demonstrar a parcialidade do jornal *Hoje*, na condução do comportamento operário: "O comportamento da imprensa e do rádio burgueses foi o mais danoso possível à greve... Um único jornal fez exceção a esta greve: o *Hoje*. Esse apoiou integralmente a greve (nada tinha a perder assim fazendo) e, sendo o único, conseguiu uma posição privilegiada: era distribuído gratuitamente dentro do Hipódromo... e, num dado momento, foi oficializado como 'o jornal da greve'. Recomendava-se aos operários que só lessem o *Hoje*... (O jornal) estava a serviço de um único fim: propagar a greve e dela tirar o máximo proveito próprio".<sup>64</sup>

Diante dessas evidências que limitavam o mundo das comunicações àqueles grupos, era preciso, para manter as expectativas de crescimento do Partido, que o seu jornal fizesse um esforço ímpar e se mantivesse ativo, circulando. Porém, o que se deu foi o contrário. A partir de agosto de 1954, a periodicidade passou de quinzenal a mensal, e ainda assim com atrasos. Curiosamente, a edição de 30 de dezembro de 1954 foi a última dessa terceira etapa da *Folha Socialista*. Diz-se curiosamente porque ocorreu após a "vitória do Partido" com Jânio nas eleições municipais de 1953 e no pleito para o governo do Estado quando o organismo mais cresceu, tanto em número de militantes quanto de representantes na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal. Isso leva a conjecturar que a razão para o encerramento de atividades não fosse a tradicional falta de recursos, mas a abstenção dos intelectuais socialistas mais ativos, desgostosos com os rumos que o crescimento partidário associado ao janismo tomava.

Apenas em dezembro de 1959, "depois de muito tempo de interrupção" como estava inscrito em sua primeira página, o jornal voltaria a ser editado. O janismo provocou certamente uma outra conseqüência além do relativo afastamento de intelectuais: a bulhosa discussão sobre a via socialista para o poder, que antes se travava, tornou-se desnecessária, ou incômoda. Então, a tribuna impressa fez-se supérflua. Mas naquele mesmo ano os anti-janistas retomavam a posse dos órgãos partidários em São Paulo e

impunham a volta do jornal, afirmando que pretendiam "estar acima das divergências políticas" que separavam, naquele momento, os socialistas. Por isso desejavam publicar "quaisquer opiniões emitidas por colaboradores, ainda que contrárias às nossas pessoais... Entendemos que o debate escrito, em torno de posições divergentes, entre socialistas, é de grande importância e muito salutar". Na verdade, os editores acreditavam que a publicação contribuiria como "um grande fator de união".<sup>65</sup>

Pode-se notar nas edições seguintes da *Folha Socialista* irregularidade na sua periodização, aliada a uma sugestão de fragilidade proporcionada pelo aumento das matérias advindas de tradução de artigos estrangeiros, transcrições de atas ou documentos oficiais de autoridades partidárias, enfim, redução relativa do espaço destinado propriamente ao debate interno - em contradição com o que seus responsáveis afirmavam ao relançarem-na diversas vezes. No entanto, tais dificuldades não impediram ou não frustraram a intenção de abrir espaço para as discussões internas que examinassem a "unidade de pensamento e ação socialista" e o posicionamento das "divergências essenciais que separam o PSB das demais correntes"<sup>66</sup> de esquerda.

O derradeiro ano de sua vida, o jornal viveu sob o sentimento ambíguo da radicalização e da impotência. O golpe de estado político-militar acentuou uma tendência do Partido, nascida com a década, de que a solução socialista, em geral parcimoniosa, deveria ser substituída por ações mais decisivas e contundentes. Sob a mesma direção de Antônio Costa Corrêa, que desde os anos 50 encabeçara os trabalhos de publicação, o jornal tal como o Partido passou a abrigar uma plêiade de jovens militantes muito próximos do movimento estudantil então em ascenso, transferindo para suas páginas toda a expectativa de superação do autoritarismo implantado no país. Suas três últimas edições referem-se quase exclusivamente ao golpe. De tal forma a novidade marcou suas manifestações que a *Folha Socialista* parecia ter embaralhado sua própria história, não reconhecendo o ano de 1947 e o seu surgi-

65 Dez. 1959, "A volta da *Folha Socialista*", editorial.

66 Dez. 1963.

mento ligado ao nascimento do PSB como fato primordial. "Desde a sua fundação, há nove anos atrás - dizia o redator, apresentando o tradicional apelo em prol da sobrevivência do jornal - a *Folha Socialista* teve sempre vida irregular, circulando sem continuidade. Urge, porém, pôr fim a este 'status quo', tirando regularmente nosso jornal, e fazendo-o mais constante, ou seja, quinzenal... criando assim uma imprensa socialista de relativa importância".<sup>67</sup>

Apesar de errática, a *Folha* era o único jornal socialista então em circulação no país e portanto a última tribuna "para defender nossas idéias e preparar nossas lutas". Por isso passou a abrigar manchetes como "UNE NÃO MORRERÁ", "JUSTIÇA DERROTA ARBÍTRIO", "FOME É SOLUÇÃO CAPITALISTA PARA A CRISE", "LEI DA SELVA". Suas características externas acompanhavam a definição discursiva: uma espécie de realismo socialista em arte ganhou a capa do jornal, de onde a boca aberta de uma figura de militante no paroxismo da ira vociferava palavras de ordem. Nem era despropositadamente que o logotipo e grandes linhas de demarcação das colunas vinham agora em cor vermelha, forte. A radicalização estava em simbiose com as imagens e o discurso.

## LIDANDO COM AS URNAS

"O Partido ficou paralisado, em São Paulo", nas eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947, pois só obteve o registro do novo nome no mês de agosto. Justificaram-se assim os socialistas que nas eleições seguintes, municipais, em 9 de novembro, procuraram superar as dificuldades próprias de um organismo em formação. Entretanto, a melhoria não foi significativa neste último pleito e mais uma vez, como aliás em quase toda a sua existência, as escusas apresentaram-se. Apontavam falta de tempo para preparação, ausência de uma imprensa própria, dificuldades financeiras "insuperáveis" e impossibilidade de contar com qua-

67 Jan. 1965.

dros organizados, como os motivos básicos da ineficácia das campanhas.

O PSB-SP concorreu em 26 dos então 305 municípios do Estado e em 10 deles apresentou sem sucesso candidatos próprios às prefeituras. Elegeu diretamente 12 vereadores e mais 4 como resultado de aliança com o PCB. O total dos sufrágios socialistas em todo o Estado - que, com exceção do Distrito Federal, era de longe a unidade de maior penetração popular - passou de 14.138, nas primeiras eleições do ano, para 23.963, nas de novembro. Esse crescimento aritmeticamente modesto, mas percentualmente acima de 100%, foi interpretado como "um passo decisivo no sentido de nos ligarmos mais estreitamente às grandes massas que aqui vivem".<sup>68</sup> E, realmente, representava uma pequena vitória para um partido que não abrindo mão de suas propostas socialistas enfrentara "um ambiente impermeável e quase hostil às idéias de esquerda... (no qual teria sido) necessário um trabalho intenso de propaganda pessoal... indivíduo a indivíduo" - conforme observação do candidato a vereador em Piracicaba.

Fúlvio Abramo, dando um "balanço da campanha eleitoral na Capital" em nome da CEM, afirmou que os bons resultados deviam-se ao respeito irrestrito aos "princípios democráticos... a recusa de entrar em conchavos... e a utilização da campanha como meio de educação das massas nos princípios socialistas".<sup>69</sup> Nesse sentido, o PSB da Capital teve oportunidade de oferecer de fato uma lição de lisura e ética eleitoral. No fim do ano de 1947, o Tribunal Eleitoral, seguindo determinação do executivo nacional, cassara os vereadores eleitos pela legenda do PCB ou a ela coligados, oferecendo ocasião para que suplentes ocupassem os cargos vagos. Dessa forma, o candidato pelo PSB, Antenor Betarello, poderia assumir. No entanto, a CEE considerou o ato judiciário uma fraude contra o eleitorado paulista e entrou com recurso solicitando que as vagas fossem complementadas através de eleições, buscando preservar o conceito de representação. Ao seu filiado

68 F. S., 15.12.1947.

69 F.S., 15.12.1947.

exigiu que renunciasse à prebenda mas não foi atendida, o que a levou a expulsá-lo sumariamente.<sup>70</sup>

Em outras ocasiões também ficou claro que a exigüidade eleitoral, as dificuldades de organização ou mesmo financeiras, não obrigaram o Partido a fazer concessões em sua ética, pois, em setembro de 1948, o PSB expulsava os três vereadores do município de Jundiá que conquistara em composição pós-eleitoral, por terem "assumido atitudes em desacordo com o programa".<sup>71</sup>

Ao lado da ética, havia outra questão que impulsionava o Partido a desfazer-se dos militantes inadequados: o critério de admissão pouco exigente e a frouxidão nas relações entre os componentes e os órgãos partidários. Isto é, o exercício respeitoso da democracia interna tendia a tratar a vida e as ações do associado como território particular, impedindo que seu comportamento pessoal fosse alvo de consideração pelos dirigentes socialistas. Não que se desconhecesse qualquer disciplina partidária - e houve ocasião em que até mesmo se formaram comissões de inquérito para expulsar membros insubordinados - mas a premência em formar quadros e a insuficiência de candidatos para organizar chapas completas acarretavam a admissão de indivíduos dos quais o Partido exigia pouco em termos de definição ideológica. Um dos vereadores mais atuantes fora da Capital foi Syr Martins, de Santo André, que só assumiu sua condição de socialista depois de ter sido eleito pela legenda: "confesso que, ao candidatar-me, cria na possibilidade de ter posição e orientação independentes do Partido... valendo-me do fato de não ter assumido compromisso de ordem partidária perante a Comissão Municipal que me alistara... gradativamente compreendi que a minha adesão formal ao PSB se tornava um imperativo de consciência".<sup>72</sup> Essa liberalidade nem sempre produziu bons resultados.

Carente de militantes, com uma organização apoiada em grupos de base escassos e não assíduos, dispo de Comissões em pouco mais que 5% dos municípios do Estado,<sup>73</sup> com pouca ou

70 F.S., 7.2.1948.

71 F. S., 5.10.1948.

72 F. S., 20.11.1948.

73 Em 1950, havia 23 CMs, incluindo a Capital; havia delegados em outros vinte dos 380 municípios paulistas. E S., 1º.2.1950.

nenhuma penetração no que definia como público-alvo de sua mensagem e experiências eleitorais modestas, o PSB encaminhou-se para as eleições gerais de outubro de 1950.<sup>74</sup> Entretanto, trazia grandes esperanças não completamente infundadas. "Para os socialistas - afirmava Arnaldo Pedroso D'Horta, em maio de 1949 - as eleições constituirão uma verdadeira prova de fogo, pois darão a medida do progresso que nosso partido conseguiu, ou não, desde sua constituição. Pela primeira vez o eleitorado terá a oportunidade de escolher candidatos socialistas, sob a legenda do PSB, ao legislativo federal".<sup>75</sup> Do Rio de Janeiro, em declarações a um órgão de grande circulação como a *Revista da Semana*, Osório Borba reiterava essa interpretação das eleições como teste decisivo de crescimento do Partido, acrescentando uma dose ainda mais forte de otimismo: "O Partido Socialista Brasileiro ainda não passou por teste eleitoral decisivo. Até agora concorreu apenas com o primitivo nome de Esquerda Democrática, como partido registrado apenas nos pleitos estaduais e municipais. E o fez ainda pouco conhecido... É visível o crescimento do partido em simpatias populares... Temos razões para crer que pelo menos triplicaremos em 1950 os resultados eleitorais já obtidos".<sup>76</sup>

Com o passar do tempo e definição dos candidatos, o Partido se tornava ainda mais entusiasmado, como se estivesse jogando sua última cartada. Em um artigo sem identificação de autoria, na edição de 1.2.1950, lê-se: "Grandes tarefas aguardam nosso partido em 1950. É o ano das eleições. É o ano em que o partido demonstrará se foi capaz de realizar uma pequena parte da missão política que o seu programa e sua vocação ideológica lhe atribuem... Um ano decisivo". Dividindo a página com esse julgamento, um artigo de Plínio Gomes de Mello procurava consubstanciar as impressões favoráveis com dados eleitorais concretos, a fim de atingir o mesmo objetivo. Após transcrever informações do último pleito, observava: "Estes resultados indicam a

74 Para presidente e vice da República; governadores e vices; renovação de um terço do Senado; da totalidade da Câmara Federal (40 vagas para SP); idem das Assembléias Legislativas (75 vagas em São Paulo).

75 F. S., 15.5.1949.

76 F. S., Iº. 9.1949.

grande perda eleitoral sofrida pelos comunistas e trabalhistas, de um pleito para outro... A perda dos trabalhistas devida à cisão entre getulistas e borghistas foi mais espetacular (do que a dos comunistas), pois baixaram do 2º lugar para o 5º, com uma redução de cerca de 60% do seu eleitorado". O PSB deveria ocupar esse campo vazio: "é pouco provável que os comunistas consigam infiltrar-se em alguns (partidos)..., dado o perigo que acarretaram para os mesmos... O eleitorado que sempre acompanhou os comunistas terá que optar pela abstenção pura e simples ou pelo voto nos candidatos dos demais partidos. E, embora não devamos alimentar ilusões sobre o apoio de seus dirigentes, poderemos ter a certeza de que muitos trabalhadores que votaram anteriormente no PCB, irão engrossar as fileiras do eleitorado socialista nas próximas eleições... Não será, pois, exagerado admitir-se que reunamos de quarenta a cinquenta mil votos, somente na Capital".

O fato de colocar em jogo a história do Partido, aliado à antecedência com que o tema era tratado, denota a sofreguidão que o assunto provocava nos socialistas. Mais do que isto, naquele processo eleitoral o Partido iria jogar o seu destino. Não que o resultado - fosse involução, fosse estagnação ou crescimento - lhe atribuisse um estigma especial, mas porque do processo adviria um modelo de desenvolvimento partidário a ser implementado, sobretudo em São Paulo mas com efeitos em todo o país. E justamente esse modelo plantaria a semente de sua desagregação a médio prazo. Ou seja, a partir de 1950, os socialistas de São Paulo iludiram-se com a possibilidade de chegar ao poder em associação não orgânica com uma liderança popular apartidária. Segundo seu entendimento, esse modelo seria capaz de quebrar a couraça de incompreensão popular quanto aos caminhos e objetivos da trajetória para o socialismo. O que ressalta como significativo é que o Partido desenharia o dito modelo a partir de dupla e contraditória experiência, oferecida pela participação nas eleições de 1950: apoiar, em São Paulo, um candidato de "frente de oposição", e, nacionalmente, lançar uma candidatura própria, dita "de sacrifício".

Na verdade, tratava-se de romper com uma linha política demarcada na Convenção de Bauru, em 1947, quando ficou decidida a neutralidade do Partido diante das disputas no seio da elite

política. Naquela ocasião pairava a possibilidade de intervenção do governo federal em São Paulo e, mesmo assim, o PSB-SP tratou de não tomar posição diante do que definia como uma briga interna aos interesses da burguesia, uma briga que contava com a presença de políticos que mal ou bem representavam aquela classe social. Agora, em 1950, com a candidatura Prestes Maia ao governo do Estado os socialistas ensaiavam a opção pelo "setor saudável" da política então vigente. Três anos depois, com Jânio Quadros, consolidariam o processo. Os mesmos móveis que levaram ao apoio de um estavam presentes na aliança com outro: 1. apoiar vigorosamente um candidato ao executivo de fora do Partido, sob a argumentação de que sua personalidade traria probidade à coisa pública; 2. fazer recair a escolha sobre um político marcado pelo apartidarismo, sem definição ideológica; 3. interpretar e reforçar como um movimento democrático geral a aura formada em torno a um político de inserção popular.

A questão era complexa, já que envolvia o conceito de democracia do Partido, isto é, o da escolha do caminho para o socialismo construído por meio de instituições parlamentares em que, por princípio, a pluralidade social representada deveria impor-se às decisões provenientes de órgãos executivos. Na discussão desses conceitos envolveu-se a nata dos ideólogos paulistas. Alípio Correia Neto, para quem o Partido crescia mormente em épocas eleitorais, inaugurou o processo propondo a centralização da campanha numa personalidade para o executivo. A ele somaram-se Febus Gikovate, Plínio Gomes de Mello e Cid Franco e como opositores apresentaram-se Arnaldo Pedroso D'Horta e Oliveiros Ferreira. Antônio Costa Corrêa acabou por encerrar o debate, encaminhando favoravelmente à proposta de Alípio. Assim, ao final o consenso reinou.

De início, Arnaldo Pedroso D'Horta criticou a proposta de Alípio afirmando que o importante era "eleger representações consideráveis às câmaras municipais, às assembleias estaduais e ao parlamento federal", pois desviar a atenção para o executivo seria cair "de cheio no eleitoralismo".<sup>77</sup> Concordando com Arnal-



do, no referente ao caminho parlamentar para o socialismo, Febus observava que as eleições serviriam para aferir "o grau de penetração do nosso programa no seio das massas...e (poderão) mostrar a distância que nos separa da meta final - a conquista da maioria nas câmaras legislativas, caminho que escolhemos para a implantação do socialismo". Por outro lado, procurando aproximar a reflexão da prática, entendia que a eleição para os executivos funcionava como "principal corrente que arrasta as massas", e por isso o Partido não deveria desprezá-la, devendo escolher uma opção que favorecesse o progresso político: "no caso concreto de São Paulo, uma análise rápida das forças políticas permite distinguir de um lado a burguesia reacionária do PSD e da Federação das Indústrias e, do outro lado, os aventureiros políticos, caldo de cultura para o fascismo, representados por Adhemar e o PSP. Com eles nada de comum tem ou pode ter o Partido Socialista. Se o nome de Prestes Maia, lançado pela UDN, representar realmente uma corrente política inteiramente desligada das facções acima, o Partido Socialista Brasileiro poderá apoiá-lo, desde que aceite o programa mínimo por nós formulado".<sup>78</sup>

Em defesa do que entendia como independência do Partido Socialista, levantou a voz, aliás na mesma edição da *Folha Socialista* que abrigara as idéias de Febus Gikovate - o que demonstra a franqueza do debate - o jovem militante Oliveiros Ferreira, para quem Prestes Maia poderia transformar-se num líder populista semelhante a Adhemar, pois emprestava "um sentido messiânico... a sua candidatura, primeiro passo para a formação de um novo 'pai dos pobres', um novo líder 'descamisado'". Além disso, alertava Oliveiros, o candidato representava um setor da burguesia: "O Sr. Prestes Maia é o candidato daquela ala da burguesia paulista que, tendo atingido o poder com o Sr. Armando Salles, dele foi alijado pela ditadura e seus interventores, não o tendo reconquistado jamais. É o candidato, até o momento, não dos círculos da alta indústria de São Paulo, mas dos fazendeiros e, mesmo, dos círculos financeiros paulistas. Aliás, não é o Sr. Pres-

78 F S., 1º 6.1949.

tes Maia membro de uma companhia financeira, a Cia. Nacional de Investimentos?... (E) em matéria política, até hoje não se sabe o que ele é: democrata, integralista, comunista, trabalhista. A única coisa que sabemos é que serviu à ditadura em toda a sua gestão na prefeitura de São Paulo, nunca elevando sua voz para fustigar os desmandos do Estado Novo".

A resposta direta e categórica às propostas de Arnaldo Pedroso D'Horta e Oliveiros Ferreira veio de Plínio Gomes de Mello. O secretário-geral do Partido em São Paulo justificava amplamente a participação nas eleições, sem titubeios, mesmo que em situação de inferioridade: "Nenhum socialista... poderá negar o caráter politicamente educativo de que se revestem as campanhas eleitorais para as grandes massas populares, mormente quando a participação dos socialistas, levando o debate nos comícios, se faça de modo ativo e na defesa de suas idéias e princípios. Não importa que esta participação seja em torno de um candidato extrapartidário, desde que ele, pelos compromissos assumidos com o povo e pela sua própria conduta política possa merecer o seu apoio..."

Assim, a argumentação criava uma justificativa para entender a condição do sucesso da empreitada apenas dentro do próprio Partido, dependendo somente da convicção e sinceridade socialistas. Com esse tipo de reflexão Plínio liberava o Partido para estabelecer um relacionamento tão amplo quanto a circunstância exigisse: "Desde que, apoiando um tal candidato, não esqueçamos nossas idéias e nem enrolemos a bandeira socialista, nenhum mal pode haver nisso, ou melhor, só assim poderemos dispor de melhores possibilidades de influenciar as grandes massas atraídas pela campanha em torno a essas candidaturas". Entretanto, o que significava abertura por um lado ético podia ser substituído por rigidez na escolha do comportamento privado, como uma forma de compensação. Por isso, o que antes passava por característica irrelevante, agora se tornaria razão da escolha: "Entende, entretanto, o companheiro Horta que isto de honestidade é secundário ou insuficiente... Embora, na situação política de São Paulo, dada a dilapidação do erário público, nos pareça que seria uma grande coisa descobrir-se um candidato com tais credenciais... Imaginar

a hipótese de estarmos incubando ditadores, quando realçamos em Prestes Maia suas inegáveis qualidades de homem público probo e administrador eficiente, é, positivamente, querer enxergar fantasmas ao meio-dia".

Outra vantagem da abertura para apoiar Prestes Maia seria obtida com a participação em uma frente, em um movimento democrático que "tende a se polarizar em torno de sua candidatura, transformada, assim, em simples instrumento de luta contra os desmandos e a demagogia de Adhemar e sua camarilha... Cabe, sem dúvida, aos jovens políticos da UDN, o mérito de terem sabido ser mais sensíveis àquela opinião... Mas o próprio fato do PTB - que se julgava dono dela - ter-se enciumado com tal iniciativa, constitui a melhor prova de que não se trata de candidatura propriamente udenista... (mas) candidatura extrapartidária, genuinamente popular... Tendo participado dos entendimentos preliminares em torno do nome deste candidato... não é admissível que o Partido Socialista se desinteresse dela..."<sup>79</sup>

Categórico, e de forma a encerrar a discussão, Antônio Costa Corrêa apresentou argumentos favoráveis ao apoio à candidatura de Prestes Maia que no entanto seriam, enquanto conceitos, perfeitamente abandonados na proposição da candidatura de João Mangabeira para a presidência da República. Costa Corrêa, prevendo uma comoção desastrosa para o Partido, explicava que não se tratava de intenção apenas sua mas "que a maioria dos membros do Partido está convencida da impossibilidade e inconveniência de lançarmos candidato próprio. Nossos recursos partidários são ainda precários... O simples fato de nos empenharmos em uma luta árdua, sem esperança alguma de êxito, constituiria grande fator de amortecimento da nossa atividade partidária e conseqüente limitação das nossas possibilidades de influência na luta política e nos seus resultados". Ainda mais que o espectro político paulista já estava delineado, bastando conhecer pormenores: "As duas forças de maior influência no Estado são, de um lado, o Adhemarismo, representando uma súcia de aventureiros...

79 F S., 15.7.1949.

de outro a Federação das Indústrias... mais ou menos... (representada) pelo PSD. Fora daí, temos a UDN...; os trabalhistas... dirigidos por oportunistas... aguardarão apenas a ordem do chefe Getúlio; os comunistas... farão acordo à última hora com o candidato que 'mais der', em dinheiro, promessas e facilidades, seja ele qual for; e por fim os integralistas... Portanto, só poderá merecer o nosso apoio o Sr. Prestes Maia, que, muito embora, não seja socialista, está em condições de aceitar um programa mínimo apresentado pelo nosso partido..."<sup>80</sup>

Pouco tempo após, a CEE encaminhava uma "plataforma socialista" à UDN e ao PR, em São Paulo, "como proposta para um eventual entendimento visando a realização de uma aliança para apoio a um candidato comum". Como se estivesse lidando com infieis, a quem é preciso mostrar de imediato o símbolo da virtude política, na esperança mesmo que remota de uma conversão, a Comissão iniciava o documento afirmando que "só com a realização integral de um programa socialista será possível solucionar os problemas sociais e econômicos do Brasil".<sup>81</sup> Quando a CEE resolveu, por dez votos a cinco e uma abstenção, apoiar o candidato comum, ela sentiu necessidade de estampar na *Folha Socialista* a seguinte manchete: "Apoio dos socialistas a candidatura Prestes Maia: o Partido Socialista nada tem a ver com os partidos conservadores que apóiam o Sr. Prestes Maia". Também Cid Franco, ao pronunciar o discurso de admissão do candidato, durante a III Convenção Estadual, na presença do próprio, experimentou a necessidade de observar que "por certo me sentiria mais à vontade se estivesse falando a um socialista". Em continuação, centrou suas palavras na aprovação da pessoa de Prestes Maia, inclusive atirando-lhe um repto, pois pretendia que o candidato descartasse a aliança de instituições que lhe davam guarida: "Bem sei que não defendeis integralmente o nosso programa. Falo-vos,

80 F. S., 1.º. 8.1949.

81 Eram pontos tão genéricos que o candidato podia comprometer-se e não os implementar, já que demandavam alterações do Estado. Por exemplo, reforma do judiciário e da tributação; socialização dos serviços públicos; desapropriação das terras improdutivas etc. F. S., 15.8.1949.

entretanto, com o desassombro de quem vê, na vossa pessoa, tão-somente a vossa pessoa, sem que eu e meus companheiros estejamos assumindo o menor compromisso com os partidos capitalistas que também apóiam a vossa candidatura... Não há dúvida de que passaremos... num abrir e fechar de olhos, a adversários de vosso governo, se não quiserdes cumprir o que aquiestescesteis em realizar de nosso programa".<sup>82</sup>

Toda essa cautela tinha por fim tentar evitar o inevitável, algo que aos olhos de alguns sugeria conspiração do Partido por processos infecciosos de origem burguesa mas que de fato produzia uma circunstância nova na história do PSB, uma espécie de abertura para experiências inusitadas.<sup>83</sup> No discurso em que aceitava o apoio, Prestes Maia entendeu a sutileza do momento, apresentou-se como o indivíduo que os socialistas requeriam, mas escrupuloso - esmerando-se em se definir como classe média - procurou demonstrar como as idéias progressistas não estavam assim tão afastadas das conservadoras. Caberia a ele, num esforço de conciliação, aproximá-las ainda mais tal como estava fazendo com partidos tão diversos entre si: "Aqui compareço sozinho, como elemento médio do povo, sem representar um grupo, sem revestir-me sequer, para a interrogação desapontada de alguns, dum 'ismo' qualquer, que me pudesse qualificar. Tenho, e sempre tive, no mais subido conceito, a ideologia socialista... Os ideais socialistas há séculos têm-se espalhado pelo mundo, penetrado as doutrinas e mentalidades, têm sido assimilados, adotados e adaptados sob tantas formas, que hoje torna-se impossível perceber onde corre qualquer linha de separação nítida das ideologias chamadas conservadoras". E para, de antemão, colocar-se contra futuras exigências de aplicação de projetos socialistas, o candidato esclarecia a impossibilidade de superar as obrigações práticas de governo: "No nosso campo, meramente estadual, a ação e os programas têm de se amoldar à estrutura, ordinariamente aos fatos regionais..."<sup>84</sup>

82 *F. S.*, 12.10.1949.

83 A campanha em favor de Prestes Maia corresponde à transformação da *F. S.* no que acima ficou identificado como sua segunda fase.

84 *F. S.*, 15.10.1949.

Quanto ao candidato a vice-governador, Francisco Giraldes Filho - uma "das glórias" do socialismo paulista<sup>85</sup> - e aos demais cargos em questão, o Partido achou conveniente lançar nomes de suas próprias fileiras, em vez de fazê-lo em coligação, já que os melhores candidatos socialistas não tinham popularidade e dinheiro suficientes para, de dentro de uma coligação, suplantarem os demais. Além disso, "nossa maior força política junto ao eleitorado mais esclarecido e independente, está justamente em marcharmos sozinhos nessas próximas eleições, embora apoiando um grande candidato extrapartidário ao governo do Estado". Ao lado dessas preocupações, os líderes partidários estavam alertas para tentar romper os estreitos limites que no passado marcaram seu desempenho eleitoral, e buscavam não construir chapas "exclusivamente de intelectuais e residentes, em sua maioria, na Capital... Precisamos de líderes operários (tecelões, ferroviários, metalúrgicos, gráficos etc.)... Ora, isso só será possível na medida em que o trabalho sindical do Partido, já em andamento, possa pôr-nos em contato com tais líderes...". Porém, na procura de candidatos com origem e atuação no interior, o PSB deixava evidente a precariedade das suas condições para esta empreitada, pois recorria "a cada membro do Partido que disponha de conhecimentos no interior... no sentido de estabelecer ligação epistolar com seus amigos ou parentes... (a fim de comunicar) seus nomes e endereços à direção partidária, para as necessárias providências".<sup>86</sup> Considerando que o trabalho sindical não obteve qualquer sucesso e as relações familiares não puderam suplantam a deficiência de organização, o Partido houve-se, na melhor das hipóteses, mediocrementemente, no Estado de São Paulo.

85 Giraldes havia comandado tropas no movimento insurrecional de 24, em São Paulo. Preso, conviveu com o Brigadeiro Eduardo Gomes. Após a Revolução de 30, da qual fora um ativo participante, fundou um Partido Socialista em 1933 e foi eleito deputado federal, em 1934. Destacou-se na luta antifascista e participou na "batalha da Praça da Sé". Em 1945, refundou aquele Partido Socialista, mas, juntamente com outros militantes como Azis Simão e Marcelino Serrano, decidiu fundi-lo à ED. Em 1950, candidatava-se também a deputado federal, além de vice-governador.

86 *F.S.*, 1º 2.1950.

Apesar da intenção de ampliar as chapas eleitorais com novos elementos, os intelectuais ou tradicionais militantes estavam presentes "em massa" nas listas de candidatos do Partido. Ao senado propunha-se outra das "glórias" partidárias, João da Costa Pimenta, ex-operário gráfico que fora um dos fundadores do PCB, na célebre reunião de 1922, em Niterói. Sua candidatura era apresentada como "símbolo vivo de uma batalha constante, que só terminará com a vitória do socialismo". Para o Partido ela deveria cumprir simbolicamente várias funções: primeiro, era operário gráfico e assim representava o "contingente" operário do PSB. Depois, era um operário que deixara o PCB e, portanto, "deixara de ser sectário", patenteando o pluralismo socialista. Mas dada sua importância na história do PCB poderia angariar votos também nesta área. Pimenta liderara a greve de 1917 em São Paulo, compusera a Oposição de Esquerda nos anos 30 - não lhe faltavam galardões. "É para o velho e combativo líder operário - dizia a continuação do anúncio - sempre na vanguarda das lutas pela democracia e pelo socialismo, que pedimos o apoio do proletariado e da classe média paulista... Reuni-vos, pois, em cada local de trabalho, e, sem preocupações partidárias, acima de possíveis divergências com os socialistas, concentraí vossos votos na eleição de João da Costa Pimenta, contra o capitalismo, o conservadorismo e o reacionarismo... Votem com consciência no incorrupto, incorruptível, João da Costa Pimenta".<sup>87</sup> Era comunista e socialista contra o capitalismo; socialista, contra o conservadorismo e reacionarismo; incorruptível, para a classe média atenta aos desmandos do poder. Enfim, parecia um candidato curinga para as esquerdas em geral.

Para a Câmara Federal, como membros do grupo citado apreciavam Antonio Candido, Cid Franco, Cory Porto Fernandes, Francisco Giraldes Filho - pois era possível concorrer a dois cargos ao mesmo tempo - João Caetano Álvares, Oliveiros Ferreira, Plínio Gomes de Mello, Sofia de Campos Teixeira. Para deputado estadual: Alípio Correia Neto, Antônio Costa Corrêa, Hozair Mota

87 F. S., 12.8.1950 e 16.9.1950.

Marcondes, Rogê Ferreira,<sup>88</sup> Febus Gikovate,<sup>89</sup> Décio de Almeida Prado, Patrícia Galvão<sup>90</sup> (Pagu), Mário Neme, Maurício Loureiro Gama, Paulo Meinberg.

Além dos candidatos citados, as listas eleitorais do PSB traziam dezenas de outros nomes - para a Câmara eram indicados 15 aspirantes e para a Assembléia 70 - cuja presença no Partido deve ter sido efêmera ou pouco significativa, pois ao pesquisador atento às páginas da *Folha Socialista* não é dado reconhecê-los, em sua maioria, como freqüentadores, nem antes do período citado, nem posteriormente. Tal situação parece indicar que, pelo menos em São Paulo, o Partido preencheu as listas tentando abrir espaço para militantes novos, no entanto não atingiu nenhum dos dois objetivos a que se propôs: não os elegeu e não os fixou à instituição.

Os resultados oficiais da apuração em São Paulo indicavam que a votação do Partido Socialista Brasileiro fora bastante modesta em relação a suas pretensões. Os candidatos que poderíamos denominar intelectuais obtiveram minguados votos: Antonio Candido, 61; Oliveiros Ferreira, 102; Plínio Gomes de Mello, 120; Antônio Costa Corrêa, 24; Febus Gikovate, 80; Mário Neme, 18; Pagu, 22; Décio de Almeida Prado, 20. O mesmo ocorreu com os militantes tradicionais, mais voltados à organização do Partido do que para o debate doutrinário, tais como Paulo Meinberg que obteve 14 votos. As exceções ficaram por conta do já vereador Cid Franco que se elegeu deputado estadual com 10.368 votos, alcançando assim uma das cifras de eleitores mais alta, e Alípio Correia Neto que obteve 4.453, também para a Câmara, e Rogê Ferreira que atingiu uma suplência com 1.180 votos.<sup>91</sup>

88 Rogê Ferreira era orgulhosamente apresentado como membro da Juventude Socialista, pois fora presidente do XI de Agosto, da UEE e da UNE.

89 Para Febus formou-se um "Comitê Judaico Pró-Candidaturas Socialistas", dirigido pelo Dr. Nahum Hahamovici. *F. S.*, 23.9.1950.

90 Quando pintava legendas do PSB nos muros da cidade, Pagu foi presa pelo DOPS por 24 horas: em sua cela, nem catre havia. Atos de repressão não foram exceções na campanha de 1950. *F. S.*, 16.9.1950.

91 *F. S.*, 18.11.1950. Alípio foi confirmado por meio de eleições suplementares na Capital; em abril de 1953 afastou-se para assumir a Secretaria de Higiene e Saúde Pública da Prefeitura. Rogê então assumiu.



Os socialistas foram buscar a causa específica de semelhante desempenho em seus inimigos mais diletos, nos adversários próximos, os comunistas. Teriam estes - em conivência com seus verdadeiros mentores, a burguesia - encetado, direta e precisamente contra o PSB, uma campanha de grande efeito e eficiência "nos bairros operários, nas portas de fábricas, nas casas comerciais, nas associações esportivas... nos dois ou três dias anteriores ao 3 de outubro. Foi uma espécie de expedição especial, encarregada de desorientar a massa operária e largá-la inteiramente só, na contingência de dar o seu voto a Getúlio, Garcez, César Vergueiro, Salzano, Paulo Lauro e outros 'operários' do mesmo jaez. Autores da expedição: os comunistas. Em grupos de 3 ou 4 militantes, carregando manifestos e exemplares de determinada publicação, percorreram eles grande número de estabelecimentos, em comícios volantes perfeitamente tolerados pelos patrões, achincalhando, desmoralizando e difamando os candidatos socialistas... A campanha visou especialmente Plínio Melo, Cid Franco, João da Costa Pimenta, Valentim Sartori e Olívia Frare".<sup>92</sup>

Paralelamente aos esforços por uma participação eleitoral significativa em São Paulo, os militantes paulistas desenvolveram uma disputa interna ao Partido, no âmbito federal: lutaram para lançar um candidato próprio à presidência da República. Parece contraditório que os mesmos militantes e teóricos que direcionaram o apoio a Prestes Maia no Estado tenham exigido uma candidatura própria no plano federal. Entretanto o que ocorreu é que, tendo experimentado uma primeira frustração com aqueles eventos, eles resolveram embarcar em nova experiência, mas ao final das contas, vindo a sofrer nova desilusão, acabaram por voltar atrás e reexperimentar outra aliança em torno de um candidato de vários partidos. A forma como ocorreu esse processo deixou profundas marcas no Partido.

Em agosto de 1949, a Comissão Nacional foi consultada pelo PSD, UDN e PR sobre a possibilidade de lançarem candidato úni-

92 F. S., 14.10.1950.

co à presidência e à vice-presidência da República. A resposta foi, em princípio, afirmativa, mas tratava-se de consulta genérica, e não correspondia a um programa específico.<sup>91</sup> No mês seguinte, o presidente Mangabeira esteve na sede das Classes Laboriosas, em São Paulo, onde ocorreu o lançamento da campanha socialista para Prestes Maia que, como acima afirmou-se, tinha como seu carro-chefe a UDN. Tudo parecia caminhar no sentido de que a CN perfilhasse a trajetória da CEE-SP, isto é, ter uma chapa própria, porém encabeçada por um candidato popular, apoiado em coligação. Mas como se tratava da imagem nacional do PSB interveio a necessidade, digamos, artificial, de pautar a decisão num encarecimento doutrinário: julgavam os socialistas que diante da nação brasileira, que como todas as sociedades caminhava inexoravelmente para o socialismo, não bastava ser socialista, era preciso mostrar-se socialista. Isto significava radicalizar. Significava enterrar para sempre o espectro de aliado da UDN que perseguia o Partido desde sua fundação, deixando para trás uma trava que parecia ameaçar a progressão do trem da história brasileira. Por isso, a ordem era propor "um socialista para o Catete", proposta esta que bastava em si mesma.

Sob o título "Um socialista para o Catete: o Partido Socialista e a situação nacional", Febus Gikovate expôs as conclusões a que tinha chegado a CEE-SP na discussão da candidatura única à presidência da República, com o objetivo de encaminhar o processo decisório na reunião da Comissão Executiva Nacional, a realizar-se em fins de abril de 1950. O documento anunciava a intenção de impedir qualquer tipo de acordo político de classe: "A burguesia brasileira revelou-se incapaz de desempenhar o papel de classe dirigente progressista... Débil, desorganizada, dilacerada por contradições internas, covarde e corrupta, limita-se ao papel de comparsa subalterno do imperialismo... (Assim) devemos recusar *in limine* o nosso apoio a qualquer candidatura saída do campo da burguesia. O Partido Socialista deve ter candidato próprio à Presidência da República". E aos socialistas que mantinham veleidades de "continuar" a aliança que se sucedeu ao Estado Novo,

Febus explicava que aquele ciclo da história brasileira estava encerrado. De suas palavras, depreende-se a decisão de liberar o PSB para vôos mais largos: "A ED formada em 45 era então um agrupamento heterogêneo... os seus componentes só estavam ligados entre si na intenção de lutar contra a ditadura... E nesses termos a política da ED foi justa... Esboça-se, hoje, no partido, uma tendência de descobrir no próximo pleito presidencial, entre os grupos em vias de formação, um que encarne a fidelidade à legalidade democrática... Forma-se assim a ilusão de que os acontecimentos de 1950 serão uma repetição dos de 1945, negando-se ao partido o direito de assumir uma atitude autônoma... (Entretanto, é) impossível encontrar uma diferença básica, programática, entre PSD e UDN".<sup>94</sup>

Nesse período, a *Folha Socialista* abrigou muitos artigos defendendo o candidato próprio como a melhor solução partidária. De todos eles recendia uma atmosfera de autoconfiança, cujo significado estava mais ligado a reforçar uma convicção interna da militância do que firmar uma estratégia eleitoral para chegar ao poder. Não aceitar o candidato próprio poderia sugerir desconfiança no socialismo, tal como o título de um desses artigos sugeria: "O candidato próprio será uma demonstração de confiança nos ideais socialistas". Também Arnaldo Pedroso D'Horta, do alto de sua emérita cátedra de professor de política da USP, vinha corroborar a interpretação de que o momento histórico era propício para a autonomia total do PSB: "De maneira seguramente mais lenta do que poderíamos supor há cinco anos atrás, vem se constituindo no país o Partido Socialista... Duas causas... têm contribuído para esta vagarosa expansão... A primeira é inteiramente alheia a nossa vontade... É ela apresentada pela evolução da situação internacional... Porém, o movimento socialista brasileiro poderia ter seguido um ritmo muito mais acelerado, se tivéssemos sabido constituir-nos numa verdadeira força de oposição ao regime".

94 F S., 20.4.1950. O relatório de Febus foi aprovado pela IV Convenção Estadual de São Paulo e encaminhado à Convenção Nacional.

Arnaldo colocava nas costas da direção, no Rio de Janeiro, o peso da falência, não apenas por uma questão de organização, mas porque tal direção impusera o imobilismo ao partido. Fora a direção que não soubera mudar o partido e o mantivera na esteira da burguesia, na espera de aliança com uma classe incapaz de ser progressista. Era preciso retomar o caminho revolucionário e não aceitar o candidato da UDN, como a direção nacional parecia querer: "Constituímo-nos em partido no momento em que a tarefa dominante era a luta pela reconstitucionalização e pela legalidade, contra a ditadura. Mas, vencida esta etapa, continuamos... esquecidos de nossas fundamentais reivindicações revolucionárias... Nesses cinco anos decorridos, o Partido Socialista não sustentou nacionalmente sequer uma campanha que pudesse realmente chegar até a grande massa do povo... O Partido Socialista não terá por que integrar-se a qualquer um dos dois ou três blocos burgueses que se defrontarem... Devemos ver as eleições como uma oportunidade de... afirmação de nossa personalidade política".<sup>95</sup>

A Convenção Nacional, realizada no Rio de Janeiro em 15 de junho de 1950, decidiu por João Mangabeira como candidato do PSB à presidência da República e Alípio Correia Neto a vice. Ao encontro, compareceram até mesmo presidentes de outros partidos, como Odilon Braga, da UDN, e Lourival Fontes, do PTB. Essas presenças significaram um reforço para o espetáculo de independência que os "radicais" estavam pretendendo oferecer à "burguesia nacional". Em plenário, as posições localizaram-se em dois pontos conflitantes: apoiar candidato próprio ou adotar o voto em branco. Com exceção da delegação de São Paulo, cuja maioria defendia a primeira hipótese, as demais delegações repararam-se quanto à opção, tendo o resultado final acusado 51 a 33 votos em favor do candidato único.

Os dirigentes nacionais ligados ao Partido no Rio de Janeiro, entre eles Hermes Lima e Domingos Velasco, que eram também dois dos três únicos deputados federais, e Osório Borba foram favoráveis ao voto em branco. Hermes Lima, ao apresentar as

95 *F S.*, 5.5.1950.

suas razões, tocou em dois problemas fundamentais e, de certa forma, antecipou as seqüelas que advieram da pálida atuação eleitoral de 1950: "O lançamento da candidatura própria apenas virá enfraquecer as nossas possibilidades eleitorais no campo legislativo que é o nosso meio melhor de propaganda e combate", disse ele. E acrescentou que o entusiasmo pelo candidato único era restrito a São Paulo e Rio, e que para sustentá-lo "seria necessário um grande partido nacional", coisa que "o Partido Socialista não podia pretender ser ainda".<sup>96</sup>

A contradição cruel porque explícita e consciente, manifestada pela obrigação em lançar candidato próprio, estava em reconhecer-se de forma clara e meridiana como partido impotente para tamanha tarefa e ao mesmo tempo exigir de si mesmo, por razões de posição doutrinária, o sacrifício de executá-la. O próprio manifesto de lançamento da campanha, grandiloqüente, porém dirigido "ao povo", encarregava-se de apresentar a ambigüidade: não se tratava de "ganhar a qualquer preço, mas de salvar a bandeira, conservar de pé, indômita e indormida, a sentinela da liberdade ameaçada, a sentinela da eterna vigilância... Infelizmente, o nosso partido, com apenas alguns anos de vida, num país sem tradições socialistas e democráticas arraigadas, é ainda pequeno demais para realizar as formidáveis tarefas históricas que pesam sobre seus ombros".<sup>97</sup>

Tal como o manifesto de lançamento, o discurso do candidato no momento de sua indicação também parece marcado, se não pelo pessimismo, por um espírito heróico de cumprimento de sacrifício em nome de um ideal de futuro: "É evidente que o Partido Socialista Brasileiro, ao propor as suas candidaturas, não podia ter esperanças de uma vitória eleitoral. No entanto, as apresentamos. É que não temos dia marcado para a posse do poder... nossas candidaturas não são eleitoralescas. Ninguém melhor do que nós sabe que nossos quadros são pequenos, que nossos recursos são exíguos, que somos um partido pobre, que se

96 F. S., 5.8.1950. A decisão provocou alguma defecção sem muita importância, pois a maioria ou apoiou sinceramente ou submeteu-se.

97 F. S., 5.8.1950, "Manifesto ao Povo".

honra de ser paupérrimo e não merecer os favores do capitalismo... Sabemos que não temos dinheiro para a propaganda, que não temos imprensa. Tudo isto nos falta; mas temos um elemento que vale mais do que tudo isto e que falta aos outros: UM PROGRAMA A DEFENDER E UM IDEAL A REALIZAR".<sup>98</sup>

Dois outros componentes importantes do pensar socialista nessa questão eleitoral, além do "sacrifício ao futuro", encontravam-se na desmesurada confiança depositada na imagem purista do partido - que para não se imiscuir no pernicioso mundo capitalista, afastava-se do medíocre cotidiano político, das mazelas necessárias à convivência com a ação no campo das relações de poder; e na expectativa de que o trabalho da militância, certamente abnegada, pudesse influenciar as decisões de voto. Os dirigentes gabavam-se de capitanearem um Partido de indivíduos puros teoricamente e de militantes dedicados, mesmo aos olhos da concorrência: "O Partido Socialista em São Paulo está mobilizado para as eleições de 3 de outubro, tanto na Capital como no interior. A atitude coerente do nosso partido, mantendo-se distante da confusão geral, longe de conchavos e cambalachos, colocou-nos em situação de merecer a atenção das massas populares do país. O conceito que o Partido Socialista goza, mesmo nas fileiras das agremiações adversárias é o mais lisonjeira... Nossa campanha visa, antes de mais nada, elevar o nível político do povo... As eleições... mostrarão que o Partido Socialista Brasileiro já constitui um fator ponderável no cenário político nacional. O futuro nos pertence".<sup>99</sup>

Tentar dar um passo maior que a perna, eis aí um adágio adequado para entender a participação eleitoral do PSB, em 1950. Nem o sacrifício ao futuro nem o purismo ideológico conseguiram qualquer manifestação eleitoral relevante, e a militância mostrou-se completamente impotente para reverter o desinteresse popular pelo Partido. Mangabeira recebeu cerca de 0,1% dos vo-

98 F. S., 30.9.1950 (as maiúsculas são do original).

99 F. S., 30.9.1950. Sobre a militância: "Com o ardor... que os domina, os socialistas de São Paulo... alcançarão resultados que outros partidos só conseguem a custa de trabalho mercenário".

tos para presidente da República, tendo concorrido também à Câmara Federal pela Bahia, onde "conquistou" a 12ª suplência. A atuação nacional do PSB em outras candidaturas não foi menos decepcionante já que elegeu apenas um senador, Domingos Velasco, por Goiás - pleito no qual a interferência da legenda foi irrelevante - um deputado federal, Orlando Dantas, por Sergipe, e em todo o país 8 representantes às Assembléias Legislativas. Para a Câmara Federal a soma dos votos socialistas não atingiu metade dos votos atribuídos aos integralistas do PRP. São Paulo foi o único Estado que contou com dois candidatos eleitos à Assembléia Legislativa, Cid Franco e Alípio Correia Neto.<sup>100</sup>

Decorreram dessa anódina participação nas eleições profundas conseqüências, tanto concernentes à organização partidária quanto a sua forma de encarar o caminho para o poder. Em São Paulo, alguns componentes arrefeceram a sua militância, ou mesmo deixaram o Partido - sirvam de indícios o afastamento de teóricos como Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Arnaldo Pedroso D'Horta, todos absorvidos pelas exigências profissionais; e a suspensão da circulação da *Folha Socialista*. Mas foi no aspecto estratégico que as seqüelas pareceram mais evidentes. Isto é, a frustração eleitoral fortaleceu a linha iniciada com apoio a Prestes Maia, e ladrilhou o caminho para a admissão de um Jânio Quadros como um aliado em potencial para a construção do socialismo. Ocorreu, portanto, uma volta atrás. De qualquer forma, não é apenas por meio da leitura ordinária das declarações dos socialistas que a frustração se mostra visível, pois a reação imediata dos militantes foi justificar os maus resultados eleitorais com uma *fuite-en-avant*, afirmando, como por exemplo Arnaldo Pedroso D'Horta, que "o êxito palpável e imediato sempre exerceu grande atração sobre os espíritos primários... (Ao PSB,) o que importa não é o êxito fulminante, mas inconsciente, e sim uma marcha em que as posições ganhas sejam uma a uma consolidadas... De acordo com tais premissas, podemos dizer que o Partido Socialista colheu um brilhante êxito nas últimas elei-

100 Dados obtidos nas seguintes fontes: ALEM, op. cit.; VIEIRA, op. cit.; F. S., 18.11.1950.

ções, representado pela capacidade que ele revelou de agir conseqüentemente com seus propósitos de resistir às tentações de trocar a afirmação de sua personalidade por ocasionais vantagens eleitorais...".<sup>101</sup> Da mesma forma, ao analista cabe sopesar o significado do aparente otimismo demonstrado por Febus Gikovate, pouco após o pleito: dizia ele que "valeu a pena a participação do PSB nas eleições". Tais assertivas podem mesmo encantar até cuidadosos pesquisadores, mas constituem comumente um ardid, pois mantendo-se isoladas de uma trama permanecem testemunhos aleatórios. É possível que se façam variadas e entre si diversas interpretações e que elas tenham valores equivalentes, mas o que não se deve admitir é tomar literalmente uma declaração engajada. Ao historiador cabe estabelecer uma cadeia conceptual de comportamentos em sua dinâmica tanto prática como teórica que apesar de resultar de uma construção subjetiva guarda sentido revelador. O esforço do trabalho histórico consiste em perceber os significados das séries factuais por ele mesmo selecionadas.<sup>102</sup> Por isso julgamos conveniente afirmar que os socialistas estavam sentindo justamente o contrário do que estavam dizendo. O comentário refere-se à maioria.

Na contracorrente de seus pares, isoladamente, mas não carente de repercussão, Antonio Candido elaborou, no calor da hora em que os resultados vieram a público, uma crítica ao desempenho eleitoral socialista que em vez de congratular-se com vitórias inexistentes ou encontrar indícios de um futuro favorável em hipotéticos e precários eventos do presente, ou ainda condenar peremptoriamente a atuação partidária, procurava desvendar a natureza do processo político em transformação e reconhecer os possíveis caminhos para que o Partido encontrasse melhores condições de desenvolvimento. De certa forma, sob o título "Encarando o futuro", a sua crítica apontava para a mudança de linha a

101 F. S., 21.10.1950.

102 Cf. Paul Veyne: "A escolha de um assunto em história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível como uma extraordinária extrapolação de todos os pontos de vista...". Como se escreve... São Paulo: Edusp, 1992, p.27.



que nos referimos acima, no sentido de que introduzia o populismo como elemento fundamental para entender a participação do socialismo na política brasileira, então em pleno desenvolvimento mas não considerado por outros analistas do Partido. Até aquele momento, as análises privilegiavam a ação burguesa repressora e a conseqüente intimidação do proletariado. A novidade analítica estava justamente em entender não apenas Getúlio acima de sua dimensão pessoal, e abandonar a crítica que se limitava a invectivar contra o velho ditador estadonovista,<sup>103</sup> mas avaliar a participação popular numa nova sociedade de massas que mudava de perfil. Construía o populismo, como ele próprio afirmava, "formas bastardas" de democracia que não se devia considerar como repetição do passado ditatorial. Esta abertura para entender o novo tornava menos indignado o texto de Antonio Candido e mais percuciente. O que parecia serem fatos inegáveis de regressão pura e simples em outros autores como Arnaldo ou Febus, nele surgiam como dados da transição para uma sociedade de massas em que o Estado exerceria grande poder e, portanto - poderiam os militantes conjecturar a partir da sua análise -, sem um política de penetração nesse Estado, os socialistas se manteriam alijados de qualquer atividade realmente participativa. O texto de Antonio Candido não determinava esta análise, mas estabelecia parâmetros que iriam viabilizá-la.

Ele indicava aos socialistas que se aplicassem "com atenção a compreender e analisar a situação aberta com as presentes eleições... A perplexidade não deve e não pode ser uma atitude socialista... Na verdade, a vitória de Getúlio não significa a traição do eleitorado, nem erro de escolha, nem esperteza e habilidade dos quemistas. Significa muito simplesmente a afirmação de uma vontade popular ainda em esboço, enquadrada por condições históricas e sociais, susceptíveis de análise e compreensão... Os anos

103 Pagu, por exemplo, entendeu a volta de Vargas como um retorno do Estado Novo: "Voltou o grande embrulhão, voltou o assassino de Olga Benário, ainda com as mãos sujas do sangue derramado. Voltou o demagogo. Voltou o corvo gordo de São Borja. A República está em perigo. Companheiros socialistas, à barricada". *E S.*, 7.10.1950.

de guerra... trouxeram ao mundo uma série de ilusões ou esperanças que vão agora se desvanecendo... tanto à direita quanto à esquerda, parecia efetuar-se uma reorientação para as formas democráticas de vida política, com maior ou menor abandono das formas capitalistas e totalitárias... A história desses cinco anos mostrou a marcha inversa dessa esperança e dessas possibilidades. Vimos aumentar a área, o poderio, a irradiação das tendências totalitárias do socialismo. Vimos, por outro lado, reforçar-se nos Estados capitalistas a máquina de manutenção das sociedades de classes, pronta como sempre, a apelar a formas antidemocráticas... Nos países atrasados, como o nosso, a democracia sofre a mais rude provação. Com efeito, nem temos uma tradição política liberal para podermos assistir ao desdobramento natural das formas democráticas de vida, nem temos base popular esclarecida para caminhar decididamente nas vias que conduzem ao socialismo. E como, ao lado disso, o Estado segue a marcha inevitável no mundo moderno, aumentando sem cessar o seu âmbito de ação e intervenção; como, por outra parte, a industrialização e a urbanização formam rapidamente massas sensíveis à opinião e à propaganda - segue-se que é muito grande a inclinação para formas bastardas de transição. É o caso da democracia getulista, Ademarista... que servem à burguesia porque agrada o povo com certas concessões mínimas, e servem ao povo porque parecem interessar-se mais diretamente pela sua sorte do que os agrupamentos tradicionais da burguesia. A sua força vem daí. E aí que se deve procurar uma das bases mais sólidas do prestígio de Getúlio, homem bastante flexível e decidido para explorar o compromisso instável dos interesses burgueses com as aspirações ainda informes de grandes setores do povo que apenas agora começam a articular sua voz".<sup>104</sup> É evidente que a análise deste militante socialista não propunha um comportamento arrivista para o PSB, no entanto transferia o debate para o fulcro da luta nos "países atrasados", qual seja a de participar do processo de "articulação da voz" dos setores populares, e participar ativamente, por meio de

104 F.S., 21.10.1950.

um Estado cada vez maior, quanto ao "âmbito de ação e intervenção".

Assim, a experiência eleitoral do PSB-SP, em 1950, provocou uma reordenação da conduta partidária a médio prazo. Não se trata de atribuir ao insucesso eleitoral a importância de uma causa. É preciso compreender a complexidade do processo que levou o Partido a tornar-se permeável a Jânio Quadros. Alguns fenômenos araram o terreno para semear a mudança: em princípio, o debate aberto com o apoio a Prestes Maia apontou a necessidade de lutar pela consolidação democrática - pois como dissera Antônio Costa Corrêa, acima citado, "uma vez no governo, muito embora não possa deixar de exercê-lo dentro dos moldes da política burguesa, Prestes Maia poderá ter aquele mínimo de independência necessário ao cumprimento dos compromissos assumidos com o povo". Posteriormente, a aposta em um candidato próprio para a presidência da República que deveria fortalecer a presença do Partido, e a conseqüente frustração. Considere-se ainda a posição de destaque que a CEE-SP assumiu durante os acontecimentos, como que dando as cartas e fiscalizando o andamento do jogo; por esta razão, Febus Gikovate, no momento mesmo em que culpava o espírito timorato da maioria do Partido e da Direção Nacional que não se desdobrara pela candidatura de Mangabeira, pôde observar com um tanto de sobrançeria que "a Seção de São Paulo do Partido Socialista foi a única que procurou estudar mais a fundo o panorama nacional e a atuação do partido desenvolvida até então". Tal vanguardismo analítico transferiu à Seção-SP a confiança necessária para ensaiar novos percursos, autonomamente.<sup>105</sup> A essas variáveis - apoio a um candidato em aliança, frustração com o candidato único, primazia do PSB-SP - juntou-se o significado primeiro do "janismo socialista" cuja intenção original em nada se assemelhava a uma concessão à direita, mas pelo contrário sugeria a descoberta de um caminho novo para influir sobre a população e sobre o Estado, no sentido de amplificar as pressões populares para a conquista de uma digna cidadania.

105 F. S., 2.12.1950.

## PASSO EM FALSO

Uma liderança mostrou-se particularmente ativa desde os primeiros tempos do Partido em São Paulo. Presente em quase todos os acontecimentos políticos de importância, Cid Franco denunciou desmandos de prefeitos que então eram nomeados; criticou o precário sistema de transportes urbanos, e indignou-se quando a Sears-Roebuck, mancomunada com a Light, conseguiu transferir o ponto final de uma linha de bondes para bem diante de sua loja; acusou comerciantes que se aproveitavam da boa-fé dos consumidores; foi pioneiro na denúncia dos malefícios da poluição ambiental à população; revelou desmandos das autoridades municipais e combateu sem descanso a corrupção, tanto do governo municipal quanto do estadual; apresentou projetos de lei de comum acordo com a população pobre. Enfim... preocupou-o desde a elevação dos preços dos postes para eletrificação até a oferta de um serviço de saúde condizente com uma cidadania digna. Cid Franco foi incansável. Levou a legenda do PSB aos quatro cantos da cidade. Sua honestidade e desprendimento em relação a bens materiais tornaram-se proverbiais para os companheiros socialistas e mesmo entre os colegas parlamentares. Certa ocasião, tendo proposto, em vão, uma redução no subsídio dos vereadores, negou-se a tomar posse da quantia excedente ao que alvittrara - que aliás significava mais de 50% dos seus proventos - doando ao Partido, oficialmente, a parte que lhe parecia espúria.<sup>106</sup> Líder espírita de grande penetração popular, conhecido jornalista radiofônico, jamais abandonou os princípios éticos altruístas com os quais dirimia dúvidas a respeito do conteúdo socialista de suas moções.<sup>107</sup> Nos anos 60, depois de passar por um atentado político que por pouco não lhe tirou a vida, foi cassado e perseguido

106 O Partido divulgou o fato como "exemplo de coerência socialista".

107 No discurso de despedida da Assembléia Legislativa, em junho de 1964, afirmou: "Represento, exatamente há 31 anos, modesto exemplo da caminhada empreendida por muitos companheiros que vieram do materialismo para o espiritualismo, sem que hajam renegado o seu ideal de justiça e de paz no terreno político, social e econômico...".

pela ditadura militar. No entanto, a quem o inquirisse aprazia-se em declarar: "Continuarei socialista".

Cid Franco era o Partido paulista em pessoa: intelectual;<sup>108</sup> ativo, mas isolado; intransigente, mas cordial; de esquerda, mas pluralista. Como muitos dos militantes da seção paulista do Partido, na juventude, Cid aproximara-se do PCB mas, como ele mesmo conta, fora expulso do Socorro Vermelho Internacional, por indisciplina. De certa forma, vivia em si as antinomias que acima indicamos como características do PSB. Já no fim da vida, em 1967, quando sob o título *Dois Caminhos* publicou um livro que era "um hino ao amor universal", segundo Sérgio Milliet, permitiu que brotasse como uma oração a sua forma de entender o desenvolvimento do socialismo: "Dois são os caminhos. O da violência e o da não-violência. Violência de pensamentos, palavras e atos. Não-violência de pensamentos, palavras e atos. São dois os caminhos. É fácil correr pelo primeiro. É difícil caminhar lentamente pelo segundo. Bastam os instintos para escolher o primeiro. Só o sentimento e a vontade, apoiados em lúcido raciocínio, escolhem o segundo".

Percebe-se aqui Cid de corpo e alma inteiros. Inicialmente, uma resposta ao comunismo, o outro caminho do socialismo que ele renegava, o socialismo da violência como parteira da história. Mas com este o seu socialismo guardava em comum o caminho, a idéia de trajetória, de passagem para um mundo melhor. A passagem rápida, a revolução, poderia até cativar a maioria mas não era profícua, pois só o tempo longo do convencimento das pessoas, da discussão e expansão da cidadania construiria o verdadeiro sistema democrático. Fazia-se necessário esse tempo que era visto como de provação, "o difícil caminhar", que iria aguçar e transformar o primitivo instinto em um aprimorado sentimento. Aos militantes, tal como aos apóstolos - artífices do futuro -

108 Cid Franco foi poeta e prosador premiado pela União Brasileira de Escritores. Publicou, entre outros, *À procura de Cristo*, em 1937, *Histórias Brasileiras para a juventude*, em 1942, *Avatar*, em 1955, *O crime das explosões atômicas* e *Seis mil contos*, em 1959, *A bola de luz*, em 1960, *Anotações de um cassado*, em 1965, *Os dois caminhos*, em 1967.

caberia orientar, recorrendo ao "lúcido raciocínio", isto é, à teoria comprovada pela longa história das lutas pela liberdade. Por outro lado, tal conceito de realização da democracia através do crescimento individual, que aliás não era pensamento apenas de Cid mas também de outros teóricos do PSB-SP, representou uma das principais conquistas do pensamento socialista democrático: significava pôr-se de acordo com uma visão de sujeito da história que apenas em nossa contemporaneidade se tornou consensual, qual seja a de que não há uma entidade homogênea, um sujeito pronto para a ação social, mas que é ele o próprio lugar de conflito de valores. Cid não se valia da psicanálise para tangenciar - dizemos tangenciar porque não cuidava do desenvolvimento teórico da questão - essa ruptura com a ética tradicional marxista que encarava a construção do sujeito coletivo como único fito do processo revolucionário, mas o fazia através de uma reinterpretação do individualismo presente no humanismo cristão. Assim, o socialismo de Cid Franco mesmo se valendo de imagens e raciocínios muito próximos ao senso comum, "pregava" uma revolução que primeiro passaria pela reconstrução do indivíduo. A combinação de fé, provação e razão, produzia um efeito renovador no estreito ambiente das propostas de esquerda absorvidas das matrizes européias quase sem mediação.

A simbiose entre cristianismo e socialismo<sup>109</sup> teria permitido a Cid calibrar seu discurso para uma população avessa ao enfrentamento cru, proposto por modelos do tipo da luta de classes, e poderia tê-lo transformado no líder popular de que o Partido tanto carecia em São Paulo. No entanto, ele não foi o escolhido dos deuses. Nem todas as divindades propiciaram o seu caminho... e o do Partido, que acabou por dar um passo em falso. Nos tempos da Roma antiga, as cerimônias relativas à entrada na vida, aos inícios dos dias, meses, ou anos, recebiam a proteção de Jano,

109 No Brasil, esta correlação remonta aos tempos em que imigrantes italianos trouxeram junto com suas bagagens ideais socialistas católicos. Apontamos isso em *Um socialismo possível*, op. cit., p.129. Vários militantes do PSB tentaram conciliar projetos socialistas e cristianismo. No Rio de Janeiro, destacou-se neste aspecto Domingos Velasco.

deus dos começos. De fato, para o socialismo em São Paulo, o início de sua vida ligada a um governo - justamente o de um trôpego homônimo brasileiro daquele deus romano - pareceu auspicioso. Os problemas surgiram na continuidade do relacionamento.

Na legislatura municipal iniciada em 1948 e na Assembléia Legislativa a partir de 1950, quando Cid despontava como um bravo e irrequieto vereador, e depois deputado estadual, defendendo à exaustão os interesses populares, ele sofria uma espécie de concorrência de também outro intransigente parlamentar, porém mais teatral, mais visível: Jânio Quadros.<sup>110</sup> As propostas socialistas, de um, e o perfil trabalhista radical, de outro, não eram excludentes, nem perfeitamente discerníveis do ponto de vista do município. Como vereadores, os dois estiveram juntos em muitas oportunidades e se somaram em arrojadas empreitadas. Cid certa vez foi processado por diretores da CMTC que se sentiram injuriados por suas duras palavras contra a administração da companhia de transportes da municipalidade paulistana.<sup>111</sup> Jânio foi o primeiro a hipotecar solidariedade e assinar um manifesto de desagravo. De outra feita, por causa de uma greve de operários da mesma CMTC, eles enfrentaram, lado a lado, os policiais do Departamento de Ordem Política e Social, tendo o motorneiro Antônio de Aguiar, líder sindical, hesitado em entregar sua petição a um ou a outro. Ao final, ambos acabaram por exigir respeito do presidente da Companhia a um acordo que obrigava a majoração dos salários no mesmo momento em que subiam os preços das passagens de bonde.<sup>112</sup>

110 Jânio (1.704 votos) assumiu o mandato de vereador porque a cassação dos comunistas abriu quatro vagas. Sua exuberante personalidade era conhecida do PSB: "O vereador Jânio Quadros fingiu-se defensor da estética da cidade e é o maior borrador dela. Fez uma lei para acabar com os letreiros nas paredes: mas, alucinado como sempre, esqueceu-se da lei... Na avenida Paulista, há um letreiro que dá uma idéia exata de como Jânio pensa Jânio: Jânio, o Maior! Assim mesmo". *F. S.*, 16.9.1950.

111 *F. S.*, 20.12.1948.

112 *F. S.*, 15.10.1949, "Situação dos operários da CMTC". Cid Franco chegou a apresentar projeto de municipalização e socialização como "única solução viável" para os transportes coletivos em São Paulo.

A gestão do prefeito Paulo Lauro, em São Paulo, esteve marcada pela corrupção e descaso quanto à cidade. No entanto, as contas referentes ao ano de 1947 "tiveram sua aprovação retardada pela Câmara Municipal, devido às denúncias de falcatuas feitas pelos vereadores Cid Franco e Jânio Quadros".<sup>113</sup> O próprio prefeito acabou sendo substituído em razão de pressões da Câmara, atestando a importância da atuação dos dois vereadores. Jânio e Cid se equívalem, mas apenas a um *fortuna gubernans* favoreceu, e não o fez por acaso. É possível que componentes individuais da personalidade de um e de outro, aliados à forma de inserção nos quadros partidários da época, possam se prestar como explicação básica para a diferenciação política que se estabeleceu. Na verdade, liberto de qualquer injunção ética que se aproximasse das aflições identificadas para Cid Franco, e entendendo os partidos apenas como instrumento para chegar ao poder - tanto assim que embora freqüentasse e fosse membro do Diretório da UDN, lançou-se candidato a vereador pelo PDC - Jânio Quadros construiu uma máquina eleitoral avassaladoramente eficiente: "Na passagem da Câmara Municipal para a Assembléia Estadual, Jânio Quadros foi compondo uma imagem política associada à modernização e eficiência da administração pública, apresentando-se como um novo político, cuja prática baseava-se em critérios impessoais e na defesa da racionalização do Estado. Nascia, assim, um novo estilo, muito pessoal, de liderança política, baseado em um 'marketing político' que envolvia um sistema de comunicação estruturado a partir da autovalorização, das denúncias constantes de regularidades administrativas e do uso sistemático da imprensa. Essa estratégia tinha grandes possibilidades de sucesso, pois se apoiava em um discurso sedutor para expressivas camadas da sociedade. Além do mais, era posta em prática por um homem que se utilizava das suas especificidades físicas e intelectuais e da sensibilidade em levantar temas e fatos de imediato interesse da sociedade".<sup>114</sup> O sucesso da funesta mescla consubstanciada na ausência de ética partidária, no *marketing* político e

113 CHAIA, 1991, p.21.

114 Id. *ibid.*, p.37.



na apropriação de reivindicações populares, levou os socialistas a preterirem Cid em prol de Jânio: por um lado não se dando conta de que a defesa ferrenha da lei, enquanto parlamentar, era somente o anverso da medalha cujo reverso se constituía no rechaço a ela, enquanto administrador; por outro, construindo, sem se darem conta, uma resposta de direita a problemas de esquerda. Tal decisão iria alterar profundamente a história do Partido.<sup>115</sup>

A decisão do PSB-SP, em 1953, de apoiar a candidatura de Jânio Quadros à prefeitura do município, deixando de buscar ou mesmo incentivar lideranças internas às suas hostes, se apresentou na seqüência de tentativas paradoxalmente frustradas. Estas foram, como vimos, a aliança estadual em torno de Prestes Maia e o lançamento do candidato próprio à presidência da República. Mas no caso da adoção de Jânio estiveram presentes ainda outros fatores conjunturais, além da consciência da fragilidade eleitoral.

Em 1952, o PSB, concorrendo por meio de uma candidatura de protesto, teve uma participação promissora nas eleições estaduais de Pernambuco. Com a morte de Agamenon Magalhães, governador do Estado eleito em 1950, convocaram-se novas eleições, conforme regia a Constituição do Estado. Apresentou-se Etelvino Lins por uma frente que reunia 10 partidos: UDN, PSD, PTB, entre outros, isto é, quase toda a representação partidária dos grupos dominantes nacionais. O PSB coligado aos comunistas formou a oposição, apresentando como candidato Osório Borba, um de seus dirigentes nacionais, que na ocasião exercia cargo de vereador no Distrito Federal, mas havia fundado a seção socialista em Pernambuco, em 1945. Osório dispôs do tempo mínimo de dez dias para fazer a sua campanha; no entanto, apesar de perder no conjunto do Estado, obteve mais votos que Etelvino, tanto no Recife como em Olinda. Como elemento fundamental para esse relativo sucesso, não é possível escamotear a presença dos ativistas do PCB<sup>116</sup> até porque a aliança se repetiu, desta vez com

115 Cf. Gikovate: "Há uma história do PS de São Paulo até aqui, e, inclusive suas repercussões sobre o PS em escala nacional, antes do Jânio e depois do Jânio", apud LOUREIRO, op. cit., p.239.

116 CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. v.II, cap.IV Em 1947, Pelópidas da Silveira já reunira em torno de sua candidatura ao governo do Estado a legenda do PSB e a do PCB (já na ilegalidade).

a vitória de Pelópidas da Silveira para a prefeitura do Recife, em 1955. Porém, o exemplo de Pernambuco, a formação de um "movimento popular", funcionou como precursor em relação ao Movimento 22 de Março de São Paulo.

Para desencadear a aliança da seção paulista com Jânio Quadros, também podem ter exercido um papel significativo as investidas de cooptação do PTB e do próprio governo Vargas em direção ao PSB. Não no sentido objetivo, direto, porque tais entendimentos foram tênues e ocorreram sobretudo no Rio de Janeiro, junto à cúpula do Partido, mas contribuindo para formar uma mentalidade favorável à necessidade de extrapolar os limites partidários. No seu estudo geral sobre o Partido Socialista, Sílvio Além via indícios da tentativa de integração do PSB ao PTB nos seguintes fenômenos: ascensão do líder socialista Hermes Lima a cargos de confiança do governo federal, como a designação para representante brasileiro na ONU, durante o biênio 1951/1952; participação conjunta do PSB e do PTB na luta pela implantação da Petrobrás; insinuações de Vargas em relação ao presidente João Mangabeira. Entretanto, tais "evidências" oferecem uma frágil argumentação para sustentar conclusões definitivas.<sup>117</sup> É verdade, porém, que havia uma imprecisa opinião entre setores políticos de São Paulo a respeito do PSB e do PTB se parecerem, do ponto de vista do programa. Tanto assim que O *Estado de S. Paulo*, num de seus editoriais, referindo-se ao excesso de partidos no Brasil, sugeria que os de tipo socialista se fundissem, pois "o partido trabalhista é um socialista mais tímido. Está entre a direita e a esquerda. A sua única preocupação parece estar em votar abonos de Natal e fazer discursos em prol do operariado. Os programas desses partidos são mais ou menos idênticos. O que os extrema uns dos outros são as pessoas", afirmava o jornal.<sup>118</sup>

Mas se a conjectura não pode ir além de uma hipótese no que se refere a ter antecedido, e incentivado, a formação da aliança

117 ALEM, op. cit., p.175ss.

118 O *Estado de S. Paulo*, 19.10.1950. Plínio Gomes de Mello rechaçou a alusão: "O PTB nem timidamente é socialista: há certas incursões palavrasas e vazias... Mas é só... O trabalhismo de Getúlio Vargas navega entre o centro e a extrema direita". F S., 21.10.1950.

paulista entre PSB e Jânio, depois de ocorrida a vitória nas eleições municipais de 22 de março de 1953, a seção paulista, ciosa da sua vitória, de fato pretendeu multiplicar a experiência. Por isso propôs uma Frente com o PTB "capaz de unir a classe média e os trabalhadores sob a mesma bandeira, e retirar esses segmentos sociais da influência dos dois 'bandos' que se digladiavam, aquele comandado pela 'burguesia liberal' e aquele hegemônico por Vargas".<sup>9</sup> A proposta, feita na Convenção Nacional do PSB, em junho de 1953, não foi aprovada já que a maioria partidária era francamente refratária ao antigo responsável pelo Estado Novo e portanto a uma aliança com o seu partido.

A candidatura do então deputado estadual Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo, apesar de seu evidente distanciamento de compromissos com a estrutura partidária, foi apresentada pelo Partido Democrata Cristão, e imediatamente assumida pelo PSB-SP.<sup>121</sup> Alguns dissidentes do PTB somaram-se à aliança, tanto que Porphírio da Paz, deputado à Assembléia Legislativa pelo partido, ocupou a candidatura à vice-prefeitura. Nenhum compromisso formal de respeito aos programas partidários foi estabelecido, de forma que o candidato se mostrava absolutamente autônomo diante dos eleitores. O conteúdo nitidamente personalista de sua plataforma reforçava tal autonomia, pois transmitia a idéia de que os políticos eram ineficazes e desnecessários, excetuando-se a ele próprio que não postava sua imagem como político tradicional, mas representante direto, sem mediações, do povo. No entanto, Jânio surgia como um campeão contra a corrupção e o significado dessa campanha para os eleitores podia abarcar desde a luta por um Estado que aplicasse a justiça de modo a igualar a todos diante da lei, até a defesa dos interesses econômicos das camadas pobres da população. A campanha contra a corrupção parecia tocar as bases do poder, já que o moralismo janista podia significar "limitação de privilégios". Porém, "Jânio Quadros não

119 Id. *ibid.*

120 Em São Paulo, os integrantes do PDC e do PSB tinham identidades que remontavam aos bancos da Faculdade de Direito e à campanha do brigadeiro.

possuía propriamente um programa de governo, suas propostas giravam em torno de algumas questões como o combate à corrupção, a moralização administrativa e dos usos e costumes, e a defesa dos interesses das classes populares e dos bairros periféricos".<sup>121</sup> Para os socialistas zelosos da fidedignidade a uma democracia de conscientização, a uma valorização da cidadania ativa, a questão era ainda mais paradoxal na medida em que sua participação na campanha ficava completamente diluída por trás da figura impetuosa do candidato.

É correto ponderar, no entanto, que o janismo tal como se afirmou nos anos posteriores não se deixava observar integralmente, naqueles momentos. Isto é, o reformismo do qual ele vinha revestido encobria os aspectos mais soturnos do populismo e encaminhava de uma forma política a espécie de ódio social que "os de baixo" nutriam contra os aproveitadores "de cima". A liderança carismática de Jânio parecia ser a saída institucional, por meio dela setores sociais próximos ao moderno operariado das indústrias de São Paulo se representariam no poder.<sup>122</sup> Por isso, a opção socialista pelo candidato tinha pertinência e não pode ser analisada meramente como um ingênuo equívoco. Pois, se o janismo representava uma aspiração reformista operária e os socialistas pretendiam desempenhar práticas políticas relativas àquela classe, deviam mesmo apoiá-lo. O que se quer aqui examinar é que os socialistas viram mais definida a imagem do "campeão" do que a do "arrivista político", e que a trama não iludiu a todos: aos olhos dos opositores, a ausência de linha política era evidente. Lourenço Júnior, secretário de Justiça do governo estadual de Lucas Nogueira Garcez, respondendo diretamente a Jânio a propósito de sua crítica aos partidos, afirmou: "Se S.S. meditar, com isenção de ânimo, sobre a sua vitoriosa campanha, terá de confessar que a mesma não se baseou em nenhum pensamento, em nenhuma orientação, em nenhuma linha política que pudesse justificar, do ponto de vista doutrinário, a união dos heterogêneos elementos que nela se integraram".<sup>123</sup>

121 CHAIA, op. cit., p.72.

122 Ver WEFORT, 1965, sobre "progressismo" janista e adhemarismo.

123 *Folha da Manhã*, 24.6.1953, apud CHAIA, op. cit., p.77.

O PSB-SP entregou-se inteiramente à campanha. De alguma forma os socialistas paulistanos podiam se sentir próximos à experiência de Pernambuco, pois contra Jânio uniram-se, pela primeira vez em São Paulo, todos os grandes partidos. PTB, PSD, UDN, entre outros, apoiaram Francisco Cardoso, enquanto os comunistas, fragorosamente derrotados, apostaram em André Nunes.<sup>124</sup> E foi, talvez, esta diferença que os socialistas não souberam avaliar, isto é, enquanto na experiência nordestina de 1952 os comunistas foram os grandes aliados, formando uma frente de esquerda, em São Paulo o próprio Jânio, em discursos posteriores à eleição, avaliou sua campanha como uma derrota do comunismo.

Entretanto, para os socialistas tudo eram rosas. "Aquela luta de crescer devagarinho", conforme expressão de um militante,<sup>125</sup> estava definitivamente abandonada em favor de uma acelerada política de associação ao poder. As eleições de 22 de março haviam sido as primeiras para a prefeitura de São Paulo, desde os tempos da precária representação eleitoral da República Velha, de modo que além da empolgação natural ante o fato inusitado somava-se a expectativa sincera de construção de um novo caminho para o poder. Quem de fato assumira a coordenação da campanha fora o PSB, pois parcela significativa do PDC sentiu-se preterida pela escolha de Jânio, já que preferiam lançar Queirós Filho como candidato. Assim, os socialistas trabalharam duro, picharam muros, criaram comitês, fizeram comícios, acompanharam Jânio a todos os bairros da cidade. Participaram também emocionalmente do movimento que lhes parecia levar ao governo municipal um homem sinceramente interessado em melhorar a vida das pessoas pobres - o lema janista era "o tostão contra o milhão". Não foram poucas as oportunidades de campanha que provocaram a sensação de pertencimento a essa comunidade de desejos: os militantes do PSB organizaram o famoso comício do Largo do Arouche no qual a multidão, de vassouras na mão, acendeu

124 Os comunistas quase apoiaram Jânio. Não o fizeram por terem recebido dinheiro de André Nunes, dono da Drogadada. Cf. depoimento de J. Grender.

125 Depoimento de Cory Porto Fernandes ao autor.

velas e as manteve acesas o tempo todo, por causa do corte de luz provocado pelo prefeito opositor.<sup>126</sup>

O engajamento do Partido na campanha foi total, embora os objetivos não se tenham desenhado exatamente iguais para cada um dos militantes socialistas. Para alguns, sobretudo para o grupo denominado ideológico, ou seja, os intelectuais que produziam os documentos partidários e os divulgavam na *Folha Socialista*, tendo até então assumido a função de controladores da atividade militante, a aliança com Jânio não se traduziria na dissolução do Partido dentro do movimento liderado por aquele político, mas se tratava de um acordo formal, ajuste de diferentes forças políticas: o PSB entrava com a perspectiva de futuro, a direção socialista, e Jânio com as condições de ascenso ao poder, a relação com a massa eleitoral, o voto. Por outro lado, pensavam também que a presença forte do ideário poderia transformar - era a expectativa de muitos - a miscelânea de idéias benfazejas do líder numa prática político-social mais eficiente. Enfim, Cid, Plínio, Fúlvio, Febus, Costa Corrêa supuseram que o PSB levaria Jânio mais à esquerda, por isso sua adesão foi substituída por uma reticência, a médio prazo.

Os que mais profundamente e por mais tempo se ajustaram não apenas às campanhas mas aos governos, no sentido de amalgamar pretensos projetos socialistas com ações janistas, foram Germinal Feijó, Rogê Ferreira, Wilson Rahal, Cory Porto Fernandes, Paulo Meinberg, Jair Carvalho Monteiro, João Caetano Alvares e Alípio Correia Neto, entre outros. Com exceção dos dois últimos, o grupo advinha da Faculdade de Direito e da oposição que ao Estado Novo se fez naquela escola. Muitos haviam sido colegas de classe do próprio Jânio Quadros. Quase todos exerceram a partir daí cargos ou funções importantes nos governos municipal e estadual. A Germinal, líder estudantil máximo, orador inflamado, perseguido pela polícia política da ditadura, coube a "missão" de levar Jânio ao PSB. Posteriormente, foi uma espécie de embaixadora parda de Jânio; organizou seus secretariados, ofereceu a

126 Há uma infeliz semelhança entre essa imagem e o famoso desfile de tochas do Congresso Nazista de Nuremberg de 1934 ("O Triunfo da Vontade").

própria casa como local seguro para confabulações políticas, nela hospedou o prefeito e sua família durante vários meses do ano de 1953. Depois, elegeu-se deputado e foi um dos seus líderes na Assembléia Legislativa. Wilson Rahal ocupou a presidência da CMTC, instrumento básico da popularidade do prefeito e de sua própria já que aos funcionários da empresa deveu sua eleição a deputado estadual e a conseqüente liderança do governo por anos a fio. Cory Porto Fernandes, proprietário de bens imobiliários valiosos, chegou mesmo a financiar particularmente as campanhas de Jânio e a partir de 1955 foi seu representante no posto avançado da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Alípio ocupou a Secretaria de Higiene e Saúde Pública da Prefeitura e depois foi nomeado reitor da Universidade de São Paulo. O engenheiro João Caetano Álvares Jr., que ocupou a Secretaria de Obras Públicas do Município e depois do Estado, foi o responsável pela ação mais visível e fulminante que perpetuou a imagem de Jânio como o grande empreendedor: a abertura de ruas e estradas que incorporaram ao mercado populações marginalizadas pela precariedade dos transportes.<sup>127</sup> Seu genro, Jair Carvalho Monteiro foi chefe de gabinete de Jânio e o acompanhou até a presidência da República, mesmo depois que o Partido rompeu com ele. Paulo Meinberg, tesoureiro da CEE-SP em quase toda a década de 1950, foi responsável pela organização de campanhas eleitorais no interior do Estado e diretor do Serviço de Assistência aos Municípios no governo estadual de Jânio. Rogê Ferreira como deputado estadual dava sustentação ao programa político janista-socialista e foi um dos urdidores da campanha do prefeito a governador.<sup>128</sup> Até mesmo entre o grupo de intelectuais mais intransigentes com os princípios partidários houve quem atuasse diretamente subordinado ao prefeito: Fúlvio Abramo ocupou a diretoria de abasteci-

127 Caetano Álvares, membro regular do PSB, teve a indicação de Prestes Maia, a quem servira na Prefeitura de São Paulo. Logo ao assumir contratou seu "padrinho" para elaborar planos para reurbanização da cidade.

128 Eleito governador, Jânio deixou vaga a prefeitura, provocando a realização de eleições em 1955. Nestas, Rogê participou concorrendo com Emílio Carlos (PTN) e, com o vencedor do pleito, Lino de Matos (PSP-PTB).

mento da Capital, uma espécie de secretaria coligada à pasta de João Caetano Alvares.

Enfim, o Partido se envolveu cedendo muitos entre os melhores quadros, o que não impediu a sua descaracterização ao longo da década de 1950. Nesse período a organização inchou, não cresceu qualitativamente, recebeu milhares de novos militantes, aumentou grandemente o número de parlamentares, passou a abrigar líderes sindicais de massa. Ganhou o poder e as injunções a ele concernentes. No entanto, não houve cisões neste período, pois os militantes que se tornaram reticentes, a médio prazo, especialmente a partir de meados do mandato de governador de Jânio Quadros - tais como Cid, Febus, Azis Simão, Fúlvio, Aristides Lobo, Costa Corrêa, Plínio - não abandonaram o Partido. Eles se mantiveram relativamente afastados na esperança de uma mudança por dentro, o que veio a ocorrer no fim da década, quando o "esquema" janista, pretendendo alcançar a altura federal, abriu grandes brechas entre seus aliados de São Paulo. A esses militantes deveu-se a independência ideológica do Partido, mesmo tendo sido superados nos órgãos de representação partidária, naquele período.

De qualquer forma, no calor da hora os teóricos socialistas interpretaram hiperbolicamente as eleições, a começar pela denominação que atribuíram ao fato, "Movimento 22 de Março", e depois pela sua identificação com um divisor de águas da história nacional. Não há dúvida de que mudanças estruturais, com relação sobretudo ao voto operário, tinham ocorrido naquela eleição. No trabalho clássico de Azis Simão observa-se que durante a segunda metade dos anos 40 houve uma tendência do operariado em desaguar seus votos no PTB e PCB.<sup>129</sup> Porém, o pleito de 1953 mostrou alteração nesse processo, tendo o fascínio janista arrebanhado boa parte daqueles eleitores. Isto posto, considerar a "vitória" do PSB aliado a Jânio como um poderoso movimento político capaz de derrotar o capitalismo em geral e a burguesia em particular, parece indicar o tamanho do despropósito em que os



socialistas se colocaram. Consideravam eles que as eleições haviam sido o primeiro passo do projeto proletário da luta de classes: "os resultados do pleito de 22 de março constituem, sem dúvida nenhuma, o acontecimento mais importante no cenário político nacional, depois da Revolução de 30. A sua significação é, indubitavelmente, mais profunda do que a do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, a da deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945 e a da sua reeleição em 1950. A eleição de 22 de março revelou, de chofre, uma modificação profunda da atitude da classe trabalhadora e de importantes setores da camada média em relação aos problemas econômicos, políticos e sociais do país... Podemos afirmar, com segurança, que os fatos refletidos no pleito de São Paulo existem em todo o território nacional... O proletariado e o povo derrotaram o governo do Sr. Getúlio Vargas... Outro grande derrotado foi o Partido Comunista... A eleição mostrou que o proletariado e o povo exigem uma solução democrática... para a atual crise... A massa é sensível à luta antiimperialista. Não a deseja, entretanto, nos moldes peronista ou comunista... O POVO ESCOLHEU A SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA..."<sup>130</sup>

Todos deviam perceber a lição que as eleições indicavam, isto é, não só a luta de classes já começara como ela estava a apontar para o acerto da via socialista escolhida pelo PSB, a via democrática. O entusiasmo, passado apenas um mês da posse, devia-se à ação do prefeito que, se não era socialista, era quase: "Pessoalmente, Jânio vem provando que é aquilo que os socialistas esperavam que ele fosse, na chefia do governo municipal: um homem combativo e enérgico na defesa dos interesses populares, especialmente da massa trabalhadora, inflexível em seus princípios, de uma honestidade de propósitos e de uma capacidade de trabalho sem iguais... Embora não situado no campo ideológico e político do socialismo, Jânio foge completamente às normas da política burguesa... coloca-se à frente dos interesses populares... com a coragem... que, por certo, só um socialista teria".<sup>131</sup>

130 F. S., 5.6.1953, "A lição de 22 de março", Febus Gikovate.

131 F. S., 5.6.1953, "Um mês da administração Jânio Quadros justifica o apoio socialista", Antônio Costa Corrêa.

Entre os quadros do PSB-SP dispostos no interior da Prefeitura, o secretário de Obras, o de Higiene<sup>132</sup> e o diretor de Abastecimento tiveram papéis destacados no que dizia respeito a ações e, portanto, responsabilidades quanto a implementar algo que se parecesse com uma política socialista.<sup>133</sup> João Caetano Álvares Jr. procurava desenvolver uma "nova era de trabalho eficiente e luta" para abrandar as agruras provocadas por São Paulo, que se transformara "numa cidade opressora para os seus habitantes, sobretudo para aqueles que vivem nos bairros distantes do centro". Sua secretaria intencionava realizar dois tipos de tarefas: "grandes planos de obras e planos de emergência". Entre os primeiros estavam incluídas as construções da avenida Radial-Leste, das pontes de Guarulhos e Vila Maria, sobre o rio Tietê, rede de gás, de iluminação, de telefonia, entre outras. Ao situar a importância de obras de melhorias públicas como essas, o Partido colocava-as como componentes de uma pauta revolucionária de governo: "Trata-se, como se vê, de tarefas gigantescas que exigem mobilização não só de grandes recursos financeiros, mas, antes de tudo, de grande esforço e grande capacidade de trabalho por parte dos responsáveis pela administração municipal. Mas o atual governo da cidade... está em condições de realizar estas tarefas. Vale dizer, em condições de realizar a revolução pacífica de que o povo o encarregou através das eleições de 22 de março".<sup>134</sup> A realização de obras que melhoraram os serviços urbanos nos bairros periféricos, os mais pobres, acabaram por garantir a Jânio o cacife polí-

132 A Secretaria de Higiene estava dividida em três departamentos: Higiene, propriamente, Assistência à Infância e Maternidade e Abastecimento.

133 Não se julgue esta adesão a postos de governo como uma cooptação livre de compromissos doutrinários. O governador do Estado fez o mesmo convite quando pretendia formar uma coligação interpartidária de apoio a seu governo e o PSB o recusou. *F. S.*, 5.8.1953.

134 *F. S.*, 20.7.1953, "Revolução na Secretaria de Obras da Prefeitura de São Paulo". Em nove meses de gestão, Álvares contabilizava feitos que explicam a popularidade de Jânio como administrador: instalara 251 km de guias e 223 km de sarjetas; apedregulhara 760 km de ruas; regularizara 7 córregos; asfalto em 900 km de ruas e macadame hidráulico em outros 760 km. *F. S.*, 20.4.1954.

tico necessário para vencer as eleições em que participou posteriormente.

A mesma interpretação revolucionária recebia o trabalho de Alípio Correia Neto na Secretaria de Higiene. Era a revolução democrática, o socialismo em ação: "Já é pacífico, na opinião pública, o fato de que eleições de 22 de março em São Paulo representaram o verdadeiro início da revolução democrática e pacífica... Por isso mesmo, todos vêm com muito interesse e acompanham de perto a atuação dos homens que foram designados pelo povo como os iniciadores dessa revolução... Das gigantescas tarefas que a nova administração encontrou pela frente, para executar a revolução de que foi incumbida pelo povo, coube largo quinhão à Secretaria de Higiene da Prefeitura..."<sup>135</sup>

Para o Departamento de Abastecimento foi designado Fúlvio Abramo, justamente para o setor em que "uma remodelação mais se fazia necessária". Tratava-se de serviços de grande importância para a população, pois influíam diretamente no suprimento de gêneros, verduras e frutas, e no respectivo preço. Dessa forma coube ao "trotskista" Fúlvio, cujos trabalhos teóricos sobre a produção agrícola em geral eram louvados entre os seus companheiros, a tarefa de cuidar mais diretamente da circulação de gêneros básicos da alimentação popular. Com isso, o Partido pretendia fazer corresponder diretamente o setor produtivo mais próximo do interesse popular ao grupo socialista mais exigente de transformações econômicas no sistema capitalista.

O Departamento de Abastecimento compreendia as divisões de carnes e pescados e de gêneros e verduras. Fúlvio promoveu uma verdadeira remodelação dos serviços, intervindo na forma de organização dos fornecimentos e conseqüentemente nos privilégios estabelecidos. Regularizou o serviço de matanças, estabeleceu cotas e um rodízio entre os "marchantes", de modo que eliminou as proteções existentes e igualou a todos na tentativa de impedir a especulação que encarecia o abastecimento da carne.

135 F. S., 5.8.1953, "Em ação a Secretaria de Higiene da Prefeitura: como se processa a revolução democrática iniciada a 22 de março num dos principais setores da administração municipal".

Ao reordenar a relação com os fornecedores, favoreceu a concorrência e implantou regras isentas: na impossibilidade de agir diretamente sobre a produção, suas deliberações limitaram-se a fazer funcionar as relações capitalistas de mercado em favor dos produtores organizados em cooperativas e contra os atravessadores. Reorganizou o frigorífico de peixe do mercado municipal; entrou em entendimentos com as cooperativas de pescadores; criou um entreposto de aves e pequenos animais no bairro do Bom Retiro, onde funcionava um mercadinho municipal; planejou a criação de um matadouro de aves; de um entreposto de verduras na Cantareira; a ampliação do prédio do mercado e a construção de "um novo e grande entreposto junto à avenida marginal do rio Tietê".<sup>136</sup>

Essa atuação mais incisiva não demorou a criar atritos com os grupos privilegiados de fornecedores. Em março de 1954, acusados por uma mudança na tabela de preços decidida em âmbito federal, os proprietários de açougues, através de seu sindicato, entravam em greve "visando a manutenção do tubaronesco lucro que os retalhistas usufruem à custa da miséria cada vez mais profunda da população". Orgulhosos da direção socialista que estavam dando àquele Departamento, os militantes do PSB apressaram-se em afirmar que o *lockout* "só não teve a extensão e os resultados maléficos que poderia atingir, graças às providências drásticas e rápidas da Secretaria de Higiene... Tão logo eclodiu o movimento, o Departamento de Abastecimento... tomou todas as medidas necessárias e cabíveis, no sentido de garantir o fornecimento do produto à população...". De fato, Fúlvio tomara medidas inusitadas: em princípio instruíra o abatedouro municipal a aumentar os abatimentos para compensar a falta do produto; depois, de forma inovadora, criara condições para que os distribuidores vendessem diretamente aos operários nas fábricas e determinara a venda de carne nas feiras livres, nas quais anteriormente apenas se vendiam vísceras. "Não pode deixar de ser reconhecido o mérito da atuação segura e justa do companheiro Fúlvio Abramo...

136 F. S., 5.8.1953.

evitando que o povo viesse a ser privado de seu alimento básico... As medidas foram possíveis, porque na administração Jânio Quadros foi abolido o regime de propinas e imoralidade administrativa, e constituem uma demonstração de que os auxiliares socialistas do prefeito vêm correspondendo às tarefas que lhes são cometidas e que o povo espera deles, na defesa dos direitos e interesses da população operária do município".<sup>137</sup>

Os atritos provocados pelas medidas "socializantes" do Departamento de Abastecimento acabaram por interferir na aliança costurada entre o PSB-SP e Jânio, a ponto de levar ao afastamento de Fúlvio. Ele mesmo, num relato em que identificava o secretário socialista Alípio Correia Neto mais como um subordinado ao governo do que ao Partido, contou sua passagem conflituosa pelo Departamento: "Eu havia encontrado os três abatedouros de aves da prefeitura fechados, porque os privados tinham dado dinheiro para o diretor anterior de abastecimento e ele fechou. Eu imediatamente suspendi esta proibição, mandei limpar os três e abri para as cooperativas os fornecimentos que quisessem, e comecei a trabalhar. Os particulares foram se queixar com o Jânio, e eu comecei a perceber que ele era da classe de cima mesmo. Eu me lembro bem que nesse dia ele chamou o Alípio e o interpelou: 'Como você deixa teu diretor fazer isto?'. Jânio não pediu minha cabeça, era muito cedo, mas começou com reticências. O Jânio não se incomodava com a desonestidade da coisa, mas com a publicidade da coisa, e, então, o medo de que eu pudesse falar, eu conhecia todos os trâmites... ele me deixou ficar. Quando ele começou a chegar próximo a se candidatar a governador, ele traiu de repente tudo. Ele começou a exigir que eu fosse substituído. Então tiraram o diretor que eu tinha posto no Mercado Central, do Abatedouro, enfim, todos... isso o Alípio tirando. Quando chegaram no último eu disse: 'Você já cumpriu a sua tarefa, agora tirem-me a mim'".<sup>138</sup>

137 F. S., 20.3.1954, "Anulados pelos socialistas os efeitos do 'lockout' dos açougueiros".

138 Depoimento de Fúlvio Abramo ao autor.

Com Fúlvio, sopraram os primeiros ventos anunciando a tempestade. Se as relações Jânio/PSB se complicaram a médio prazo, isto é, pouco após o período eleitoral para o governo do Estado, ao final viraram um grosso fuzuê. Nem foram os socialistas os primeiros a verem as extravagâncias do trêfego prefeito. Mal empossado, Jânio cuidava mais de sua candidatura ao governo do Estado do que dos afazeres municipais, relegando inúmeras vezes o posto ao vice-prefeito Porphírio da Paz, para se dirigir ao interior em busca de futuros votos. Alguns vereadores paulistanos chegaram a desfechar campanha solicitando a sua desocupação definitiva do cargo. Em várias oportunidades a grande imprensa repercutiu o fato e em uma delas chegou a tocar numa das deformidades políticas mais características da trajetória janista: o desrespeito aos compromissos assumidos. *O Estado de S. Paulo* destacou-se nas críticas ao absentéismo de Jânio: "Não recusamos ao Sr. Prefeito o direito de alimentar ambições tão grandes. Mas a facilidade com que ele vai se desvencilhando dos seus compromissos, a pouca importância que empresta a seu posto, a ligeireza com que abandona os aflitivos problemas de São Paulo para ir cuidar de seus interesses, não o recomendam, em absoluto, ao cargo cobiçado..."<sup>139</sup>

Os socialistas viam em manifestações desse gênero apenas rejeição ao movimento proletário que se autoconvenceram de estar liderando. Urgia denunciar a burguesia que numa aliança tácita com comunistas e corruptos planejava uma campanha de difamação do prefeito: "Recrudescer extraordinariamente nos últimos tempos a campanha que a chamada grande imprensa vem movendo contra Jânio Quadros... É fácil, porém, identificar quem movimentam os cordéis dessa campanha de imprensa. No sistema capitalista, sabemos muito bem que a liberdade de imprensa é uma balela... os órgãos de imprensa capazes de atingir a opinião pública pertencem a organizações capitalistas... O governo municipal de Jânio Quadros tem contrariado muitos interesses poderosos. A começar pelo Adhemarismo... Os políticos conservadores, como fiéis representantes dos interesses patronais e

139 12.5.1954, apud CHAIA, op. cit., p.95.

capitalistas, sentem a necessidade de impedir que a revolução pacífica do povo de São Paulo, de 22 de março deste ano, tenha seu desenvolvimento natural... Há, finalmente, os stalinistas enfurecidos com a crescente popularidade de Jânio".<sup>140</sup>

O PSB-SP acreditava que não apenas a situação municipal deveria ser defendida, mas que o próprio "Movimento 22 de Março" continha em si força suficiente para ascender a esferas superiores de poder. Parecia aos socialistas que no início de 1954, com as campanhas eleitorais para o governo do Estado se delineando, a ocasião estava dada. Os pleiteantes Adhemar de Barros, Hugo Borghi, Cunha Bueno, Prestes Maia e Toledo Piza estavam demasiadamente comprometidos com a burguesia e só Jânio poderia desempenhar o papel de "elemento polarizador das forças populares de conteúdo democrático revolucionário".<sup>141</sup> O "Movimento 22 de Março", dado seu caráter democrático-popular, situava-se até mesmo como uma alternativa ao governo federal de Getúlio Vargas que, estando em crise, apelava para o proletariado de uma forma equivocada, de modo a cooptá-lo para um golpe de Estado contra a democracia. A pretensa república sindical, a CE reunida em 20 de fevereiro de 1954 contrapunha o seu movimento: "A crise econômica em que se debate o país se vem agravando... (e) o governo do Sr. Getúlio... lança mão de medidas que a agravam... O aumento dos impostos indiretos, a inflação desenfreada e a repetição, em escala cada vez maior, dos escândalos administrativos, parecem fazer parte de um plano internacional que visa levar as massas ao desespero e transformá-las em instrumentos dóceis da subversão da ordem... A solução democrática da atual crise política que assola nosso Estado e a Nação, só é possível através da atuação independente e decidida dos trabalhadores e do povo... Em São Paulo, devem cerrar fileiras em torno do movimento de 22 de março, defendê-lo dos ataques da reação...".

140 F. S., 5.12.1953, "A grande imprensa em ação".

141 F. S., 20.3.1954. Hugo Borghi apoiou Prestes Maia e Cunha Bueno (vice), pela coligação UDN, PSD, PR, PL e uma ala do PTB. A morte de Vargas e a adesão do grupo de Ivete Vargas a Jânio prejudicaram Toledo Piza, do PTB. Adhemar e Jânio polarizaram o eleitorado.

Assim, o panorama político parecia favorecer o caminho do PSB: "Existem, pela primeira vez, no cenário político brasileiro, condições objetivas e subjetivas favoráveis a uma atuação decisiva do nosso Partido".<sup>142</sup>

Quando Getúlio se suicidou, o Partido alterou parcialmente esta sua interpretação do governo que se extinguiu e, abrandando a crítica "ao caudilho",<sup>143</sup> mais uma vez encontrou razões sociopolíticas para o crescimento do "Movimento 22 de Março". Getúlio não mais se caracterizara como um mero ludibriador da opinião pública, ditador inveterado, mas de alguma forma um mediador da luta pelo poder que agora poderia encaminhar-se favoravelmente ao PSB, pois só este partido dispunha de condições sociológico-políticas para reunir a classe média, carente de liberdade, com a classe trabalhadora, exigente do socialismo. O lema "socialismo com liberdade" parecia ter encontrado sua oportunidade histórica na medida em que a classe média e a trabalhadora estavam prestes a identificar o seu projeto político próprio: "Um certo equilíbrio, embora instável, representado pela presença do Sr. Getúlio Vargas no poder, que aparentemente reconciliava os interesses da burguesia e dos trabalhadores, foi rompido. O governo que lhe sucede (provoca)... a agudização das contradições... Queremos nos referir ao divórcio... entre a classe média, compreendendo assim a chamada elite intelectual, e os trabalhadores. A classe média e a elite intelectual mostram uma sensibilidade, cada vez maior, em relação aos problemas de liberdade política e moralidade administrativa... A classe trabalhadora... coloca, e com razão, em primeiro plano, as suas reivindicações econômicas... Uns e outros ainda não atingiram o grau de maturidade política indispensável para elaboração de uma ação independente. A classe média e sua elite intelectual... nada mais foram até hoje do que um simples joguete nas mãos da 'burguesia liberal', conservadora... Por detrás da classe trabalhadora, por

142 F. S., 5.3.1954.

143 A despeito das críticas a Getúlio, o PSB condenava a UDN por ter pedido o *impeachment* e sobretudo por causa dos "apelos diretos ao Exército". F. S., 20.7.1954: "O golpe branco do *impeachment*".



sua vez, se encontram os agentes aventureiros e os caudilhos... A situação... é prenhe de perigos... Decisivo pode e deve ser o papel do Partido Socialista na atual emergência, na medida em que conseguir eliminar o abismo atualmente existente entre a classe média e os trabalhadores, entre as reivindicações de ordem política e moral e as de ordem econômica".

Para viabilizar esse projeto político contido no Programa proposto pelo PSB-SP, o Partido deveria liderar nacionalmente a formação de uma Frente de Ação Democrática, cujo objetivo seria duplo: provocar o rompimento do apoio que a classe média estava concedendo ao novo governo federal - por entendê-lo como representante da "moralidade e honestidade administrativa" - e promover a desconfiança do proletariado com o mesmo, já que parecia evidente que o governo era "aliado dos patrões e agente do imperialismo". Independentemente da pertinência ou viabilidade desse projeto socialista, o que interessa observar aqui é que o combustível para vãos tão amplos vinha de uma interpretação arrebatada do "Movimento 22 de Março".<sup>144</sup> Ainda no início de 1954, quando começava a se definir a campanha de Jânio ao governo do Estado, o respeitado e circunspecto teórico socialista Febus Gikovate afirmava que "as eleições estaduais de São Paulo se tornaram, até certo ponto, mais importantes do que as eleições presidenciais de 1955, uma vez que as mesmas serão realmente decididas em São Paulo, em 1954. Em São Paulo se defrontarão as duas forças mais poderosas das duas facções - a burguesia, representada por seus partidos conservadores, e os aventureiros do Sr. Adhemar de Barros... As perspectivas seriam realmente sombrias se no cenário político só existissem as forças demagógicas e as conservadoras... A situação em São Paulo é, porém, bastante diversa. Contamos com um movimento... trata-se do Movimento de 22 de Março... O povo que se organizou quase espontaneamente sob sua bandeira, nas vésperas das eleições do ano passado, continua fiel".<sup>145</sup>

144 F. S., 10.9.1954, "Frente de Ação Democrática", documento da CE-SP para discussão do Diretório Nacional na reunião de 30.8.1954.

145 F. S., 5.4.1954, "A sucessão governamental e o PSB".

Nos primeiros dias de maio de 1954, a Convenção Regional, "contra as forças demagógicas e reacionárias, e por melhores condições de vida da população", homologou o nome do prefeito Jânio Quadros, como candidato do Partido para concorrer ao governo do Estado no pleito de 3 de outubro seguinte.<sup>146</sup> Cid Franco esboçou alguma resistência a esta homologação, logo vencida pela unanimidade dos próceres militantes. Conforme o órgão administrativo máximo do Partido no Estado, "Jânio Quadros não é socialista. Mas os socialistas de São Paulo nele encontram o homem combativo, honesto e empreendedor... (identificado) com as lutas dos explorados e oprimidos... capaz de contribuir... para a consolidação do regime democrático". Entretanto, a decisão não fora unânime, pois alguns membros teriam preferido apoiar a candidatura de Prestes Maia e outros pensaram em lançar um nome das próprias fileiras. Por isso, no seu Editorial de 5 de maio a *Folha Socialista* procurava justificar a importância de apoiar o "Movimento 22 de Março" e, de certa forma, minimizar o que julgava serem eventuais problemas ligados à personalidade política do candidato escolhido: "As qualidades e defeitos das pessoas, dos líderes políticos que estão à frente desses movimentos e lhes servem de expressão pessoal, constituem fatores secundários em uma análise política. O que importa é a existência do movimento popular em si... Marchassem os socialistas com a candidatura Prestes Maia, como quiseram alguns, e estaríamos liquidando as possibilidades de desenvolvimento dessas forças políticas novas, para ficar na condição de agregados de uma coligação conservadora. Lançassem um candidato próprio como quiseram outros, estariam, da mesma forma, liquidando esta possibilidade de um movimento popular de envergadura. Um candidato saído das fileiras do Partido Socialista, não teria, evidentemente, essa força de polarização... Estamos certos, pois, de que escolhemos o melhor caminho... Os socialistas têm nessa luta grande responsabilidade. Cabe-lhes conduzi-la de modo a fazer com que essas forças

146 A "dobradinha de sucesso", Jânio + Porphírio, concorreu por PSB/PTN. O PDC que queria Queirós Fl. como vice, apoiou Prestes Maia.

populares adquiram consistência e transformem a sua vitória nas próximas eleições em conquistas permanentes".

Ao aceitar o apoio, Jânio endereçou carta ao presidente Alípio Correia Neto comprometendo-se a defender o programa mínimo do Partido. Nela declarava entender "que a crise econômica, política e social que atravessa nosso país está a exigir soluções de profundidade, como aquelas preconizadas pela V Convenção Nacional do Partido Socialista", e citava algumas das reformas essenciais a seu ver: reforma agrária; industrialização, "não apenas para enriquecer um pequeno grupo de felizardos"; "elevação das condições sanitária e cultural de nosso povo". No entanto, como forma discursiva de isentar-se de uma subordinação às aspirações socialistas, enunciava o seguinte subterfúgio: "Tudo isso que se contém nas resoluções do Partido Socialista e no seu programa mínimo, nenhum candidato ao governo do Estado, que tenha noção de sua responsabilidade, poderá deixar de reconhecer como seu dever mais elementar". Desse modo, as reivindicações socialistas vestiam-se de uma roupagem genérica, moralizante, relativa a uma abstrata "noção de responsabilidade". Ao descaracterizá-las, banalizá-las, em termos verbais, o candidato construía uma escusa para o seu futuro descumprimento.<sup>147</sup>

O Programa Mínimo "aprovado" pelo candidato caracterizava-se por reunir pretensões genéricas, mais propriamente declarações de boa vontade, com medidas específicas a serem adotadas pelo futuro governo estadual. Em determinadas passagens do documento tem-se a impressão de que o PSB-SP esperava transformar Jânio num verdadeiro socialista. No entanto, a apresentação vinha precedida da seguinte declaração: "O presente programa não tem por objetivo reformas socialistas. Visa apenas a conquista de reivindicações imediatas, de âmbito nacional e estadual...". De qualquer forma, é curioso observar que por conquistas imediatas o Partido entendia, por exemplo, a defesa das liberdades democráticas, da autonomia sindical, do direito de greve, da participação nos lucros das empresas; a "regeneração dos costumes

147 *F.S.*, 5.5.1954.

políticos... moralização e racionalização da administração pública..."; "elevação do nível de vida das populações da cidade e dos campos..."; "reforma agrária... nacionalização das fontes básicas de energia..."; "reforma da legislação tributária... redução dos impostos indiretos e aumento dos impostos diretos... taxação progressiva..."; "diminuição progressiva, até a supressão, do imposto de vendas e consignações para artigos de primeira necessidade".<sup>148</sup>

No âmbito organizacional, a CE teve o cuidado de estabelecer normas gerais para orientação da campanha eleitoral, a fim de obrigar seus candidatos a outros cargos a passarem pelo crivo de uma Comissão Eleitoral,<sup>149</sup> e não se subordinarem apenas ao acordo político com o prefeito. Era uma tentativa de impedir o simples inchamento do Partido. Por isso os candidatos que tivessem material próprio deveriam submetê-lo à CE; os comitês particulares deveriam se denominar "do Partido Socialista Brasileiro"; não seria permitido trabalhar em comum com candidatos de outro partido; e o limite de gasto com a campanha ficava estabelecido em 50 mil cruzeiros. De acordo com João da Costa Pimenta, o perigo de inchamento era iminente e a busca irrefreada de crescimento, medida "pelo número de deputados e representantes eleitos", poderia levar ao abandono das principais bandeiras socialistas. O alerta vinha acompanhado de clara preferência por "uma estruturação lenta e progressiva... (promovendo) a politização das massas trabalhadoras e a conquista lenta da opinião pública para nossos princípios, através de nossa participação ativa na luta em prol das reivindicações mais imediatas e sentidas dos trabalhadores". Definia como questão principal "um crescimento sadio e orgânico", pois a associação ao janismo apontava para um futuro em que o Partido "abdicará de seus princípios e negará sua condição mesma de partido socialista... A desmedida ambição de poder que caracteriza o atual Prefeito de São Paulo não é nenhuma garantia segura para o partido". Para Pimenta, o

148 *F. S.*, 20.7.1954, Programa mínimo para as eleições de 1954.

149 A comissão foi composta por Antônio Costa Corrêa, Cosme Pavone, Jair Carvalho Monteiro, Paulo Meinberg, Romeu Melo. *F. S.*, 5.8.1954.

processo acabaria por levar ao "fim daquela pouca consciência ideológica que possuímos... (e a sua substituição) pela mentalidade do poder". Em termos de organização, via nítida subordinação naquilo que a maioria partidária interpretava como movimento revolucionário: "A vitória eleitoral de 22 de março atraiu para o partido, ainda débil e incapaz de opor uma barreira salutar aos oportunistas, um grande número de pessoas que vinham em busca da vantagem que a sombra do poder pode oferecer".<sup>150</sup>

Uma análise assim objetiva da situação partidária, porém crua e evocativa do período anterior marcado por campanhas eleitorais frustradas, tinha pouca possibilidade de ganhar um número significativo de adeptos. No momento, o Partido exercia diretamente o poder em algumas secretarias, desfrutava de uma certa influência sobre o candidato e parecia funcionar como mediador das condições necessárias para enfrentar democraticamente o "aventureirismo político", personalizado por Adhemar de Barros. Mesmo que o Partido, como um todo, começasse a sentir alguma turbulência nas relações com Jânio, parecia-lhe oportuno acreditar nas próprias forças, isto é, na dedicação da militância para se impor como instituição: "A presença do Partido Socialista Brasileiro na campanha Jânio/Porphírio apresenta uma garantia de que ela não se desvirtuará. Mas tudo depende, ainda, da atuação dos socialistas dentro da campanha... (Os socialistas) deverão ser os mais ativos no estímulo à combatividade das massas populares, em torno das reivindicações, e conquistar... a sua possibilidade de realização".<sup>151</sup>

Jânio Quadros venceu as eleições por uma margem apertada de votos: foram 660.264, contra 641.960 atribuídos a Adhemar de Barros, 492.518 a Prestes Maia e 79.783 a Toledo Piza. Em termos percentuais, menos de 1% separava o 1º do 2º colocado.<sup>152</sup>

150 F. S., 5.5.1954, "Responsabilidade dos socialistas". "Publica-se por seu elevado teor político, como opinião responsável de minoria", dizia. Nenhum dos "teóricos" apoiou Pimenta.

151 F. S., 10.7.1954: "O interior do Estado e o Movimento 22 de Março". Emílio Carlos (PTN) dirigiu a campanha de Jânio no interior.

152 Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Na composição do secretariado, os socialistas viam-se representados apenas por João Caetano Alvares, que da pasta da Viação e Obras Públicas da Prefeitura passava à do Estado.<sup>153</sup> No entanto, para a direção política do novo governo, isto é, como secretário do Governo, Jânio convocou o adversário eleitoral Cunha Bueno, que prontamente aceitou a incumbência. Quanto às eleições proporcionais, o Partido entendeu que sua participação se constituiria em "importante vitória eleitoral", pois mesmo contando com serias dificuldades "devido à falta de recursos, à falta de um bom número de militantes ativos e conscientes de suas responsabilidades e a vários defeitos de organização...", foram eleitos dois deputados federais - Rogê Ferreira com 25.223 votos, Cory Porto Fernandes com 14.655 votos - e quatro estaduais - Germinal Feijó com 11.941 votos, Cid Franco com 8.653 votos, César Arruda Castanho com 6.389 votos e Wilson Rahal com 4.522 votos. No caso das candidaturas à Câmara ainda foram bem votados, mas não se elegeram, Ruy Nazareth, Francisco Giraldes, Plínio Gomes de Mello e Fúlvio Abramo. Entre os candidatos à Assembléia Legislativa estadual, bem votados mas não eleitos, estavam Milton Marcondes (4.147 votos) e Alípio Correia Neto (2.637 votos).<sup>154</sup> O Partido apresentou 64 candidatos à Assembléia Legislativa, entre os quais apenas oito podem ser considerados como militantes tradicionais ao passo que os demais eram novos, não haviam exercido qualquer cargo na administração partidária e, pelo menos pelo PSB, jamais haviam concorrido a eleições. Sem dúvida o relacionamento com o janimismo estava produzindo alterações significativas na composição interna.

Com exceção de Cid Franco, os eleitos pelo Partido tinham íntima relação política com Jânio e de certa forma eram os militantes que o apoiavam intransigentemente, servindo até como piões para a convocação de novos adeptos. Seu sucesso talvez tenha

153 Álvares logo deixou o secretariado. A administração primou pela rotatividade: cada secretaria empossou em média quatro nomes. Na de educação foram sete: Alípio Correia Neto, o último.

154 83.896 para a Câmara e 107.316 para a Assembléia. F S., 10.11.1954, "O PSB, em São Paulo, conquistou importante vitória".

advindo daí. Assim, pelo menos um antigo membro do grupo dito "ideológico" entendeu a viragem ocorrida naquele período: "Em 54, eu já fazia parte daquela ala que depois se caracterizou como a ala ideológica do Partido. Já estava havendo a invasão janista. O Partido, que era pequenininho, cresceu muito porque (...) houve uma entrada em massa de novos associados que de socialistas nada tinham(...) Essa massa que invadiu foi levada por alguns práticos que seriam os fisiológicos hoje: o Germinal Feijó... o Wilson Rahal que era um grande orador, o Rogê Ferreira era também um grande orador, mas eram os práticos. Eles não eram os da pureza do Partido, não eram da área idealista. A outra ala..., da minha... tinha o Cid Franco... nós tínhamos o Freitas Nobre (...), o Aristides Lobo (...) e tinha também os Abramós... O Partido... cresceu anormalmente. Sem idealismo nenhum..."<sup>155</sup>

Mas se ao militante memorialista parece evidente apontar uma divergência no interior das fileiras do PSB-SP, exatamente no momento das eleições para o governo do Estado, a consulta às páginas do órgão de divulgação e dos documentos partidários não autoriza semelhante juízo. No jornal, o Partido aparece unanimemente solidário com a possibilidade de Jânio estar representando um triunfo de classe, enfim prestes a ocorrer: "O sentido da vitória de Jânio e Porfírio nas eleições de 3 de outubro é bem claro: é o coroamento de um esforço continuado das forças populares sobretudo do proletariado, de se livrarem do domínio político dos figurões da burguesia e dos aventureiros corrompidos. A derrota de Prestes Maia, de um lado, e a de Adhemar, de outro, representa o desejo manifestado pelo povo de liquidar... a influência das forças conservadoras... (e) dos malandros que constituem o grupo Adhemarista". Os socialistas, em geral, pareciam estar sinceramente convencidos de que o programa formalmente aprovado por Jânio iria conduzir, dali em diante, os assuntos públicos do Estado, e reformas socialistas ocorreriam. Absorvidos por esse envolvente otimismo deixavam de avaliar avisos que, por virem de "inimigos tradicionais", pareciam-lhes comprometidos: "A

155 Depoimento de Ari Lex ao autor.

chamada 'grande imprensa' naturalmente muito ligada aos interesses da burguesia paulista, já vem publicando rumores de que o Sr. Jânio Quadros fará um governo nitidamente conservador, com figurões do PSD, da UDN e do PR, mandando às favas os socialistas e os operários que o elegeram governador... Mas nada existe que possa autorizar tais rumores... Jânio não poderá nunca fugir ao programa de realizações que traçou em sua campanha...".<sup>156</sup> Já se pensava, inclusive, em extrapolar a ação benéfica do programa subscrito pelo governador eleito para o nível nacional: "O programa mínimo pode, a nosso ver, servir de ponto de partida para a elaboração de um programa de governo e para formação de uma ampla frente democrática, capaz de dar uma solução satisfatória para os problemas com que o Estado e o País se defrontam na presente fase".<sup>157</sup>

Correspondendo a essa intenção de saltar as fronteiras do Estado de São Paulo e demonstrando que no período inicial do governo Jânio a submissão do PSB-SP aos desígnios políticos dele foi acentuada, em maio de 1955, Germinal, Cory, Alípio e Rahal propuseram formar uma aliança com o PTB para lançamento das candidaturas Jânio Quadros/Alberto Pasqualini à presidência e vice da República.<sup>158</sup> Porém, o próprio Jânio, avaliando a prematuridade da moção desistiu e apoiou a candidatura Juarez Távora em oposição a Juscelino Kubitschek, no que foi prontamente acompanhado por aquela "entourage" socialista. A seção Rio do PSB e outras seções se opuseram procurando mostrar a ligação de Juarez com o conservadorismo. Ele havia sido opositor do monopólio do petróleo, membro da Cruzada Democrática, estava ligado à tentativa de golpe que redundou no suicídio de Vargas etc. No entanto, a relação formal se estabeleceu com o candidato, e no momento da aceitação do apoio do PSB, a foto que documentava o fato mostrava, justamente, Cory e Alípio ao lado de Juarez.<sup>159</sup> Na Convenção Nacional que oficializou a

156 F. S., 10.11.1954, "A vitória eleitoral e o novo governo".

157 F.S., 10.11.1954.

158 *Diário de Notícias*, 5.5.1955.

159 *O Estado de S. Paulo*, 14.5.1955.



candidatura, os principais próceres do Rio votaram contra, mas foram votos vencidos.<sup>160</sup> Isto não significa que o setor que se opunha a Juarez adotasse a candidatura Juscelino, pelo contrário. A opinião generalizada no Partido a respeito de Juscelino era de que ele se caracterizava por ser "um retrato expressivo da burguesia brasileira - incapaz, corrompido, cheio de ambição de poder, sem um programa político definido, sem um traço marcante de independência e nacionalismo. Pertence ele a essa fauna de políticos improvisados durante o Estado Novo, à sombra dos favores palacianos, sem quaisquer credenciais que o habilitem a ter um lugar no processo de consolidação do regime democrático".<sup>161</sup> A vitória final de Juscelino e sua posse causaram até mesmo uma espécie de defecção no PSB, pois muitos membros tradicionais chegaram a participar, no Rio de Janeiro, de uma efêmera instituição nomeada Ação Democrática que, divergindo do Partido, reivindicava um golpe de Estado que expulsasse JK do poder sob a alegação de iniciar "uma cruzada pela remodelação democrática do Brasil".<sup>162</sup>

A gestão de Jânio no governo do Estado de São Paulo caracterizou-se pela recuperação econômica das finanças. Todas as demais ações subordinaram-se a este objetivo que o secretário Carvalho Pinto perseguiu com obstinação e apoio autoritário do governador. Aumentando impostos, fiscalizando mais e conseqüentemente arrecadando mais, o governador pôde promover uma série de obras, como usinas para produção de energia farta e barata que sustentaram o crescimento industrial do Estado. Apesar de polêmicas, as ações administrativas contribuíram grandemente para reafirmar a imagem de governante empreendedor, já consolidada durante o período como prefeito da capital.<sup>163</sup> Quanto

160 *O Estado de S. Paulo*, 29.5.1955.

161 F. S., 30.12.1954, "O candidato Juscelino", Editorial.

162 O movimento apoiava a rebeldia do Major Haroldo Veloso (Aeronáutica). Manifestava-se a favor da democracia mas exigia a quebra da legalidade constitucional. Alguns socialistas que deixavam o PSB apoiaram: Mário Pedrosa, Hilcar Leite, Oliveiros Ferreira, Rafael Correia de Oliveira, Hélio Pelegrino etc. O Manifesto foi publicado por CARONE, 1980, p.103 a 109.

163 SOUZA Sc TORLONI, 1960, desmentem "feitos" do governador.

ao relacionamento com a Assembléia Legislativa, "Jânio Quadros adotava a mesma prática de quando prefeito. Assim, o que não conseguia aprovar no Legislativo, era discutido em comícios que realizava pelo Estado de São Paulo. Além do contato direto com a população paulista, ainda manteve um programa de televisão às quintas-feiras, no qual fazia seus comentários e criticava os políticos e os partidos que segundo dizia impediam que ele governasse... (Por outro lado) o governador era acusado de impedir a liberdade de expressão, e as sessões no Legislativo paulista foram marcadas por críticas às arbitrariedades e perseguições com relação a alguns setores da imprensa".<sup>164</sup>

A partir do segundo ano de mandato, as arbitrariedades do governador provocaram um esfriamento do PSB, ou pelo menos de sua parte mais significativa. Jânio dedicava aos socialistas os mesmos cuidados que dava aos militantes dos demais partidos. Seu próprio pai - com quem, aliás, não mantinha relações amigáveis - definiu bem o tratamento dispensado pelo filho às instituições políticas: "Prestigia e desprestigia com a sua graça e desgraça de Persona Grata e Ingrata os Partidos que o apoiaram nas eleições e os que se lhe aderiram ao sabor de suas conveniências políticas, com evidente subserviência... Reconcilia-se com os inimigos em conluíus e conúbios solertes para mais facilmente devorá-los em tempo hábil... De complexa contextura moral a sua psicologia resiste à mais rigorosa psicanálise...".<sup>165</sup>

No entanto, o Partido não rompeu com Jânio. Praticamente houve três tipos de comportamentos entre os militantes: mantiveram-se completamente solidários com ele alguns nomes do Partido, especialmente os que exerceram cargos administrativos, mais ou menos importantes, em seus governos, tais como: Alípio Correia Neto, Caetano Alvares, Jair Carvalho Monteiro, Paulo Meinberg, César Arruda Castanho, Hozair Mota Marcondes, Francisco Morato de Oliveira. Esses agora dominavam isolados a frágil máquina partidária e se somaram a uma série de novos militantes "puramente" janistas.

164 CHAIA, op. cit., p.143 e 145.

165 O *Dia*, 18.4.1956, apud CHAIA, op. cit., p.147.

Dirigido por esse grupo, em 1958 o Partido apoiou o candidato de Jânio Quadros às eleições para o governo do Estado: Carvalho Pinto. Nas eleições proporcionais, foram eleitos pela sua legenda deputados federais completamente desvinculados da história partidária, tais como José Henrique Turner, Afrânio de Oliveira, Luiz Francisco da Silva Carvalho, Ruy Novaes. São Paulo representou na ocasião quase 50% do total de parlamentares socialistas de todo o país. Para a Assembléia Legislativa paulista elegeram-se: Eduardo Barnabé, Leônidas Ferreira, Jethero Faria Cardoso, Henrique Peres e Cid Franco, a única exceção, pois os demais compunham o esquema janista. Nas eleições seguintes, em 4 de outubro de 1959, o PSB elegeu José Molina Jr. e José Freitas Nobre, como vereadores na Capital. No interior do Estado, o Partido elegeu 36 prefeitos, diretamente, sob a forma de coligação ou apoio simples. Em 61 municípios uma média de dois a três vereadores eleitos eram do PSB. Tal desempenho, absolutamente inusitado, representou a "invasão" janista a que se fez referência anteriormente. Com o completo afastamento entre o PSB e Jânio, quase nenhum desses membros permaneceu.<sup>166</sup>

Um segundo conjunto, militantes que haviam até mesmo articulado e sustentado as campanhas de Jânio e eram em sua maioria parlamentares, tais como Germinal Feijó, Wilson Rahal e Cory Porto Fernandes, afastaram-se do Partido. Germinal deixava a legenda nessa ocasião, optando pelo PTB; Rahal e Cory se afastaram descontentes com a instabilidade do governador, mas não deixaram a agremiação.<sup>167</sup> Entre os primeiros e estes não é possível estabelecer profunda linha demarcatória, seja no aspecto ideológico, seja quanto à tradição de militância no Partido. Porém, deles todos se apartava o "grupo teórico" que se também estava no Partido desde a sua fundação destacava-se pela contribuição

166 F. S., fev. 1960.

167 Cory Porto Fernandes, deputado federal (1955-58) inicialmente encarregado de contatos com as autoridades nacionais, opôs-se à candidatura de Jânio à presidência sem apoiar Lott e, por isso, afastou-se do Partido e da política, embora continuasse nominalmente filiado. Rahal voltaria à ativa, efemeramente, na campanha de Lott à presidência.

prestada às propostas partidárias. Homens como Fúlvio Abramo, Antônio Costa Corrêa, Febus Gikovate, Plínio Gomes de Mello, Aristides Lobo e outros, não rasgaram a carteirinha do PSB, mas deixaram de participar, mantendo-se à sombra. De modo que não houve um rompimento formal.<sup>168</sup>

Cid Franco, que se mantivera afastado até mesmo das campanhas de Jânio, correndo por uma trilha sua, particular - representando o mal-estar do "grupo teórico", com o qual mantinha maiores afinidades - usou seu mandato de parlamentar para atacar veementemente o autoritarismo do governador. Em agosto de 1957, Cid tentou mover-lhe processo por crime de responsabilidade, por não ter acatado decisão da Assembléia Legislativa que o obrigava a substituir o titular do Instituto de Previdência do Estado. Como se tratava de uma autarquia, Jânio deveria ter procedido à alteração mas não o fez, infringindo a constituição. Numa das diatribes janistas contra a imprensa, Cid aproveitou a ocasião para explicitar o comportamento irresponsável e politicamente intempestivo do governador: "Ai daquele que pisa na vaidade do Governador! Ele se enraivece, não se controla, manda imediatamente processar quem se atreve a criticá-lo. Considera-se um superestadista, acima de críticas. Eram assim Mussolini, Hitler c são assim todos os temperamentos ditatoriais".<sup>169</sup> No momento em que Jânio pleiteou a máxima magistratura para poder encenar o seu papel de Mussolini ou Hitler caboclo em Brasília, as forças partidárias contrárias remanescentes encontraram condições favoráveis para sacudir as influencias do passo em falso que o socialismo dera.

Assim, o que restava do Partido, expurgado dos militantes que acompanharam Jânio e dos que se afastaram desiludidos, interpretava a atuação deste político como uma "nova velha" resposta dos inimigos do socialismo contra a ascensão popular. Jânio, que fora o companheiro de viagem, era agora o adversário: a criatura virara-se contra o criador. Em oposição ao ultrapassado

168 Paul Singer deixou o Partido para retornar em 1961.

169 *Diário de São Paulo*, 1º. 11.1957.

populismo adhemarista, surgia o janismo, identificado com as mesmas imagens aproveitadas por Cid ainda quando Jânio era governador: "Quando afirmamos que o populismo está liquidado, queremos referir o populismo do velho estilo, da mistificação grosseira... Mas parece que se pretende pôr em cena um novo tipo de populismo, tendo à frente o Sr. Jânio Quadros. Será um movimento muito mais perigoso, porque terá uma ideologia aparente, falará em reformas, usará uma linguagem 'revolucionária', terá um líder aparentando seriedade e patriotismo... Financiando o movimento janista e levando-o ao poder, a burguesia brasileira e os imperialistas poderiam perder alguma coisa, algumas vantagens superficiais. Mas conservaria o essencial, o seu domínio de classe".<sup>170</sup>

Enfim, cortando todas as amarras que o ligaram ao janismo, o Partido preferiu olhar para trás e entender que a mudança ocorrera com Jânio, e não com ele próprio, isto é, com os ideais socialistas: "A questão é que Jânio já não é mais a 'esperança' que era em 1953, quando enfrentou a coligação conservadora em torno do candidato Cardoso. Nem o bando de picaretas e aproveitadores que o rodeia, tem algo de semelhante com o grupo de gente idealista que fez o Movimento 22 de Março".<sup>171</sup>

## CISÃO E RADICALIZAÇÃO

Dispondo de membros nos mais variados postos políticos do Estado - quatro deputados federais, cinco estaduais, vários prefeitos no interior, dois vereadores na Capital e dezenas no interior - o PSB-SP encaminhou-se, em meados de 1959, como aliás quase todos os partidos, para a discussão das candidaturas presidenciais. Porque toda essa "massa" de políticos estivesse mais subordinada aos desígnios de Jânio Quadros do que às estruturas partidárias, foi possível aos tradicionais militantes liderar uma remodelação partidária em São Paulo. Ou talvez fosse mais corre-

170 F S., dez. 1960.

171 F S., março 1962.

to afirmar que, dado o desinteresse dos "socialistas janistas" pelas questões institucionais do Partido, foi possível a Fúlvio Abramo, Febus Gikovate, Antônio Costa Corrêa, Plínio Gomes de Mello, Aristides Lobo, Paul Singer e Cid Franco, aliados a novos militantes socialistas advindos da Juventude Socialista<sup>172</sup> - Carnal Schahim, João Chakian, Luiz Carlos Roque da Silva, Manoel Carnevalheiro, Volney Moraes Jr. e outros - articularem uma retomada de poder sobre a Comissão Executiva Regional, ainda que esta permanecesse sob a direção do "eterno" presidente Alípio Correia Neto. Para que isto ocorresse, os socialistas contaram com a disposição nacional do PSB em apoiar a candidatura Lott, contra Jânio Quadros.

O primeiro entre os vários movimentos desse processo ocorreu em 2 de julho de 1959, quando, pelo voto da maioria presente, estrategicamente, o Diretório Regional resolveu não tomar posição diante das candidaturas que se apresentavam. Essa mesma deliberação foi levada à Convenção Nacional, realizada pouco mais de um mês depois (16 de agosto), e também obteve maioria. A essa altura, Jânio Quadros já efetivara a sua disposição de concorrer, e em outubro e dezembro, o PDC e a UDN, respectivamente, ofereciam suas legendas ao candidato. No final do ano, o "grupo ideológico" elegeu uma nova CER que, embora mantivesse Alípio na presidência, tinha seus principais postos ocupados por Febus, Costa Corrêa e Aristides Lobo. Mas o rompimento completo com o janismo efetivou-se na Convenção Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1960, com a vitória dos militantes que propunham ao Partido apoiar o general Henrique Duffles Teixeira Lott, uma candidatura nascida sob a égide da Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>173</sup>

172 O PSB sempre pretendeu organizar associações para congregar jovens. Em 1948, deu origem ao "Movimento dos Estudantes Socialistas do Brasil" que sobreviveu por um brevíssimo período. Uma precária "Juventude Socialista" funcionou no PSB-SP desde 1950 até o encerramento do Partido. Oliveiros Ferreira, Perseu Abramo e Maurício Tragtenberg eram alguns dos componentes. Nos anos 60, houve um reforço na atuação dessa associação que correspondeu ao ascenso do movimento estudantil.

173 Lott foi indicado por 130 a 89 votos. Os partidários de Jânio não propuseram apoio direto, mas eleição como "questão aberta". A Convenção rece-

Luiz Toledo Machado, delegado da CER paulista encarregado de obter a vitória da candidatura Lott na Convenção Nacional, explicou como se desenvolveu a atuação dos grupos concorrentes paulistas, aliados a militantes de outros Estados. Segundo o seu ponto de vista - que parece estar impregnado da intenção mais ou menos consciente de valorizar a própria atuação sobre os convencionais - a maioria dos presentes parecia estar disposta a escolher Jânio, e a decisão em contrário teria ocorrido por "descuido": "A Convenção foi armada da seguinte forma... o que eles tinham acertado... no fundo era o acordo jan-jan, em que o Jango saía candidato a vice-presidente da República, seguravam o Lott, a Convenção não votava, deixava em aberto, e lançavam o Jango, para exatamente fazer essa dobradinha com o Jânio... Depois dessa Convenção o Partido Socialista passou a apoiar o Lott. O diretório do Rio de Janeiro era pró-Lott, como era o de Pernambuco, com o Julião, que veio chefiando a delegação... Ali, nessa Convenção, nós redigimos um manifesto que foi o Manifesto do Lott. Ele (Lott) assinou o Manifesto, e nós invertemos a combinação jan-jan. Lançamos o Lott à presidência da República, que ganhou do grupo janista para surpresa geral deles porque eles tinham maioria. Houve um descuido. Na delegação de São Paulo era eu, mais uns dois, eu não me lembro, e com doze ou treze procurações que eu levei. Ganhamos. Aí, realmente, houve intervenção em São Paulo. Eu vim como interventor, quer dizer, fiquei interventor. Depois fizemos eleição e tal, fiquei secretário-geral do Diretório Regional(...) Eles eram janistas, e fundaram um outro partido que eu não me lembro agora. Mas tinha um outro partido que o Alípio fundou, com o Jair, com uma porção de gente, um partido aí, uma legenda qualquer(...) Quando eu cheguei aqui, a oposição já tinha assumido a sede, eles já tinham tomado conta: o Schahim, o Febus, eu cheguei já tinham montado, ocupado o negócio. O pessoal janista que tinha seis ou sete deputados estaduais, federais... eles se afastaram e foram fundar um outro partido... A sede não ficou com eles".<sup>174</sup>

beu mensagem de Lott subscrevendo um programa mínimo socialista. F. S., julho 1960, "Em histórica Convenção Nacional os socialistas apóiam a candidatura do Marechal Henrique Lott".

174 Depoimento concedido ao autor.

Os ex-membros do Partido ligados ao janismo acabaram mesmo por fundar uma espécie de partido político que perdeu pouco, mas desempenhou a função de aparecer como apoio socialista a Jânio, já que o PSB que sempre o acompanhara encontrava-se agora na oposição. A agremiação denominou-se Ação Socialista e em seu manifesto de fundação apresentou o inconformismo do qual estava imbuída pelo "equivoco da Convenção do Partido Socialista Brasileiro ao indicar candidato à sucessão presidencial". Para justificar seu comportamento, a Ação Socialista procurava identificar-se como uma oposição genérica *ao status quo* brasileiro: "O PSB rompeu sua tradição oposicionista e ora está no regaço do oficialismo... Com Jânio Quadros, o Partido Socialista Brasileiro foi solidário em suas eleições a prefeito da Capital e governador do Estado, sendo o único partido a sustentá-lo em todas as suas disputas a postos executivos, e razão alguma tem para negar-lhe apoio e solidariedade, quando se candidata à Presidência da República". Dessa forma, o frágil partido tirava toda a sua razão de ser de uma pretensa continuidade em relação à "bandeira drapejando levantada também pelos socialistas de São Paulo, em 22 de março de 1953".<sup>175</sup> Com a vitória taxativa do seu candidato, que chegou a ser rotulada como "uma revolução pelo voto" - Jânio obteve 48% dos votos nominais, em 3 de outubro de 1960 - os criadores da Ação Socialista ocuparam importantes cargos da República: Brígido Tinoco, do Rio, foi ministro da Educação; Romeiro Cabral da Costa, usineiro de Pernambuco, ministro da Agricultura; Jair Carvalho Monteiro, de São Paulo, subchefe da Casa Civil.<sup>176</sup>

175 O *Estado de S. Paulo*, 20.5.1960. Em 22 de março de 1961, ou seja, após a posse do eleito, a organização obteve registro provisório.

176 Paulo Meinberg, em depoimento ao autor, justificou a fundação da Ação Socialista: "Nós tínhamos ligações mais pessoais do que ideológicas com o Jânio". Alípio Correia Neto, como membro da direção da Ação Socialista, convocou seus ex-companheiros socialistas a apoiar Jânio ao mesmo tempo em que contestava juridicamente a validade da última Convenção Nacional do PSB. Também procurou Mangabeira para estudar um retorno ao PSB. Como essas moções fossem frustradas, o ex-eterno presidente do PSB-SP resolveu denegrir o seu ex-partido: "A legenda do PSB está fadada a ser caudatária; não creio possa crescer até... influir nos destinos nacionais. Se



Quanto ao PSB-SP, de fato, a Comissão Executiva Nacional interveio e no mês de julho de 1960 a remodelação da CER completou-se com a eleição de Febus como presidente, Plínio como vice, Luiz Toledo Machado como secretário-geral e Antônio Costa Corrêa, Raul Karacik e Cid Franco em postos-chave. Os velhos socialistas, assim, retomavam a frente da organização para pouco depois repassá-la quase completamente a militantes que julgavam coerentes com a história e os propósitos partidários. A esse grupo ligado à Juventude Socialista, marcado pelas acirradas questões debatidas no movimento estudantil seu contemporâneo, coube a coordenação do Partido em São Paulo entre 1960 e 1965. Segundo Paul Singer houve uma sucessão natural entre dirigentes, a partir daí: "Nessa ocasião o grupo mais velho assumiu a Direção Estadual, e nós assumimos a Direção Municipal do Partido. Acho que foi isso, se bem recordo. Depois entramos também na Direção Regional criada, o Diretório Estadual. E depois, em 62, o grupo mais velho se retira da direção. Não sai em protesto, sai porque está cansado. Há uma sucessão de gerações e aí o Carnal Schahim assume a presidência e eu assumo a Secretaria Geral: toda a nossa geração assume a Direção Executiva do Partido aqui em São Paulo. Quer dizer, a gente dirige o Partido, por assim dizer, de 60 até 65. Essa é uma última etapa da vida do Partido Socialista, em que ele se torna novamente um Partido de esquerda e cada vez mais radical".<sup>177</sup> Tal radicalismo não se expressava somente no interior do Partido, mas sobretudo pretendia torná-lo um centro de convergência para as esquerdas.

Em seu estudo sobre o PSB, Sílvio Frank Alem pretendeu ver uma cisão nacional por ocasião da deliberação a favor de Lott, no entanto, encontrou referências apenas para o caso de São Paulo.<sup>178</sup> Nos demais Estados houve somente adesões isoladas a Já-

durante 15 anos só pôde ser satélite de um grande partido, primeiro da UDN e depois do PTB, não poderemos admitir... venhamos a ter possibilidades maiores" (documento de posse do autor, 22.3.1961).

177 Depoimento concedido ao autor

178 ALEM, op. cit., p.274. Gikovate, presidente do PSB-SR afirmou: "tivemos pela primeira vez uma cisão ponderável, embora praticamente limitada ao Estado de São Paulo. O grupo que abandonou o Partido revelou-se mais

nio, e mesmo quando ocorreram defecções foram de pequena monta, não significando reestruturação dos órgãos partidários. Entendendo daquela forma, Alem fez decorrer dela a idéia de que o Partido, após 1960, perdera a linha programática que anteriormente adotara e agora vivia uma "falta de linha". Estava implícito em sua análise o conceito de um PSB nacionalmente homogêneo e estruturado até aquela data, o que de fato não correspondia à história do Partido, nem mesmo em São Paulo, onde o vimos seguir encaminhamentos teóricos-eleitorais variados e inconstantes.

No caso paulista, após a Convenção Nacional de abril de 1960, libertado do janismo, o Partido saiu em busca da "unidade das esquerdas", um projeto socialista embutido em toda a retórica partidária desde os tempos da fundação, mas jamais efetivado. Nos anos 60, a conjuntura mostrava-se favorável à adoção dessa política e, ao contrário de significar ausência de linha, o período foi marcado por um reforço às pretensões revolucionárias do programa, como que uma tentativa de vivenciar, enfim, o ideário socialista.<sup>179</sup> Vivenciar em associação, pois o momento era de exaltação das esquerdas: "havia uma tendência de radicalização muito forte que se dara no bojo de uma radicalização geral da esquerda brasileira, em função, eu diria, da parte externa, pela Revolução Cubana que nos entusiasmava sobremaneira", complementa Singer.<sup>180</sup>

É bem verdade que a decisão de se tornar uma força de ação centrífuga para as esquerdas em São Paulo também ocorreu como solução para o acanhado número de militantes e adeptos de que o Partido passou a dispor. De todos os postos políticos alcançados no período janista, restou-lhe apenas o mandato de Cid Franco

'janista' do que socialista. Neles o socialismo era acidental e o 'janismo' visceral...". *F. S.*, jun. 1960.

179 A nova linha favoreceria a homogeneização: "Desde sua fundação o Partido enfrenta dois grandes problemas: o organizatório e o ideológico... A consciência ideológica do PSB só será alcançada quando a prática corresponder à teoria revolucionária expressa". *F. S.*, nov. 1961: "Problemas de organização", Carnal Schahim.

180 Depoimento concedido ao autor.

na Assembléia Legislativa.<sup>181</sup> E não só a questão do número preocupava os militantes, mas também a necessidade de ampliação dos horizontes ideológicos. Alianças eram necessárias para fugir à velha pecha atirada contra os que aprovavam um comportamento ortodoxo do Partido com relação a seu programa, a pecha de trotskistas. Para Cory Porto Fernandes, o partido "ficou um grupinho muito pequeno... pequenininho, com os 'trotskistas' (...) Acho que o partido ficou mais autêntico, mas ficou menor. Se tivesse mais um tempo, 10 ou 20 anos de atuação, talvez tivesse se transformado num partido socialista importante". Toledo Machado afirma que "realmente o Partido quebrou com a saída da massa janista... O Jânio era um líder nacional e isto, realmente, afetou(...) Eu me afastei do Partido porque ele começou a retomar a velha linha, vamos dizer, trotskizante, de combate a outra ala. O objetivo era brigar, discutir com outros, esquecer a problemática nacional. E o meu problema até hoje(...) é a questão nacional".

A expressão "trotskista" foi muitas vezes utilizada pelos comunistas para estigmatizar indivíduos de esquerda que não seguiam a "linha justa" assumida pelo PCB. No entanto, era também adotada por militantes do PSB contra outros militantes do próprio PSB, não significando nesse caso que o seu emissor acreditasse estar diante de um simpatizante ou dissidente da IV Internacional ou de alguém ligado a Hermínio Sachetta que em São Paulo dirigia um pequeno grupo trotskista. Tinha por finalidade evocar a passagem do militante "acusado" por alguma dissidência comunista, trotskista ou não, e dessa forma lembrar um "passado" próximo das teorias marxistas ou do que a elas se atribuía como comportamento revolucionário. O apodofoi adotado diversas vezes e em diferentes tempos contra os membros do Partido que se destacavam pela discussão teórica e pela inflexibilidade na aplicação de seu ideário.

Isto posto, e sem prejuízo de que no PSB-SP realmente havia antigos componentes de grupos trotskistas já extintos e, é claro,

181 Rogê Ferreira fora eleito à Câmara pela coligação PTB-PSB.

leitores atentos de Leon Trotsky,<sup>182</sup> observe-se que o depoimento acima citado comete uma impropriedade ainda maior, na medida em que imputa aos "velhos militantes" como Febus, Fúlvio, Costa Corrêa e outros, o intento de dedicarem-se apenas a polêmicas e controvérsias infrutíferas.

Não é possível concordar com Toledo Machado, que transforma o caminho tomado pelo Partido, ao longo da presidência de João Goulart, em pouco mais que o de um grupo rixoso. No entanto, a confusão porta uma relativa verossimilhança, pois a primeira posição adotada pelos militantes não-janistas diante da sucessão presidencial, ainda antes da decisão por Lott, aproximava-se da assumida pelos trotskistas propriamente ditos. Isto c, Hermínio Sachetta, escrevendo o editorial do seu *Ação Socialista*, Órgão da Liga Socialista Independente, em julho de 1959, identificou os dois principais pretendentes à Presidência - Jânio e Lott - e apontou soluções para o processo eleitoral, com critérios semelhantes aos que Febus Gikovate utilizaria na *Folha Socialista*, pouco tempo após.

Os dois analistas entendiam os candidatos como representantes da burguesia que no fundo pretendia instaurar um regime autoritário, reacionário, em associação com o imperialismo internacional. Para Sachetta não era possível ter dúvidas, pois "qualquer dos dois que venha a ser eleito - é verdade que o demagogo casposo em maior medida - subordinará sua administração aos interesses da burguesia brasileira e de seus sócios imperialistas... Existe, ainda, um traço comum aos dois candidatos... a ausência de compromisso com os partidos... A gravidade disso, para as rudimentares instituições democráticas brasileiras e, sobretudo, para os trabalhadores repousa em que, eleito presidente, qual-

182 Nas leituras recomendadas pelo Partido, as obras de Trotski não predominavam. Em 1948, a Comissão Municipal sugeriu livros para a formação do militante: em primeiro lugar, clássicos marxianos, depois uma variada gama de autores, socialistas ou não. Plekanof, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Max Beer apareciam ao lado de Kropotkin, Cuvillier, Weber etc. Entre os brasileiros sugeria-se Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Hollanda, entre-meios de Oliveira Viana e João Ribeiro, e outros.

quer dos dois tentará evoluir para o bonapartismo...". Febus, por seu lado, observava que a candidatura de Lott estava atrelada à sorte do acordo PSD-PTB "que domina o governo Juscelino e, como este, enfrenta problemas sérios". E Jânio "limitando-se a reeditar pela quarta vez a campanha demagógica de luta contra a corrupção e pela moralização administrativa... ganha a confiança de todos os setores políticos que se agrupam atualmente na oposição ao atual governo, mas que são vitalmente interessados na manutenção do atual regime de privilégios da burguesia, de latifundiários e de seus aliados, os imperialistas...". O socialista aduzia que a única diferença entre os dois candidatos era a falsa imagem de Jânio, que parecia representar "a ânsia das classes dominantes em encontrarem um novo esquema político... capaz de contar com o apoio suficientemente sólido dos operários e da classe média, e que lhes permita resolver a atual crise econômica através do único processo de que dispõe o sistema capitalista - redução ainda maior do nível de vida da população trabalhadora".

Quanto ao impasse no qual o processo eleitoral parecia colocar o país, tanto Sachetta como Gikovate propunham solução via ação autônoma dos trabalhadores. Para o primeiro, o problema deveria ser resolvido diretamente, por "uma frente única de classe contra a miséria crescente, pela escala móvel de salários, por uma Central Sindical Operária, desligada do Ministério do Trabalho, por ações de massa contra os exploradores burgueses nacionais e seus sócios imperialistas".<sup>183</sup> Para Gikovate, far-se-ia necessária a intermediação do seu Partido, mas somente uma candidatura de classe, alimentada por um forte movimento popular, significaria solução do impasse: "Não há dúvida de que os interesses dos trabalhadores nada têm de comum com os dois campos de luta... não é tarde demais para iniciar um movimento de resistência... O Partido Socialista está em condições de iniciar este movimento com boas perspectivas de vê-lo ampliar-se... O denominador comum do movimento deverá ser, ao lado de ou-

183 *Ação Socialista*, Órgão da Liga Socialista Independente, ano II, nº 3, julho de 1959. Apud SACHETTA, 1992, p.109 a 111.

trás reformas de base, a reforma agrária... Não se pode negar que o movimento de maior envergadura é a organização de Ligas Camponesas em Pernambuco pelo deputado socialista Francisco Julião... Apresentando a candidatura de Francisco Julião à presidência da República e empunhando com mãos firmes a bandeira da reforma agrária, o Partido Socialista poderá prestar um serviço inestimável à causa do povo e poderá criar as condições para o agrupamento de todas as forças nacionalistas e de esquerda".<sup>184</sup>

Do ponto de vista de um militante não enfronhado nos meandros retóricos das esquerdas, esses diagnósticos e essas soluções semelhantes poderiam produzir embaraços de interpretação. No entanto, o Partido Socialista iria logo dirimir tais dúvidas e Febus se tornaria não mais adepto de uma candidatura própria, mas vigoroso apoiador de Lott. Em 18 de junho de 1960, o candidato veio a São Paulo e visitou a sede do PSB na Praça Carlos Gomes, onde uma calorosa recepção o esperava. Lott sentou-se para receber homenagens à mesa que reunia também o deputado Ulisses Guimarães, representando o PSD, e a deputada Ivete Vargas, pelo PTB, além de Febus e Toledo Machado como anfitriões. Os socialistas auxiliaram na montagem do "Comitê Estadual Interpartidário pró-Lott-Jango" e participaram de comícios realizados na Capital e no interior do Estado. Febus, na ocasião, foi encarregado de compor a Comissão de planejamento da campanha no plano nacional.<sup>185</sup>

O PSB-SP apoiou Lott por duas ordens de razões. Primeiramente, na expectativa de ver implantado pela futura presidência o que julgava ser um verdadeiro programa progressista envolvendo medidas como a defesa da Petrobrás, a reforma agrária, liberdade e autonomia sindical, o direito de greve, a defesa da legislação trabalhista e sua extensão ao campo, a defesa da escola pública. Imaginava que a manutenção ou aplicação dessas políticas não iria provocar conflito com as classes dominantes, e até acrescentava a elas a genérica luta contra o imperialismo. No decorrer da

184 F. S., fev. 1960, "A sucessão presidencial", Febus Gikovate.

185 Febus e Toledo Machado foram também representantes do PSB no Comitê Estadual recém-formado. No municipal, estavam Costa Corrêa e C. Schahim.

campanha, na medida em que o candidato apelava para o nacionalismo como a sua principal bandeira, a direção do Partido em São Paulo podia afirmar que "os socialistas que por maioria esmagadora optaram pela candidatura Lott já não têm mais dúvidas sobre o acerto de sua escolha".<sup>186</sup> Entretanto, havia ainda outra razão para o apoio, talvez ainda mais decisiva. Antônio Costa Corrêa definiu-a como a necessidade de obstaculizar a farsa encenada por Jânio. Desmascará-lo como "um oportunista do poder, sem programa e sem princípios definidos... que se revelou homem extremamente ambicioso do poder, lutando por consegui-lo por quaisquer meios". Não se reduzia a questão a seu aspecto pessoal, pelo contrário, o Partido entendia a ação janista como um problema político em seu sentido maior. Era o fruir da democracia que corria perigo com Jânio, pois ele estaria contribuindo para ampliar "um grande lado negativo do regime democrático vigente, porque se alimenta do baixo nível político das massas e ao mesmo tempo tende a aumentá-lo... é um dissolvente permanente para os grandes impulsos morais criadores, latentes na nação brasileira". Para os socialistas o tema remetia a um de seus princípios básicos, inscrito em todos os documentos oficiais desde a UDS, qual seja o da democracia como projeto geral de educação política "pelo repúdio aos personalismos sectários e pelo estrito respeito aos processos democráticos de livre discussão, crítica e elaboração coletiva".<sup>187</sup>

A relação entre educação política e socialismo era o argumento mais contundente de Antônio Costa Corrêa. Mas além de razões de apoio, o Partido precisava, às vésperas do pleito, justificar teoricamente a inusitada aliança, pois em torno de Lott reuniram-se PSD, PTB, PCB e o próprio PSB. Por isso ele encaminhava como necessária a oposição à UDN que, em seu texto, aparecia como defensora da burguesia agrário-mercantil e, portanto, do capitalismo estrangeiro, enquanto o PSD, representante da burguesia industrial temerosa diante da invasão estrangeira, estava sendo forçado a adotar posição mais progressista: "Na luta pela

186 F. S., julho 1960: "A crise no sistema político partidário".

187 Manifesto de fundação da União Democrática Socialista, 1945.

preservação de um processo de desenvolvimento econômico nacional contra o capitalismo estrangeiro e seus aliados naturais da burguesia agrário-mercantilista, a burguesia industrial é levada a alianças com o movimento trabalhista e esquerdista e a apoiar-se, também, no movimento nacionalista das Forças Armadas. Daí o caráter progressista que assume".

O caso do PTB mereceria um raciocínio semelhante ao exposto para descrever as qualidades do PSD, isto é, também o PTB não valia pelas suas características intrínsecas, mas pelo papel que estava sendo forçado a exercer. Assim como a burguesia industrial sentia-se obrigada a entrar em aliança com forças democráticas, o PTB apesar de seus pecados era empurrado pelos trabalhadores para áreas mais à esquerda, na ausência de um forte socialismo sindicalista. Sagazmente, a argumentação de Antônio Costa Corrêa procurava demonstrar o preparo de uma aliança em que cada uma das partes cumpria a função de completar lacunas de outra. Assim: "o PTB é expressão do reformismo das massas operárias urbanas que, não tendo um Partido Socialista de tradição sindical e democrático, como acontece nos países europeus, procuram enquadrar-se num agrupamento cujo programa e cujas posições de luta tendem a representar a defesa de conquistas legais trabalhistas nos quadros da estrutura social vigente... O PTB dada a sua formação burocrática, ministerialista, tem se prestado muito ao papel de campo de ação para oportunistas e carreiristas de toda a sorte. Mas este partido vem sofrendo um processo de regeneração... (e tem defendido a) manutenção de conquistas legislativas dos trabalhadores urbanos".

Por fim, o acordo para eleger Lott não podia limitar-se a repetir antigas coligações sob pena de perder credibilidade, mesmo que os aliados alcançassem, agora, valores novos. No prato dos eleitores, uma pitada de revolução aguçaria o apetite. Ou melhor, a aliança carecia de um aval histórico que, por isso mesmo, respaldasse a imagem do futuro prometido. Que melhor esperança poder-se-ia oferecer do que um enlace entre socialistas e comunistas, parecia perguntar-se Costa Corrêa: "Os partidos e agrupamentos políticos de esquerda que, pela primeira vez, desde 1945, se apresentam unidos em torno de uma candidatura, representam



uma espécie de garantia, perante o povo brasileiro, do caráter nacionalista e progressista da vitória de Lott... Na realidade, são esses agrupamentos de esquerda, com todos os vícios e erros que se lhes possam atribuir, os que melhor podem dar seqüência histórica e base sólida ao movimento nacionalista, que tende a levar a nação brasileira a uma posição econômica e social de alto nível...".<sup>188</sup> A ironia de se montar uma aliança na qual justamente o internacionalismo socialista, suposto em PCs e PSs, funcionasse como garantia "do caráter nacionalista da vitória de Lott" é matéria para outra seção do presente trabalho.

Anteriormente nos referimos a dois processos concomitantes pelos quais o Partido passou após o período de sua cisão e apoio a Lott: uma certa radicalização acompanhada da intenção de agrupar as esquerdas no Estado de São Paulo. Tanto num como noutro caso, que aliás estão imbricados, a derrota eleitoral pesou significativamente.

O resultado eleitoral produziu uma alteração marcante na interpretação socialista da situação política das classes sociais no país. A esperança de acordo com a "progressista burguesia industrial", pela defesa dos "interesses nacionais", dava lugar a um sentimento amargo de solidão, uma sensação ambígua de potência e desalento, ilusão e dúvida. "As eleições de 3 de Outubro - diria a Comissão Regional do PSB - marcaram o fim de uma etapa de desenvolvimento econômico e político, iniciada com a revolução de 30. Esta etapa se caracterizou, fundamentalmente, pela aliança da burguesia industrial com o proletariado... Os agrupamentos de esquerda representados pelo PSB, PCB e núcleos nacionalistas, apoiaram, embora sem continuidade, o esquema PSD-PTB... No decurso desta etapa houve vitórias importantes para o movimento nacionalista, destacando-se Volta Redonda e a Petrobrás. A classe operária conquistou através da Consolidação das Leis Trabalhistas, férias remuneradas, salário mínimo, estabilidade etc". No entanto, a penetração maciça de capital estrangeiro havia posto tudo a perder, "estabelecendo uma comunhão de interesses entre

188 F. S., julho 1960, "Lott e Jânio: confronto de sistemas", Antônio Costa Corrêa.

o capitalismo nacional e o imperialismo, até então desconhecida... Como conseqüência desse processo, a burguesia nacional, na sua quase totalidade, perdeu o interesse e a capacidade de formar cm uma frente única antiimperialista... tornou-se incômoda a aliança com a classe operária e voltou a apoiar-se na agrária... O resultado das eleições (foi) nitidamente favorável à burguesia". Diante dessa derrota e não como solução, mas como única saída possível, as esquerdas deveriam unir-se e agirem sozinhas, assumindo toda a responsabilidade que esse passo trazia consigo, ou seja, se fosse preciso, usar a força para quebrar a resistência reacionária: "Se continua verdade que a contradição fundamental é a que existe entre nação e o imperialismo, não é menos verdade que esta contradição só pode ser resolvida através de uma revolução, pacífica ou não... Os partidos de esquerda e o movimento nacionalista... (devem) armar-se ideologicamente para a vitória de amanhã".<sup>189</sup>

Assim o PSB-SP perdia qualquer tipo de esperança na então denominada revolução democrático-burguesa e abandonava mais de duas décadas de pregação pela conduta pacifista diante da luta de classes. É bem verdade que não o fazia isoladamente, nem a partir apenas da referida renovação provocada pelas eleições, mas toda a conjuntura estimulava os militantes a imaginarem a utópica "vitória do amanhã".<sup>190</sup> Acrescente-se às razões aventadas, a fim de perceber o envolvimento numa pretensa comunidade de esquerda, o fato de o PSB e o PCB terem-se aliado em importantes eleições, pela primeira vez.<sup>191</sup>

A nova linha - que, de qualquer forma não se confundia com uma solução socialista autoritária, isto é, com adesão a métodos do tipo ditadura proletária etc, como ocorreu com a esquerda

189 F S., nov. 1960.

190 Ver cap.5: "anos 60, enfrentamento".

191 O PCB pensava diferentemente: na luta pela emancipação, a "burguesia nacional" estaria solidária já que seus interesses se chocariam com latifúndio e imperialismo. Para não afastá-la, a revolução transcorreria pacífica (V Cong. RJ, ago. 1960). Isto se confirmou na Conferência Nacional do PCB (ago. 1961) quando o grupo discordante (João Amazonas e outros) foi expulso. A presidente, só Lott foi apoiado por PSB e PCB.

socialista em geral - monopolizava todos os membros do PSB-SP. O mesmo ambiente intelectual e emocional arrebatava um velho militante como Febus e outro como Carnal Schahim, advindo da Juventude Socialista e recém-chegado à Comissão Executiva Municipal de São Paulo. Radicalização para Schahim - e de resto para os socialistas em geral que acreditavam estar vivendo um momento de conscientização da classe trabalhadora - significava defender mais diretamente os interesses dos trabalhadores, ou seja, abandonar o velho esteio que a classe média constituía para o Partido e atacar diretamente o capitalismo.

Como exceção, um pequeno grupo de militantes oriundos da Juventude Socialista, no início de 1963, parece ter "ultrapassado" seus pares e interpretado a radicalização como necessidade de apelar para a luta armada. É o que se depreende do depoimento do então ativista Roque da Silva: "Eu achava que haveria um golpe no Brasil e que o Partido Socialista tinha que se preparar para isso. Enfim, eu pretendia transformar, eu e outros, transformar o Partido Socialista num partido revolucionário. Quer dizer, a minha visão política, na época, era uma visão revolucionária. Até armada (...) Mas o Partido Socialista não nasceu para isso, nem pretendia isso".<sup>192</sup>

Efetivamente, para o PSB-SP radicalização significava pressão conjunta, aliança das oposições populares. Em sua perspectiva de futuro este movimento geral aparecia para o Partido como uma apoteose das esquerdas: "A oposição (ao governo Jânio Quadros) deverá ser minoritária, incluindo socialistas, comunistas e nacionalistas, e deverá ser exercida mais nas ruas e nos movimentos reivindicatórios e de massas, do que no parlamento... O Partido deve concentrar seus esforços junto à juventude, ao movimento operário e aos trabalhadores agrícolas... Repelir a aliança com partidos burgueses, radicalizando as formas de luta anticapitalistas e antiimperialistas".<sup>193</sup>

192 Luiz Carlos Roque da Silva deixou o Partido ainda em 1963.

193 F S., nov. 1960, "Resultados eleitorais e perspectivas para os socialistas", C. Schahim. A CEE e o Diretório Municipal tentaram em vão promover um candidato único para as esquerdas, com vistas às eleições municipais paulistas (22.3.1961). Prestes Maia foi o vencedor.

A probabilidade de uma grande frente de esquerda,<sup>194</sup> em São Paulo, foi aberta pela campanha eleitoral para substituição do governador Carvalho Pinto. Todos os pretensos candidatos apareciam aos olhos dos então radicais socialistas como "igualmente reacionários, dispostos a esmagar movimentos grevistas ou movimentos camponeses, a achar que a 'Aliança Para o Progresso' de Mr. Kennedy é a solução para os problemas brasileiros". Apresentavam-se Jânio Quadros, Adhemar de Barros, que deixara a prefeitura da Capital, José Bonifácio Coutinho Nogueira, apoiado pelo governador em exercício, e Auro de Moura Andrade dispondo das graças do ex-presidente Juscelino. Contra eles, o PSB pretendeu arranjar as forças de esquerda em aliança.

Na reunião de fevereiro de 1962, a Comissão Executiva Estadual decidiu "não integrar qualquer esquema ou composição com forças políticas conservadoras e batalhar pela unidade das esquerdas, em torno de uma candidatura". Dois nomes estavam em discussão e cada um significava um caminho diferente, uma opção de aliança diversa. Em princípio, propunha-se Almino Affonso que fora militante socialista e, naquele momento, era líder da bancada do PTB na Câmara Federal: "um homem já provado nas lutas populares e nacionalistas". Um político de fora das suas próprias fileiras, não obstante próximo, exprimia a vontade de concerto amplo. No caso de um acordo mais específico, menos abrangente, oferecia-se o nome de Cid Franco. De qualquer maneira a pretensão de aliança era inequívoca: os socialistas deveriam bater-se por "uma posição independente das esquerdas e por uma frente única dos agrupamentos políticos, que, essencialmente, constituem as forças da esquerda: socialistas, comunistas e trabalhistas... Entendemos que, com a tomada de consciência e a combatividade já demonstradas pelos operários, trabalhadores rurais, estudantes, intelectuais, funcionários, bancários e outras catego-

194 O período Goulart fomentou a formação de frentes. Por exemplo, a "frente de apoio às reformas de base", lançada por San Tiago Dantas (23.3.1963), foi apoiada pela FPN, PTB, PSD, PCB, CGT, UNE, FPN, UBES, CNT, intelectuais, Frente de Mobilização Popular e, inclusive, PSB.

rias, em São Paulo... outro não poderá ser o caminho senão o de uma posição independente, que diferencia nitidamente as forças de esquerda das demais forças políticas participantes da luta eleitoral".

Adotando essa nova linha, o PSB rejeitava a antiga forma de agir de acordo com "grupos burgueses (e partia para) fazer avançar o processo das conquistas democráticas e nacionalistas". Era esperança dos militantes que, assim procedendo, fugissem do "isolamento... e de um resultado eleitoral pobre". Pois "essa tática de andar a reboque de um esquema burguês... (levou à) candidatura Jânio a governador, candidatura Juarez a presidente, candidatura Carvalho Pinto a governador. Que conseguiram? Nada. Pelo contrário, serviram de instrumento a forças políticas das mais conservadoras, que se instalaram no governo do Estado de São Paulo".<sup>195</sup> Todavia, essa explicação para o isolamento até então vivido pelo PSB só se tornou possível na medida em que mudara essencialmente a sua interpretação política do país e nem de longe os socialistas davam-se conta de que haviam, no passado, justificado muitas de suas alianças "com a burguesia", justamente para ampliar seu espectro eleitoral. Mas, agora, a situação parecia diferente. A revolução brasileira estava em curso acelerado: "Todas as classes, desde o proletariado até à burguesia, já tomaram consciência de que a revolução brasileira é inevitável e inadiável... Os pronunciamentos com o agravamento da atual crise econômica, política e social, se tornam cada vez mais frequentes e todos eles trazem, implícita ou explicitamente, a convicção da inviabilidade de sua solução nos quadros da atual estrutura do país...". A tarefa socialista básica constituía-se em não permitir que a burguesia usasse o processo eleitoral como último bastião de sua defesa "em

195 F. S., março 1962, "Frente das esquerdas para as eleições de outubro". Na mesma edição, apresentava-se um programa eleitoral montado através de discussões ocorridas na sede do PSB-SP entre socialistas - os mentores - "comunistas, trabalhistas, trotskistas". Alguns itens evidenciavam o caráter revolucionário: regulamentação das remessas de lucros; o controle operário sobre serviços públicos; reforma agrária; direito de greve; defesa da revolução cubana e reconhecimento da China; gravame dos rendimentos elevados; participação dos empregados nos lucros e na direção das empresas industriais dirigidas pelo Estado de São Paulo.

uma derradeira tentativa de salvar a arcaica estrutura agrária e o imperialismo de inevitável derrocada". O sucesso do PSB permitiria encaminhar o processo revolucionário de forma pacífica.<sup>196</sup>

Apesar das *démarches* socialistas, a união das esquerdas não ocorreu. O Partido Comunista, peça fundamental da pretendida engrenagem aliancista, julgou-a pouco importante, ou como afirmou Mário Schemberg em conversa com Almino Affonso, não era "clara e definitiva a necessidade de uma frente única de esquerda".<sup>197</sup> Assim sendo, o próprio candidato abriu mão de concorrer ao cargo e desistiu de qualquer entendimento. Em sua Convenção Regional de 7 de abril, o PSB-SP decidiu concorrer com Cid Franco, mas não abandonou a esperança de obter apoio do PCB procurando diretamente os dirigentes comunistas. Os comunistas informaram que "a candidatura do Sr. Cid Franco não exprime os sentimentos democráticos e nacionalistas do nosso povo e por isso mesmo não polariza as forças que se opõem... (aos) candidatos reacionários".<sup>198</sup>

Deixado sozinho na arena política, o PSB em vez de recuar elaborou *uma fuga para a frente* duplamente significativa: reafirmou a crítica à burguesia nacional e apostou até mesmo na possibilidade de uso da violência revolucionária. Parecia-lhe necessário romper "com a falsa concepção de que setores significativos da burguesia nacional estão em condições de formar ao lado do proletariado, do campesinato e da classe média, em uma luta conseqüente por reformas radicais de base... A candidatura Cid Franco não se destina a criar ilusões sobre a possibilidade de realizar a revolução brasileira... unicamente por via eleitoral... Mas a campanha eleitoral e o livre jogo das instituições democráticas permitem a arregimentação das massas, o esclarecimento do povo, a elevação do nível político dos operários e camponeses e a sólida organização das forças motrizes da revolução. Prepara assim o caminho para uma resistência legítima e eficaz".<sup>199</sup>

196 F. S., março 1962, "O pleito de outubro".

197 Cf. carta de Almino dirigida à CER-SP: E. S., maio 1962.

198 Not/os *Rumos*, 30.9.1962.

199 F. S., maio. 1962, "Os socialistas e as eleições de outubro".

O resultado final da participação do PSB nas eleições foi bastante modesto, tanto no plano do Estado como nacionalmente. Em São Paulo, Cid Franco que também concorrera a uma cadeira na Assembléia Legislativa foi eleito juntamente com Raul Schwinden. No entanto, estes foram os dois únicos deputados estaduais socialistas a serem eleitos apenas pela legenda, pois os demais, 17 em todo o país, o foram em coligações. Quanto aos parlamentares federais ocorreu o mesmo, isto é, os seis eleitos representavam coligações em que o PSB era minoritário.<sup>200</sup>

No ano seguinte, em 1963, a participação do PSB nas eleições municipais do Estado de São Paulo se não foi favorável, também não foi de molde a eliminar completamente as esperanças de crescimento, pois disputara em aproximadamente 20% dos municípios e elegeu 25 vereadores dispersos em uma dezena deles. Somente em Jardinópolis elegeu o prefeito, e ainda assim em coligação. Na Capital foram eleitos David Lerer e Moacir Longo, este último comunista adotando a legenda do PSB sem compromissos formais de aliança. Interessa notar que ainda uma vez a almejada união das esquerdas fora ensaiada sem sucesso, levando o Partido a justificar sua modesta atuação como resultado da impossibilidade de acordo geral: "Verificou-se a enorme dispersão de votos esquerdistas, com a falta de Frentes Municipais para a eleição de numerosas bancadas nacionalistas e de esquerda. Falta às forças de esquerda a definição de uma política eleitoral em consequência da subestimação do processo eleitoral como elemento eficiente de atuação política".<sup>201</sup>

No entanto, o Partido sentia-se seguro em trilhar um caminho mais próximo da classe operária e, portanto, como pensavam seus formadores de opinião, mais radical. A nova linha, inaugurada a partir da cisão de 1960, podia não estar dando frutos de

200 Aurélio Vianna (GB) senador PSB/PTB; deputados federais: Max da Costa Santos (GB); Roberto Saturnino (Est. do Rio); Francisco Julião (PE); Mário Lima (BA); Rogê Ferreira, remanescente do "janismo socialista". *li S., dez.* 1963; TSE (1962), *Dados Estatísticos* (Rio de Janeiro), v.6, DIN, 1964.

201 F. S., dez. 1963, "Nas eleições municipais o nosso Partido progrediu", C. Schahim. O título apresentava contradição com os dados.

imediatos, mas "certamente" levaria ao sucesso. É nesse sentido que um jovem militante, esclarecendo os pontos de apoio teóricos do Partido naquela conjuntura, julgava aquelas eleições como promissoras: "Em São Paulo, por exemplo, a votação dos socialistas deslocou-se dos bairros de classe média e mesmo rica, para os bairros mais pobres, onde mora o povo trabalhador. Este é um aspecto que merece destaque especial e grande meditação. A pregação dos socialistas encontra trânsito em alguns setores de classe média, pequena burguesia... Não se pode, no entanto, esperar que nestas classes a linha dos socialistas tenha penetração fácil e indiscriminada. O número pequeno de elementos que se pode definir pelo socialismo nestes setores não permitirá nunca o crescimento do Partido Socialista em termos de sua real transformação num partido de massas. Assim a pregação socialista passou a ser nessas áreas um entrave ao crescimento do Partido, pois essa pregação se choca com os interesses desses grupos sociais... Por outro lado... foi notável o número de votos que o Partido Socialista obteve nos bairros periféricos. Esta mudança da base eleitoral se deve a dois fatores: primeiro à escolha de candidatos e, segundo, à linha do partido... A maioria dos candidatos socialistas em todo o Estado, vinha das lutas sindicais e populares... Desta forma o Partido foi para as eleições municipais em todo o Estado com uma representação nitidamente de classe: da classe operária. Por outro lado, a linha seguida por nossos diretórios em todo o Estado foi nos dois ou três últimos anos, nitidamente socialista. Não enganamos ninguém ao pedir votos... Se antes a nossa votação estava necessariamente limitada pelo fato de nossa linha se chocar com os interesses das classes das quais provinham os candidatos e para as quais a propaganda se dirigia, isto agora não acontecerá mais... Resta agora marchar mais depressa mas com a mesma firmeza. Crescer sem renunciar aos princípios ou às posições ideológicas".<sup>202</sup> O entusiasmo relativo ao futuro crescimento do Partido podia ser colocado em dúvida, talvez algum militante

202 F. S., dez. 1963, "Teste para orientação partidária", Manoel Rocha Carvalheiro.



cético fosse por ela acometido. Porém, a vontade e a convicção de que o Partido Socialista se transformasse numa instituição representativa da classe operária, não. Que os militantes pensavam estar vivendo um momento revolucionário, era indubitável.

No início de 1964, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo anunciou a decisão de antecipar para março do ano seguinte a eleição para a Prefeitura da Capital. O PSB respondeu a isso com a intenção de realizar o projeto de união das esquerdas que permanecia inconcluso. Com esse objetivo chegou a marcar, para 28 de fevereiro, um "Ato de lançamento da Frente de Mobilização Popular". No seu editorial de fevereiro, a *Folha Socialista* observava que "os socialistas têm procurado todas as forças afins para a formação de uma frente única capaz de derrotar a reação, e estruturar definitivamente o dispositivo eleitoral das forças populares na cidade de São Paulo e, a partir daí, estender todo o trabalho ao Estado, visando o pleito de 1965... É preciso que a Prefeitura seja administrada de forma análoga à do Recife, com a participação direta do povo na administração... É necessário... que as forças populares tomem a iniciativa de lançar seu candidato de comum acordo com a liderança nacional destas forças: Brizola, Arrais, Almino, Max, Neiva Moreira, Sérgio Magalhães e outros líderes..."<sup>203</sup>

Mais uma vez a tentativa de frente de esquerda resultaria frustrada. Talvez o PSB, que dispunha de poucos quadros e uma estrutura bastante frágil, carecesse de suficiente penetração política junto às esquerdas para habilitar-se como interlocutor.<sup>204</sup> De qualquer forma, o golpe político-militar veio atropelar uma intenção que mal se efetivava. Mas as eleições municipais ainda deveriam ocorrer, e por isso restavam esperanças. Para o PSB-SP, com a equiparação que a ditadura provocava nos diferentes agrupamentos políticos, talvez o processo alcançasse êxito. Sob o lema de "união desta vez", o Partido saiu novamente à luta, entendendo

203 F. S., fev. 1964, Editorial. Em Recife, Pelópidas da Silveira fora reeleito (ago. 1963) por aliança de esquerda dirigida por PSB-PTB.

204 Talvez por isso a bibliografia histórica dispense pouco interesse à atuação do PSB no período. A propósito, ver exaustivo trabalho de Marcelo Ridente, *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo, Editora UNESP, 1993.

que o golpe fora possível justamente porque a ausência de uma aliança democrática permitira. Uma alteração porém se verificava na proposta socialista, agora convocavam-se todos os militantes que se opunham à ditadura e não apenas a esquerda. De certa forma, depois do golpe, pelo menos no que diz respeito à amplitude do leque de alianças, o PSB aproximava-se do objetivo aliancista sempre preconizado pelos comunistas. Por terem dois diferentes projetos de associação, ao longo do período 1945-1964, essas duas forças encontraram tantos empecilhos ao trabalho conjunto. O PCB sob a influência do nacionalismo, como explica Leôncio Martins Rodrigues, teve como objetivo permanente de atuação, independentemente do grau de radicalismo ou moderação que experimentava, não "a 'frente única' das camadas populares contra as classes altas, isto é, uma 'aliança para baixo' mas uma 'aliança para cima', ou seja uma grande frente patriótica e antiimperialista, 'policlassista', reunindo a burguesia nacional, a pequena burguesia, o campesinato e o proletariado... Dentro desta concepção, o PCB mostrou-se sempre mais inclinado a acordos com frações das classes altas do que a uma aproximação com outras tendências de esquerda, contra as quais travou sempre um combate sistemático".<sup>205</sup>

A concessão que o PSB fazia à "nova linha" adotada após a cisão de 1960, ao convocar "todas" as forças para trabalharem aliadas, era resultado da premência do momento e não de uma política de "aliança para cima", ou volta a suas próprias posições "ultrapassadas". O Partido pretendia-se ainda radical. Ao acertar contas com a história, lembrava que talvez uma frente partidária nas eleições municipais de março de 1965 fosse a derradeira oportunidade, não mais para a conquista da democracia porém para a recuperação da liberdade: "Não há dúvida de que o espetáculo da inutilidade das tentativas unitárias, a impossibilidade das forças independentes encontrarem sequer uma linguagem comum na formulação dos problemas e de suas soluções; o desinteresse pelo exame atento dos prejuízos gigantescos que causa ao povo a fragmentação dos contingentes eleitorais... hajam constituído enco-

205 "O PCB: os dirigentes e a organização", in: FAUSTO, 1981, p.437.

raçamento aos inimigos do povo e de sua liberdade na determinação de tomar para si todas as rédeas do poder. Enquanto se dificultava o diálogo com objeções, condições prévias e desconfianças, o inimigo se fortalecia... Não é mais possível, sem responder perante a história pelo ônus de haver errado em nome de interesses pessoais ou políticos estreitos, manter a desunião das forças independentes em face da união das forças opressoras".<sup>206</sup>

A "derradeira oportunidade" acabou por ser desperdiçada. Não apenas as esquerdas entraram para o pleito de 22 de março de 1965 desorganizadas, e o PSB não se efetivou como seu intermediário, como os partidos de punho trabalhista e outros menos afinados com a política conservadora mantiveram-se desunidos. Franco Montoro, presidente do PDC, apoiado pelos socialistas, atingiu a quarta posição entre os seis candidatos propostos à prefeitura. Melhor votação obteve David Lerer, vereador do PSB, candidato a vice-prefeito em coligação com Montoro que ficou em segundo lugar somando mais votos do que o parceiro.<sup>207</sup>

Entretanto, apesar dessa consolação o resultado das eleições de 22 de março deixou mesmo um sabor de derrota, e de fim de uma etapa na qual o Partido acreditava ter-se desdobrado. Dali em diante as esperanças não estavam perdidas, mas algo novo deveria ocorrer: "nós, os socialistas, nunca nos cansamos de advertir, de apelar e trabalhar pela unificação eleitoral das várias forças interessadas em viver em regime de democracia. Tomamos sempre, nesse sentido, posições firmes e inequívocas; jamais colocamos obstáculos... Tivemos paciência e desprendimento. Explicamos, esclarecemos e expusemos, sem lugar a dúvidas, o objetivo claro e positivo de nossa orientação. Fomos ouvidos. Mas o que propúnhamos não foi posto em prática. Depois, passados os pleitos eleitorais, aos derrotados - as forças democráticas - só restava lamentar a derrota. A todos parece que deveria ter-se realizado a união que pregávamos. Mas agora é tarde".<sup>208</sup>

206 F. S., dez. 1964, "União desta vez".

207 F. S., maio 1965. Lerer obteve 108 mil votos. Foi eleito Faria Lima (UDN), apoio: Jânio e C. Pinto. Concorreram: Laudo Natel (PR); Auro M. Andrade (PSD), apoio: Adhemar; Lino de Matos; Paulo E. Martins.

208 F. S., maio 1965, "Lugar na história", Editorial.

Ainda nesse último ano de sua existência, os socialistas iriam encontrar diversas razões para perseverar e tentar sustentar o partido.

No início do governo Goulart, os intelectuais socialistas, radicalizando sua aversão à teoria da "revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal", interpretaram a mobilização das forças oposicionistas de direita como uma indicação de fragilidade. Esse processo aparecia-lhes como mundial, a reconfirmar a teoria geral marxista da superação do capitalismo decadente e sua substituição por um sistema apoiado na propriedade socialista: "a obsoleta estrutura econômica baseada na iniciativa privada" estava por ruir. A formação de grupos terroristas em vários países podia ser o indício dos últimos estertores do sistema: "As classes capitalistas, condenadas historicamente, sentindo-se ameaçadas nas suas posições de poder, pelo avanço do socialismo no mundo e pelas suas próprias contradições, cuidam da organização de sociedades secretas de fins terroristas, para defesa de seus privilégios... No Brasil, as ações terroristas surgem, também, como consequência de uma espécie de frustração que domina os círculos mais reacionários da burguesia brasileira e do imperialismo..." Assim eram entendidas as conspirações nas forças armadas, a atuação de Carlos Lacerda, de Sílvio Heck, o atentado à UNE no Rio de Janeiro, à rádio Farroupilha do Rio Grande do Sul e ao jornal carioca *Ultima Hora*, acontecimentos todos ligados à crise inaugurada pela renúncia de Jânio, em agosto de 1961, e à resistência a Goulart.

Segundo o PSB-SP, a razão da frustração da burguesia no Brasil era a necessidade de respeitar a ordem constitucional, situação que estaria limitando o seu poder repressivo sobre o movimento operário e socialista. Daí o terrorismo. Mas os socialistas alertavam para a ambigüidade da circunstância, o feitiço poderia virar contra o feiticeiro, e "a quebra da 'estrutura legal' da democracia política e das garantias jurídicas individuais, pelas classes dominantes, pode abrir caminho para a derrocada de toda a estrutura

do Estado baseado na propriedade privada dos meios de produção e nas máquinas eleitorais a serviço das classes dominantes".<sup>209</sup>

Amparados por esses raciocínios, os socialistas, ao mesmo tempo em que denunciavam as ações arbitrárias, discordantes da constituição, julgavam que a crise econômica poderia favorecer seus propósitos gerais de derrota do inimigo explorador. Tratava-se de um posicionamento teoricamente confuso que, por isso mesmo, impediu-os de preparar defesas eficientes ainda que apenas teóricas para as tentativas de golpe. É de se notar, como vimos, que as "frentes de esquerda" propostas pelo PSB até o período anterior ao golpe tinham muito mais o sentido de arregimentar companheiros para uma pretensa "vitória final" do que preparar resistências e proteções, não obstante as diferenças entre os dois procedimentos fossem sutis. Certamente os socialistas ofereciam algum combate à ascensão das forças de direita, no entanto, tal como o PCB, encontraram-se perplexos e desolados diante do golpe de 1964.

Mesmo após o movimento político-militar, com as cassações se sucedendo, líderes do Partido tomavam as arbitrariedades como superáveis num breve futuro quando o povo se levantasse e impusesse mudanças verdadeiramente revolucionárias. Cid Franco acreditava que o governo militar seria obrigado a realizar aproximações com o socialismo: "Creio... que o Brasil verá agravadas até ao desespero, até à guerra civil, as dificuldades econômicas e financeiras do seu povo, se as classes dominantes se mostrarem insensíveis ao sofrimento de imensas camadas da população e incapazes de reformar a nossa estrutura política, econômica e social... Afirmo sem receio de engano, que o atual governo da República não terá o poder por longo tempo, se não souber ou não

209 F S., fev. 1962, "Terrorismo - sintoma de decomposição de um sistema", Costa Corrêa. O autor concebia apenas dois tipos de saídas: "1 - Manutenção da 'legalidade democrática'... (mas) execução de reformas profundas... Uma substituição pacífica da elite política atual... uma 'revolução consentida'... um milagre... 2- Quebra de toda estrutura 'legal'... por um golpe de direita ou uma revolução de esquerda".

puder realizar as modificações revolucionárias que atualizem o nosso país".<sup>210</sup>

Da mesma forma, outro vereador eleito pelo PSB-SP, Moacir Longo, imaginava um curto período para o regime então em implantação: "O regime de terror implantado pelo Ato Institucional... não tem futuro porque está sendo repudiado pelo povo brasileiro... E não tem futuro porque... viola todas as liberdades asseguradas pela Constituição... Entretanto, quando o povo despertar do pesadelo em que está mergulhado... restaurará as liberdades democráticas, devolvendo os mandatos e os direitos políticos".

Princípio igual ao que regia a interpretação das "classes capitalistas como historicamente condenadas" embasava a confiança na revolta popular contra a usurpação do poder pelos militares. Volney Correia de Moraes Jr., jovem militante, lembrava que a reação podia estar se iniciando por meio dos intelectuais, uma espécie de representantes tácitos do povo: "Quem se precipitar a deduzir uma suposta pusilanimidade do povo brasileiro, com base na quase inércia com que viu ser deposto o seu governo eleito, não só errará, como, desconhecendo fatos que tem diante dos olhos, cometerá uma berrante injustiça... A inteligência e a cultura, rudemente atingidas, duramente atacadas, não assistem passivamente ao aríete da cretinice socar-lhe as portas, felizmente. Reagem. Pela voz de seus mais autorizados representantes reagem nos manifestos, nos abaixo-assinados".<sup>211</sup>

Do ponto de vista de sua organização interna, o golpe político-militar e as decorrentes cassações desarticularam completamente o PSB em São Paulo. Quebraram sua estrutura como de resto atingiram violentamente os outros partidos de esquerda. No caso do PSB, a sua já frágil influência foi neutralizada. Na Câmara Federal foram cassados os mandatos de Max da Costa Santos, Rogê Ferreira, Francisco Julião e Mário Lima. Na Assembléia Legislativa de São Paulo foi cassado o mandato de Cid Franco; na

210 F. S., ago. 1964, "Continuarei socialista", transcrição de discurso de Cid Franco à Assembléia Legislativa.

211 F. S., ago. 1964, "Política Nacional".

Câmara Municipal da Capital, dos dois vereadores, Moacir Longo, eleito com votos comunistas, perdeu o mandato. Restou David Lerer como único político do Partido em São Paulo com mandato parlamentar. Segundo o próprio Lerer, isto ocorreu porque o marechal Castelo Branco pedira a seu subordinado, o militar encarregado dos processos de cassação em São Paulo, Rubens Resstel,<sup>212</sup> que deixasse de fora um membro do PSB, porque ele, o presidente da República, não queria que o Partido cerrasse as portas.

No interior do Estado de São Paulo a situação não foi diferente. Segundo o presidente da CER-SP, Carnal Schahim, as exorbitâncias foram enormes: "Câmaras Municipais resolveram também fazer o seu expurgo. Em Ribeirão Preto, por exemplo, a maioria cassou os mandatos, além do vereador socialista com assento naquela Câmara, de 15 suplentes que não tinham sido, sequer, convocados a assumirem seus mandatos... Na Assembléia Legislativa do Rio, a cassação do mandato do companheiro Afonso Celso Monteiro foi cercada de lances dramáticos... Em São Paulo a coisa se repetiu, viaturas do DOPS postaram-se desde as primeiras horas da tarde, nas imediações do Palácio 9 de Julho, enquanto se procediam às homenagens e despedidas ao companheiro Cid Franco... (Em termos nacionais) centenas de membros do PSB, principalmente dirigentes sindicais, foram demitidos de seus cargos e dispensados de suas profissões...".<sup>213</sup> Todos os

212 Referindo-se a um artigo de *Fortune*, a *E S.* (dez. 1964) anotou: "O tenente-coronel Rubens Resstel chegou os deputados à parede, falando em nome do famoso Alto Comando Revolucionário (que o artigo de *Fortune* esclareceu, por fim, ser ele mesmo e mais alguns militares do grupo que já vinha há tempos trabalhando a obrigando-os a aprovar o Ato Institucional". Em depoimento ao autor, o militar não estabeleceu relação entre socialistas e o movimento denominado "revolução de 64".

213 O número de cassados no país alcança "altas" cifras porque computam-se os militantes ligados a Pelópidas da Silveira, prefeito do Recife. Da CEN do PSB foram cassados: José Joffily, secretário-geral e José da Rocha Mendes Filho, secretário-sindical. De São Paulo, além dos citados: Guarino Fernandes dos Santos, presidente da União dos Ferroviários de Sorocaba. *F. S.*, ago. 1964, "Cassações atingiram em cheio os socialistas", Carnal Schahim. *O Estado de S. Paulo*, 5.1.1965, descreve o aparato policial montado para a cassação de Cid Franco.

"velhos" militantes que ainda ocupavam postos na hierarquia partidária ou colaboravam no órgão de imprensa do PSB-SP tiveram de se evadir. Fúlvio, Costa Corrêa, Plínio Mello saíram do país. Wilson Rahal e Febus Gikovate foram presos.

David Lerer conta com bom humor a indiscriminada reunião de militantes de variadas tendências de esquerda que a polícia política de São Paulo produziu, ao aprisionar "todos" os seus inimigos. Por ironia, a polícia conseguiu realizar na cadeia a frente de esquerda pela qual os socialistas tanto almejaram, fora dela: "Fiquei preso uma semana junto com o Caio Prado Júnior, com o Mário Schemberg (...) Wilson Rahal-a prisão estava bacana(...) Eu me lembro que de um lado estava o Mário Schemberg e de outro o Febus Gikovate. Os dois não se falavam. Então, eu servi de moleque de recado dos dois... Estava todo mundo lá, na famosa cela 9. Estavam todas as correntes lá, naquela cela. Todas as que se podia imaginar... correntes políticas de esquerda... Me lembro do Febus Gikovate discutindo com o Mário Schemberg. O Schemberg sempre de olho fechado assim... Os dois de pijama, um na cama em frente do outro. Não se falavam. Eu falava com ele e ia levar recado: moleque de recado. Eu era o mais novo. Era o mais novo vereador da Câmara: tinha 25 anos, 24 anos, sei lá".

Passado o primeiro impacto que paralisou o Partido, a palavra de ordem foi tentar a reorganização.<sup>214</sup> "Estamos na obrigação de levantar nossa voz contra as arbitrariedades e de nos unirmos a todos os que se opõem à transformação do Brasil numa senzala de escravos... Nossa militância, nosso ideário político nos impõem o dever de resistir", afirmavam bravamente alguns poucos militantes remanescentes. Em tom de quase súplica, emoção apropriada para revelar o estrago sofrido, a *Folha Socialista* publicou um balanço da situação do Partido, em agosto de 1964, que o descrevia como de "forças dispersadas, capacidade de trabalho arrefecida, núcleos desorganizados, inibidos muitos diretórios... A direção regional tem - como sempre as teve - suas

214 João Chakian, dirigente do Partido, foi o advogado encarregado dos processos na Capital. Alguns mandatos no interior foram recuperados. F. S., dez. 1964.



portas abertas. O partido reenceta seu trabalho. É necessário agora, portanto, todas as bases voltarem a se reorganizar, reabrir e reativar o trabalho partidário. É esta a palavra de ordem primeira, companheiros: reorganizem-se novamente. Reabram as sedes, assistam aos companheiros mais atingidos... Dêem vida, companheiros, aos nossos pensamentos e às nossas idéias. Reorganizem-se".

O Partido Socialista sempre fora uma idéia a ser preservada, uma idéia a ser implementada, uma idéia a... Disso não passara muito, em sua precária existência. Agora, porém, principiava a faltar-lhe até o organismo franzino que sustentara essa idéia. Assim mesmo, ou melhor, por isso mesmo, restando-lhe apenas arroubo, coragem e, digamos, clarividência para diante do isolamento definir-se como alternativa para o socialismo, o Partido, da fraqueza fazia força, e propunha-se guardião da herança de esquerda no país. Num simulacro de testamento partidário, o secretário-geral do PSB-SP, Paul Singer, que se constituía no intelectual intermediário entre a geração de teóricos fundadores e o grupo de jovens radicais que dominavam o Partido, sentiu-se obrigado, em janeiro de 1965, a redigir um artigo denominado "Por que um Partido Socialista no Brasil?". Pretendia ele dar conta dos passos percorridos, mas especialmente identificar a semente lançada ao futuro. Na impossibilidade de oferecer como herança uma polpuda organização, aliada a uma expressiva massa de militantes e aderentes, Singer valorizava aquilo que o Partido fora sempre: um projeto socialista! Só o PSB podia dar continuidade à idéia socialista no Brasil, pois encerrava em si soluções para as dificuldades futuras.

O PSB era o partido do futuro porque sendo (I) genuinamente brasileiro, mantivera-se (II) puro e fixara um novo projeto de (III) democracia política, capaz de conter uma resposta eficiente para a expansão do capitalismo sem, no entanto, resvalar para uma visão simplista de que essa luta teria solução imediata e cabal. Esta, a essência da argumentação socialista:

I) um Partido brasileiro: "Ao contrário do Partido Comunista o PSB nunca se viu gravado por uma hipoteca internacional.

Embora os socialistas sempre tenham manifestado a sua simpatia pelas revoluções vitoriosas em diferentes partes do mundo - particularmente em Cuba - esta simpatia nunca chegou a arrastar o partido ao enquadramento numa ou noutra linha política mundial";

II) um Partido que, comprovadamente, passava ao largo das tentações de tomar o poder a qualquer custo, que não cedia ao imediatismo e, ao contrário, sacrificara-se durante boa parte de sua história: "Desde a campanha de 1950, quando lançaram a candidatura João Mangabeira à presidência da República, mostraram-se os socialistas preocupados com a pureza ideológica de suas posições. As campanhas eleitorais tiveram para nós, muitas vezes, um sentido educativo. Sentimos a necessidade de abrir para o povo perspectivas revolucionárias, ainda que o rendimento político das campanhas fosse, em termos quantitativos, ínfimo... Só uma equipe que se forjou em 20 anos de lutas sem nada obter nem esperar, dessa atividade, pode aspirar a este papel";

III) o PSB defendia uma nova teoria para o socialismo, apresentando soluções plausíveis contra o capitalismo a partir de análises cuidadosas que uma vez adotadas levariam a esquerda a assumir comportamentos concernentes aos seus objetivos: "O PSB nunca se deixou levar, como muitos pequenos grupos ideológicos da esquerda, a uma espécie de megalomania política: a de se acreditar o único dono da verdade, o instrumento predestinado da Revolução Brasileira... Os socialistas podem oferecer à esquerda brasileira uma linha de ação que corresponde aos anseios de nossa época. Uma linha anticapitalista, capaz de analisar as contradições do regime, sem cair na visão simplista de que tudo que aconteceu é real resultado das maquinações de um grupo de agentes do imperialismo (a linha da 'conspiração subversiva' ao contrário). Uma linha realmente democrática sem segundas intenções". Essa interpretação inaugurava um novo padrão de crítica ao capitalismo, assinalando uma abertura do pensamento socialista para fora do padrão da guerra fria.

Como conclusão, o secretário-geral apontava a necessidade de encontrar "um novo ponto de partida... Este não pode ser a

aplicação de algum esquema externo, chinês ou russo, nasserista ou fidelista. Nem pode ser constituído pelas insatisfações ou ressentimentos dos que se viram frustrados em suas esperanças de galgar o poder pelas portas dos fundos. O ponto de partida só poderá ser um núcleo que, nunca se tendo iludido com as facilidades do momento tenha mostrado ser capaz de persistir, apesar de tudo, e se engajar numa luta a longo prazo. O Partido Socialista poderá ser esse núcleo. Deverá sê-lo".<sup>215</sup>

Não há dúvida de que as concepções do PSB-SP eram marcadas pela conjuntura e que a defesa de sua viabilidade advinha da necessidade de se afirmar diante dos "adversários". Do texto do secretário-geral infere-se que o PSB era melhor do que o PCB ou PC do B, pois estes não eram brasileiros; melhor do que o PTB que sempre caíra na tentação do poder; melhor do que os pequenos grupos de esquerda radical que se achavam donos da verdade; melhor do que os partidos burgueses porque possuía um projeto democrático para construir o Brasil como nação autônoma e madura do ponto de vista dos direitos civis, políticos e sociais. A intenção era clara e mesmo evidente. No entanto, o que se quer ressaltar é o que acima identificamos como clarividência. Isto é, o Partido, por meio da palavra de seu representante teórico notório, prognosticava um longo curso para a luta pela democracia e imaginava que no momento da reorganização somente um socialismo com a sua própria fisionomia poderia alcançar sucesso. Um socialismo escoimado da predestinação, portador de um conceito de democracia em que os atos individuais cedessem lugar a um espaço público a ser construído em associação, dando oportunidade ao surgimento de novos direitos sociais.

Detinha o PSB a chave do futuro? Tratando especificamente da questão em seu cuidadoso trabalho, Margarida Vieira referindo-se ao PSB em termos nacionais consignou a surpresa favorável que outros estudiosos e ela mesma tiveram ao encontrar pontos em comum entre as discussões políticas contemporâneas e as formas pelas quais o Partido encarou problemas de sua conjuntura.

Diz a autora: "A atualidade do projeto dos socialistas que nos surpreendeu, à Miracy Gustin, ao Sílvio Frank Alem, à Isabel Loureiro, e a outros que tomaram contato com seus textos e com sua experiência é real. Questões que fazem parte da agenda contemporânea de debates sobre a democracia e socialismo já estavam no horizonte de discussão do PSB".<sup>216</sup> Não há como discordar dessas observações, e é bastante cabível notar a defesa de muitas das propostas daquele repertório por parte de alguns partidos políticos de nossa atualidade, até porque a forma democrática de pensá-las - e não exatamente seu conteúdo - que hoje se tornou obrigatória. O que não nos parece acertado é promover a identificação específica daquele conjunto de idéias com alguma instituição política em particular. É preciso tomar o cuidado de não criar uma relação linear e imediata entre fenômenos dispostos em épocas históricas diversas. No caso paulista, a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1979 - e sua consolidação como grande partido socialista brasileiro da atualidade - pode provocar essa linearidade indevida já que estiveram presentes àquela fundação alguns dos ex-militantes socialistas.<sup>217</sup>

Deve-se assinalar que mesmo no final dos anos 70 apresentavam-se à esquerda outras opções de militância que podiam satisfazer os anseios de ampliação da democracia representativa, tal como os socialistas exigiam. Acrescente-se também que o PCB passava, naquela etapa, por uma renovação não desprovida de interesse para muitos democratas. David Lerer, por exemplo, foi cativado pela possibilidade de uma grande frente de esquerda: "Apesar de ser procurado pelo PT... até acho que fiz mal, me vinculei ao Brizola no exílio, em Portugal. Eu fui o primeiro cara a voltar. Voltei no dia 2 de janeiro de 79, antes da anistia... Um dos caras que me procurou para entrar no PT foi o Antonio Candido. Nós fomos companheiros no Partido Socialista. Também o Paul Singer... Por que é que eu não fui? (...) porque eu estava

216 VIEIRA, 1994, p.320.

217 Em uma breve enquete entre os 23 ex-socialistas entrevistados, o autor verificou que cinco pertenciam ao PT.

muito ligado ao Brizola... A gente superestimou realmente... Eu estava com uma idéia muito frentista das coisas".<sup>218</sup>

Ocorre que nos anos 60 a proposta de unidade, de frente contra o regime ditatorial era quase uma imposição. Em meados de 1965, reunindo as últimas forças contra o projeto governamental de fechar os pequenos partidos, o PSB-SP reiterava a proposta de unidade. O último número do jornal do Partido trazia como único texto de capa, em letras garrafais, a inscrição: "Unidade de ação contra a crise". E, mais uma vez, como a se qualificar para a tarefa de mediação, reafirmando o seu caráter revolucionário, as páginas internas abrigavam a seguinte afirmação: "Se na Europa a social-democracia muitas vezes traiu a revolução operária, ora aliando-se diretamente à burguesia, ora criando ideologias reformistas que desviaram o ímpeto revolucionário do operariado para atividades reivindicatórias e conciliatórias, no Brasil o Partido Socialista mantém as melhores tradições de luta".<sup>219</sup>

Como derradeira atividade, antes um pouco de atear fogo a toda a documentação partidária e dispersar seus militantes, o presidente da Comissão Executiva Regional, Carnal Schahim, propôs a realização de um Congresso Socialista estadual, em que seriam apresentadas "linhas mestras das soluções socialistas para a crise conjuntural e estrutural do país". Não houve tempo. A força da ditadura militar congelou os projetos socialistas que só vieram à tona em outra conjuntura, com outros aliados e diferentes perspectivas.

218 Depoimento concedido ao autor.

219 F. S., maio 1965, "Autodeterminação exige unidade".

## 4 PENSANDO A SOCIEDADE

O socialista é um indivíduo que chegou a certas conclusões pela observação, o raciocínio e o exemplo, mas nunca pela cegueira, pelo ouvir-dizer ou pelo entusiasmo irrefletido.

*Folha Socialista, 27.11.1947*

Acompanhando número a número a *Folha Socialista*, ao longo de mais de uma centena de tiragens, vê-se desfilar sob os olhos um mundo social próprio, traçado e encadeado de forma adequada para que fluíssem as propostas socialistas. Do cérebro e das emoções dos intelectuais aos corações e mentes dos militantes. Num trajeto quase sempre de sentido único, suas páginas continham quatro grupos sociais que ao Partido interessava comentar ou analisar: a burguesia, de um lado, e os explorados, isto é, o operariado, os camponeses e as classes médias, de outro. Tratava-se de mundos estanques, inexoravelmente cindidos. Uma burguesia implacável, exploradora, gananciosa, não por decisão própria mas por sistema impunha um regime econômico em que a miséria cumpria papel obrigatório. Daí também um Estado fraco e ineficaz, decadente, cuja forma de alterará-lo, no entanto, deveria ser necessariamente lenta, por respeito à democracia - o único caminho eram as eleições. A parte mais visível deste processo

apresentava-se sob a forma da decadência moral que estendia seus tentáculos até mesmo ao plano intelectual. Enquanto houvesse esse capitalismo quase nada adiantava fazer, mas algumas medidas poderiam ser implantadas como formas pré-socialistas, forçadas pelo povo diretamente, pois o sistema político vigente pouco deveria contribuir. Sobre essas construções ideológicas, procurando elaborar um diagnóstico do pensamento exposto, o presente capítulo se desenvolverá.

## BURGUESIA ESFOLADORA

Análises como a acima descrita apareciam nos momentos solenes das páginas da *Folha Socialista*, tanto quanto nas oportunidades mais corriqueiras. Tratando, por exemplo, de se opor ao projeto de lei de autoria do deputado Pedroso Júnior, de 1948, que procurava regulamentar a profissão de prático de farmácia, a fim de que esses técnicos pudessem assumir as mesmas responsabilidades de um farmacêutico formado em escola superior, o jornalista Aristides Lobo, prócer do PSB em São Paulo, parecia ir ao âmago do sistema explorador por meio de um raciocínio dicotômico. Procurava deslindar a intenção da burguesia através dos mantos diáfanos da ideologia, denunciando que interessava aos donos de farmácias pagar menos salários e receber mais serviços: "Quais os prejudicados pelo projeto e quais os favorecidos? No regime em que vivemos, de contradições econômicas, conflitos de classe etc, toda a medida administrativa que se aplique à sociedade, em todo ou em parte, forçosamente beneficia alguns em detrimento de outros. Uma boa lei de proteção aos trabalhadores atinge naturalmente os interesses dos proprietários privados dos meios de produção, isto é, dos capitalistas, da burguesia. Em contraposição, as leis que regulam a existência e a exploração da propriedade privada... só podem, em virtude daquelas mesmas razões fundamentais, ferir os interesses dos que vivem exclusivamente do salário... os interesses da classe operária. Não há meio termo. O projeto Pedroso Júnior é... exemplo tipicamente ilustrativo da maneira pela qual um representante 'do povo' defende os interes-

ses de um grupo capitalista". A ironia disso tudo, asseverava o autor, era que aparentemente o projeto parecia se opor a "sinecuras pelos portadores de um diploma científico".<sup>1</sup>

Como deputado federal do Partido na legislatura de 1946-1950, preocupado com uma distribuição de renda tão iníqua, Hermes Lima identificava ainda mais evidentemente este capitalismo explorador que trabalhava *pari passu* com um Estado frouxo, ineficiente, por imposição do sistema. O Estado era incapaz de conter abusos e seguir critérios que aparentemente eram seus mesmos: "O Brasil é um país de - pelo menos ao que se diz - escassos capitais, mas de lucros fabulosos. Os lucros que as atividades industriais e comerciais proporcionam desde o início da guerra, e continuam neste após-guerra, são lucros que não encontram paralelo mesmo nos países mais ricos... ninguém atenta para a voracidade do capitalismo nacional, voracidade esta que podemos constatar nos preços impostos pelos intermediários a toda população... Taxar no país esses lucros... significaria uma defesa da economia popular e um modo de corrigir a extorsão à qual o público se vê submetido... O governo é muito imóvel e muito parado; o governo planeja mas não saem do papel seus planos... não se aparelha para ir ao encontro dos problemas... por maiores que sejam as dificuldades que a situação oferece para o controle de preços, é claro que, se fosse ele mais ativo, mais eficiente, a situação não teria chegado ao ponto em que hoje se encontra".<sup>2</sup>

A mesma solução pensada no plano nacional por Hermes Lima, o controle de preços ou tabelamento, era aventada por um vereador do PSB em Santo André, como hipótese para solucionar a carestia local que, no entanto, como um problema estrutural, seria apenas mitigada: "Quando procuramos investigar as causas da elevação dos preços, descobrimos que os responsáveis são as quadrilhas de aproveitadores, gananciosos, em todas as esferas de gêneros alimentícios... O povo está cansado de ouvir falar das discussões estéreis, intrigas e tempo perdido dos políticos. Precisamos...tomar medidas enérgicas, práticas, imediatas... Acho

1 F. S., 15.7.1948, "Contra o projeto Pedrosa Júnior".

2 F.S., 5.12.1948.



que a solução ideal e única para o abuso dos especuladores é o tabelamento rigoroso, bem como a sua aplicação por parte da nossa comissão de preços".<sup>3</sup>

Meses após, outro militante socialista viria às páginas do jornal para explicar por que haviam fracassado as reivindicadas Comissões de Preços - criadas pelos governos estaduais "diante de nenhum êxito do Ministro da Fazenda" no combate ao aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A explicação, perfeitamente condizente com a análise estrutural que o Partido fazia da burguesia, abandonava a questão em si mesma e tergiversava apresentando críticas generalizantes que, na realidade, não se prestavam para alterar a carestia e deveriam deixar bastante insatisfeito o eventual leitor não engajado: "O fracasso dessas comissões deve ser atribuído ao regime capitalista... Como poderiam agir livre e eficientemente tais comissões, se os maiores da indústria, do comércio e dos latifúndios nelas intervêm abertamente, senhores do regime que são?... Mas, já é tempo do povo... libertar-se da minoria que espolia a massa trabalhadora. A força dessa libertação encontrará o povo... no voto meditado, e no socialismo, onde os princípios governam as pessoas, onde os interesses particulares subordinam-se ao interesse comum".<sup>4</sup> A ausência de uma demonstração do fenômeno mais próxima dos acontecimentos não inquietava o autor, que em troca oferecia uma utopia a realizar-se pelo longínquo efeito das eleições. Eis a imagem passada pelo PSB, e imagine-se a figura que se desenhava na cabeça do possível público receptor.

O processo eleitoral enfatizado transferia justamente ao parlamento - por seu caráter "popular" - o valor de instância mais visível da frouxidão imposta pela burguesia às suas instituições. Em 1949, a legislatura que deixava o Congresso parecia levar essa marca até as últimas conseqüências, já que havia sido convocada para "discussão e aprovação de importantes projetos de lei... mas o que se viu foi a mesma pasmeira que vem desmoralizando enormemente o nosso já precário regime democrático. Ne-

3 F. S., 5.11.1948, "Pelo barateamento do...", Syr Martins.

4 F. S., 20.2.1949, "Porque fracassaram...", Monteiro Gondin.

nhum projeto de lei importante, realmente, foi aprovado... Esse fato bem ilustra a ineficiência dos parlamentos burgueses, especialmente no Brasil, onde temos uma burguesia anêmica, céptica, precocemente decadente, cheia da nostalgia colonial de quem está habituado a viver permanentemente à sombra de um protetor imperialista... (Os parlamentares são) carreiristas medíocres, incapazes de qualquer coisa de avançado, de qualquer iniciativa de vulto. Daí o aspecto de rotina e inutilidade que apresenta o parlamento brasileiro". A solução para este mal só poderia vir das eleições, mas "o nosso povo, com tanto tempo de ditadura e obscurantismo, ainda tem um nível político bastante baixo e, por isso, nas próximas eleições, provavelmente, ainda escolherá, em maioria, homens do mesmo tipo dos atuais parlamentares".<sup>5</sup>

Partia sobretudo da seção paulista do PSB, aquela cuja intransigência doutrinária se mostrava mais vibrante, uma interpretação implacável da dependência burguesa com relação ao capitalismo internacional. Diferentemente do PCB - que sob o influxo do nacionalismo adotava uma linha política de "aliança para cima", isto é, a formação de uma frente patriótica e antiimperialista em que a "burguesia nacional" exerceria um papel importante ao lado de setores médios, do campo e do proletariado - os socialistas tratavam de entender a burguesia, em geral, submetida à dependência externa.<sup>6</sup> A forma de oposição não deveria pautar-se apenas no sentimento patriótico, mas na incapacidade mesma da classe dominante em promover o desenvolvimento do país. Assim, o discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, por João Mangabeira, em 10 de junho de 1949 - na ocasião em que o ministro da Fazenda Corrêa e Castro era criticado por ter enviado uma carta ao secretário do Tesouro norte-americano suplicando ajuda econômica - foi interpretado, em São Paulo, como uma moção inadequada. Mangabeira, embora apontasse o ministro como "um

5 F. S., 20.3.1949, "Parlamento impopular", Antônio (sem outra indicação de nome)

6 Cf. L. M. Rodrigues, "o PCB sempre mostrou-se mais inclinado a acordos com frações das classes altas do que a uma aproximação com outras tendências de esquerda, contra as quais travou sempre um combate sistemático". In: FAUSTO, 1981, p.437.

político incapaz... e mero agente do capitalismo", apelava contra ele em defesa do patriotismo e se somava à indignação do deputado udenista Gabriel Passos. Ao contrário dos arroubos genéricos de indignação expostos por Mangabeira, Antônio Costa Corrêa, contundente, denunciava o caráter de classe da atuação do ministério da Fazenda: "a carta de Corrêa e Castro é bem um documento representativo de toda uma larga camada da população brasileira que se mostra incapaz de impulsionar o progresso material do país... Uma classe precocemente decadente, de mentalidade colonial, que só espera a redenção em virtude da 'generosidade' de um protetor imperialista... Na hora de se cogitar de fazer um Brasil grande... eles só se lembram de pedinchar nos EUA, como fez o ministro".<sup>7</sup>

Vejamos, então, o entendimento manifestado pelos socialistas diante dessa "classe exploradora". Por princípio, ela atuava de forma paradigmática: funcionava como classe no sentido ortodoxo, isto é, não contavam as ações dos seus componentes individualmente, mas a sua ação como bloco indivisível. A classe respondia a interesses maiores do que a soma dos interesses de seus componentes, portanto seus objetivos gerais não poderiam ser alterados por meio da conduta dos seus membros. Estava dado que sua ação seguiria sempre um roteiro preestabelecido: procuraria sempre corromper a atuação imparcial do Estado; e a sociedade, sua tributária, deveria sempre atolar-se na miséria, para seu usufruto. Entretanto, um dia isso tudo poderia acabar e acabaria sob a forma de crise. Quando a fadada crise ultrapassasse suas conseqüências econômicas e sociais, adentrasse o mundo moral, caro até mesmo à própria burguesia, aí, então, poder-se-ia cogitar que a solução socialista seria para breve.

Essa conclusão está presente na análise sobre a literatura universal elaborada por um artigo de título "Decadência e pornografia", no qual o autor via o mundo de pernas para o ar e, o que lhe parecia mais grave, o público aceitava com prazer: "Está se acentuando cada vez mais, nas literaturas francesa e norte-americana,

7 F. S., 1º. 7.1949.

pelo menos, a tendência para o romance pornográfico. Sempre houve semelhante coisa, vendida e lida com certa discrição. Mas é provavelmente a primeira vez em nosso tempo que escritores de valor resolvem escrever com a maior crueza, sem distinguir entre realismo e indecência... (Os livros) de Henry Miller... Jean Genet... são francamente da mais deslavada pornografia, a despeito das qualidades artísticas que possuem. O mais curioso é que a crítica e o público recebem com grande ardor tal gênero de literatura... Por isso a gente começa a perguntar se tal coisa não corresponde a uma crise na sociedade... Moral, equilíbrio estético, orientação social, tudo isto está de pernas para o ar... Sinal de que (a burguesia) não é mais uma classe em condições de pretender a liderança... (Seus escritores) representam provavelmente a crise final de uma ideologia de classe que já deu de si o que poderia dar".<sup>8</sup> Quando até mesmo os sagrados valores da burguesia eram depravados, sua ideologia caía por terra. Quanto mais se deveria esperar para ver o fim da própria burguesia? - perguntavam-se os socialistas ávidos pela democracia social.

## CLASSES MÉDIAS ENGAJADAS

Recentemente, o filósofo alemão Jürgen Habermas alertou para o equívoco comumente praticado no uso do conceito de luta de classes de forma estreita. Referindo-se à contemporaneidade afirmou "que em nossos dias, os agentes da expansão - então tão enfaticamente descrita por Marx - não são mais a burguesia de 1848, não são mais uma classe social exercendo o poder a nível nacional, mas sim um sistema econômico internacional operante no mundo inteiro, desligado de estruturas de classe visivelmente identificáveis, e anônimo".<sup>9</sup> Sem considerar as razões históricas que levaram à possibilidade de formular uma hipótese desse gênero, deve-se notar que um procedimento assim amplo na inter-

8 F. S., 23.9.1950, A. C. (Antonio Candido).

9 "A Revolução e a necessidade de revisão na esquerda", in: BLACKBURN, 1992.

pretação do papel das classes sociais no sistema capitalista não se constituía em regra no pensamento de esquerda até há alguns anos, especialmente no Brasil. Pelo contrário, a rigidez monolítica na aplicação dos princípios marxistas levou nossos pensadores a suporem uma cada vez maior dicotomia entre as classes "básicas" do capitalismo, não deixando espaço vital para as camadas médias que, então, estariam tendendo ao desaparecimento físico ou à anulação enquanto atores políticos. Parece ter sido este justamente o caso, no âmbito historiográfico do estudo das classes médias.

No período correspondente à história republicana brasileira, as classes médias urbanas foram estudadas específica e criteriosamente por Décio Saes, em um trabalho já clássico sobre o tema.<sup>10</sup> No que respeita à fase posterior à Revolução de 30, o autor situa a ascensão destas camadas sob o impulso das tentativas dos "grupos agromercantis" de recuperar a sua posição junto às estruturas do Estado para "reconquista da hegemonia política no seio da classe dominante...". Semelhante intenção levava-os a entender como em crise o compromisso político estabelecido entre "o conjunto das oligarquias - que Saes definia como vida política autônoma em relação aos "grupos agromercantis" - e a burguesia industrial", cujo resultado teria sido a implantação do sistema populista. Assim, o populismo conheceu sempre uma instabilidade estrutural e as forças políticas favoráveis à industrialização jamais puderam instituir práticas satisfatórias de desenvolvimento: "Essa luta desenrolou-se freqüentemente no interior do próprio Estado populista... (e) assumiu, por vezes, a dimensão de um ataque ao sistema político populista, enquanto forma de articulação política centrada no reforço do Estado centralizador. Nesses momentos, sua luta pela hegemonia política resultava necessariamente na mobilização política dos seus aliados permanentes - as camadas médias tradicionais...". Foram exemplos dessa situação, para o autor, o movimento Constitucionalista de 32, a redemocratização e, de certa forma, a crise de 1954. Quanto à conjuntu-

10 *Classe média e sistema político...* 1985.

ra de 1945, o que nos interessa de perto, Saes reduz a movimentação política do período, e o amplo leque de alternativas aberto a diferentes acomodações dos interesses sociais, a um aproveitamento mesquinho dos "grupos agromercantis" para reconquista da hegemonia política, trazendo na sua rasteira a mobilização das classes médias urbanas. Não deixando de reconhecer a luta antifascista, propõe que "não se deve superestimar tal proposta de redemocratização: ela se definia, naquela conjuntura, como a forma mais adequada para o ataque à estratégia política de desenvolvimento. Mais que restabelecer a democracia liberal, os grupos agromercantis queriam a destruição da 'democracia de massas' e mesmo da 'democracia plebiscitaria' esboçada a partir de 1943; no fundo, esses grupos compreendiam que a destruição do populismo equivaleria à destruição do Estado intervencionista industrializador".<sup>11</sup> É passível de crítica a questão econômica envolvida nessa análise, no sentido de tornar exageradamente precisa e determinada a ação de um conjunto social multifacetado, mal contido sob a denominação "grupos agromercantis", e atribuir-lhe a consecução de uma tarefa - eliminar a industrialização - nada consensual em qualquer categoria da sociedade brasileira. Afora isto tudo, imaginar que as classes médias entravam no processo de redemocratização arrastadas ou enganadas ideologicamente pelos proprietários de terras - entendendo as polêmicas sobre o Estado de direito e as diatribes contra a ditadura, ocorridas no bojo da luta internacional contra o fascismo, apenas como cortinas de fumaça - é impedir a compreensão da penetração social do discurso legalista de um partido como a UDN, e o nascimento do PSB como resultado do processo de redemocratização. Este último, intrinsecamente ligado ao objetivo de fazer oposição democrática tanto à ditadura como às esquerdas autoritárias.

O PSB nasceu, como vimos, das críticas patrocinadas por intelectuais de classe média, insatisfeitos com os rumos da política nacional e esperançosos em participar no que entendiam ser a construção de um mundo novo, já que o velho fora posto em

11 Id. *ibid.*, p.11.

escombros pelas grandes guerras. A maneira socialista própria do PSB foi sustentada por setores das camadas médias urbanas que, enquanto categorias sociais, desde as transformações provocadas pela Revolução de 30, buscavam uma participação significativa nas estruturas do Estado. Seu objetivo genérico talvez pudesse ser definido - o que adiante será analisado - como a busca de condições para uma democracia social. Isto é, a implantação de regras políticas de efetiva representação nacional, a separação entre poder econômico e poder político, a conquista de igualdade de condições gerais, sobretudo educacionais, a integração das populações marginalizadas etc. Isto porque as classes médias do período pós-30 apresentaram diferenças quanto às épocas anteriores, no sentido de que novas camadas vieram se somar àquelas clássicas de funcionários públicos, através do processo de industrialização pautado na substituição de importações. Os novos setores constituíram-se de gerentes, administradores, técnicos, profissionais do setor terciário que se modernizava, intelectuais. Classes médias, por vezes progressistas, foram animadoras de uma coligação que em algumas oportunidades apoiou formas populistas de fazer política, aliadas ao proletariado industrial e setores da burguesia ligados à industrialização. Tal encontro de interesses tornou-se dominante em alguns processos eleitorais e chegou a interferir na escolha de presidentes da República.

O que, em Décio Saes, provoca discordância é sua intenção de ver incompatibilidade absoluta entre "intervencionismo social e econômico do Estado populista" e ação política das classes médias. Colocada de forma antitética, a intenção o obriga a dispor o papel das classes médias na redemocratização como não apenas antipopulista, mas sistemática e coerentemente conservador: "No fundo, não é o regime constitucional que as camadas médias tradicionais colocam em questão, mas sim a própria natureza do sistema político; em seus ataques se dirigem igualmente à ditadura populista de Vargas (o Estado Novo, 1937-1945) e à democracia populista de Vargas (seu último período, 1951-1954). O fulcro da questão é na realidade a 'democracia de massas', estabelecida por meio de um pacto direto entre Estado populista e as massas

urbanas. Assim, a integração política da classe operária e de outros grupos de trabalhadores urbanos apenas reforçou a dimensão elitista do liberalismo das camadas médias tradicionais, como também evidenciou seu caráter não democrático".<sup>12</sup> Não houve tal caráter monolítico dessas citadas categorias e a ligação de propostas socialistas com elas, ou parte delas, é evidência mais que suficiente. Mesmo as chamadas classes médias tradicionais conheceram uma renovação na sua forma de entender o Estado, e não obstante terem se debatido, por meio do braço partidário da UDN, numa constante contradição entre a crença na legitimidade democrática e a opção por um governo autoritário,<sup>13</sup> representaram a defesa abstrata das condições jurídico-constitucionais para o exercício da democracia representativa. O que, de resto, não atesta caráter conservador de nenhum grupo social.

O professor de Direito e fundador do PSB no Rio de Janeiro, Hermes Lima, apercebeu-se da possível simbiose entre objetivos dos trabalhadores e princípios políticos das classes médias que, por meio do sistema partidário, poderiam provocar uma nova conformação do Estado brasileiro. Em uma obra escrita nos anos 50, em meio a um texto em que procurava demonstrar a importância dos partidos políticos como instituições organizadoras da sociedade, o autor situava as condições sociais específicas do período posterior à redemocratização: "a realidade brasileira está mudando... (está em) formação uma opinião pública mais ativa, mais sensível e mais treinada na expressão de seus desejos e na manifestação de sua vontade. A base dessa opinião encontra-se na classe média, que aumenta em número e poderio, na classe proletária que, acompanhando o desenvolvimento industrial, se está organizando e dando mostras de uma consciência promissora de fecundos estímulos na vida pública. Tanto a classe média como a classe proletária estão-se convertendo em órgãos mais

12 Id. *ibid.*, p.106.

13 Cf. Hélio Jaguaribe, in: MOTA, 1981, p.183: "a única forma pela qual (a classe média) conseguiu compatibilizar aquela convicção democrática com o governo autoritário foi a tese lacerdista do governo de emergência".



sensíveis das aspirações gerais e, portanto, delas se origina, recaindo sobre o governo e sobre os partidos, certo número de solicitações e pressões nacionais a exigirem uma capacidade de liderança sem a qual os problemas não se conduzem e as soluções não se logram".<sup>14</sup>

Descrevendo suas memórias sobre as tarefas executadas no norte do Estado do Paraná, no ano de 1950, um militante camponês do PCB ofereceu informações sobre a posição política adotada pelas classes médias da região quanto a colaborar com reivindicações populares. Na preparação de uma greve "em Londrina, tivemos uma ajuda muito forte da pequena burguesia. Eu observei que a pequena burguesia de lá era muito grande. Entre os médicos, engenheiros e advogados tinha muitos que eram pelo menos simpatizantes, que davam todo o apoio logístico: casa, comida, dinheiro, transporte, e tudo". Para comemoração do 1º de Maio, não fora difícil organizar uma passeata, tendo o dinheiro vindo de "uns lojistas que eram simpatizantes. Tinha uma loja que deu pano também. Usamos aquilo para fazer as faixas contra a guerra da Coreia e pela libertação da Elisa Branco, a favor do dia do trabalhador e outras palavras de ordem". No entanto, a forma de militância caracterizava-se pela circunspeção, o que aos olhos do militante beirava a covardia, o desfibramento. As classes médias não iam às ruas: "Não saíam por uma questão deles, preconceito mesmo. Era uma coisa que a gente tinha que compreender porque eram bons amigos, bons aliados: mas a raça eles não davam".<sup>15</sup> Um entendimento assim, digamos, instrumental das classes médias, não é de estranhar, pois aos olhos do militante comunista colocado na frente de "batalha" o desprendimento, a garra ou raça, deveriam mesmo ocupar as preocupações que nas classes médias chegavam sob a forma de reflexão carregada pelos seus limites sociais, sob a forma de sopeso das atitudes e a avaliação dos envoltivos em correlação às eficácias.

O que não auxilia o entendimento do comportamento político das classes médias é a sua abrupta exclusão da cena, por meio

14 LIMA, 1957. p.55-6.

15 WELCH & GERALDO, 1992, p.118.

de uma proposta de análise que vê a ação social efetiva apenas "nas classes fundamentais do capitalismo". Isto é, uma análise que parte do pressuposto de que as classes médias estavam simplesmente incapacitadas de enxergar a verdade: "A rigor, os limites de sua ação sindical são condicionados pela sua impossibilidade de 'viver' a fundo o processo de exploração da força de trabalho e de apreender a natureza profunda do Estado capitalista: a expressão mais abstrata e universal da dominação dos proprietários do capital. Na sua luta contra o 'mau patrão', esses grupos apelam para o Estado; mas eles o concebem essencialmente como o árbitro ou a instância suprema capaz de resolver o conflito na empresa mediante a imposição de uma decisão justa".<sup>16</sup>

Os militantes do PSB-SP, em geral, em suas manifestações de oposição ao regime político posterior a 1945, tendiam a analisar as classes médias como tão esmagadas econômica e politicamente quanto os operários. Em seu período final, o correspondente aos anos 60, como já vimos, o PSB viveu uma etapa de radicalização em que pretendeu representar exclusivamente os trabalhadores. Porém, tal pretensão nem provocou qualquer alteração em sua composição interna, nem o obrigou a abandonar os itens pontuais que em seu programa referiam-se às classes médias. Em geral, os socialistas percebiam-nas como potencialmente aliadas para implantação de medidas socialistas democráticas, não obstante enfatizassem o caráter multiforme de suas manifestações políticas. Mais ainda, muitos entre os membros do PSB, mesmo definindo "o proletariado" como a classe revolucionária por excelência - numa adesão formal ao ideário marxista ortodoxo - reconheciam-se componentes das classes médias e procuravam refúgios teóricos para se autojustificarem engajados numa luta socialista. Outros, livres da exigência metodológica, atribuíam àquelas camadas um papel preeminente, não temendo abjurar o dogmático porvir proletário: "Sentimos que a pequena burguesia - classe esmagada pela atual política econômica - pode tornar-se, cada vez mais, no Brasil, aliada sincera e eficiente do proletariado

16 SAES, op. cit., p.114.

nesta luta democrática pelo Socialismo e a liberdade, na medida em que se intensificar a sua compreensão dos fenômenos sociais de que é protagonista". Diferentemente da interpretação da "pequena burguesia" como classe amorfa ou reacionária, socialistas viam-na revolucionária: "No Brasil a situação é... complexa, e assim como vemos nos proletariados retrógrados dos países sul-americanos, um perigoso elemento para explorações fascistas... vemos na pequena burguesia um elemento que pode assumir atitudes revolucionárias".<sup>17</sup>

Cid Franco, primeiro vereador socialista a assumir mandato na Câmara Municipal paulista, explicitava os termos de indignação diante da burguesia, logo em seu discurso de posse: "O PSB tem um fim exclusivo: o bem público. Mas não consideramos 'bem público' os interesses da burguesia... e sim, os interesses da imensa maioria da população, isto é, os interesses do proletariado e os interesses da classe média, esta também economicamente esmagada pela situação que atravessamos".<sup>18</sup> E, pouco após, falando da mesma tribuna, ajuntava: "O proletariado e a classe média do meu país, a imensa maioria sofredora do povo, vai sendo esmagada por uma situação econômica insolúvel no regime de contradições, explorações e injustiças que vivemos".<sup>19</sup>

Mas era preciso desfazer a confusão entre setores de classe média explorados e outros coniventes com os exploradores, pois eles existiam. E a burocracia estatal se constituía em terreno fértil para tais esclarecimentos: "o grosso do funcionalismo público... conhece as agruras da miséria, da indigência e do próprio desespero... (A sua luta para) obter reajustamentos, aumentos e reclassificações de vencimento... é perfeitamente justa". O que repugnava o socialista eram as reivindicações de "uma casta de parasitas, de gente nomeada a dedo pelos potentados..., os membros da camada superior designados pelas últimas letras da escala

17 *F. S.*, 15.12.1947. Em maio de 1962, Corrêa disse: "a luta contra o imperialismo... repousa sobre as camadas sociais que se opõem naturalmente ao capitalismo: o proletariado, o campesinato, a classe média...".

18 *F. S.*, 7.2.1948.

19 *F. S.*, 10.3.1948.

de vencimentos, os 'drs' U, V, X, Y, Z... (que ao se unirem aos demais nas reivindicações) causam a repulsa do povo, o desespero dos seus inferiores e a universal condenação". Não se tratava de um grupo aleatório ou rebelde aos interesses da dominação, mas próprio da formação de classes da sociedade capitalista, proposital: "um corpo de defensores, uma espécie de corpo de polícia... uma casta de beneficiados dispostos a tudo para defender o governo que lhes paga o salário polpudo".<sup>20</sup>

Entretanto, as classes médias se apresentavam como um material de difícil interpretação por parte dos socialistas, pois com elas viviam relações contraditórias. E neste caso, é possível que as imagens estampadas na *Folha Socialista* possam oferecer meios mais eficientes para qualificá-las do que as palavras oficiais do Partido. Em posição de muito destaque dentre as suas páginas o jornal estampou, em diversas oportunidades, instantâneos de comícios para documentar a adesão popular às suas palavras de ordem. Uma dessas fotos mostra concentração ocorrida no Largo Sete de Setembro para comemorar o Primeiro de Maio de 1949. O texto refere-se ao comparecimento de três mil pessoas e o clichê corrobora mostrando uma multidão. Mas é o próprio PSB que se vê ali retratado: há uma massa popular organizada, as pessoas guardando entre si distâncias suficientes para cruzar braços ou neles portar, confortavelmente, um casaco. A maioria trajando terno e gravata, e se isto não faz aparentar riqueza, impede a identificação com pobreza. Poder-se-ia observar que a classe operária do período, diferentemente de épocas anteriores, guardava hábitos de vestimenta e condições econômicas que permitiriam assemelharem-se à moda burguesa. No entanto, outros cuidados não autorizariam a reflexão. Alguns dos figurantes trazem um lenço no bolsinho do paletó e muitos apresentam uma fisionomia asseada e circunspecta, sugerindo atenção respeitosa aos oradores. Verifica-se a presença de poucos negros e nenhuma mulher entre os espectadores dispostos nos primeiros planos do instantâneo. Os jovens também parecem ser poucos, podendo a maioria

20 F. S., 20.1.1949, "Pequenos funcionários e o alto funcionalismo", Fúlvio Abramo.

ser classificada como de homens maduros. Os chapéus estão presentes mas geralmente as pessoas aparecem descobertas, denotando uma relação de acompanhamento preciso da moda, que já iniciava por exigir, como elegância, o repúdio a esta antiga peça da indumentária masculina. Sem outra atração do que as idéias apresentadas pelos oradores - a foto e o texto sugerem - a multidão manteve-se inerte ao longo do evento, bem comportada: "Apesar dos 14 oradores terem demorado na tribuna pelo espaço de duas horas e meia, a massa popular... lotando integralmente o largo Sete de Setembro e imediações, permaneceu atenta às palavras dos oradores socialistas que... traduziram para seus companheiros trabalhadores o significado daquela comemoração". A atenta observação dos presentes ao comício leva a contraditar o texto na parte em que qualifica os espectadores como "companheiros trabalhadores", uma expressão mais apropriada às portas de fábrica ou aos interiores amesquinhados dos sindicatos proletários. Homem, branco, vestido com cuidado, cultivando visíveis hábitos de higiene, marcado por um comportamento comedido, eis o simpatizante presente ao comício socialista. Eis também o espelho no qual o PSB-SP se observava, mas não se reconhecia completamente. No entanto, trata-se de um retrato que poderia ser o do próprio Partido, cuja luta para ir além do âmbito das classes médias resultava como exercício de retórica renitentemente infrutífero. Em contraposição, o texto fazia referência a ter o comício significado "o verdadeiro caráter de mobilização da classe trabalhadora em torno da luta pelos seus direitos". E o futuro pintado a partir desse "evidente sucesso" surgia auspicioso, a ponto de provocar arroubos de otimismo *na Folha Socialista*: "O comício do primeiro de maio marcou uma data memorável nos anais do Partido Socialista em São Paulo. Se a palavra dos oradores socialistas tiver sido bem aprendida pela massa popular que lá se encontrava, em breve, movimentos autonomistas eclodirão por todos os setores da classe operária de São Paulo, e então veremos, finalmente, o despertar dos trabalhadores para aquelas tarefas que lhes estão reservadas". O discurso estava fora de foco, pois falando às classes médias imaginava dirigir-se a proletários; buscando entender os trabalhadores, acreditava poder ensinar-lhes o cami-

nho do despertar, da salvação. A partir daí, tal como o discurso, também o Partido desconcertou-se na busca de representação do operariado.<sup>21</sup>

## CAMPONÊS RESSURGIDO

Para os socialistas democráticos, os problemas do campo brasileiro sempre se constituíram um atrativo intelectual - entendê-lo parecia-lhes fundamental - mas a distância com respeito à área rural nunca foi completamente superada. Com exceção do período marcado pela divulgação continental dos acontecimentos ligados à Revolução Cubana - e a figura de militante heterodoxo de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas no nordeste, cuja ação independia completamente do PSB - o mundo rural desempenhava o mesmo papel que uma variável numa equação matemática: algo a ser considerado dentro da lógica revolucionária, porém não propriamente vivenciado, mesmo que para isso muito se empenhassem os militantes. Partido de intelectuais urbanos, por excelência, o PSB tomava o habitante da área rural como "outro", arredio e longínquo. Durante muito tempo os socialistas de São Paulo adularam, no dizer de vários de seus militantes, o único operário - Luiz Lobato - que sempre se manteve fiel à agremiação. Pois bem, tal não poderia ter ocorrido com um camponês, pois nem um só integrava, assiduamente, suas fileiras. É bem verdade que até mesmo nos Estatutos do Partido havia atribuição específica para o Secretário Sindical "estimular a organização de associações rurais", e muitos documentos foram elaborados tendo como objeto o trabalhador do campo, mas no conjunto das ações partidárias transparece o alheamento ao qual nos referimos. Não são poucos os artigos de *Folha Socialista*, escritos ao longo de décadas, que tratam do campo, contudo em sua maio-

21 15.5.1949, foram oradores: Hozair M. Marcondes, Cícero Viana, Elídio Fernandes, João da Costa Pimenta, João Soares, Geraldo C. Oliveira, Cid Franco, Monteiro Gondin, Marcelino Serrano, Luiz Lobato, Domingos Teixeira, Sofia C. Teixeira, Aristides Lobo e Oliveiros Ferreira.

ria cuidam de generalidades. Até pelo linguajar empolado com que se referiam ao assunto, denotam a maior importância atribuída à questão teórica do que ao encaminhamento de sugestões hauridas da prática. O jornal, órgão de divulgação das teses e propostas da Seção-SP, sediada na capital, não podia atingir leitores rurais, nem intermediários entre a voz do militante articulado e os interesses do pequeno agricultor, meeiro ou peão.

Entretanto, o tema da reforma agrária preocupou vivamente os socialistas, que reconheciam no processo variadas possibilidades. Por isso trataram do assunto como uma questão aberta e apresentaram múltiplas formas de realizá-la. É importante notar que seu projeto de sociedade harmônica, de conquista de plenos direitos aos cidadãos, não estaria satisfeito se as questões do campo ficassem relegadas.

Muitas vezes temeram aquilo que chamavam de progresso das técnicas agrícolas que poderia provocar uma mais profunda exploração do homem do campo, mas constantemente escreviam no sentido de exigir a extensão dos direitos trabalhistas ao campo e a admissão de uma ampla e abrangente sindicalização rural. De qualquer forma, a solução dos problemas, insistiam, só viria com a implantação do socialismo, e esta começaria no momento em que uma aliança entre operários e camponeses forçasse a criação de unidades de produção coletiva no campo, espécies de kolхозes brasileiros. Aqueles seriam os veículos, estas a solução dos problemas.

Durante os últimos anos da década de 1940, a questão foi assim posta e assentada. Na década seguinte não lhes pareceu necessário proceder a alterações no que estava consolidado como princípios do Partido para a área rural, e o debate só veio a ser reaberto por ocasião da Revolução Cubana e da criação das Ligas Camponesas, que com muito orgulho os socialistas declaravam terem sido criatura de um seu filiado. Nesse momento o personagem camponês voltou à baila, pois no interregno o Partido o tratara - e talvez as esquerdas brasileiras, em geral - como incapaz de se movimentar, por estar mergulhado no atraso e na miséria. Nos anos 50, ele não contava para a revolução. Mas nos 60, o PSB respirava o ar da revolta e então jovens militantes, mal saídos de

suas universidades, ganharam as estradas que levavam ao interior e ao litoral à cata de caipiras e caçaras para com eles dar início ao "irreversível" processo de formação de Ligas redentoras. Eram os tempos da SUPRA e do futuroso governo Jango.

Nos primeiros anos de existência do Partido era tal a importância do tema que, para alguns de seus intelectuais, pouca coisa poderia ser feita de útil no Brasil se o Estado não considerasse a situação aflitiva da maioria de sua população. Corria o final dos anos 40 e o país era ainda "essencialmente agrário". Mesmo a defesa nacional deveria estar subordinada a esta exigência maior. Procurando defender este ponto de vista, Antônio Costa Corrêa criava um enunciado que muitos anos após, durante o período militar, serviria como pensamento padrão da esquerda para condenar os investimentos militares da ditadura: "Para que desperdemos grandes somas em compras de armamentos?... a única força de uma nação está na sua potência econômica e no padrão de vida do seu povo. No Brasil, a situação econômica vem se agravando continuamente... o empobrecimento das massas, de pauperamento físico e moral das populações, a mortalidade infantil, progridem sem parar. Quer dizer, o Brasil está cada vez mais fraco. E, por isso, de nada vale adquirir mais armamentos, se o governo pretende consolidar a 'segurança nacional'. Um povo de doentes como é o brasileiro, com toda a sua população dos campos roída pela maleita, pelo amarelão, pela tuberculose... é um povo antecipadamente vencido".<sup>22</sup>

Entretanto, ao longo da história do PSB em São Paulo, o maior centro produtor de moções socialistas, dois intelectuais primaram na análise da questão agrária e estabelecimento de diretrizes para tratá-la: no início, Fúlvio Abramo, posteriormente, Paul Singer. Aquele chegou mesmo a ocupar por breve e frustrado período, em uma conjuntura que descrevemos anteriormente, o cargo de chefe do abastecimento da Prefeitura de São Paulo, numa tentativa de realizar algo palpável em relação à política que pleiteava.

22 F. S., 5.10.1948.



Entre os esforços a que nos referimos acima, consta a elaboração, em 1948, por Fúlvio Abramo, de um "Anteprojeto para o aproveitamento das áreas agrícolas abandonadas em torno das cidades",<sup>21</sup> que se transformou em matéria de discussão obrigatória em todos os núcleos do Partido no Estado e no país. Tal documento deveria ser apresentado às Câmaras Municipais, pelos vereadores socialistas,<sup>24</sup> a fim de que pudesse ser implantado. Isto não ocorreu, não obstante as precauções tomadas pelo elaborador para que o anteprojeto não se chocasse excessivamente contra o sistema capitalista e assim reunisse condições de realização. É bem verdade que a execução do anteprojeto provocaria alguma reforma agrária, pois abarcava "as propriedades particulares improdutivas, distantes das vias de comunicação de primeira classe". O objetivo central era a "criação de um anel hortícola de abastecimento da população urbana... (pela utilização) de todos os terrenos não aproveitados nem incluídos em planos urbanísticos, redes ferroviárias, devolutos ou de propriedade particular não aproveitada durante os cinco anos anteriores à promulgação do presente decreto; terrenos de propriedade da Prefeitura...ou, ainda, do Estado". Estariam excluídos da concessão "os bosques naturais ou as zonas reflorestadas", além das margens dos rios, o que evidenciava uma preocupação com a preservação ecológica, incomum naquele tempo.

Apesar do objetivo de abastecimento em geral, o autor do anteprojeto considerava como destinatários da produção ali realizada somente os próprios trabalhadores envolvidos no projeto, a fim de que não se prestassem eles a exploração de terceiros, isto é, não se destinasse o produto ao mercado. O anteprojeto carregava consigo idéias ingênuas, próprias do século XIX, quando os socialistas pensavam em formar colônias autônomas em relação ao sistema econômico, que liberassem seus membros do fardo capitalista. O quanto de New Harmony, falanstérios ou Icária havia

23 F. S., 5.9.1948.

24 A 2ª Convenção Estadual do Partido (set. 1948) aprovou o anteprojeto que foi então levado à Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador Cid Franco.

no pensamento de Fúlvio não é uma questão quantificável, é uma herança do movimento operário internacional que se distribuiu como as formas de um caleidoscópio. Talvez por isso, apenas indiretamente a execução do anteprojecto serviria à solução do abastecimento em geral, como uma vantagem marginal: "a produção de legumes, cereais, laticínios etc. (seria) destinada exclusivamente ao consumo local, e, quando houver excesso (ocorrerá) sua distribuição em cidades atingidas pela escassez desses mesmos produtos... Não se permite nesses terrenos o plantio de espécies industriais... para óleos alimentícios... A sua produção deve ser destinada precipuamente à alimentação humana".

Com relação à alteração do regime de propriedade o anteprojecto era confuso, justamente na medida em que visava não ferir profundamente o direito consolidado. Observe-se a tentativa de conciliar interesses tornados inseparáveis pela própria arquitetura do projecto: "A propriedade do solo continuará de posse do proprietário primitivo. A propriedade do produto será do produtor directo (trabalhador braçal), organizado em cooperativas autónomas de produção, e não destas ou nem do proprietário do solo. O prazo mínimo de exploração será de dez anos. O proprietário primitivo ressarcirá o trabalhador pelas benfeitorias realizadas por conta deste. Quando o proprietário primitivo concorrer para as despesas das benfeitorias necessárias... o trabalhador braçal ressarcirá o proprietário primitivo". Referia-se, ainda, à prioridade do trabalhador braçal numa eventual compra do terreno.

Por outro lado, pretendendo alterar hábitos e procedimentos sociais arraigados, o anteprojecto legislava sobre o tipo de produção e sobre a organização do trabalho: "a exploração será de carácter intensivo e de policultura, nunca monocultura... Os trabalhadores serão organizados em cooperativas de produção e distribuição. As cooperativas só poderão ser formadas pelos próprios trabalhadores, com exclusão rigorosa de todos os capitalistas, empregadores, meeiros, empreiteiros etc. Será evitada... a forma de sociedade anónima capitalista que adquiriram as cooperativas no Brasil". Tantas e tais eram as mudanças ambicionadas, que o autor do anteprojecto, ao final de sua redacção, recomendava

obter todo o apoio das prefeituras onde ocasionalmente ele viesse a ser implantado, já que lhe seria imprescindível contar com um grupo significativo de "técnicos engenheiros, centros médicos, educacionais etc". A questão nos remete à ambigüidade da pretensão, pois, ao mesmo tempo em que procura alterar o *status quo* que lhe parecia resultante da imobilidade estatal, devaneia sobre a improvável participação de recursos e pessoal desse mesmo Estado, definido como inacessível a qualquer demanda social.

Meses após a propositura do anteprojeto, Fúlvio Abramo voltava à carga contra as condições imutáveis do campo paulista. Provavelmente por desilusão o tom da voz se alteava, suas críticas tornavam-se mais acerbas, num artigo todo marcado por contundentes denúncias e pela convicção, agora definitiva, de que o capitalismo no campo era um mal abrangente, cuja amenização exigia extirpação por completo.<sup>25</sup> Era preciso infligir derrotas ao fazendeiro ganancioso que "enquanto corre atrás do financiamento, a terra e o trabalhador continuam no desamparo... (Ao governo, cuja) secretaria de agricultura envia caravanas de técnicos às principais zonas produtoras... (Às associações patronais) que berrem, clamam por dinheiro: financiamento, financiamento! Comissões de deputados vão ao Rio entender-se com o Presidente da República... (e só) fazem as mais sombrias afirmações... o café vai mal, idem com o arroz... Na realidade, todo esse estrondo infernal, essas medidas e essas soluções, essas promessas de financiamento, esses créditos, na realidade, isso tudo não resolve a candente e grave e trágica situação da agricultura paulista e brasileira... O governo não pode atender senão ao apelo dos fazendeiros. Não poderá, em virtude de sua essência capitalista, atender às necessidades dos verdadeiros criadores da riqueza da terra, os trabalhadores braçais...".

No fim das contas, desgostoso com o desinteresse pelo seu anteprojeto, satisfazia-se em criticar o capitalismo, genericamente, e apoiava-se numa argumentação moral contra os proprietários, em que a própria terra se tornava personagem da explora-

25 F. S., 20.11.1948.

ção, portadora de uma vida que o fazendeiro sugava até a morte. Indignado, observava ainda que o mal cometido pelos fazendeiros era irreparável, incapaz de se alterar: "criar uma situação que lhe garanta o futuro juntamente com o futuro da terra e do homem que para ele trabalha? O PSB não o considera possível. Porque sob o regime capitalista de produção, o campo está fadado a manter-se atrasado e retrógrado... O fazendeiro não produz para as necessidades de seu povo, mas apenas para o seu próprio enriquecimento... (Melhorias mesmo) só quando cada trabalhador puder dispor... do produto de seu próprio trabalho, só quando o programa agrário do PSB começar a ser aplicado...".

No ano seguinte, Fúlvio seria encarregado de elaborar um relatório que contivesse a política agrária do PSB-SP, tarefa de que se desincumbiu com presteza, c a Conferência Estadual realizada em Jaú, em março de 1949, aprovou-o sem emendas. Como exigia a formalidade de documento de um partido autodenominado marxista, todo seu início era dedicado a uma análise socioeconômica da situação do trabalhador no campo onde repisava informações sobre as carências de liberdade, terras, instrumentos, leis reguladoras das condições de trabalho etc.

Quanto às reivindicações, faziam-se as mais amplas e exigentes, de tal forma que o leitor da *Folha Socialista* em busca de comportamentos objetivos, de uma ação socialista persuasiva, poder-se-ia perguntar: como? em que prazo? contando com quais apoios? Exigia-se modificação urgente da propriedade; extensão de todos os direitos da legislação trabalhista ao trabalhador rural; criação de poderosas associações da classe trabalhadora rural; reforço do poder administrativo e político dos municípios para implementação das medidas. No capítulo dos "projetos práticos", o grau de alheamento não era menor: criação do Departamento Agrário das municipalidades; criação, em todos os municípios, de equipes médicas; criação de postos móveis de puericultura; criação de uma comissão encarregada de fiscalização dos decretos nascidos da aprovação destas idéias pelo poder Executivo Estadual. Enfim, depreende-se da leitura deste programa agrário de 1949 que o Partido Socialista procurava aplicar fórmulas estereotipadas, não porque a elas se aferrasse inflexivelmente, por dou-

trina ou convicção, mas justamente porque via muito de longe o assunto a ser analisado. Tanto é válida a observação, que a única das "medidas práticas" realmente introduzida foi a apresentação pelo deputado Hermes Lima de um projeto de lei à Câmara Federal, estendendo os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais.<sup>26</sup> Os socialistas de São Paulo comentavam esta apresentação acompanhando-a de um repto no mínimo pueril: "Assim poderá o povo ver se os deputados que têm assento no Palácio Tiradentes são de fato representantes do povo, ou dos interesses da classe dominante... Vamos ver se a velha e decadente aristocracia brasileira ainda tem forças suficientes para impedir a aprovação deste projeto socialista".

Na verdade, ao incorrer nessas generalidades e radicalismos incongruentes, o PSB deixava de seguir as recomendações de um velho militante socialista democrático, Francisco Giraldes Filho, que analisando o comportamento do governo, e mesmo da esquerda, recomendava maior coleta de informações, mais conhecimento específico, e não pautar a defesa da reforma agrária em idéias rudimentares: "Procuram os políticos... resolver esse problema com o simples parcelamento do solo, multiplicando o número de proprietários. Essa tem sido a solução preconizada pelos comunistas e pelos conservadores, solução que vibrou nos discursos de Prestes, na plataforma de Mário Tavares e na recente mensagem do General Dutra, enviando à Câmara um anteprojeto de lei... Sem estudar, todavia, a terra, no variado de sua composição, na irregularidade de sua superfície, na diferença de seu valor, alterado pelas distâncias; sem estudar os homens, que vivem nos campos, quanto à saúde, ao grau de cultura, aos instrumentos primitivos que possuem e, sobretudo, ao sistema de produzir, não é possível a elaboração de uma lei agrária".<sup>27</sup>

Mais ou menos o mesmo equívoco denunciado por Giraldes, de superdimensionamento das forças próprias e de crença que propostas de esquerda encontrassem repercussão imediata, já ocorrera com o Partido em São Paulo, quando a Comissão Estadual

26 F. S., 15.5.1949.

27 F. S., 15.7.1948, "Pela reforma agrária".

tomara conhecimento da promoção pelo governador Adhemar de Barros e seu secretário Hugo Borghi do denominado 1º Congresso Rural Paulista. Isto é, o Partido sugerira naquela ocasião que os trabalhadores presentes ao encontro fizessem, entre outras, as seguintes reivindicações: "socialização progressiva da terra, realizada segundo a importância demográfica e econômica das regiões e a natureza da exploração rural... Organização de fazendas do Estado e fazendas cooperativas, assistidas estas, material e tecnicamente pelo Estado... Parcelamento das terras do Estado em pequenas porções de usufruto individual, onde não for viável a exploração coletiva... Extensão dos direitos, chamados sociais, aos trabalhadores dos campos..."<sup>28</sup>

Não somente as reivindicações extrapolavam as suas possibilidades de real implantação, como a própria forma de se referir e procurar transmitir idéias sobre a situação do trabalhador rural revelavam a inexperiência em relação ao assunto. Mesmo que, no plano da retórica, os pensadores buscassem afirmar sua competência para tratá-lo: "A paz e a tranquilidade da Nação só estarão asseguradas, quando assegurado estiver o direito do trabalhador rural, do braço que revolve a terra para tirar-lhe do seio os seus produtos, aquilo que constitui verdadeira riqueza... Quem conhecer como nós conhecemos a vida dos nossos trabalhadores rurais, mal nutridos, mal vestidos, abandonados, à mercê de febres e de enfermidades várias, sem instrução para a sua prole, e, se tanto não bastasse, vergados sob o peso da exploração de padrões desumanos, dar-nos-ão razão, quando dissermos que não há solução para o problema agrário sem que primeiro sejam debelados aqueles males".<sup>29</sup> Os autores deste libelo de eloquência distante representavam o socialismo em Araçatuba, região rural de grande importância no Estado e mesmo assim não encontravam um motivo local sequer para situar seu discurso. Preferiam noções genéricas.

28 F.S., 10.3.1948.

29 F. S., 10.6.1948, "A questão agrária no Brasil", Juvenal R. Dias e Miguel Oliveira.

As condições de diálogo e entendimento com as populações camponesas eram bem diversas do que tais reivindicações deixam entrever. Afora a relação paternalista e tuteladora de políticos como o governador em questão, o trabalho dos militantes de esquerda se fazia com dificuldades e percalços de que provavelmente os socialistas nem sequer se davam conta. Irineu Luiz de Moraes, militante comunista precursor do trabalho político no campo de São Paulo, justamente nos fins dos anos 40, dá bem a medida de como além de solitário e moroso, o contato ocorria fora do discurso informado, estranho ao âmbito das palavras de ordem, marcado pela típica "desconfiança do caipira". Eram as relações pessoais, ligações informais com pessoas que lhe permitiam, cuidadosamente, tocar em questões de teor político: "A gente ia dando exemplo e aí começava a reunião. Foi assim mesmo em Valparaíso. Cheguei sozinho e não tinha onde me apegar. Fui conversando com os trabalhadores sobre a situação deles nas fazendas de café. Eles contavam algumas coisas, bem acanhados, mas contavam. Eu dizia: 'que tal se montassem uma organização para lutar contra isso'".<sup>30</sup> As reivindicações tinham de ser bem simples, muitos passos antes da análise política ou da proposta coordenada de ação geral: "Quase todas as fazendas davam terras para os colonos trabalhar, um quintal para fazer uma horta, criar um porco - para subsistência. Era dado de graça. A (fazenda) Agua-peí não dava. Então a reivindicação era essa: exigir da fazenda um pedaço de terra. Levantamos outras reivindicações também... Elas incluíam: a melhoria das condições dos colonos no trabalho com o café: férias, oito horas diárias de trabalho e tal".<sup>31</sup> Conta o militante, que era preciso também enfronhar-se nos meandros dos interesses específicos dos lavradores e não ficar apenas nas definições teórico-intelectuais do trabalho revolucionário: "se fosse levantada uma reivindicação diferente dos interesses deles, eles não aceitariam. Se você falasse em ideologia e tentasse convencê-los, sem que antes tivessem aceitado lutas pelas reivindicações, eles não aceitariam a ideologia de jeito nenhum. É o caso da reforma

30 WELCH & GERALDO, op. cit., p.127.

31 Id. *ibid.*, p.130-1.

agrária, ou seja, falar em reforma agrária no meio dos cortadores de cana sem que eles tenham um preparo político ou ideológico, político principalmente - eles não aceitam a idéia. Não aceitam por mais detalhes que você der".<sup>32</sup>

Entretanto, nesse aspecto, o PCB sofria de males semelhantes aos do PSB e muitas vezes as suas organizações rurais tinham apenas fachada e função burocrática interna.<sup>33</sup>

Mas não existia unanimidade absoluta no PSB: havia exceções entre os socialistas quanto ao conhecimento dos problemas do campo. No entanto, elas só ocorreram quando o assunto era tratado a partir da óptica do empresário. Isto é, ao solicitar do Estado mudanças na política agrária, membros do PSB - naquele momento - demonstraram conhecimento preciso dos obstáculos interpostos à produção, e conseguiram destrinçar as questões, mostrando maior intimidade com elas. Foi o caso dos representantes da Comissão Municipal de Caçapava, Aristides Prado e Pedro L. Vieira Jr., que em seu relatório analisaram as dificuldades da produção de leite em sua região e de forma perspicaz encaminharam soluções específicas: No Vale do Paraíba "...grande área de terra é ocupada única e exclusivamente pelo gado (que é criado solto), não cuidando o fazendeiro de qualquer cultura, mesmo a de forragens. Disso decorre um desequilíbrio na produção anual de leite, havendo muito leite na época das águas, e pouco na seca. Supõem os atuais fazendeiros que quanto mais pasto houver mais gado haverá. O certo seria ter gado em menor quantidade, mas mais produtivo, tratado mais racionalmente e que ocupe menos área de terra". Segundo os autores, o óbice maior era a monocultura, daí que se os fazendeiros modernizassem a produção de leite haveria terras para a policultura, desde que o Estado incentivasse: "Urge que sejam tomadas providências... para onerar as terras não cultivadas com impostos progressivos". Plei-

32 Id. *ibid.*, p.151.

33 Id. *ibid.*, p.132: Irineu relata como sua luta se apoiou na disposição individual e de companheiros abnegados. O PCB, como organismo, mantinha-se cuidando mais de formalidades como a ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil que era uma organização de cúpula.



teavam, também, que o Estado intervesse com mais competência na distribuição de sementes e chegaram a ridicularizar o serviço prestado: "O cidadão desejava plantar couve-flor, prepara a terra com os adubos apropriados, e com grande espanto vê nascer chicória. O descaso com que as repartições oficiais tratam a agricultura somente poderá contribuir para o abandono da terra". Ainda para fomento à produção demandavam "isenção de impostos para às matérias-primas importadas, que entram na composição dos adubos". As máquinas agrícolas e ferramentas, propunham que "o Estado (as) forneça a preços de custo e com facilidade de pagamento".<sup>34</sup>

Justamente de reforma agrária era o que o PSB mais queria saber, neste momento. Tendo realizado a sua IV Convenção Nacional, no Rio de Janeiro, entre 14 e 17 de outubro de 1949, o Partido deu relevância especial ao tema da política agrária no conjunto das discussões. E foi tal o peso do assunto, conforme Febus Gikovate - um dos representantes paulistas presente ao encontro - que, a partir daquela data o PSB gostaria de ser reconhecido como o Partido da Reforma Agrária: foi "Mário Pedrosa que, mais de perto, tocou no âmago da questão. Disse ele que a sorte das nossas instituições democráticas está subordinada à reforma agrária. Sem uma reforma agrária, a nossa democracia não terá jamais base suficiente, ampla e sólida, e o nosso regime oscilará entre a ditadura militar e a democracia aparente".<sup>35</sup> Uma comissão de cinco membros foi nomeada para dar andamento a um projeto de lei que pudesse ser apresentado, viabilizando a reforma. Quando o governo federal, em 1952, por meio de uma Comissão Nacional de Política Agrária, constituiu as suas "Diretrizes para uma reforma agrária no Brasil", o socialista Hermes Lima compunha tal Comissão - numa demonstração de que a contribuição do Partido, pelo menos de membros individualmente, se estendia até o poder de Estado. Mas a experiência não comprova senão o esforço dos membros do Partido, pois os resultados foram tão pífios que o próprio professor de direito constitucional, advogado de

34 F. S., 10.6.1948, "Reivindicações no Campo".

35 F. S., 1º. 1.1949, "Convenção de Outubro".

mudanças pela lei, deixava entrever um futuro mais explosivo para o problema: "Reforma agrária, tema básico no elenco dos problemas nacionais... é empreitada difícil porque acarreta transformações no estatuto técnico e jurídico da terra. Como um dique represador das águas, a resistência à reforma agrária acumula idéias, tentativas, órgãos técnicos, toda uma legislação parcial, de superfície, até que um dia se esboroe, por bem ou por mal, o paredão obstrutivo do pensamento regenerador do trabalho agrícola".<sup>36</sup>

Considere-se que a intenção do Partido era fazer caminhar o processo de reforma agrária, não pelo movimento diretamente ligado aos trabalhadores rurais, mas pela obtenção da concessão facultada pela lei e, posteriormente, procurar influir na aplicação do dispositivo legal - pensamento neste sentido era exatamente o que justificava, por exemplo, a presença de Hermes Lima na Comissão antes nomeada. Considere-se também que a interpretação da situação nacional, de autoria de Mário Pedrosa, mas aprovada pela Convenção, estava muito próxima de tocar os pontos nodais que atravancaram o desenvolvimento do país nas décadas seguintes e ainda o obstaculizam. Isto permite entender o PSB como valorizador das instituições democráticas e sobretudo da via parlamentar para o encontro de soluções sociais, o que, repita-se mais uma vez, significou manter uma coerência ideológica à qual outros partidos não se subordinavam. Em 1964, uma unanimidade em torno desses pontos, mesmo na esquerda, fez falta ao país. No entanto, e ao mesmo tempo, essas qualidades apresentam-se como índice do alheamento do PSB com relação à luta social direta - a característica mais saliente neste período da sua história.

Por razões semelhantes, qualquer aproximação do Partido com trabalhadores rurais era vista como portadora de um futuro auspicioso e capaz de colocar em andamento o "fluxo geral da mudança". Quando a Comissão Executiva Estadual recebeu um comunicado da Comissão Municipal de Pereira Barreto informando que no distrito de Bela Fazenda organizara-se um novo grupo do

36 LIMA, 1978, p.165.

Partido, composto de 26 membros, em sua maioria empregados e colonos da Fazenda da Lagoa, a reação foi de regozijo: "trata-se do primeiro grupo socialista de base agrária, e sua instalação marca o começo da penetração do PSB no campo". O que deveria ser um começo conheceu um rápido fim, pois a experiência não vingou.<sup>37</sup> Meses depois um novo alento, uma nova esperança: o PSB-SP conseguia aproximação de sua militância com trabalhadores rurais. Tal acontecimento ocorreu por meio da Comissão Municipal de São Manoel, mas o Partido, nesse caso, era representado pelo advogado que prestava serviços aos "peões" e não diretamente por militantes de dentro do movimento. Waldemar Godoy, que fora candidato à prefeitura de São Manuel pelo Partido Socialista, estava orientando os trabalhadores rurais a realizarem cobrança judicial de seus direitos de férias. Inicialmente, uns poucos solicitantes procuraram seus serviços, mas depois o movimento se generalizou e em agosto de 1950 já atingia mais de quatrocentos interessados que contestavam seus direitos desta maneira. Espalhada a notícia, acorreram além de interessados da própria região muitos outros, vindos de Botucatu, Jaú, Lençóis, Piraju, Alfredo Guedes e Pederneiras. Formou-se uma verdadeira agitação que foi precipitadamente entendida pelos socialistas como "o primeiro movimento consciente, de massa, de trabalhadores rurais já registrado no Estado de São Paulo. São os colonos e camaradas das fazendas de café, imensas fazendas de café, propriedade privada dos irmãos Barros, dos Melão, dos Rodrigues Alves e outros tiranos exploradores de terras e de homens".<sup>38</sup> A partir disto imaginou-se que o passo seguinte seria a formação generalizada de sindicatos, o que não ocorreu, e manteve o PSB falto de experiências populares.

O impasse perdurou até os anos 60, quando duas ordens de fatores vieram alterar o procedimento anterior do PSB com relação às agitações camponesas. O Partido, em São Paulo, sofreu significativas mudanças na sua organização e na maneira de en-

37 F. S., 20.2.1949.

38 F. S., 20.8.1950, "Irradia de São Manuel poderoso movimento de reivindicações rurais".

tender e conduzir as lutas sociais: abriu-se, internamente, um espaço para que jovens militantes o ocupassem. Mas acima de tudo, ocorreu, no início dos anos 60, uma radicalização das posições políticas por conta dos sucessos da esquerda em Cuba,<sup>39</sup> do movimento camponês-operário na China e dos lances mais próximos da conjuntura nacional. Os socialistas democráticos pareciam ter ouvido tocar os clarins anunciando a esperada revolução. A via jurídico-constitucional para as transformações era abandonada em favor do movimento vivo que provocaria a expropriação das terras improdutivas e a sua distribuição, gratuitamente, aos trabalhadores. A aliança camponesa-operária geraria a mudança necessária. Não bastaria fazer proliferar a pequena propriedade, era modelo incontestado considerar a posse coletiva da terra que se interpretava como capaz de promover aumento da produtividade e a liberação das travas capitalistas: afigurava-se viver a idéia de que as relações de produção entravam em contradição com as forças produtivas. O exemplo, para os paulistas, vinha das experiências pernambucanas no Engenho Galiléia. Era preciso alastrar em todo o Estado de São Paulo o que Francisco Julião fizera por lá.

Aquela geração de socialistas parecia ter descoberto algo novo, que estava ali mas não era visto e acabava por impor-se pela vontade dos atores políticos mesmos. Tal interpretação levou os socialistas a imaginarem que os camponeses seriam capazes de dirigir a sua própria história: "Há algum tempo o problema camponês vem sendo colocado na ordem do dia das discussões políticas. Todavia, as forças de esquerda não se haviam, ainda, apercebido da importância do movimento camponês para a revolução brasileira... Para esta análise defeituosa colaboravam dois fatores princi-

39 F. S., fev. 1962, publicou trecho que elucida o espírito de fraternidade em relação à experiência cubana: "CUBA SOCIALISTA, QUE OS REACIONÁRIOS PRETENDEM ISOLAR E CONDENAR, NÃO ESTÁ SOZINHA NA AMÉRICA. COM ELA ESTÃO TODOS OS POVOS DA AMÉRICA LATINA QUE DESEJAM LIBERTAR-SE DA MISÉRIA E DA TUTELA DO IMPERIALISMO ESCRAVIZADOR. DEFENDAMOS A REVOLUÇÃO CUBANA, SÍMBOLO DA DERROCADA DA PODRIDÃO CONSERVADORA E DA SERVIDÃO COLONIAL NO SOLO AMERICANO" (sic).

país: em primeiro lugar, a concepção de alguns setores que consideravam ser a atual etapa de evolução social brasileira, de transformações nacionalistas... (Assim) a melhoria das condições de vida no campo partiria das próprias classes dominantes do país... (interessadas na reforma agrária). Em segundo lugar, a dificuldade do trabalho político no campo, principalmente num enorme país como o Brasil... Dessa forma, os camponeses começaram lutando sozinhos, quase sem direção. No norte, o companheiro Francisco Julião percebeu, antes do que qualquer outro, a importância do trabalho no campo, e realizou, neste sentido, o que de melhor já foi feito no Brasil".<sup>40</sup>

Nesse despertar internacional para a revolução, o movimento cubano teria contribuído "sobremaneira para que se percebesse aquilo de que é capaz o sofrido e explorado camponês latino-americano", teria sobretudo mostrado a intelectuais e políticos de toda a América que, fosse qual fosse a interpretação assentada do socialismo no leste europeu, uma situação revolucionária muito diferente fora possível e ocorrera no seio de um povo vizinho. Além disso, é de se considerar que a Revolução Cubana significou um desafio sem igual para o "inimigo imperialista", os Estados Unidos, o que contribuiu para tornar continental o problema.<sup>41</sup> Tais idéias animaram o Partido, em São Paulo, a participar da fundação do Comitê Executivo da Primeira Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e de vários encontros de trabalhadores no município de Juquiá, sob a convocação do Sindicato dos Portuários de Santos, no qual o PSB possuía alguma ingerência. Além de políticos locais e representantes do governo do Estado e da Igreja, acorreram a esses encontros sobretudo trabalhadores que tinham problemas de grilagem, na medida em que a abertura de estradas na região valorizava as terras que ocupavam como posseiros. O trabalho do Partido se caracterizou em

40 F. S., "A Situação no campo e as reuniões de Juquiá", L. C. Roque da Silva, nov. 1961.

41 Cf. E. Sader "O influxo da vitória dos revolucionários cubanos foi relativamente maior do que a do triunfo bolchevique...", in: REIS FILHO. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.157.

sugerir-lhes a fundação de uma associação nos moldes das de Julião, pois a revolução era como favas contadas, seria preciso apenas apontar o caminho: "Caem os mitos reformistas da incapacidade, da desconfiança e da apatia dos camponeses e um novo horizonte se abre nesse sentido. O Partido deve voltar-se decididamente para este trabalho em São Paulo, como já fez no Nordeste. As condições de trabalho são árduas e, por isso mesmo, exigem dedicação. Mas alcançar-se-á a vitória".<sup>42</sup>

Entre 15 e 17 de novembro de 1961, ocorreu o Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte. Estiveram presentes 1.600 delegados e muitas autoridades, inclusive o governador local, Magalhães Pinto. O representante do PSB-SP, jovem engenheiro paulistano, Luiz Carlos Roque da Silva, encantou-se com o que viu e vibrou com o caráter radical das propostas que primavam por reivindicar posse imediata da terra. No centro de toda a movimentação pareceu-lhe estar o seu Partido, pela figura do líder máximo do encontro: "Em Belo Horizonte, a voz do camponês brasileiro soou muito alto e soou unida e clara, mostrando à cidade e ao país, que ele já despertou e se dispõe a sacudir seus grilhões. Sobre a maneira como pretende fazê-lo, diziam-no os seus próprios cartazes: NA LEI OU NA MARRA... Quanto a Julião, durante os três dias, o plenário aplaudiu de pé, sempre que seu nome foi citado. Precedia-o a massa nordestina das Ligas Camponesas, com alto nível de politização, dando vivas à revolução".

Julião presidiu uma das comissões do Congresso, justamente a de Reforma Agrária, que condenou todos os projetos preexistentes como inócuos, e tomou a decisão de exigir que as terras fossem entregues gratuitamente aos camponeses, no caso de terras devolutas, e no caso de latifúndios desapropriados, por módico preço. Semelhante proposta era já uma suavização do pensamento do representante do PSB-SP que advogava "a solução final do problema camponês" por meio da expropriação dos latifúndios e da sumária distribuição gratuita da terra à massa camponesa.

42 L. C. Roque da Silva, id. *ibid.*

A influência dos acontecimentos internacionais fora bastante bem explicitada na medida em que o Congresso recebeu cartas contendo moções de solidariedade enviadas de Cuba e da China Popular. O próprio representante do PSB pautava suas observações pelas idéias obtidas em outros cenários que não o brasileiro, e parecia estar relatando acontecimentos como os de *Sierra Maestra*: "O peso do campesinato começa, rapidamente, a deslocar a balança da política nacional para o interior da pátria. E se há os que se assustam, muitos são os que se unem aos camponeses... Decidindo a união entre camponeses, operários e estudantes, as três classes revolucionárias, o Congresso apontou o caminho para o país".<sup>43</sup>

Quatro meses após o Congresso, o PSB-SP, em sua Convenção Regional realizada em 17 e 18 de março, deliberara "dedicar a atividade do Partido à formação, em escala estadual, das Ligas Camponesas, intérpretes reais dos anseios do homem do campo".<sup>44</sup> E no dia 31 do mesmo mês deveria ocorrer, mas foi adiada, a fundação da Liga Camponesa do Estado, na sede do Partido, na Capital. A intenção era reunir as ligas que estavam sendo fundadas no interior do Estado, em regiões como Mogi das Cruzes, Juquiá, Araraquara. Os estatutos da associação central haviam sido adaptados por João Chakian, jovem advogado socialista, tendo por base os documentos de formação das Ligas do Nordeste. Entre os militantes envolvidos nessas tarefas apareciam especialmente os membros da Juventude Socialista: o próprio Chakian, Luiz Carlos Roque da Silva, Zuleika Alvim, Volney de Moraes Júnior, Emir Sader, José e Manoel Carvalheiro. Muitas dessas associações podiam mesmo contar com camponeses em bom número; no entanto, sua formação se dava de cima para baixo e um tanto artificialmente. Quanto aos estatutos das ligas, declaravam a sua isenção partidária. Pode-se notar isto no referente à Liga de Juquiá. *A Folha Socialista* informava que a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Litoral Sul fora criada em 29 de outubro de 1961 e "já conquistou totalmente a confiança dos

43 F. S., dez. 1961.

44 F. S., mar. 1962.

lavradores do município, que hoje se integram nela em grande quantidade". Portanto, a integração foi posterior à fundação, mostrando que a ação de grupos da cidade construía o modelo, para recheá-lo de camponeses posteriormente.

A Liga Camponesa do Estado de São Paulo foi realmente inaugurada em abril de 1962, um ano após os primeiros preparativos. Dela participaram, mostrando um empenho conjunto, não apenas os socialistas democráticos - mas o próprio Julião, os deputados estaduais Jethero de Faria Cardoso e Cid Franco -, mas os comunistas, por meio da sua central ULTAB, representada pelo presidente Lindolpho Silva. A diretoria eleita da Liga teve como presidente José Cumpre e do Conselho Deliberativo, composto por 13 membros, participaram alguns socialistas: Cid Franco, João Chakian e Roque da Silva.<sup>45</sup>

Ficou mais explícito o ardor revolucionário do PSB quando decidiu publicar uma Resolução da Comissão Nacional que procurava dar completo balanço do desenvolvimento da questão agrária no Brasil e indicar um receituário para solucioná-la. Coube ao militante Paul Singer, também membro da juventude socialista, tal evidenciação, que se difundiu entre os simpatizantes por meio de vários artigos publicados na *Folha Socialista*. Em "A questão agrária no Brasil", publicada em dezembro de 1961, as idéias e interpretações não são novidades, mesmo porque tratava-se de um documento partidário cuja finalidade era organizar o pensamento geral do PSB, mas a competência do autor transfere ao texto uma clareza e credibilidade que, esparsas, aquelas idéias não tinham. Por causa de seu caráter paradigmático vale a citação dos principais tópicos do documento:

- "A agricultura, no Brasil, é o setor em que sobrevivem ainda as relações de produção herdadas de nosso passado colonial... O capitalismo tem penetrado... (mas em) poucas áreas, em face da grande maioria de regiões onde ainda imperam relações de produção que guardam analogia com o feudalismo... (Isto tor-

45 F. S., maio 1962.



na o trabalhador) um semi-servo... (que vive) em extrema miséria."

- "O desenvolvimento do país exige uma mudança radical na estrutura agrária. É preciso entregar o uso da terra a quem a trabalha e tornar a agricultura capaz de receber os investimentos que elevem o seu nível de produtividade, e melhore o padrão de vida da população agrícola e façam surgir os mercados para os produtos da indústria nacional em expansão. A burguesia é incapaz de promover esta mudança que se consubstancia na Reforma Agrária... A época de instauração do socialismo, na América, já foi aberta pela gloriosa Revolução Cubana."
- "Por tudo isto a Reforma Agrária só pode surgir como conquista das próprias massas rurais, unidas no movimento camponês. Este se expande e fortalece nos últimos anos... As ligas camponesas que começam a cobrir todo o território nacional, lideradas pelo socialista Francisco Julião transferem a Reforma Agrária do plano do debate técnico para a realidade concreta das lutas sociais."
- "A maior parte dos planos de Reforma Agrária - projetos de lei na Câmara Federal e leis estaduais - pressupõe a entrega ou venda de certas porções de terra a camponeses ou pequenos capitalistas, sob a forma de pequena propriedade. Nas atuais condições brasileiras a pequena propriedade é economicamente deficiente e politicamente reacionária... (No entanto) o movimento camponês... não deixa de respeitar a pequena propriedade, onde quer que ela se tenha mostrado econômica e socialmente profícua."
- "A única saída progressista é a entrega da terra à posse coletiva dos camponeses. Esta posse coletiva deve levar à produção coletiva, em grande escala, única capaz de absorver os investimentos que elevam a produtividade do trabalho da terra. É também a forma de permitir a industrialização do campo."
- "O capitalismo, ao estabelecer a divisão do trabalho entre o campo e a cidade, cria também a separação e o antagonismo entre as populações de um e de outra... O camponês tem seus horizontes limitados pelo seu isolamento. O operário adquire uma visão de conjunto da situação em que se encontra por se

achar no centra dinâmico do capitalismo... (A) aliança operário-camponesa... (deve) ajudar o movimento camponês a se inserir na grande luta antiimperialista e anticapitalista que os explorados de todo o país movem aos seus exploradores... É preciso... esclarecer ao movimento camponês, que a luta contra a estrutura vigente na agricultura só pode ser vitoriosa no contexto geral da luta contra o capitalismo e, portanto, só unidos o trabalhador do campo e da cidade alcançarão a sua libertação final."

O modelo estava dado: a falência do capitalismo no campo brasileiro e a pusilanimidade da burguesia tornaram imprescindível a modernização por meio do movimento social dos próprios interessados - camponeses - que assim tomavam nas mãos a roda da história e a fariam deslocar-se para o futuro. Sozinhos, não poderiam concluir semelhante tarefa, nem dispunham para tanto do discernimento cultural do processo. Os operários viriam em auxílio, direcionando o movimento contra o inimigo maior e externo: o imperialismo. Era da libertação do Brasil que se estava tratando. O modelo marxista estava evidente, com suas estratégias e utopias. A análise sociológica ajudava a entender que o progresso capitalista já fizera sua parte no desenvolvimento. Afinal, as mudanças no campo, que colocaram a questão no ponto para ser resolvida, pareciam ter ocorrido: para os socialistas a questão da propriedade estava colocada no centro da questão agrária. Eram, portanto, mais visíveis as relações de produção, pois "hoje a revolta do camponês não se encaminha mais para o além, nem o encaminha mais para a cidade. Hoje o camponês não quer mais fugir da miséria perdendo os vínculos com a terra, mas pelo contrário, reforçando estes vínculos, isto é, tornando-se proprietário da terra que cultiva".<sup>46</sup> Para os socialistas era o momento da revolução: as lutas armadas contra os grileiros anunciavam a "consciência e organização do conjunto das massas camponesas", e os movimentos de Amaro Leite, em Goiás - onde posseiros haviam enfrentado grileiros e polícia, saindo vitoriosos -, e Cachoeira de

46 F. S., fev. 1962, "A luta dos camponeses".

Macacu, no Estado do Rio, onde ocorreu mais ou menos o mesmo processo, estavam lá para comprovar - e nem se davam conta, os socialistas, de que dois exemplos não eram suficientes para embasar teorias.

Essas análises não deveriam ser completamente compartilhadas pelo Partido no âmbito nacional, representando a Seção-SP o braço mais estirado na luta. Isto não apenas porque dessa Seção partiam os documentos mais contundentes, como também a Convenção Nacional - nas Resoluções do seu IX Encontro - ao analisar a necessidade da reforma agrária referiu-se a ela em termos vagos, preferindo enfatizar os benefícios nacionais de uma tal ação, em vez de identificar a situação dos camponeses e suas lutas: "Faz-se necessária uma reforma agrária que elimine de vez o latifúndio, integrando a agricultura na economia nacional em desenvolvimento e eleve o nível de vida do trabalhador rural".

No início de 1964, o governo federal veio intervir na questão exarando um Decreto que autorizava a Superintendência da Política Agrária (SUPRA) a desapropriar terras situadas num raio de dez quilômetros das margens das rodovias, ferrovias, rios, lagos e açudes públicos, para efeito de ocupação por camponeses. O Decreto tinha como alvo as terras próximas às vias de transporte, justamente porque estas permitiriam acesso a mercados e, portanto, levariam a dois efeitos favoráveis: a possível melhoria das condições de trabalho e a ampliação do abastecimento às cidades, como conseqüência. Estavam excluídas as terras pertencentes ao Estado, aquelas que se enquadrassem na definição de latifúndio produtivo e as localizadas em perímetro urbano.

A Comissão Executiva do Diretório Regional do Partido apoiava, mas não incondicionalmente, a assinatura do documento, já que continuava considerando indispensável a "reforma agrária geral". Uma vez que fossem realizadas, as intenções do Decreto encerravam "um ponderável elemento de elevação da consciência e de organização das massas camponesas c... (colocariam) um freio definitivo nos especuladores da terra". Por isso conclamava os membros e simpatizantes do Partido - e mesmo de outros partidos, grupos nacionalistas e de esquerda - "a colocar-se à frente dos movimentos camponeses que vierem a surgir em torno da

aplicação do decreto da SUPRA, especialmente face à resistência que os latifundiários estão estruturando com o fito de torná-lo sem efeito". Assim, as restrições eventuais ao documento estavam ligadas ao fato de que não se constituía numa ação completa, mas essa era exatamente a sua maior qualidade, pois poderia levar "à adoção de uma verdadeira política de reforma agrária".<sup>47</sup>

Acreditavam, então, os ideólogos do Partido em São Paulo, que haveria sobretudo benefícios na implantação do Decreto, além dos já identificados pela Comissão Executiva, da qual Singer fazia parte. Ele via uma certa ambigüidade benfazeja no Decreto, cujo texto não trazia, explicitamente, a forma de indenização - se à vista, se em dinheiro, pelo valor declarado ou pelo valor de mercado - deixando a questão no ar. Assim, o Decreto serviria como ameaça forçando os latifundiários a explorarem suas terras. Disso decorreria "em primeiro lugar, uma certa queda dos preços destas terras, desestimulando os especuladores... Em segundo lugar, o Decreto oferece uma outra saída aos latifundiários: arrendar as terras... As conseqüências disto deverão ser as mesmas: aumento da produção e redução do desemprego". Depreende-se daí o tino do autor e, em decorrência, dos socialistas democráticos em reconhecer não apenas e exclusivamente a reforma agrária como ação eficiente de governo, numa visão ideológica extremada e parcial, mas a pluralidade dos caminhos para a democracia das relações de trabalho.

Assim, os socialistas sugeriam lutar pela assinatura imediata do Decreto, sem alimentar ilusões de resultados cabais. No entanto, pouco após, o movimento político-militar de março de 1964 veio cortar não apenas essas possíveis pretensões, mas quase todas as esperanças de um encaminhamento popular para os impasses do campo brasileiro.

47 F. S., fev. 1964.

## 5 INSTITUINDO O PROLETARIADO

Não há muitos jantares no mundo, já sabias,  
e os mais belos frangos  
são protegidos em pratos chineses por vidros espessos.  
Há sempre o vidro, e não se quebra,  
há o aço, o amianto, a lei,  
há milícias inteiras protegendo o frango...

Carlos Drummond de Andrade, *Canto ao  
homem do povo Charlie Chaplin*

### AUSÊNCIA INQUIETANTE

Muitas das atitudes e considerações dos socialistas democráticos dirigidas ao campesinato se repetiriam em relação à classe operária. A analogia não se dá por influência desta ou daquela, mas exatamente porque a distância observada naquele primeiro caso também neste se verifica. Porém, mais intensa e angustiosamente se diria, pois a aproximação era vista como natural e essencial. Afinal, um partido revolucionário, apoiado em teses quase completamente marxistas, deveria ter condições de ouvir e falar de perto à classe cuja história mudaria o mundo. Mas durante os

18 anos em que atuou, o Partido manteve um incipiente contato com os trabalhadores urbanos, ao mesmo tempo em que procurava valorizar ações do movimento operário fazendo que o seu órgão de divulgação noticiasse e analisasse constantemente greves, ações sindicais e movimentos de rua. Nesse aspecto, o intuito do PSB-SP foi sempre o de resolver uma contradição que não era apenas sua, mas da esquerda brasileira em geral, no período. Isto é, percebiam os socialistas democráticos que não bastava reivindicar a representação dos trabalhadores, era necessário que ela existisse de fato. Não bastava sentirem-se proprietários intelectuais da herança científica do marxismo, que os autorizaria a falar e agir em nome dos interesses da classe: nada menos do que uma participação direta de operários em suas fileiras os satisfaria. E não serviriam como atenuantes as escusas de que a repressão impedia os trabalhadores de militarem; ou que os militantes socialistas não estavam preparados para entender os anseios do proletariado. Ao final das contas, o problema era tão grave que, pensando na esquerda genericamente, há autores que situam o ponto central dessas "angústias de representação" fora do alcance de mudanças que os Partidos pudessem promover. Identificam uma espécie de pecado original da história brasileira, o qual nem PSB, nem PCB, ou outros, poderiam remir: por trás desses dilemas estaria "a questão crucial de que as organizações de esquerda no Brasil, não tendo nascido como expressão significativa do movimento operário, mantiveram com este relações caracterizadas pela exterioridade e intermitência. E isto tem muito a ver com as rupturas que se podem detectar em sua trajetória".<sup>1</sup>

As tentativas de cativar o operário para compor o Partido - sem, no entanto, incidir em adulações - foram inúmeras, e jamais

1 GARCIA, M. A. "Contribuições para a história da esquerda brasileira", in: MORAES, R. et al. (Org.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.214. A experiência até certo ponto bem-sucedida do PCB em São Paulo era visível, e mesmo angustiante, para os socialistas. Diversas entidades garantiam a inserção popular de comunistas: os "comitês populares" por bairros formavam ligas juvenis, clubes de futebol e festas populares. Surgiram, assim, o "Comitê popular e progressista da Lapa", o "Comitê Democrático de Vila Ipojuca" etc. Ver MARANHÃO, 1979.

houve falta de interesse da parte do PSB-SP. Nas páginas do seu órgão de divulgação encontram-se denúncias de maus tratos, repressão privada e pública contra os movimentos, identificação de fábricas e de governos que burlavam a legislação ou a aproveitavam de maneira indevida para a democracia social. O Ministério do Trabalho, os seus prepostos nos sindicatos e as práticas desenvolvidas a partir do Estado Novo foram alvos preferidos daquelas investidas redatoriais.

Além dessa forma particular de aproximação, ou melhor, de distanciamento, com os operários e independentemente do momento específico da conjuntura, os socialistas democráticos de São Paulo mantiveram alguns procedimentos comuns e uniformes que os identificam e distinguem-nos de outros partidos ou agrupamentos de esquerda no tocante ao tratamento dispensado ao mundo do trabalho. Por definição, eram anticapitalistas, no sentido de acreditar que situação menos desconfortável para o trabalhador só ocorreria na medida em que o sistema socialista fosse colocado em prática. O que era esse socialismo veremos mais adiante. De qualquer modo, a exploração parecia-lhes intrínseca ao sistema em exercício, ainda mais cruel se coligada à satisfação da fome de lucros de empresas estrangeiras aqui atuantes, o que não hesitavam em denominar imperialismo. Para lutar contra esse estado de coisas propunham, em geral, o caminho parlamentar: a defesa de projetos de lei, tanto no Parlamento Nacional como nas Assembléias Estadual e Municipal - e não se pode afirmar que restaram completamente frustrados.

Todas as greves das quais tomaram conhecimento mereceram seu apoio, genericamente, já que utilizavam uma interpretação radical do pensamento liberal, cuja prática indicava estar o Estado subordinado aos interesses patronais, e assim parcial e continuamente apoiando grupos poderosos. Portanto, qualquer greve se justificava, pois a isenção diante do poder não existia, ou melhor, só existia da parte dos trabalhadores contra todos os demais, fossem patrões, fossem autoridades estatais. Tal posição divergia significativamente da apresentada pelo PTB, por exemplo, que na questão das relações entre Estado e trabalhadores promovia uma exaltação do Estado. Isto é: o trabalhador não deveria

ser autônomo na sua relação com o Estado, pois precisava de sua tutela, justamente porque não tinha meios para defender seus próprios interesses. Para esclarecer a questão, por contraste, lembre-se da orientação oferecida por um petebista de São Paulo, o deputado Guaraci Silveira: "O trabalhador não deve lutar contra o Estado, o que seria somente em seu prejuízo... a classe trabalhadora precisa do amparo do governo. Sozinha não pode reagir contra o capitalismo".<sup>2</sup> Pode-se, então, perceber como a visão socialista de que o bem público estava sendo gerido para satisfação do privado levava a que não se preocupassem em definir se uma greve era legal ou ilegal.

Na análise desses movimentos muitas vezes abandonaram a rígida interpretação marxista e a utopia revolucionária de expectativa de uma transformação social abrupta e completa - advogada no plano da retórica pelos seus concorrentes mais próximos, os comunistas - em troca de pequenas conquistas, avanços setoriais. A despeito daqueles, pretenderam diferenciar-se a todo custo, ao mesmo tempo em que condenavam a "indústria do comunismo" que fazia parecer qualquer ação socialista, ou democrática, uma ação do PCB. Assim procederam não apenas para tentar demarcar o espaço próprio de atuação, mas para que o movimento operário se livrasse da pecha assacada contra ele e pudesse discutir livremente as conquistas e avanços, no que trariam de benefícios reais para a sociedade.

Dedicaram atenção a todos os tipos de trabalhadores, e tentaram desenvolver análises nas quais as atividades típicas de classe média também aparecessem como subordinadas ao sistema geral de exploração. Na fase inicial da vida partidária, o PSB de São Paulo teve-se, sobretudo, à análise das circunstâncias ligadas aos ferroviários mas sem que esta identificação significasse uma exclusividade. Nos anos 50, pôde contar em suas fileiras com Remo Forli, dos metalúrgicos, e com a adesão indireta de Nelson Rustici, dos tecelões, - dois líderes nacionais de suas categorias. Foram presenças relevantes para a experiência socialista, pois esti-

2 Apud BENEVIDES, 1989, p.120.



veram ligadas a uma fase de concessões ao populismo que deixou marcas profundas nos socialistas.

Nos anos que precederam o golpe militar de 1964, os socialistas adotaram princípios mais radicais para com questões agrárias no Brasil. Não obstante a subida do teor de enfrentamento fosse geral na esquerda e também ocorresse em relação ao movimento operário, os trabalhadores urbanos seguiram tendo mais ou menos o mesmo tratamento dispensado pelos intelectuais do Partido em épocas anteriores. Parecia indicar que, no caso, o PSB-SP tinha atingido o seu grau máximo de radicalização.

O PSB lutou com as armas disponíveis e, como acima afirmou-se, procurou alterar a herança estadonovista na "medida do possível". Muitos dos intelectuais que participaram deste esforço reputaram-no exíguo, cauteloso em excesso, até mesmo oportunista, e entenderam que o próprio Partido colaborara para a manutenção de um sistema democrático que não atingia a massa trabalhadora. Recordando-se de fatos ocorridos trinta anos antes do depoimento que prestava, Mário Pedrosa, militante no Rio de Janeiro, oriundo do trotskismo, expôs um ponto de vista que correlacionava a atuação do PSB à do PCB, quanto a funcionarem como esteios da continuação antidemocrática. Esses partidos teriam compactuado, sucumbido ao peleguismo: "Houve a constituinte, mas uma das formas fundamentais da democracia não se realizou, porque continuou a legislação trabalhista de Getúlio, reacionária e fascista, fundada na 'Carta del Lavoro'. Os sindicatos continuaram a depender do Estado, por meio do Imposto Sindical, descontado dos trabalhadores. O oportunismo político fez com que não se lutasse pela real restauração de um movimento sindical independente, daí nascendo o peleguismo, ao qual o Partido Socialista se associou, por motivo de ordem tática. O Partido Comunista também fez acordo nesse sentido". Pedrosa diz mais. Acrescenta que o erro foi fatal para o PSB que justamente dependia de um movimento livre e autônomo para semear sua mensagem: "Quanto ao PSB, ele não teve grande importância, porque já nasceu morto. Entre Prestes e Getúlio, ele não conseguiu encontrar uma posição independente... O que faltou ao Partido Socialista

lista... foi exatamente um movimento operário independente".<sup>3</sup> E de quanta razão estava cercado! O distanciamento, ao qual fez-se referência acima, tinha como um de seus principais componentes exatamente a impossibilidade de os trabalhadores conviverem com um tipo de socialismo que não prometia um futuro determinado. No entanto, a relação aventada entre PSB e peleguismo, parece absolutamente equivocada. A análise das propostas socialistas para o movimento operário indica que o oposto marcou o discurso partidário. Lutar incansavelmente pela autonomia sindical, pela liberdade interna nos sindicatos, pelo direito irrestrito de greve, pela pluralidade sindical, enfim, pela livre manifestação da classe operária para que ela mesma construísse os instrumentos de sua maturidade, eis a razão de viver do PSB. Parte intrínseca do conceito geral de democracia socialista se constituiria por meio da luta pela conquista de direitos sociais, políticos e civis para os trabalhadores, sobretudo para o operariado.

No PSB, mesmo antes de sua organização como partido, os grupos de militantes de esquerda que vieram a constituí-lo em São Paulo procuraram insistentemente manter um relacionamento íntimo com os operários, denunciando desde a primeira hora o sindicalismo atrelado ao Estado. Os "documentos fundadores", redigidos sob a direção de Paulo Emílio S. Gomes, estão marcados pela tentativa de compreender os anseios daqueles operários e encaminhar soluções para satisfazê-los autonomamente. Com a formação do Partido, a procura de um contato direto e próximo com o operariado tornou-se incumbência, e os Grupos por meio dos quais o Partido se organizava tinham a obrigação específica de realizá-la. Se não eram felizes nessas empreitadas, não se atribuirá isto a intenções de convivência.

Em 1948, o Grupo de Base de Vila Mariana foi tomado como modelo para os demais, pois iniciara "uma penetração em círculos operários. 'Portas de Fábrica', designação dada por um companheiro do grupo, foram organizadas desde a primeira reunião, indo os companheiros distribuir o jornal do Partido na porta de

3 MOTA, 1981. Depoimento prestado em 24.12.1978.

várias fábricas do bairro, travando contato direto com a massa trabalhadora. Depois de 15 dias de experiências, os resultados se mostraram bastante satisfatórios. Na fábrica da Cera Recorde, onde se conseguiu o concurso de um elemento de ligação, o jornal do Partido foi bem recebido, havendo grande entusiasmo em torno das atividades do PSB. Na fábrica Caravelas o mesmo fato se deu, faltando apenas conseguir-se um elemento que possa efetuar a ligação entre o grupo e os trabalhadores da fábrica".

A notícia aduzia ainda que membros do Grupo estavam encarregados de fazer um levantamento dos estabelecimentos industriais existentes no bairro, para levar a eles a mensagem do Partido. Essas informações permitem conjeturar sobre a ausência de operários das fábricas do bairro no Partido, ou ainda mais, sobre o inusitado do trabalho que realizavam, pois referiam-se a ele como "travando contato direto com a massa trabalhadora": sinal de que se tratava de serviço inusual. Por tudo, estas "informações" demonstram o distanciamento do PSB com respeito ao operariado. A euforia apresentada no início da redação, considerada comparativamente aos demais artigos sempre tão circunspetos; a idéia de penetração na classe; a "grande vitória" que consistia em contar com um elemento de ligação, ou a própria necessidade de ligação; o consumo de 15 dias para frequentar duas fábricas; o desconhecimento do bairro etc. Para culminar, a notícia colocava a feliz possibilidade da presença, junto aos ativistas, de um dirigente do Partido, como se aos especiais não coubesse este tipo de serviço imeritório ou fosse ele uma tão árdua tarefa que estivesse reservada para outros: "Digno de menção é o fato do companheiro Plínio Mello, secretário geral da CE... prontificar-se a formar nas 'portas de fábrica', dando um exemplo de consciência socialista".<sup>4</sup>

É preciso reiterar, todavia, que em geral a aproximação com o operariado não ocorria espontânea e corriqueira. Também os militantes mais experimentados, representando partidos enfro-nhados no meio operário, encontravam barreiras intransponíveis

c muitas vezes penavam para realizar o seu modesto trabalho de arregimentação. Eduardo Dias, militante comunista entre os ferroviários de Bebedouro, oferece exemplo eloqüente da distância a percorrer na busca de comunicação. Mesmo se referindo a um grupo específico, acaba por exibir o genérico conformismo: "Cheguei a conversar com alguns ferroviários... Ouviam como se não ouvissem... Você fala, fala... procura-lhes a consciência, vai até o fundo do que devia ser a alma, já que o corpo é um trapo, e nada. Os filhos morriam à míngua. Nenhuma reação. Ninguém chora. Nem pai, nem mãe".<sup>5</sup> Também era dificultosa a arregimentação de operários das grandes cidades, onde a questão ideológica se colocava mais amiudamente. A alguns dirigentes, as reações da categoria pareciam tão incompreensíveis que julgavam os seus liderados como incapazes de uma ação articulada, o que impedia um trabalho partidário aprofundado e o restringia apenas aos iniciados, sobre os quais o PSB exercia pouca influência: "Quando falo em tendências ideológicas no movimento sindical, refiro-me aos dirigentes. Deixo sempre claro que a classe operária não tem tendência político-ideológica. Em qualquer assembleia com dois ou três mil trabalhadores, se encontrarmos 1% ou 2% deles que militam em partido político, é muito. Há um desinteresse quase total pela militância política. O mesmo não acontece com os dirigentes sindicais...".<sup>6</sup>

Entretanto, com relação aos socialistas, até o tratamento da história do movimento operário padecia do referido distanciamento, pois eram comuns na *Folha Socialista* artigos-conferências que exigiam do trabalhador converter-se em exegeta para destrinchá-los. Constituíam-se em textos longos, repletos de citações e referências eruditas. Ao cuidar da história das formas de cooperativa, por exemplo, Hilcar Leite citava Robert Owen, emaranhava-se pelos meandros do movimento cartista e mantinha renhida batalha ideológica contra os criadores de Rochdale, sem qualquer menção ligeira que relacionasse aquelas idéias, não apenas com o momento vivido pela classe operária, mas com algum evento

5 DIAS, 1983, p.90.

6 Dante Pelacani, depoimento a MOTA, op. cit., p.294.

ocorrido no Brasil.<sup>7</sup> Em determinados momentos, o alheamento se fazia tão evidente que os próprios órgãos dirigentes, por meio de relatórios, eram claros quanto aos frutos das investidas junto aos operários, e nessas ocasiões não usavam meias palavras: "quase nada se realizou na secretaria sindical neste período de um ano. Foram tentados em conjunto com a Comissão Municipal da Capital, alguns movimentos de reivindicação entre os operários, mas com poucos resultados... No interior o trabalho sindical foi nulo".<sup>8</sup>

Porém, apesar das dificuldades e de suas limitações, os socialistas democráticos insistiam. Apoiavam greves e mesmo depois do encerramento dos movimentos procuravam participar das questões que permaneciam pendentes. Quando os ferroviários da Mogiana - operadores, empregados de escritório etc. - foram derrotados sumariamente "após uma luta heróica" na qual haviam sido abandonados por seu sindicato, a CEE saiu em defesa dos despedidos ou suspensos, "vítimas da prepotência e perseguição dos administradores da Cia. Mogiana... Constitui elementar dever de solidariedade todo apoio e assistência a esses abnegados lutadores... O PSB que desde o início esteve ao lado dos grevistas da Mogiana, faz um apelo veemente a todos os trabalhadores de S. Paulo para que acorram em defesa dos seus valorosos combatentes agora afastados daquela ferrovia, exigindo sua readmissão nos serviços da mesma".<sup>9</sup> Não estaria fora de suas cogitações fomentar uma greve geral de apoio, mas o que lhes parecia frágil era não terem os operários uma estrutura autônoma interna de apoio já que os sindicatos mantinham-se nas mãos de pelegos. Assim é que nos acontecimentos em torno da greve da Santos-Jundiaí, ocorrida na segunda quinzena de fevereiro de 1949, foi saudada a formação de uma espécie de comissão de fábrica: "O sindicato dos ferroviários da Santos-Jundiaí não representa os trabalhadores da empresa. E, ante a resistência do burocrata que dirige o pretenso organismo dos ferroviários... os trabalhadores viram-se

7 F.S., 20.2.1949.

8 F. S., 1º.11.1949, Relatório da Comissão Executiva Estadual - CEE, Antônio Costa Corrêa.

9 F. 5., 15.7.1948, Resolução da CEE.

forçados a organizarem-se em comissão de reivindicação a fim de pleitear da direção da estrada o aumento de salários que se faz indispensável para continuarem a viver como homens". No entanto, a simples existência do novo organismo não era garantia de sucesso, ainda mais que ele teve muito pouco tempo para atuar. O movimento terminou por derrota dos grevistas: "Ante a violência policial e a pressão da direção da estrada, que ameaçou os grevistas com a demissão, bem como o fato da greve ter sido organizada às pressas, sem direção...". Ao jovem socialista que cuidava de analisar o assunto, Oliveiros S. Ferreira, pareceu que aquele movimento definia um marco especial da história dos trabalhadores: "Apesar de fracassada em seus objetivos imediatos, a greve da Santos-Jundiaí vem mostrar que a classe operária já está desperta do longo sono em que a mergulhou a ditadura getulista".<sup>10</sup>

Boa parte desse otimismo sobre o despertar da classe operária poderia ser creditado ao fato de que as más condições de trabalho pareciam estar mais visíveis do que nos censurados anos do Estado Novo. A contribuição da *Folha Socialista* para alcançar este fim, se não era percebida ou reconhecida por todos, pelo menos o militante socialista era bombardeado constantemente por notícias desse gênero. E não eram poucas as oportunidades em que o nível de indignação parecia subir às alturas. A reunião de componentes cruéis do capitalismo local com a ganância demonstrada por empresas estrangeiras deveria ter algum efeito pedagógico favorável ao socialismo. Se de fato não tinha, pelo menos os socialistas democráticos imaginavam obtê-lo, por meio de matérias que traziam informações como as seguintes: "Os imperialistas ianques, certos de que nada de mal lhes vai acontecer... além de manterem seus operários na mais completa miséria... organizaram agora uma polícia dentro da fábrica. O operário que se demorar mais do que dois minutos na cabine sanitária, é convidado brutalmente a se retirar. Se os operários comentam com alguém sua triste situação são misteriosamente despedidos sem mais

10 F. S., 5.2.1949.

aquela... Acontece que os tempos estão mudando e... chegará... o fim do capitalismo".<sup>11</sup> Havia ali um somatório de razões para indignação, mesmo se o leitor não freqüentasse a roda dos radicais defensores do socialismo. Havia identificação, por um lado, de impunidade, corrupção, operários indefesos... tudo multiplicando a exploração econômica e ética; por outro, numa leitura popular, uma suprema inversão de dois dos mais caros valores, digamos, liberais: 1º - o direito a propriedade: a fim de que o trabalhador, o produtor, pudesse usufruir daquilo que a propriedade de sua força de trabalho lhe permitia produzir; 2ª - o direito a liberdade: os nacionais, em seu território, sofriam cerceamentos, por ação de estrangeiros.

Não faltavam, também, alusões terríveis a intuítos inconfessáveis por parte das empresas que, mesmo não sendo completamente inverídicos, exerciam um papel considerável na montagem da "consciência de classe" de todo bom socialista. Hozair Motta Marcondes, valendo-se de um declarante privilegiado, pois além de membro do Partido era funcionário da Santos-Jundiaí, revelava que a Companhia estava arquitetando "um plano diabólico para reduzir o número de seus operários, contornando as leis trabalhistas, sem pagar indenização. Assim é que essa empresa... retira pequenas concessões que dava aos seus trabalhadores e diminui-lhes os ordenados... (Assim) leva-os ao desespero para que eles entrem em greve, a fim de poder despedi-los sem que precise depender qualquer importância a título de indenização como prevê a lei". A Companhia retirara dos trabalhadores conquistas já integradas à remuneração, como passe livre nos trens para a família duas vezes ao ano, horas extras, fornecimento de itens dos uniformes etc. Como parte da combinação precípua, estariam ainda mancomunados o Estado e os sindicatos a ele subordinados: "A direção do sindicato faz o jogo da administração da Estrada. O presidente, que foi nomeado pelo Ministério do Trabalho, trai os ferroviários... A polícia, em íntima colaboração com o sindicato

11 F. S., 20.1.1949, "Regime de terror e salários de fome na Companhia United Shoe Machinery do Brasil", L.G.

c a direção da Estrada, prende os ferroviários e à plena luz do dia vareja suas residências... sem que para isto se muna de qualquer autorização judicial".<sup>12</sup> Uma teia de comprometimentos que parecia abranger todas as ações, de todas as empresas. No caso da Cia. Mogiana, desconfiava-se até mesmo da promoção por parte do sindicato de coleta de dados sobre a vida dos empregados que poderia estar marcada pela intenção de explorar: "Este recenseamento é supérfluo. Não há necessidade de distribuírem questionários... para se avaliar da verdadeira situação econômica dos empregados, pois que duas greves em um ano falam mais alto... Os atuais senhores da Cia. Mogiana estão, isto sim, interessados em provar que seus empregados ganham até demais, fazendo média pelos ordenados mais elevados e adicionando aquilo que porventura ganhem os demais membros da família de seus empregados. Esse o 'truc' que pretendem empregar".<sup>13</sup>

Nessa teia montada para enredar os mais fracos, truques e crimes confrontavam a burguesia e o proletariado de uma forma que se afigurava terminante. Bastaria abrir os olhos dos trabalhadores! A ambição demonstrada pelos proprietários da Cia. de Comércio e Navegação, que não hesitaram em carregar seu navio com uma carga muito acima da capacidade permitida para a embarcação, enchia de cólera o Partido que pretendia, magnanimamente, ser um dos representantes dos trabalhadores e oferecia-lhes a oportunidade da denúncia. O navio naufragara levando consigo os 36 tripulantes: "Que mais este crime cometido pela burguesia contra a classe operária, faça ver aos sacrificados marítimos do Brasil, que nada mais devem esperar da classe dominante... Que em todos os navios mercantes, em todas as associações de classe, os marítimos organizem-se em comitês operários de frente única, isto é, sem distinção de filiação partidária ou credo religioso, para unidos lutarem pelas suas reivindicações".<sup>14</sup>

12 F. S., 20.2.1949, "A verdade sobre a Santos-Jundiá".

13 F. S., 20.3.1949, "O recenseamento entre os ferroviários da Mogiana", O Ferroviário *(sic)*.

14 F. S., 1º.6.1949, "Tragédia do navio 'Oswaldo Aranha' foi provocada pela ambição dos seus proprietários", Velloso.



Idêntica interpretação da função denunciante do Partido demonstrara o vereador à Câmara paulistana, Cid Franco, ao tratar das manobras realizadas pela Cia. Telefônica do Estado, então de capital privado, contra os interesses de seus funcionários. Tal Cia. obtivera concessão para aumento das suas tarifas vinculando-as a uma prometida majoração dos vencimentos de seus empregados. Cid fora contra essa concessão, voto isolado em toda a Câmara. Agora que a Cia. promovera "600 demissões", voltava ele à tribuna para remarcar sua correção e demonstrar que pelo menos os serviços diretamente necessários à população deveriam ficar fora do arbítrio do ganancioso mercado. Esse episódio de traição parecia-lhe suficiente "para mostrar ao povo a necessidade da nacionalização e socialização dos serviços de utilidade pública". A comprovação da existência de uma trama envolvendo "vários setores da burguesia" adveio-lhe no momento em que o requerimento dirigido ao Prefeito, argüindo destas demissões, não foi aprovado: 16 votos contra 13.<sup>15</sup>

Como o vereador alertava, não bastaria a nacionalização das empresas para que o processo coercitivo de direitos e garantias de trabalhadores fosse aplacado. Muito ao contrário corriam os fatos - e se a burguesia local não feria o supremo direito de soberania acima enunciado, em contraposição mostrava-se moralmente reles. Não titubeava em extrair do trabalhador conquistas que a "burguesia alienígena" concordara anteriormente em conceder. Em 1946, a "São Paulo Railway", fundamental porque escoava para o porto de Santos a produção de café, mudara de nome e de administração, passando das mãos dos ingleses às do governo federal. Para muitos tratara-se de "uma grande bandalheira porque, segundo se dizia, a estrada estava em decadência, com seu material gasto e o preço da desapropriação fora fixado muito alto". Mas o que interessava ao socialista Antônio Costa Corrêa era mostrar que diferentes administradores, dentro do mesmo sistema capitalista, poderiam obter resultados diversos nas relações de trabalho. Por isso, a queda de qualidade naquelas relações deve-

15 F. S., 15.6.1949, "A Cia. Telefônica burla o espírito da lei", discurso de Cid Franco.

ria ficar evidente. A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí "passara a ter uma administração de ilustres cidadãos brasileiros, ao invés de prepostos dos imperialistas ingleses". No entanto, a mudança só trouxera maiores complicações: "Antes da encampação a situação dos ferroviários não era boa. A SPR era uma empresa capitalista como outra qualquer e os seus administradores eram técnicos em fazer 'render' o mais possível, e com um mínimo de gastos, o trabalho do pessoal empregado na estrada. Mas, pelo menos, sabiam disfarçar um pouco a exploração com certa habilidade na direção dos serviços e com algumas medidas que proporcionavam a ilusão de um tratamento mais humano do que o comum, por parte do patrão". Os novos administradores, "altos funcionários do governo, percebendo altos salários", tomaram várias medidas em prejuízo dos trabalhadores: não concederam mais aumento algum de salários; promoveram a intensificação do rendimento da força de trabalho, diminuindo o número de componentes das turmas; impuseram um severo regime de disciplina... de estilo militar; despediram vários funcionários etc. Enfim, "eis o que significa a nacionalização... A exploração capitalista não mudou, senão para pior. O Estado-patrão se conduz como um capitalista qualquer, com mais poder e mais ferocidade na exploração do trabalho. Um exemplo bem típico de que a nacionalização nada tem a ver com a socialização de uma empresa, com o controle dos meios de produção pelos trabalhadores, que é a única forma de acabar com a exploração capitalista".<sup>16</sup>

Além de tornar mais visíveis as péssimas condições de trabalho, outro objetivo relevante a ser cumprido pelos militantes do jornal socialista em diferentes épocas era salientar as atividades repressoras daquilo que acreditavam constituir a, por nós denominada, teia de interesses da burguesia. Como ficou esclarecido, o "sistema" envolvia diferentes empresas e personalidades. Adhemar de Barros, por exemplo, apresentava-se como um dos vilões preferidos, graças ao seu paternalismo piegas que deixava a nu a duplicidade do comportamento. Durante anos este político mante-

16 F. S., 15.10.1949, "Nacionalismo na Santos-Jundiaí".

ve um programa de rádio extremamente inovador no que respeita ao relacionamento com o público, porque se dirigia em tom coloquial aos ouvintes e procurava passar idéias e conceitos favoráveis às suas ações de governo. No tal programa, denominado sugestivamente de "Conversa ao pé do fogo", no Natal de 1948 Adhemar desejou melhores condições de vida aos operários, declarando que o seu governo buscava garantir a paz social e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores. Os socialistas, tão rapidamente quanto permitia a periodicidade de seu jornal, ofereceram a contradita daquelas palavras ajuntando à denúncia de repressão a crítica de que apenas os "corruptos, os exploradores, bicheiros e traficantes do câmbio negro" poderiam então almejar, naquele governo, a paz social, pois "sua polícia dissolvera violentamente, espancando homens, mulheres e crianças, na rua Silva Bueno uma concentração de operários que se dirigiam ao grande industrial Jafet, amigo das rodas palacianas, para pleitear um abono de Natal e fim de ano. Parece que ele ignora que a Delegacia de Ordem Política e Social está aparelhada para reprimir imediatamente qualquer movimento grevista".<sup>17</sup> Os denunciantes empenhavam-se em esclarecer que, ao lado de atitudes melífluas como as do governador, ocorriam ações repressoras abertas e cruéis, mesmo quando os movimentos operários estavam de acordo com a restritiva lei em vigor. Afigurava-se a eles que a polícia não tinha esquecido os métodos fascistas do Estado Novo. Com os tecelões de Sorocaba, que entraram em greve para verem cumpridas as determinações da Justiça do Trabalho de aumento em seus salários, assim ocorreu: tão logo se iniciara, "a polícia paulista imediatamente se mobilizou para reprimir o movimento grevista. Este foi logo tachado de 'agitação promovida pelos comunistas'. Foram efetuadas prisões, e os empregados grevistas ameaçados, constrangidos por um intenso e aparatoso policiamento da cidade".<sup>18</sup>

Se assim era com o governo estadual, não menos contida seria a manifestação operária na medida em que dependesse das

17 F. S., 20.1.1949.

18 F. S., 1º 8.1949.

esferas federais. Nem qualquer troca de ministros do Trabalho, identificados como "partes do sistema", "sustentados pela FIESP", autorizava a que se acreditasse em alteração no espírito geral burruês: "não podemos dizer que a classe operária tenha lucrado com a saída do delegado patronal no governo Dutra (Morvan Dias de Figueiredo). O espírito paternalista que tem animado a atividade pública do Sr. Honório Monteiro, indica que os trabalhadores se verão às voltas com uma política reacionária".<sup>19</sup> Não havia exagero nisso, pois o grande líder dos gráficos e experimentado sindicalista Dante Pelacani, então dirigindo os gráficos de *O Estado de S. Paulo*, também encontrara, na conjuntura, serias razões para interpretá-la como ainda mais repressora do que os tempos da ditadura: "Em 47 ou 48, não me lembro bem, houve a primeira greve por aumento de salário. Liderei essa greve, que durou vinte e quatro horas e foi muito importante, porque foi a primeira durante o governo Dutra, o qual, em termos de repressão, era pior do que o de Getúlio. Quase todos os sindicatos, principalmente os da área industrial, estavam sob intervenção".<sup>20</sup>

Ao longo do tempo, e mesmo passando por diferentes etapas de sua história, o PSB manteve a forma genérica de pensar a oposição entre o envolvente sistema capitalista e os interesses dos trabalhadores. Continuou sempre a imaginar um bloco estanque de cada lado, formando, o primeiro deles, uma cadeia poderosa e indivisível. Esta foi, por exemplo, a "lição da greve" deflagrada em 2 de dezembro de 1960, em São Paulo, contra "o aumento crescente do custo de vida e o aumento da inflação", na qual os trabalhadores "perceberam a formação de uma união sagrada" de setores como Associação Comercial, Federação das Indústrias, governo Carvalho Pinto, governo Juscelino, UDN, PSD, *O Estado de S. Paulo*, *O Correio da Manhã*, todos se mobilizando contra o movimento: "Governo e oposição, no fundo, pensam da mesma maneira e agem de igual modo quando os privilégios da classe dominante estão em jogo".<sup>21</sup>

19 F. S., 20.10.1948.

20 MOTA, op. cit., p.285-6.

21 F. S., fev.1960.

A preferência pelo caminho parlamentar para interpor dificuldades ao suposto domínio completo dos exploradores sobre a classe operária ficou evidente ao longo das lutas socialistas. A própria argumentação para convencer proletários a votarem nos candidatos do Partido trazia esta marca. Com vistas a ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa, nas eleições de 1950, em São Paulo, Valentim Sartori apoiou sua campanha no lema "um operário a serviço dos operários" no legislativo.<sup>22</sup>

Rogê Ferreira, parlamentar do PSB nos anos 50, em vez de propor-se líder de manifestações dos tecelões, que viam renegadas as promessas de reajustes salariais anteriormente garantidas pelos seus patrões, limitou-se a reclamar a efetivação do combinado, da tribuna da Assembléia Legislativa. Um pronunciamento em troca de uma ação, esta era a forma eleita de protesto.<sup>23</sup> Melhor ainda quando o pronunciamento expusesse direitos que, se ganhassem a forma de lei, preservariam os comportamentos - a tarefa posterior se tornaria mais singela, bastando emitir novos pronunciamentos para lembrar o cumprimento da lei. Daí um relativo júbilo legiferante do qual os exíguos, três, deputados federais do PSB estiveram tomados. Não que os projetos de lei por eles propostos deixassem de contar com alta significação para o movimento operário, mas pela forma com que suas vitórias parciais eram contabilizadas como avanços estremados. Para solucionar uma incongruência estabelecida entre o Código Penal e a Constituição de 1946, além de garantir um direito que o artigo 156 da Constituição assegurava aos trabalhadores e o Ato de Chapultepec havia consagrado, "a bancada socialista" apresentou um projeto de lei concedendo anistia aos condenados e processados por motivo de greve e crimes conexos, assim levando justiça aos grevistas que "gemem na cadeia".<sup>24</sup> A notícia da aprovação na Câmara deu oportunidade para abertura de uma grande manchete e artigo ocupando quase toda a capa da *Folha Socialista*, no qual se afirmava que "vencendo todas as obstruções que lhe fo-

22 F. S., 16.9.1950.

23 F. S., 20.6.1953.

24 F.S., 1º .11.1949.

ram opostas, conseguiram os representantes socialistas cumprir uma das missões que a IV Convenção Nacional do partido lhes havia dado no terreno parlamentar". A missão não fora pequena, não obstante devesse ser atribuída também a uma centena de parlamentares que votaram favoravelmente a sua realização. Além do que faltava a etapa do Senado, onde o projeto realmente não teve a mesma felicidade, baldando todo o esforço.<sup>25</sup> Afinal, naquela Câmara superior, os socialistas não estavam presentes, e assim a matéria jornalística podia, num remate de altivez, concluir: "infelizmente, não contam os trabalhadores com uma voz que os defenda sinceramente".<sup>26</sup>

No mesmo sentido, lutando a favor da instituição do direito de greve, ainda no ano de 1948 a Comissão Nacional do PSB identificava como principal alvo para suas investidas os poderes legislativo e judiciário. A conquista de leis e a respectiva exigência em cumpri-las, determinada pelo judiciário, tinham prioridade sobre os demais caminhos de pressão social. Isto de certa forma aproximava a visão de poder dos socialistas dos princípios clássicos do "melhor" liberalismo, atuando inclusive na escolha do "inimigo maior das conquistas dos trabalhadores", o judiciário. Interessava condenar as prisões irregulares, as intervenções injustas e outros procedimentos: "Se o governo... tem podido praticar impunemente tais violações, é que nelas se acumpliciam, por ação e omissão, os Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, o primeiro não votou a lei de greve e a lei sindical, como lhe cumpria... (e o) Supremo Tribunal, por jurisprudência injustificável, tem negado todos os recursos... O PSB denuncia tais fatos à nação, embora enfrentando, com a verdade, dentre todos os órgãos do Estado, o mais poupado e o mais temido: o Supremo Tribunal".<sup>27</sup>

Apontada a escolha de um conjunto de procedimentos específicos dos socialistas democráticos, a forma, cabe abordar os temas básicos que lhes importava defender, suas propostas de "atua-

25 FS., 5.4.1950.

26 F S., K12.1949.

27 F. S., 20.1.1949.

ção" no âmbito do que definiam como interesse operário, o conteúdo.

Em três etapas diferentes da sua história a Seção São Paulo do Partido Socialista Brasileiro, sob a influência de forte pressão conjuntural, manobrou os temas a seguir examinados: no final da década de 1940, quando se discutia dentro do Congresso Nacional - que procurava retomar a vida democrática, ou implantá-la, no Brasil - um projeto geral de regulamentação da vida dos sindicatos, que significaria a conquista da cidadania operária; quando ocorreu a grande greve de 1953, em São Paulo, movimento que abriu nova temporada de relacionamento do poder com o mundo do trabalho; e quando, ao lado de outras forças de esquerda, defrontou-se com a crise do regime, nos anos 60, e a possibilidade de soluções novas para as relações entre Estado-empresários-trabalhadores. Essas etapas corresponderam, quase exatamente, aos três diferentes períodos de inserção do Partido nos assuntos políticos do Estado. De modo que umas e outras etapas mostram-se imbricadas quando se pretende elucidar os momentos diversos do pensar socialista.

Como vimos em capítulo anterior, no início - desde a fundação até os primeiros anos da década de 1950 - tratou-se de consolidar a organização partidária, formar sedes, reunir militantes. Foram anos difíceis em que o Partido procurou definir suas metas programáticas e garantir um espaço de diálogo com a sociedade. As frustrações eleitorais, aliadas ao frágil crescimento orgânico, geraram a necessidade de pesquisar novos caminhos. O período janista resultou de tal procura, mas acabou por criar uma situação ambígua na qual o Partido, acrescido de muitos militantes e parlamentares que adotavam sua legenda apenas formalmente, não abandonou seu programa, nem seus intelectuais deixaram de conceber propostas socialistas para as questões operárias. Apenas que estas e aqueles percorriam caminhos separados, independentes, até divergentes. Assim, emperrado pela contradição, o Partido mantinha o discurso primitivo, mas a prática constituía-se independentemente. No início dos anos 60, um pequeno grupo de militantes "autênticos" sacudiu o jugo dos janistas, mas o PSB-SP

voltou a ter a estatura acanhada dos primeiros tempos. O processo de depuração acendeu a defesa dos preceitos programáticos que se tornou tanto mais exigente quanto as condições de sua efetivação pareciam se distanciar. Ou melhor, uma nova ambigüidade assolava o PSB-SP, nesta sua terceira fase: a sociedade parecia caminhar para a esquerda, parecia colocar-se disponível para recepcionar as propostas socialistas mais radicais, mas por outro lado o Partido não conseguia aproveitar a oportunidade, não transformava em respaldo popular as suas idéias que agora deveriam estar mais de acordo com os interesses sociais. Suas propostas, mais radicais como veremos, não chegavam aos ouvidos dos operários, nem o Partido conseguia traduzir em crescimento as condições oferecidas em potencial. O golpe de 64 o apanhou em meio a esse impasse. Contudo, em todas as etapas a produção intelectual da Seção-SP foi fértil e as sugestões brotaram espontaneamente das discussões internas. Nesses anos todos não faltou munição para a luta, faltaram armas que pudessem arremessar os projéteis-idéias. Faltou partido, por assim dizer.

Acima dos principais temas operários tratados pelo Partido Socialista pairaram sempre duas idéias seqüenciais e norteadoras: a primeira constituía um objetivo, a segunda um método. Interessar-se, propor, lutar sempre pela liberdade e autonomia sindical era uma exigência básica do socialismo democrático, para a qual não encontrava apoio entre os comunistas, por exemplo, que não cuidaram da questão como assunto central de suas preocupações no período 1945-1964.<sup>28</sup> Em segundo lugar, entender que cada passo dado na conquista de direitos que libertassem os trabalhadores do poder patronal ou estatal estaria aplainando o caminho da democracia para todas as classes sociais. Havia nesse decurso alguma proximidade com a identificação do proletariado como sujeito privilegiado da história, de acordo com a formulação marxista, mas não era exatamente o mesmo conceito. Tratava-se de uma adaptação que fugia do dogmatismo, pois considerava trabalhadores em geral e democracia em geral, e não proletariado e democracia proletária. Como proximidade, porém, ambientava o

28 Ver GARCIA, op. cit., p.216.



lema do Partido - "Socialismo e Liberdade" - no ambiente do trabalho. Dali nasceria o desfecho.

Vejamos o desenvolvimento próprio de cada um dos principais problemas e de que forma o conjunto de suas soluções contribuiria para a democracia... em geral.

## **AUTONOMIA SINDICAL**

Alguns assuntos ocuparam prioritariamente a atenção dos socialistas enquanto se dedicavam a pensar o mundo do trabalho urbano. Entre eles a questão da autonomia sindical desfrutou de lugar privilegiado: era preciso "libertar os sindicatos da humilhante tutela ministerial".<sup>29</sup> No início do ano de 1948, discutia-se a regulamentação da participação dos empregados nos lucros das empresas, mas nem mesmo o aceno de uma vitória deste gênero poderia desviar o interesse maior e básico da conquista da autonomia. Isto é, sem ela as vantagens seriam fúteis, ou pior, tudo não passaria de engodo para dividir a classe: "Esta participação, constante do programa do Partido Socialista, é uma arma de dois gumes para o movimento operário. Se por um lado proporciona aos trabalhadores possibilidade de se familiarizarem com as questões técnicas da produção... por outro lado, como tem sido colocada até agora no Parlamento, levará a uma divisão do movimento operário, a uma diferenciação em camadas estruturadas na base de salário etc".<sup>30</sup>

A própria existência da instituição sindicato, nas condições de subordinação, parecia ser desnecessária. A única forma de sair do marasmo e não cair em outro tipo de submissão, os socialistas indicavam, dependeria de uma mudança de comportamento dos próprios trabalhadores, ou melhor, da sua libertação não apenas do Ministério do Trabalho como de partidos políticos ou quaisquer outras formas de poder: "Os sindicatos como organismos defensores das categorias profissionais que os integram têm sido

29 F. S., 10.6.1948, relatório da CEE pelo Primeiro de Maio.

30 F. S., 7.2.1948, Oliveiros Ferreira.

até agora de uma nulidade que chega às raias do absurdo. E no entanto, analisando a situação com imparcialidade veremos que a culpa deste estado de coisas cabe exclusivamente aos trabalhadores. Senão vejamos: poucos sindicatos estão cumprindo com as finalidades para que foram fundados. Suas atividades têm se limitado a cobrar as mensalidades dos trabalhadores e a realizar a política do Ministério do Trabalho, obrigando o desconto do imposto sindical... É preciso que os trabalhadores freqüentem os seus sindicatos e forcem as direções a tomarem medidas práticas". Para fomentar este trabalho de participação, ofereciam um verdadeiro modelo de ingerência nos assuntos internos. Deveriam os trabalhadores procurar responder, para si mesmos, uma série de perguntas: "fundou o seu sindicato alguma cooperativa?; possui o seu sindicato agência de colocações?; o seu sindicato está lutando pelo direito de greve?; possui o seu sindicato estatística sobre o custo da produção do artigo que é fabricado por sua classe, para que possa saber qual o lucro do capitalista e intervir quando este lucro é exagerado, beneficiando assim toda a classe trabalhadora?". E se restasse dúvida sobre a quem cabia a responsabilidade por mudar a situação, ajuntavam didaticamente: "se o seu sindicato não está cumprindo estas tarefas, é sua obrigação levantar estas questões no seu sindicato, caso contrário, você está contribuindo para que o capitalista explore e domine".<sup>31</sup>

Mas a questão da autonomia não se devia limitar às fronteiras sindicais. Era muito maior, envolvia uma noção de democracia que, posta em execução, alteraria as relações entre Estado e população. A insistência dos socialistas democráticos no tema devia-se à razão de interpretarem democracia sindical como o início de um processo de modernização da sociedade brasileira. Ao situar o problema na Câmara Federal, pouco após a posse do ministro Honório Monteiro, do Trabalho, Hermes Lima deixou clara toda a estratégia intelectual socialista, isto é, pretendia promover a "revolução" nas relações sociais, mas fazê-lo de molde a obter um resultado favorável a todos. O Estado se beneficiaria por não ter de temer qualquer movimento do povo; os trabalha-

31 F.S., 20.11.1948.

dores ganhariam voz e representação que os fariam assumir o seu destino com civismo, isto é, com respeito aos demais grupos sociais: "O regime de intervenção tornou-se regra normal para a vida dos sindicatos... (Assim) a política brasileira (expressa) um vício que vem desde os tempos coloniais - o medo do povo, medo do povo organizado... É precisamente essa falta de confiança na capacidade cívica do povo brasileiro... que vicia, até a medula, a política dominante no país... Pensa-se no povo... não como massa viva, movida por reivindicações, que, naturalmente, a levam a atitudes que envolvem agitações perfeitamente explicáveis e condizentes com a própria prática do regime democrático".<sup>12</sup>

Como complementação desses princípios que sustentariam a criação de uma nova realidade sindical, os socialistas também exigiam medidas concretas, objetivas, no caminho da conquista de autonomia. E o faziam tendo por base a mesma possibilidade de descaracterizar o enfrentamento social. É o que se depreende do discurso do vereador de Santo André, Syr Martins, por ocasião da visita do mesmo ministro ao município, cuja alocução não esquece os conceitos gerais, mas penetra pelo caminho da reivindicação localizada. Tais manifestações sugerem uma uniformidade de pensar que circulava da Câmara Federal até os municípios: "O sindicato deve ser livre e não amarrado ao carro do Estado... Batemo-nos pela lei de emergência que propõe uma eleição geral, por voto secreto, das Diretorias e Conselhos Fiscais dos sindicatos de todo o Brasil... No entanto, não somos contra os industriais, mas contra as injustiças sociais... A fiscalização regular de nossas fábricas é o primeiro problema local e o segundo é a falta de um restaurante popular".<sup>33</sup>

## DIREITO DE GREVE

Durante o Estado Novo o direito de greve conheceu sua quase completa supressão. A Constituição de 1937, marcada pelo corporativismo, julgava a greve e o *lockout* como recursos anti-

32 F. S., 5.12.1948.

33 F. S., 20.2.1949.

sociais, nocivos ao trabalho e ao capital, e incompatíveis com os "supremos interesses da produção nacional". Sobrepôs-se a isto a alteração promovida no Código Penal, em 1940, que "só" proibia, e punia como delito, a greve se provocasse interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo. Como os termos eram excessivamente vagos, o direito manteve-se inutilizável. Assim, permaneceu quase impedida a greve até 1946, estando o grevista sujeito a ser dispensado pela empresa interessada e a responder processo penal correspondente. No entanto, na conjuntura da redemocratização o direito foi exercido de fato. Logo após a queda de Getúlio, em abril de 1946, Dutra promulgou o Decreto-lei nº 9.070, que se constituía em pouco menos que a proibição total à paralisação do trabalho. Mas a Constituição de 1946 o incluiu como direito fundamental, sem com isso alterar as condições práticas de seu exercício, pois restava a sua regulamentação. Na verdade, o período seguinte conheceu uma situação caótica, pois estavam em vigor ao mesmo tempo o Código Penal, o Decreto-lei e a Constituição.

Em setembro de 1948, os socialistas de São Paulo reuniram-se em Convenção Estadual, na cidade de Sorocaba. Predominou a discussão do tema da regulamentação do direito de greve, pois tramitava na Câmara Federal um projeto neste sentido que pretendia reordenar a concessão do direito, de autoria do deputado Gurgel do Amaral, do PTB. Ao final dos trabalhos, a Comissão Estadual do PSB decidiu intervir firmemente na questão, atribuindo a um de seus mais importantes militantes, Antônio Costa Corrêa, a incumbência de produzir um relatório que serviria de elemento de comunicação com outros centros de decisão do Partido. O documento não apenas pretendeu reunir as sugestões de alteração do projeto, como empreendeu uma análise das razões socialistas diante do tema. Resultou um excerto exemplar da consciência de ação "realista" dos socialistas - modelo da valorização de conquista de direitos dentro da sociedade capitalista - no qual percebe-se a busca do estabelecimento de relações democráticas por meio das instituições e não a imposição de um receituário a ser seguido pela militância. Apesar de sua definição ideológica recomendar a luta pela anulação de qualquer lei que regulamen-

tasse aquele direito - que por definição deveria ser tão amplo quanto a prática das classes envolvidas requeresse - o relator via, conjunturalmente, ganho na regulamentação do projeto. Naquele momento, a greve estava regulada pela CLT e pelo citado Decreto-lei nº 9.070, de 5.3.1946, que a proibiam quase completamente, portanto, regulamentá-la constituiria avanço generalizado na legislação até então inspirada nos preceitos fascistas de poder: "os socialistas devem considerar a greve como pura manifestação concreta da luta de classes... E, como só é possível esperar que o Estado burguês intervenha nessa luta ao lado da classe dominante... a posição dos socialistas... deve ser a de lutar contra qualquer ingerência do Estado no exercício do direito de greve... (Isto) implicaria no dever de lutar contra qualquer regulamentação legal desse direito, mesmo porque toda regulamentação já traz em si uma restrição. Mas, na situação atual da sociedade burguesa... preconizar o direito de greve concedido em amplo sentido liberal... seria uma posição fora da realidade ambiente. Além disso, temos pela frente o dispositivo da Constituição Federal, que determina a regulamentação do direito de greve e, portanto, é impossível lutar contra o projeto de lei... sem ao mesmo tempo lutar contra o texto constitucional". Assim, com o intuito de melhorar o projeto de lei, os parlamentares socialistas deveriam modificá-lo procurando impedir que os conflitos ficassem inteiramente nas mãos da Justiça do Trabalho, pois ela "estará durante muito tempo estritamente subordinada ao Ministério do Trabalho e este, por sua vez, há muito está completamente entre os organismos de classe da alta burguesia brasileira".

A Justiça do Trabalho deveria apenas emitir "pareceres sem força compulsória... (e funcionar) para conciliação e arbitragem para efeito de provocar entendimentos". O projeto deveria ainda ser alterado para admitir greves por outros motivos que não os estritamente econômicos já que nas greves "políticas de protesto ou solidariedade... é que se pode manifestar e desenvolver num sentido mais elevado a consciência de classe do proletariado". Nesse caso todo o cuidado era pouco, pois não pretendiam "sujeitar os movimentos reivindicatórios operários a fins político-

partidários".<sup>34</sup> Tratava-se de um direito essencial à vida sindical e por isso parecia correto, aos socialistas democráticos, correrem o risco de conviver com a tênue distinção entre a greve política e a sujeição de movimentos sindicais a fins político-partidários. Risco ainda mais temerário quando se recorda que o PSB, diferentemente do PTB ou PCB, mantinha uma tímida inserção na organização sindical.

## IMPOSTO SINDICAL

Não houve um consenso entre os socialistas democráticos sobre a manutenção ou extinção do imposto sindical. E, ao que parece, tal consenso também não foi alcançado entre os trabalhadores ou entre os partidos que os diziam representar, não obstante a maioria das lideranças sindicais paulistas e o PTB-SP - durante os anos 40 e 50 - apoiassem sua manutenção, argumentando que transferia verba fundamental para o fortalecimento do sindicalismo. Seus opositores apresentavam como razões da eliminação a probabilidade de desvio das verbas e a sua inutilidade, pois se o trabalhador reconhecesse a importância de seu sindicato o oficialismo passaria a ser desnecessário.<sup>35</sup> De qualquer forma, no início de 1949, por exemplo, os empregados da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí haviam entrado na justiça e obtido ganho de causa contra o recolhimento do citado tributo.

Condenado unanimemente pelo PSB como criação da ditadura de Getúlio para subordinar os sindicatos, o imposto foi posteriormente admitido como mal necessário para a sustentação e mesmo ampliação da totalidade do sistema. O jovem socialista Oliveiros Ferreira, radicalmente favorável à abolição do que chamava "uma arma de dominação", ao criticar o imposto sindical o fez principalmente pelo seu uso indevido: "A grita que se levantou contra o imposto sindical... tem sido muito grande... (pois) c cobrado aos trabalhadores sob o pretexto de constituir um fundo

34 F. S., 20.11.1948.

35 BENEVIDES, op. cit., p.115.

sindical que se destinará a amparar os sindicatos... Acontece porém que... os sindicatos não fazem nada pelos trabalhadores... (c ninguém sabe) o que foi feito dos fundos que foram arrecadados à custa desse célebre imposto...".<sup>36</sup>

A opinião oficial do Partido, ou melhor sua dubiedade oficial, patenteou-se na Convenção Nacional de outubro de 1949,<sup>37</sup> na qual as divergências em torno do assunto predominaram. No entanto, a questão se colocava no interior de outra maior, geral. Esta sim, não só ocupava as principais energias dos militantes, como lhes merecia o completo repúdio: a ausência de liberdade de organização sindical.

## ELEIÇÕES LIVRES

O passo básico, fundamental, para permitir que os sindicatos representassem os trabalhadores e, então, a partir daí caminhassem livremente por seus próprios pés, era deixar que as lideranças fluíssem naturalmente, através de seus canais eleitorais. Estava bem claro para os socialistas que a ausência de eleições nos meios sindicais significava prorrogação da ditadura estadonovista para a classe operária, uma situação que eles viam como reveladora da essência do sistema, da luta de classes. Era por isso que o governo insistia em não deliberar sobre o tema, arrastando-o num processo sem fim. Honório Monteiro, ministro do Trabalho, sabedor da demorada tramitação dos projetos no Congresso, em vez de convocar eleições sindicais livres para substituir os delegados do governo, "limita-se a esperar que o parlamento se resolva a votar a lei sobre os sindicatos, para então fazer realizar as eleições... em todo o Brasil".<sup>38</sup>

No início do ano de 1948, o presidente do PSB nacional, deputado João Mangabeira, propusera um Projeto de lei sindical que alterava completamente a legislação a respeito. Mas como se

36 *F.S.*, 5.3.1949.

37 *F. S.*, 1º.11.1949.

38 *F.S.*, 20.12.1948.

tratava de matéria complexa demandando tempo de discussão no Congresso, o próprio deputado decidira, pouco depois, propor um outro projeto, simples e direto, exigindo eleições em trinta dias para todos os sindicatos. Sua meta consistia em "tirar os sindicatos do cativeiro em que se encontram, ocupados pelo governo que lhes nomeou interventores... Mas não bastam eleições... é preciso que sejam... livres de pressão, ao mesmo tempo, das claudes dos partidos e dos agentes do governo... por isso... o voto secreto no local de trabalho, em hora de serviço".<sup>39</sup> O projeto deveria representar um primeiro passo no caminho da autonomia completa e, assim, pensavam um tanto ingenuamente os socialistas, contar com aprovação generalizada. No entanto, os setores oficiais da burocracia sindical, as federações e confederações, receberam com temor a hipótese de mudança. Daí a indignada metáfora aventada pelos frustrados militantes para entender o processo: "O projeto caiu como se alguém tivesse tocado em um formigueiro onde um bando de saúvas vorazes estivesse se alimentando calmamente".<sup>40</sup> De fato a força do "reacionário" governo Dutra seria posta a favor do adiamento das decisões, e quase um ano depois o deputado Mangabeira se viu obrigado a novamente propor um projeto de emergência no mesmo sentido do anterior,<sup>41</sup> agora com mais sucesso do que o precedente.

Enfim, o ministro do Trabalho decidira permitir o encaminhamento do processo eleitoral, e marcara as primeiras eleições pós-ditadura para 12 de junho de 1950,<sup>42</sup> o que foi comemorado como uma vitória socialista, embora nem o PSB acreditasse suficientemente na concessão. De qualquer forma, a marcação de uma data não garantia a representatividade do futuro pleito, e era pela sua lisura que se passava agora a temer.

39 F. S., 12.5.1948, "Declarações do companheiro João Mangabeira sobre o anteprojeto de lei de sua autoria".

40 Id. *ibid.*, "A burocracia sindical contra o projeto João Mangabeira".

41 F. S., 5.3.1950, "O Partido Socialista exige a convocação das eleições sindicais".

42 A Portaria Ministerial nº 53 (29.7.1950) adiou as eleições para todos os sindicatos do país para 16.10 a 22.12: cada sindicato teria uma data para realizá-las. R S., 5.8.1950.



Pairava o temor da manipulação direta ou indireta do ministério, pois este órgão não deixara de exigir dos sindicatos que declarassem em que empresas a eleição iria se processar, quais os nomes dos respectivos diretores e seus telefones. Aos trabalhadores candidatos, exigia atestado de ideologia para se candidatar, o que fazia esperar que poucos candidatos independentes pudessem ser eleitos. Além disso, o Ministério do Trabalho contava com forte penetração na área trabalhista, através de alguns partidos e, os socialistas visavam impedir essa ascendência.

As eleições realizaram-se dentro do clima temido e foram, portanto, excessivamente marcadas pela presença do governo, que deixou pouco ou nenhum espaço para a montagem de chapas nascidas realmente do interesse dos trabalhadores. Essa, pelo menos, foi a opinião socialista. Tudo fora uma farsa: "Regra geral, registrou cada sindicato uma chapa única, constituída de pessoas ligadas às juntas governativas, de confiança, portanto, do Ministério do Trabalho... (Assim) o trabalhador continua amarrado às determinações do Ministério... e de liberdade sindical não desfruta".<sup>43</sup>

Entretanto, o processo entrara em curso e as vantagens da sua inauguração - em São Paulo - puderam ser observadas, posteriormente, por alguns entre os mais exigentes militantes do PSB. Nas eleições sindicais de 1954, quando ocorreu a renovação das diretorias dos maiores sindicatos do Estado, uma série de inovações foram postas em prática, e tudo, agora, parecia caminhar em "direção à verdadeira liberdade e autonomia sindical". Segundo Paul Singer, registros de chapas não foram negados e os vencidos não duvidaram da autenticidade democrática dos pleitos - o que lhe parecia significar que as eleições tinham representado a maioria dos sindicalizados das categorias em questão. Como as chapas eram primeiramente registradas na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e depois remetidas ao Departamento de Ordem Política e Social, a ingerência podia acontecer com desembaraço, porém não houve impugnação "apenas por serem antipelegas ou

43 F. S., 18.11.1950, "Eleições sindicais livres".

antipatronais, como acontecia ainda há poucos anos". Por essas razões era possível, ao jovem intelectual socialista, olhar aquelas eleições como formadoras de uma situação nova: "De um modo geral estes sindicatos refletem... as aspirações e interesses dos trabalhadores em maior medida do que em qualquer outra ocasião, nos últimos anos. Nota-se de modo geral, o desaparecimento quase completo dos 'pelegos' clássicos... Estes pelegos são substituídos algumas vezes por tendências de direita, mas que se colocam ainda dentro do campo operário".<sup>44</sup>

## PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Durante todo o período de vigência da Constituição de 1946, um seu artigo teve vida especialmente ambígua: o de número 157, que no inciso IV cuidava da participação dos empregados nos lucros das empresas. Nem foi regulamentado, nem abandonado completamente. Parecia que uma verdadeira súcia de tão amplo espectro que admitia comparsas de variadas procedências - como chefes do Poder Executivo, membros das Câmaras, líderes e comandados operários, líderes e comandados partidários - se armara, para num complô ideológico, tratar do assunto sem chegar a ponto de resolvê-lo. Afinal, havia razões para isso, era da essência do sistema capitalista que se estava tratando. E os socialistas perceberam a importância do tema, porém viveram, também eles, a sua própria ambigüidade. Ela se constituía em admitir a participação nos lucros como gérmen da sociedade socialista por vir e, ao mesmo tempo, admiti-la apenas como uma concessão melhorada da burguesia cooptadora. Mas não foi sem procurar entender os anseios vindos dos próprios trabalhadores que esses pensamentos se desenvolveram.

Tão logo o assunto passou a ocupar os interesses dos parlamentares, vários projetos de lei foram propostos, e a Comissão Estadual do PSB do Distrito Federal decidiu, significativamente,

44 F. S., 10.11.1954, "Eleições sindicais".

promover uma enquete entre membros do Partido, e não filiados, para auscultá-los sobre o encaminhamento do tema. O questionário elaborado circulou "nos meios trabalhistas e também nos círculos patronais", e, inicialmente, obteve "magnífica aceitação em todos os círculos", segundo a instituição promotora que garantia total sigilo à identidade do pesquisado. As questões, pela amplitude com que foram propostas, denotam a ausência de opinião formada e, ao mesmo tempo, o caráter aberto das intenções quanto a perscrutar o real juízo que a sociedade fazia do problema.<sup>45</sup>

Mas se a questão foi levantada pelo Rio de Janeiro, em São Paulo ela ganhou maior substância crítica. Aristides Lobo, abraçando ardorosamente a idéia, logo manifestou sua esperança em obter de fato um motivo condutor para o sucesso da democracia nas relações de trabalho. Esse poderia ser, parecia conjecturar, o elo comum entre empregados e empregadores, viabilizando dentro do capitalismo algum entendimento favorável às partes. E que se andasse depressa na regulamentação, antes que militantes pouco serenos viessem a atrapalhar a possibilidade de adaptação dos interesses: "o Congresso deve trabalhar rapidamente a fim de que a demagogia comunista não descubra no retardamento... um motivo a mais para agitações estéreis". Para atingir seu objetivo, o intelectual elaborara um anteprojeto de lei que uma vez aprovado pelas várias instâncias do Partido seria apresentado ao Congresso Nacional. O documento se caracterizava pela abrangência, estendendo aos trabalhadores a possibilidade de não apenas participar, mas de se associar ao processo produtivo: por meio de acordos estabelecidos entre si, os empregados poderiam usar a sua parcela dos lucros como capital e, portanto, reinvestir na própria em-

45 F. S., 10.6.1948, "A participação do trabalhador nos lucros das empresas". Algumas das questões propostas: "Qual... a percentagem dos lucros anuais de cada empresa que deve ser distribuída...?... a) pelo... empregador? b) pelo... Instituto de Previdência? c) pelo... Sindicato? d) por uma Comissão eleita pelos próprios empregados?; Qual o critério... mais justo...: a) participação dos empregados, considerando que o lucro resulta do esforço conjugado de todos? b) participação diferencial, tendo em vista a maior ou menor influência de cada um...?".

presa. Seria criada, em cada empresa, uma Comissão com poder de fiscalizar e representar empregados, e que discutiria até mesmo a melhoria da produção, das instalações, enfim do processo interno todo - algo próximo do que, posteriormente, definiu-se como co-gestão. A Comissão trabalharia em estreita relação com sindicatos e seria sustentada pelo recolhimento de 1%, mensal, sobre salários. Como parte dos trabalhos de tal Comissão estaria incluído o levantamento contábil da empresa, concedendo aos trabalhadores a competência técnica que nas décadas seguintes se transformaria na pedra de toque do novo sindicalismo. A organização de Comissões de Empresa havia despontado como organismo de base do movimento operário no período das greves de defesa econômica de 1945-1946. Porém, o projeto de Lobo atribuía-lhes funções mais amplas e fazia delas todo o alicerce para a construção da estrutura sindical. Enfim, um projeto realmente inovador que trazia consigo um escopo revolucionário: "uma justa distribuição das riquezas (por meio da)... harmonia entre capital e trabalho... Este anteprojeto... considera o capital e o Trabalho, impessoalmente, como propulsores equivalentes de nossa grandeza econômica. Daí considerar a porcentagem de 50% de participação nos lucros como única solução honesta e justa".<sup>46</sup>

Aristides Lobo propunha a democratização da empresa, sua abertura à participação dos empregados, algo que, hoje - quase quarenta anos depois, muitas crises do socialismo no entretanto e a falência da estatização do mercado - parece constituir o único caminho viável para a socialização da economia.<sup>47</sup> É claro que a idéia aparecia em bruto, o que não lhe retira o caráter revolucionário de sugerir um caminho específico a fim de aproveitar o capitalismo como o veículo de instituição do socialismo.

O que constituiu novidade foi estabelecer uma tática: "Temos... de considerar o lucro também sob o aspecto de sua aplicação, por um lado, na aquisição de mão-de-obra e, por outro, na

46 F. S., 20.10.1948, "Ante-projeto de lei sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas".

47 Ver, por exemplo, NOVE, 1989, p.302, e SINGER, P. *Folha de S.Paulo*, abr. 1994.

aquisição de novas máquinas e melhoramento das instalações da empresa. Sobre essa base poderiam mesmo os conselhos de empregados... estabelecer com os empregadores, acordos do mais alto alcance econômico... E eis aí o que mereceria, sem quaisquer oportunismos ou segundas intenções, o nome de capitalismo progressista. Seriam caminhos novos e mais amplos na direção de uma nova sociedade". Para eliminar filigranas na disposição de percentuais diversos para cada tipo de situação profissional dentro das empresas, Lobo propunha que o critério fosse o da própria Constituição: "a participação nos lucros deve ser igualitária entre os trabalhadores, porque todos os empregados são iguais perante a lei". Assim, não haveria ganhos diferentes dentro das empresas e todos receberiam a mesma cota. Aos Conselhos de Empregados caberia estudar, juntamente com os capitalistas, as formas de emprego dos lucros a serem distribuídos.<sup>48</sup>

Essas idéias encontraram resistência dentro das próprias hostes do PSB-SP. Sob o título "A participação nos lucros não leva ao socialismo", poucos meses após a divulgação das propostas de Aristides, e sem fazer menção a elas, a Comissão Estadual veio a público apresentar um documento no qual a questão era posta em termos "corretos". Não!, o socialismo era outra coisa - algo muito mais profundo, diriam os ortodoxos do Partido, tendo à frente Febus Gikovate, relator do documento oficial. Mais etéreo, diria o analista isento. De qualquer forma, o PSB informava que mesmo incluindo em seu programa a participação nos lucros das empresas, ela devia ser definida como uma "reivindicação imediata e transitória e só cabível no regime capitalista". Substituiria as gratificações com vantagens, porque "aquelas não são obrigatórias e são atribuídas de forma a criar um grupo de funcionários muito mais ligados aos interesses da empresa do que dos empregados".<sup>49</sup> Expurgando a ideologia realista, "conciliadora", da proposta de Aristides Lobo a direção do PSB-SP procedia como o filósofo que, identificando contradição entre as suas teorias e a

48 F. S., 20.11.1948, "A participação nos lucros e o futuro socialista das empresas".

49 F. S., 5.2.1949.

realidade, virava as costas para o problema e observava: "pior para a realidade".

Transformado em determinações oficiais, e respeitados muitos dos itens práticos da proposta, o projeto foi pormenorizado em um minucioso anteprojeto que se prestaria a discussão dentro do Partido Socialista Brasileiro e seria enviado à Comissão Nacional.<sup>50</sup> A intenção era propô-lo à Câmara dos Deputados para substituir o projeto de autoria de Paulo Sarazate, da UDN, que tramitava com chances de ser apreciado, mas continha "sérias distorções e equívocos" e entrava "em choque com a Constituição", além de outras razões, entre as quais, "por excluir os trabalhadores rurais; os trabalhadores das empresas de capital misto; por conceder 70% dos lucros aos proprietários e ainda reservar 8% para a remuneração do capital; por excluir os trabalhadores com menos de 1 ano de casa; por instituir multa à empresa faltante em valores irrisórios que são um convite à burla".<sup>51</sup>

Em 1954, os socialistas ainda se lamentavam de que "o projeto que se encontra no Senado dorme, engavetado, há anos. Dormia no tempo de Vargas, dormirá mais um pouco no governo Café". Porém, viam algumas razões para que esse entorpecimento tivesse fim. O novo governo havia agitado o problema "após os acontecimentos de agosto, apenas para granjear simpatias populares". No entanto, isso levava o Senado a se manifestar, no mínimo tendo de adiar sistematicamente a discussão. De outro modo, os trabalhadores, parecia-lhes, haviam percebido "que se não lutarem - e se não lutarem com firmeza - não vencerão a partida". Afigurava-se, também, que um grito de alarme já fora emitido pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo, que decidira reclamar da morosidade do Senado. Menos exigente do que no passado recente, o PSB admitia o projeto Sarazate, mas alertava para o que definia como um sério problema: como fiscalizar as contas das empresas? E alvitrava uma solução, revolucionária em si mesma, desde o início aventada: "Será necessário criar comissões de

50 F. S., 15.6.1949, "Ante-projeto de lei sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas".

51 F. S., 1º.2.1950, "O projeto Paulo Sarazate sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas", Freitas Nobre.

fábrica, de usina, de fazenda, de escritório e de loja, incumbidas de fazer estudos e levantamentos desses lucros e dessas operações". Mas como se tratava de solução radical, era preciso que a iniciativa partisse dos próprios trabalhadores: "constituir Comissões desde já, e sem associação com os patrões".<sup>52</sup>

## PROJETO MANGABEIRA

O projeto de lei sindical proposto pelo presidente do PSB, João Mangabeira, ao Congresso Nacional no início do ano de 1948, reunia quase todos os pontos fundamentais para uma vida sindical democrática, pontos esses que correspondiam, embora não exatamente, aos temas acima identificados. Mas, não era um projeto socialista, o autor mesmo o dissera. Ele nem sequer fora designado para a Comissão Mista de Leis Complementares que estudara o assunto porque fosse um deputado socialista, e tinha mais, nela era o único pertencente a sua agremiação. Por isso não havia consultado o Partido quando da propositura. Nem adiantaria, declarou: "Elaborei um esboço que pudesse ser aceito por uma Comissão, depois por uma Câmara e, no fim, por um Congresso que não é socialista". Muito justo, pensava ele, ter sido uma empreitada isolada. Mas, não era uma ação isolada, afirmava ao apresentar o projeto. Mangabeira não abdicara de suas posições: "É de tendência socialista..., teria sido um insensato se houvesse feito um esboço de anteprojeto rigidamente socialista, mas destinado a ser rejeitado *in limine* unanimemente".<sup>53</sup> Apesar das justificativas, seu trabalho provocaria um verdadeiro rebuliço no interior do PSB, com ferrenhos adeptos e abnegados opositores, que nem sempre mantinham a mesma opinião por muito tempo.

O documento se caracterizava pela tentativa geral de "libertar os sindicatos da intervenção tanto do governo quanto dos partidos", mas especificamente pretendia, conforme o próprio Manga-

52 F. S., 10.11.1954, "Vai começar a luta pela participação nos lucros".

53 F.S., 10.4.1948.

beira, transferir as "eleições sindicais para os locais de trabalho para impedir pressão dos agentes do governo ou dos grupos de choque dos partidos". De outro modo, propunha a criação de "Tribunais Sindicais que só cuidem das questões de eleições ou divergências entre órgãos sindicais - nada tendo a ver com a justiça do Trabalho - serão dois juizes, um nomeado pelo presidente da República, outro pelas Federações Sindicais". E, além disso, apresentava a tentativa de formar núcleos de poder dentro das empresas, mas sem conceder autonomia às comissões de trabalhadores, diferentemente da "radical" moção de Aristides Lobo, vista acima. No projeto Mangabeira cada empresa contaria com delegados sindicais, eleitos pelos empregados, "que se juntarão aos representantes da diretoria da empresa para formar a Comissão Conjunta que deve conciliar os interesses de empregados e empregadores de modo que a empresa funcione como uma comunidade produtiva". O anteprojeto também defendia a unidade sindical: "sindicato só poderá se constituir se reunir um quarto dos membros da profissão. Assim, é praticamente a unidade embora ironicamente torne possível a pluralidade". Para o presidente do PSB a unidade teria de partir da vontade dos trabalhadores. Pouco após sua apresentação, o próprio Mangabeira incluiria entre os pontos principais do projeto a intenção de "impedir a dilatação das rendas sindicais, estabelecer as regras e criar os órgãos capazes de defendê-las... Empregar o saldo do Fundo Social Sindical exclusivamente no serviço de alfabetização e amparo dos empregados".<sup>54</sup>

A Comissão Municipal de São Paulo condenou o procedimento de Mangabeira, por ele ter primeiro apresentado o projeto à Câmara e só depois o ter entregue à discussão no interior do partido. Não era motivo de censura o fato de não se constituir numa moção de conteúdo socialista, pois "o parlamento não o é". No entanto, a Comissão observava: "Evidentemente, o projeto tem vários defeitos e alguns a nosso ver muito graves, dando poderes ao governo para controlar - ainda que disfarçadamente - a vida sindical". Outras desvantagens eram enumeradas didática-

54 F. S., 1º. 6.1949.



mente para acentuar as divergências entre a Comissão Municipal e o anteprojeto:

1º) a CM se opunha à sindicalização por profissões: "Os sindicatos por profissão isolam em compartimentos estanques os vários setores da classe operária, criam um certo espírito de casta e, o que é mais importante, impedem que os empregados de uma mesma fábrica ou empresa lutem contra o patrão por meio da ação sindical";

2º) a CM aprovava a sindicalização dos empregados públicos, "mormente nestes tempos em que a tendência geral é a centralização da economia nas mãos do Estado", mas não concordava que a regulamentação ocorresse por "lei especial", como indicava o projeto: "cremos que, sendo idênticos os problemas dos trabalhadores, a mesma lei deve servir para todos";

3º) discordava de que os sindicatos devessem agir dentro do respeito à Constituição, pois nos tempos de "reação que atravessa o Brasil, os 'princípios democráticos' da Constituição são letra morta. E o são ainda mais quando, por exemplo, ela condena os processos violentos de luta social - a greve, portanto, para nossos pacatos e endinheirados burgueses";

4º) observava que "o companheiro Mangabeira" era contra a dependência dos sindicatos aos partidos, mas seu projeto no art.7<sup>2</sup> cometia falha: "a solução (do problema) por ele apresentada é demasiado perigosa para o movimento operário... Quando um partido político, fazendo-se porta-voz dos trabalhadores, apresentar e defender medidas no parlamento e os sindicatos emprestarem sua colaboração a tais medidas, poderão ser acusados de estarem a serviço do partido";

5º) Mangabeira fazia mal em manter o imposto sindical compulsório que "serve para justificar a intervenção ministerial nos sindicatos... A alegação de que sem o imposto os sindicatos não vivem, não procede. O passado está aí para mostrar que antes da inovação getuliana, os sindicatos existiam, legalmente ou não, lutavam bravamente...";

6º) o projeto mantinha os sindicatos controlados, agora não mais pelo Departamento do Trabalho, mas por tribunais sindi-

cais: "De uma maneira geral somos contra a existência de órgãos controladores da vida sindical... (ainda mais) nos tribunais a representação dos sindicatos constitui absoluta minoria". Os sindicatos deviam ser livres para estabelecerem seus estatutos.

Fim da sindicalização por profissão, legislação única para todo e qualquer sindicato, permissão para os sindicatos fazerem política, anulação do imposto sindical, sindicatos autônomos sem controle estatal - eis as propostas de mudança no projeto Mangabeira com as quais a Seção-SP estava de acordo. Porém, o que transparece nos documentos paulistas e o caráter radical das sugestões, tal como se, ao interpretar as intenções de Mangabeira, o reputassem excessivamente moderado. Tanto foi assim que meio a contragosto reconhecia: "Apesar de não ser uma lei socialista - infelizmente - apesar de ainda manter os sindicatos acorrentados ao Estado, apesar de todos os defeitos apontados, cremos que o projeto terá vida curta". Responsáveis pela falência antecipada seriam "o ambiente reacionário que infecta o palácio Tiradentes, aliado à necessidade da classe capitalista buscar a saída para o impasse em que se encontra numa ditadura...".<sup>55</sup>

Para corroborar estas análises da CM de São Paulo, a *Folha* publicava, na mesma edição, um artigo do militante Eduardo França, com o mesmo teor, mas acrescentando uma espécie de reprimenda a Mangabeira: "a adaptação (das leis) ao atual momento deve caber unicamente aos interessados no regime vigente e não aos socialistas". A admoestação encontrou apoio nas palavras de Oscar Pedroso D'Horta, para quem o anteprojeto de Mangabeira não precisava ser socialista, mas "aos socialistas compete... trabalhar no sentido de introduzir elementos progressistas na legislação da atual sociedade burguesa. De outro modo, aliás não teria sentido a nossa atividade parlamentar. Um deputado socialista será, sempre, um socialista deputado".<sup>56</sup>

Esses arroubos de purismo doutrinário não levaram muito tempo para arrefecer. Quando o projeto começou a sofrer críticas

55 F. S., 10.3.1948, "O projeto de lei sindical", documento da CM, Oliveiros Ferreira.

56 F. S., 10.4.1948, "Coisas boas e más do anteprojeto da Lei Sindical".

acerbas de outras personagens políticas externas ao Partido, estabeleceu-se um certo consenso. Os ataques vinham dos que "desejam conservar o atual estado de coisas na vida sindical, o ministro, senhor dos sindicatos e os burocratas". Ocorre que Morvan Dias de Figueiredo, ministro do Trabalho, urdira a apresentação de um projeto substitutivo ao de Mangabeira e colocara a Confederação Nacional dos Trabalhadores, "o falso 'órgão central' que saiu da farsa que foi o Congresso Sindical de 1946", contra o projeto: "Há, assim, urgente necessidade de mobilização dos setores conscientes da classe operária em defesa do projeto Mangabeira. Esse pode ter os defeitos que tiver, mas é ainda a única saída para o impasse em que se encontra a vida sindical brasileira".<sup>57</sup> Havia de se estar alerta, pois os opositores, guiados pelo ministro, "não raras vezes (são) membros da própria polícia política" dentro dos sindicatos.<sup>58</sup> Mas o anteprojeto também recebia apoios externos, como as declarações à imprensa do Rio, do presidente da Juventude Operária Católica, Francisco Tussini, que lutaria pelo documento de Mangabeira, pois a CLT era "cópia da famigerada 'carta del lavoro'".<sup>59</sup>

A fim de organizar a posição de São Paulo com relação à discussão, a Comissão Executiva Estadual (CEE) decidiu produzir um documento oficial que se caracterizava por procurar equidistância entre as posições até então adotadas. A CE condenava e aprovava, ao mesmo tempo, o documento proposto ao Congresso e, como sinal da completa liberdade de debate no interior de suas fileiras, publicava ao lado da sua opinião uma manifestação da Comissão Nacional, apoiando integralmente o projeto Mangabeira. A CEE afirmava que:

- a lei devia se limitar a garantir os direitos dos sindicalizados e assegurar o funcionamento das instituições, não deveria criar qualquer organismo que se imiscuísse no meio: "a unidade sindical dos trabalhadores, que é um ideal a ser atingido, não pode

57 F. S., 10.4.1948 "Projeto Mangabeira sob os primeiros ataques", de O. Ferreira.

58 F. S., 12.5.1948.

59 Id. *ibid.*, "JOC apóia o projeto da Lei Sindical".

ser alcançada por meio de leis... ela deve ser obra dos próprios trabalhadores... Tanto a direção dos sindicatos, como a gestão dos seus fundos são questões de exclusivo interesse dos trabalhadores". Com isso investia diretamente contra a proposta de Mangabeira que criava Tribunais Sindicais e Comissões de Empresa com a participação dos empregadores;

- deveria existir liberdade para os sindicatos se formarem por empresa, e não se deveria forçá-los a se constituírem por profissão;
- o imposto sindical devia ser abolido etc.

Mas se essas eram razões para corrigir o anteprojeto, a CEE via outras para que fosse louvado: a criação de delegados sindicais de empresa; eleições nas empresas; voto secreto em assembleias para declarar ou suspender greve; justiça comum cuidando dos conflitos internos aos sindicatos; plena autonomia das assembleias; extensão dos direitos sindicais a todas as categorias (agrícolas, domésticas, funcionários públicos etc); voto para analfabetos nas eleições sindicais.<sup>60</sup>

Assim colocado o assunto, deixava de ser alvo de condenação doutrinária absoluta e tomava o caráter de matéria de discussão realmente aberta, cabendo correções e não sentenças de reprovação. De qualquer forma a CEE prometia dar um passo final na questão com a realização da II Convenção Estadual de São Paulo, de 4 e 5 de setembro, em Campinas, à qual o próprio Mangabeira prometera comparecer. Nesta reunião, estando Febus Gikovate encarregado de analisar o anteprojeto, desempenhou sua tarefa nos moldes do intelectual incomplacente que sempre fora, e expôs apenas os pontos de vista contrários à matéria. Porém, Mangabeira, de fato presente, usou da palavra "durante mais de uma hora, analisou item por item... recusando-os em sua maioria". Estava cristalizado o impasse. Porém, ao final dos trabalhos, encontrou-se uma saída lógica por meio de uma moção de Wilson

60 F. S., 15.8.1948, "Completa autonomia e liberdade sindicais", da CEE para a Comissão Nacional. O documento da Comissão Nacional recebeu como título: "Em defesa da autonomia sindical".

Rahal que, tornando uma fraqueza argumento forte, observou que se não "houve oportunidade até agora, para ser fixada uma política sindical do Partido", não havia definições exatas para serem defendidas, portanto, também não havia princípios cerrados para os socialistas não aprovarem o anteprojeto. Além disso, sugeriu que se votasse a afirmação de que "nas condições políticas atuais do país, e nas condições dos representantes socialistas num parlamento capitalista", era urgente defender o projeto Mangabeira pois a "legislação sindical pode ser ainda piorada". A moção foi votada e aprovada com uma ressalva que se providenciasse urgentemente uma "política sindical nacional" para o PSB. Ressalva, aliás, apenas retórica, uma vez que o anteprojeto se constituía na solicitada política.<sup>61</sup>

Obtida a unidade interna, partiu-se para a luta pela aprovação do anteprojeto que, de resto, sabiam todos os socialistas de tendências variadas, era árdua. Um ano após aqueles debates Mangabeira ainda deblaterava contra o retardamento da votação no Congresso. Tendo visitado pessoalmente o ministro do Trabalho em busca de um caminho para obter a aprovação, acusava vagamente alguns inimigos: os comunistas, que "apesar de dizerem o contrário, o que lhes convém na hora é a manutenção do que está aí", mas, especialmente, os seguidores do "ídolo da pobreza" ou do "pai dos pobres", e também os "barões da indústria, os milionários que se arvoram em protetores do operariado e os burocratas que julgam perder prestígio" com a aprovação da lei.<sup>62</sup> Antônio Costa Corrêa, de São Paulo, em nada ligado à grande política nacional, punha o dedo na ferida e identificava diretamente as razões do retardamento. Apontava a política do próprio ministro do Trabalho que, conivente com "Dioleciano de Almeida Cavalcanti pelego-mor da burocracia sindical, líder do CNTI, Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria", estava incrementando "o Congresso dos Pelegos" com o objetivo de "promover uma demonstração de força contra o projeto de autoria do

61 F. S., 20.9.1948.

62 F. S., 1º.8.1949, "Sabotada a lei sindical", entrevista de Mangabeira "à imprensa do Rio".

deputado socialista João Mangabeira... O pavor dos burocratas aumentou muito depois que a Igreja Católica, interessada em transformar os Círculos Operários Católicos em sindicatos, passou a apoiar a liberdade sindical".<sup>63</sup>

Antônio Costa Corrêa e os socialistas esperavam que "o Congresso dos Pelegos" não desse em nada. Deu, o projeto Mangabeira jamais voltou à discussão.

### GREVES DE 1953

O ano de 1953 foi especial para o PSB-SP. Nas eleições de 22 de março, concorrendo à prefeitura da Capital em aliança com o PDC, o Partido elegeu Jânio Quadros, que seduzira o eleitorado prometendo realizar um governo de radical oposição ao populismo Adhemarista, até então soberano na política estadual. Boa parte do operariado da cidade apostara na novidade que consistia em elevar um irrequeto e polêmico vereador ao cargo máximo do município. O PSB via tudo isso como uma vitória das forças democráticas, do altissonante "Movimento Popular 22 de Março". Na montagem do novo governo os socialistas pareciam primar, ocupando secretarias fundamentais e movimentando-se como os principais mentores dos novos tempos. Julgavam que o movimento operário acompanhasse também aquelas ações, mostrando maior "consciência de classe". De maneira que a movimentação naquele setor afigurava-se a eles como o despertar para um mundo novo. Foi então com essas lentes teleológicas que enxergaram a real, porém limitada, evolução das relações entre o poder instituído e a classe trabalhadora, em que as greves de 1953 se constituíram. Avaliadas como greves dos 300 mil, portanto um movimento de massas e só por isso uma vitória de arregimentação, elas significaram um sucesso quanto à satisfação das reivindicações, pois ao seu término houve de fato um aumento generalizado dos salários. Mas o que mais salienta como conquista foi ter o movimento

63 F S., 1º.9.1949.

logrado, na prática, instituir o direito de greve no Brasil. Segundo o professor Francisco Weffort, "as massas populares começavam a fugir aos controles difusos tradicionais da política populista".<sup>64</sup> Mas a luta para tanta mudança foi árdua e demorada.

A greve, que se estendeu de março a abril, começou com os têxteis, logo seguidos pelos metalúrgicos, marceneiros, vidreiros e gráficos. Das duas primeiras categorias, os presidentes dos sindicatos, respectivamente, Nelson Rustici e Remo Forli, foram os principais líderes de todo o movimento. O primeiro era petebista e o segundo muito próximo ao PSB-SP, tanto que chegou, no ano seguinte, a disputar eleições para a Assembléia Legislativa pela sua legenda,<sup>65</sup> e até 1964 pertenceu aos seus quadros. Foram 29 dias de paralisação, durante os quais as manifestações de rua ocorreram impetuosamente e a repressão exerceu-se em todos os níveis, tanto pela Polícia Política como pela Militar. Os veículos de comunicação de massas deram a sua não modesta contribuição para a desmobilização dos trabalhadores, e a Delegacia Regional do Trabalho atuou no sentido do cerceamento da liberdade sindical, por meio de métodos inusitados, conforme denunciou Rustici: "a DRT depois de intervir policialmente contra as categorias em greve, interveio diretamente contra os sindicatos através do congelamento de seus recursos bancários, inclusive dos depósitos provenientes das rendas próprias".<sup>66</sup>

A participação direta do PSB nos acontecimentos foi frágil, tal como sua inserção no mundo operário. Maria Vitória Benevides observa que, no cômputo geral, três forças estiveram presentes na movimentação que precedeu a greve e na sua condução: "1. o PTB que tenta aliança com janistas; 2. sindicatos comunistas; 3. trabalhismo independente".<sup>67</sup> É bem provável que alguns socialistas democráticos avulsos estivessem integrados a uma das denominações genéricas apresentadas, pois o Partido adotava justamente uma linha de não-intromissão nos assuntos internos dos

64 O *populismo...*, p.20.

65 *F.S.*, 20.7.1954.

66 *Última Hora*, 2.5.1953, apud BENEVIDES, 1989, p.123.

67 BENEVIDES, op. cit.

sindicatos. É possível que isso ocorresse por causa de sua incapacidade de participação, mais do que a incapacidade decorresse da linha adotada. Mas a verdade é que elas apareciam imbricadas.

Tal situação levou analistas a um entendimento precário da posição dos socialistas democráticos de São Paulo. É o caso, por exemplo, das comparações que se estabelecem entre o comportamento dos comunistas e dos adeptos do PSB, quanto a questões específicas ligadas à preparação da greve: "os socialistas não parecem ter dado muita importância à tarefa de organizar a classe operária em comissões de empresa, embora eles não estivessem alheios à sua formação nem desprezassem seu papel". Não se tratava de atribuir ou não importância, mas de se eleger um caminho diverso para a organização dos trabalhadores.<sup>68</sup> Pouco após a greve, o Partido estava tentando promover uma instituição na qual a ação dos partidos fosse diluída, e aparecessem os militantes operários diretamente, como tais. Tratava-se do MOS - Movimento de Orientação Sindical - para cujas reuniões, "a se realizarem no Centro de Cultura Social, à Rua José Bonifácio, nº 387", o PSB conclamava a presença de todos os socialistas: "Uma entidade destinada a lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos... O MOS é integrado por elementos de várias filiações partidárias e políticas e por elementos sindicalistas independentes que pretendem levar adiante um programa de frente única contra qualquer interferência governamental... nos sindicatos operários. Um dos pontos básicos do MOS é combater o partidarismo político no seio dos sindicatos".<sup>69</sup>

Diametralmente oposto fora o comportamento do PCB na conjuntura, já que investira todas as suas forças, que não eram poucas, na penetração nos sindicatos e implementação de suas linhas. Explica J. A. Moisés: "A atividade dos comunistas na fase preparatória e mesmo durante o transcorrer da greve se dirige diretamente na direção de criar comissões sindicais de empresa, isto é, organismos de base subordinados aos sindicatos, o que é, certamente, diferente de organizar na base com autonomia e in-

68 MOISÉS, 1977, p.12.

69 F S., 5.6.1953, "Movimento de Orientação Sindical".



dependência... Tratava-se de preparar, na base, a política de penetração nos sindicatos oficiais".<sup>70</sup>

As opiniões, sugestões, sentimentos e a prática dos socialistas democráticos durante o processo de greve foram preservados por uma série de artigos redigidos pelo encarregado de questões operárias da *Folha Socialista*, Paul Singer. O primeiro artigo da série foi publicado em meados do mês de junho, portanto, dois meses após o encerramento do conflito - um tempo suficiente para pensar os acontecimentos sob a forma de balanço, de estudo mais do que de militância. De qualquer forma, deve-se observar que o autor era então uma jovem liderança entre os metalúrgicos. Nos textos citados despontam as vitórias obtidas, as denúncias contra os órgãos de poder implicados na defesa dos interesses contrários aos trabalhadores, mas ao mesmo tempo e mais fortemente, a oposição, melhor dizer, a aversão à atuação dos comunistas, vista sempre como prevalecendo-se de pequenas conquistas: volúvel, inescrupulosa a ponto de colocar em risco a melhor política e até a vida dos trabalhadores para satisfazer escusas condutas políticas.

A própria montagem dos fatos para descrição dos primeiros lances do movimento segue o desígnio identificado. No artigo publicado em 20 de junho, o autor informa que um órgão supra-sindical denominado Comissão Estadual de Combate à Carestia havia entregue ao governo do Estado um memorial contendo reivindicações dos trabalhadores. Isto fora feito por meio de uma passeata pelo centro da cidade que terminou em frente ao Palácio do Governo. Ficou-se de fazer nova passeata para apanhar a resposta, mas nesse ínterim estourou a greve. A polícia passou a reprimir qualquer passeata e também as reuniões da CECC, que iriam ocorrer na sede dos bancários. Singer procura mostrar que nem os trabalhadores, nem os líderes dos sindicatos mais importantes - que eram os citados Remo Forli e Nelson Rustici - queriam a marcação de uma segunda passeata nessas condições, mas os comunistas forçaram manobrando para levar a decisão sobre a passeata para as assembléias dos sindicatos, onde poderiam fazer

70 Op. cit., p.16.

maioria: "Nestas logo se delinearão os campos: de um lado, a favor, os estalinistas e seus amigos; do outro, contra, a maioria dos dirigentes responsáveis... Estava claro que a passeata seria, como de fato foi, nociva ao movimento grevista, tanto por ser um desgaste inútil de forças... como pela ausência de qualquer palavra de ordem positiva pela qual se pudesse lutar. No final a passeata serviria para provar quem é mais forte, nós ou a polícia. Nas assembleias sindicais os estalinistas foram vitoriosos. Dezenas de milhares de operários foram à praça da Sé... para serem atropelados pela cavalaria da Força Pública, espancados a cassetete". É evidente, e veemente, a condenação à polícia, mas o texto lembra firmemente a "irresponsabilidade daqueles, que por mero interesse no máximo de confusão, não hesitaram em atirar os operários contra a polícia pelo mais fútil dos pretextos".

Quanto à partidização propriamente do movimento, o socialista não tinha dúvidas de que ela não ocorrera de forma a desvirtuá-lo por ação dos próprios operários, que impediam os comunistas de se locupletarem mais acintosamente: "quando feito abertamente e inabilmente... (o desvirtuamento) era geralmente repellido pela esmagadora maioria; quando, porém, era subtilmente introduzido, a maior parte do operariado mostrava-se indiferente. Assim, por exemplo, conseguiu-se impedir, com apoio geral, um convite para assistir a um ato póstumo em homenagem a Stalin... Em compensação foram aprovados votos de louvor ao *Hoje*... É claro que num movimento dessa natureza, o mais forte dos partidos que nele se achavam representados, tira certas vantagens no campo da doutrinação e do proselitismo.... O PCB se aproveitou da situação sem nenhum escrúpulo".

Além da ação do PCB, outras questões preocupavam um socialista democrático: entre elas o futuro do movimento operário. Parecia-lhe um caminho natural a formação de um órgão central que estabelecesse a "unidade de ação da classe", uma noção adequada ao pensamento do proletariado como agente privilegiado da história. Singer observava que não houve acordo anterior entre os sindicatos para deflagrar a greve, apesar de terem iniciado quase simultaneamente, e foi durante o seu desenvolvimento que se percebeu a importância de unificar as reivindicações. Essa espontaneidade-unidade, correspondente à liberdade-planificação

no pensamento socialista deveria ser preservada: "apesar de haver um comitê intersindical, as greves continuaram em separado; com seus piquetes próprios, assembléias próprias... A intersindical mostrou de uma maneira objetiva a necessidade de uma central sindical. O comitê formado não pode desempenhar este papel integralmente, mas mesmo assim foi bastante importante como centro coordenador e de troca de informações e experiências... (A intersindical foi) aprovada entusiasticamente por uma grande assembléia ocorrida no antigo hipódromo da Mooca".

Quanto às práticas de certa forma clandestinas de oposição, ocorria-lhe enfatizar "o comportamento da imprensa e do rádio burgueses (que) foi o mais danoso possível à greve; nos últimos 15 dias de duração desta podia-se ler nos cabeçalhos e ouvir nas emissoras, quase todos os dias: a greve vai terminar dentro de 24 horas... Se isso foi feito por cálculo ou por amor ao sensacionalismo, é difícil de dizer, embora eu esteja inclinado a crer que seja por ambas as causas. Um único jornal fez exceção a esta greve: o *Hoje*". E, de forma condizente, com a capacidade crítica demonstrada pelos socialistas em outras ocasiões, Singer via progresso na atuação da polícia, não sem deixar de denunciar a razão mesquinha dessa evolução: "Como se comportou a polícia? De modo geral, favorável aos patrões, o que era de se esperar. A novidade neste caso é que, apesar dos atos de selvageria praticados durante a passeata, a polícia agiu com menos excessos do que costumeiramente: os piquetes eram geralmente aprisionados, mas facilmente soltos...; os dirigentes da greve não foram incomodados... Qual a razão disto? Creio que, em primeiro lugar, política: tentava-se reconquistar o prestígio no seio da classe operária da cidade, que nas eleições para a prefeitura demonstrara notável independência política; só em 2<sup>o</sup> lugar, de forma bem menos definitiva, jurídica: deseja-se criar um direito de greve limitado, sem piquetes, sem fundos, sem propaganda. É a regulamentação prática do dispositivo constitucional".<sup>71</sup>

De fato as greves de 1953, marcadas pela celebração do Pacto dos Quatro Sindicatos, inauguraram a possibilidade de uma

71 F. S., 20.6.1953, "A greve dos metalúrgicos".

atuação em conjunto dos trabalhadores. No ano seguinte, lavrando esse solo já semeado, tornou-se viável constituir o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) dirigido por Salvador Romano Losacco que unindo sindicatos da Capital do País deu origem ao Pacto de Unidade e Ação (PUA). Este, por sua vez, esteve na base da formação do CGT - Comando Geral dos Trabalhadores - que atuou nos anos críticos que antecederam a ditadura militar sob a orientação comunista. Ou seja, as greves de 1953 foram pródigas em plantar para o futuro, o que não passou despercebido ao tino do intelectual do PSB, pois em artigo posterior apontou, perfeitamente, a prenhez socialista da ocasião: "(Foi) uma demonstração magnífica de força e combatividade da classe operária paulista... As greves de março-abril... (significaram) a conquista, pelo menos temporária, do direito de greve, em São Paulo e talvez no Brasil... Criou-se um novo ambiente dentro da fábrica: operários de cabeça erguida, cômicos de sua força, dispostos a afrontar novas lutas com vigor e coragem. Travou-se uma grande batalha da luta de classes, de profundo conteúdo socialista, coroada com uma vitória proletária, que é preciso fazer justificar".<sup>72</sup>

O que Singer e os líderes socialistas democráticos esperavam, no entanto, era que o movimento por eles implementado, o MOS, satisfizesse as necessidades de organização da classe operária e então se impusesse como organismo autônomo e aberto ao diálogo com as diversas correntes de esquerda. Almejavam, também, formar um movimento que não constituísse com os sindicatos uma estrutura dual de poder, mas que suplementasse aquelas organizações, especializando-se no trato do político. Enfim, que não adotasse, como o PUA ou o CGT vieram a adotar, o caráter dual e de ação subordinada ao PCB. Num texto - apesar de marcado pelo vezo revolucionarista - em que o PSB fazia uma análise das condições da classe operária e o reforço da convocação para o MOS, aquelas expectativas aparecem vivamente: "...em lutas memoráveis como as que agora assistimos, (os trabalhadores) extravasam em greves de massas os limites legais e arrastam consigo leis e decretos-lei, regulamentos e portarias - para afirmar de for-

72 F. S., 5.7.1953, "A greve dos metalúrgicos" (continuação).

ma soberana a arma máxima do proletariado em luta: a greve. É dessa contradição que nasce a dinâmica presente do movimento operário: a luta por um sindicato autônomo e livre, contra o peleguismo oficial, luta esta que traz em si, as condições para a tomada de consciência de classe por parte dos nossos trabalhadores, o aumento da sua combatividade, a ascensão a formas superiores de luta... (Para) aprofundá-la tornou-se mister formar uma frente comum de... católicos, socialistas, anarquistas, independentes, num combate de dois frentes: o do trio pelego-patrão-polícia... e o formado pelos membros de cada seita política, que... freqüentemente trai e prejudica a classe que diz servir... Em vista disso, um grupo de militantes sindicais e operários, reuniu-se em maio deste ano e resolveu fundar uma organização de luta operária: o Movimento de Orientação Sindical, que, lentamente, vai se preparando para desempenhar um papel de vanguarda na luta pela formação de um verdadeiro movimento operário brasileiro, livre e autônomo...".<sup>73</sup>

Mais de um ano depois, tendo o MOS falido completamente e a estratégia comunista apresentado sucessos significativos quanto à infiltração na estrutura oficial dos sindicatos, o responsável pela análise da questão operária no PSB-SP voltava à carga, buscando um veio através do qual seus companheiros socialistas pudessem colocar suas propostas democráticas no interior do movimento de trabalhadores. Desta vez, tendo "todo o presente" tomado um rumo inadequado para seus propósitos - afinal se o ano de 1953 parecia auspicioso, o seguinte encarregara-se de desfazer o encanto - o PSB iria procurar no passado um alento para sua causa. O passado se prestava bem para a ocasião, pois além de se constituir em patrimônio comum a toda a esquerda e, portanto, passível de ser considerado um lastro para uma corrente que contabilizava modesta atuação no Brasil, representava idealmente um movimento operário não oficial, sem getulismo e seus aliados stalinistas. Por isso, primeiramente, o documento traçava um perfil conservador do domínio comunista aliado aos pelegos: "Elementos mais ativos, do Partido Comunista... dominam de

73 F. S., 5.8.1953, "Bases de luta do MOS", Paul Singer.

fato o sindicato, principalmente através das assembleias impondo às diretorias os rumos a seguir... O Partido Comunista obteve importantes vitórias, geralmente apoiando as diretorias já existentes, mesmo quando se trata de elemento completamente descreditado... (Há) um desejo evidente por parte dos trabalhadores de conservar os frutos de suas conquistas anteriores. O Partido Comunista tem tentado se aproveitar ao máximo deste espírito Conservador..., (tem procurado) compactuar com aqueles que, desde que possuam a máquina sindical, procuram-se aproveitar, egoisticamente, da luta e das necessidades da classe operária". Era aí, justamente, que o passado de glórias sindicais, sobretudo anarquistas, vinha em socorro do moderno socialismo pluralista: "Diante desta realidade... cabe aos socialistas serem os propagadores de um novo espírito velho, que data desde o início do movimento operário: o de que apenas a luta por objetivos cada vez mais amplos, luta sempre mais audaz e intransigente, pode preservar o movimento operário da estagnação e da decadência".<sup>74</sup>

Se a estrutura organizacional continha sérios defeitos, pelo menos a classe parecia, aos socialistas, estar despertando de um longo sono, o que constituía razão de esperança, mesmo que remota: "Nestas eleições... as chapas... apoiadas pelas diretorias cujos mandatos se encerram, têm sido vitoriosas... o que demonstra que a maior combatividade demonstrada, nos dois últimos anos pelos sindicatos, apesar de seus numerosos erros e mesmo traições, impressionou favoravelmente a massa operária, em comparação com a pasmaceira e indiferença anteriores".<sup>75</sup>

## ANOS 60: ENFRENTAMENTO

As idéias socialistas sobre o mundo do trabalho conheceram alterações significativas no início dos anos 60. Não ocorreram mudanças substanciais nos conceitos, mas na forma como estes deveriam ser implementados. Essas alterações estão virtualmente

74 F. S., 10.11.1954, "Eleições sindicais", Paul Singer.

75 Id. *ibid.*

ligadas à fabulosa movimentação sofrida pela sociedade brasileira no mesmo período.

O projeto econômico brasileiro, apoiado na substituição de importações, estava nos seus estertores, e a inflação despontava como sintoma de crise econômica. Camadas sociais opostas quanto à participação na renda nacional pareciam estar num conflito terminal e suas querelas se apresentavam tanto no campo como nas cidades. Tudo se tornara cambiável, até o socialismo parecia possível. Era uma fase de intenso engajamento. Setores populares se agitavam e isso, em si, era suficiente "para despertar anseios e sugerir caminhos, até então inimagináveis... Era difícil não ser contaminado naquele período de perspectivas tão variadas. Tudo parecia próximo e acessível, 'ali na esquina', como se diz".<sup>76</sup> Para ficar nos aspectos dinâmicos, perceptíveis genericamente: tinha-se Brasília; uma industrialização evidente no ruidoso trânsito das cidades; havia a música cativante que do Rio de Janeiro se irradiava para o mundo, a bossa nova; o cinema novo; a TV se disseminava; os CPCs revolvendo séculos da cultura da dominação; nos teatros o protesto ganhara novas tribunas; através dos meios de comunicação o futebol campeão do mundo imprimia autoconfiança ao brasileiro; as massas nas ruas atestando uma urbanização frenética; Jânio, presidente vindo do nada, a sugerir que qualquer um... Depois assumira Jango, na crista de um furacão provocado pelos impasses da política populista: era a esperança do poder para as esquerdas. Estas sonhavam, embaladas pelo exemplo de Cuba, o sucesso contra todo o imperialismo, contra tudo que era conservador.<sup>77</sup> Tanta oportunidade, tantos caminhos. A velha hegemonia do PCB já não abarcava as alternativas da indignação revolucionária, o que poderia significar um alento a mais

76 FRANCIS, 1966, p.85-6. R. Schwarz referiu-se à época como fundadora: "Não será exagero dizer que de lá para cá boa parte da melhor produção em cinema, teatro, música popular e ensaísmo social deveu o impulso à quebra meio prática e meio imaginária das barreiras de classe, esboçada naqueles anos, a qual demonstrou um incrível potencial de estímulo". *folha de S.Paulo*, 26.6.1994.

77 Para Emir Sader, a Revolução Cubana representou "a atualização da revolução para a esquerda brasileira". "Cuba no Brasil", in: AARÃO FILHO et al. 1991, p.166-7.

para os socialistas. Cisões e dissensões criavam novas esquerdas c animavam as já existentes. A POLOP nasceu em 1961, a AP em 1962 - integradas especialmente por universitários - o nacionalismo de esquerda ganhou maiores adeptos, Ligas Camponesas no Nordeste atestando o levante até do povo humilde dos campos. Havia, ainda, os pequenos agrupamentos como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Operário Revolucionário, Trotskista (PORT). Os socialistas democráticos de São Paulo empreendiam vôos mais altos, entravam em contato direto com os camponeses, saíam das salas da sede do Partido para ganhar as estradas à procura de repetir Castro, Che ou Julião.

A grande política, os lances institucionais do Congresso, da Presidência, dos partidos pareciam convergir para a "pequena política", interferindo na vida dos militantes menores, nas decisões capilares que levavam um operário a aderir a uma greve. A política institucionalizada passou a servir de guia do movimento popular de esquerda, é o que se observa nos discursos militantes, como a indicar que os trabalhadores iniciavam a obtenção da ambicionada consciência de classe. Nos anos 60, a marcação dos períodos nos discursos surge de uma forma diferente de outras épocas. Em vez de identificar a passagem do tempo pelas prisões sofridas ou pelas greves vitoriosas ou derrotadas, os militantes referem-se a acontecimentos do governo nacional para demarcar seus conteúdos. É o caso de Irineu Luiz de Moraes, que em suas andanças cm prol do PCB em São Paulo incorria nessa convergência referida: "Veio o negócio do João Goulart, por exemplo, quando o Jânio Quadros se afastou e os generais fascistas não queriam dar posse para o Jango. O partido desceu e me pediu para fazer um trabalho nas usinas para a posse do Jango... Eu desci nas usinas e reuni os companheiros para discutir... Falei sobre aposse do Jango, que era bom ele tomar posse porque ele era favorável à organização sindical... O movimento pela reivindicação específica, imediata, como o aumento de salário, não representava um desenvolvimento político avançado para os camponeses... Mas a luta pela posse do Jango era política, e assim a massa avançou".<sup>78</sup>

78 Op. cit., p.164.



Caio Prado Jr., analisando esse período, assinalou como equívoco o excessivo otimismo das esquerdas em relação ao governo Goulart "no sentido de levar a sério o que Jango estava fazendo... esperava-se muito dele... Ele fez umas demagogias tolas, como desapropriação de terras ao longo das estradas, coisas assim sem o menor propósito. As pessoas sopravam as coisas e ele ia fazendo... quem provocava agitação era, direta ou indiretamente, o próprio governo".<sup>79</sup> A posição cultural de um dirigente sindical, oposta diametralmente à do intelectual contemporâneo, não levava a construir uma visão diferente dos acontecimentos pertinentes ao governo Goulart e à disposição de setores da esquerda em caminhar para um enfrentamento do qual não conheciam as conseqüências. Isto é, a imprudência pareceu comandar os comportamentos segundo o máximo dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Dante Pelacani, para quem naqueles tempos a própria intenção não era radicalizar, nem instituir uma ditadura sob a égide do governo Goulart: nenhuma ditadura era pensada ou desejada pelo CGT "porque a classe operária não estava preparada e nunca foi motivada para isto". Mesmo o acontecimento símbolo da época, o comício de 13 de março de 1964, tomou o caráter de enfrentamento porque fugiu ao controle daquele organismo sindical: "Programamos aquele comício para estender a mão à burguesia nacional. A palavra de ordem que se deu foi... 'Vamos dizer-lhe que desejamos que ela ganhe bastante dinheiro e que, desse dinheiro, queremos uma parte para os trabalhadores'. Se o comício foi deturpado a culpa disso não cabe ao CGT... (mas a quem apareceu lá para) falar em fechar o Congresso e pedir que quem estivesse de acordo com isso levantasse a mão..."<sup>80</sup>

Corresponde a essas interpretações sobre a falta de prudência das esquerdas no período a análise já clássica, introduzida por San Thiago Dantas, corroborada por Hélio Jaguaribe e setores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), segundo a qual havia duas esquerdas, uma positiva e outra negativa. A primeira

79 MOTA, op. cit., p.314.

80 MOTA, op. cit., p.299-300.

identificava-se com os próprios emissores da asserção, enquanto "a proposta de Brizola era, a meu ver, sobretudo negativa... (ligada às reformas de base) que envolviam um forte coeficiente de desapropriação da riqueza preexistente, sem se perguntar em que medida o governo Goulart tinha capacidade política de sustentar as reformas. O governo Goulart aceitou em parte a retórica de Brizola".<sup>81</sup>

O Partido Socialista Brasileiro, especificamente sua seção São Paulo, se conduziu dentro do espírito geral de enfrentamento, próprio das esquerdas no período. Porém, digamos, parodiando dito famoso, radicalizou sem perder a razão jamais - mesmo quando essa razão não se apresentava límpida e objetiva. "A Revolução" pareceu-lhe mais perto do que nunca, resultando do combate necessário à burguesia e ao imperialismo explorador, mas a forma de fazê-la prosperar passava pela abertura dos instrumentos de governo à participação dos trabalhadores, pela sua deselitização, em vez da destruição sumária ou mesmo substituição por órgãos modelados pelo exemplo de países comunistas. Por isso, a análise socialista do golpe político-militar de 1964, nas suas relações com o movimento de trabalhadores, guiou-se pela identificação da violência com a intenção de eliminar a construção de um poder dos sindicatos que começara a se formar, lentamente, a partir de 1945. A aversão vinda da direita pela difusão das idéias comunistas parecia-lhes ter servido de cortina de fumaça para encobrir o verdadeiro objetivo: esmagar o movimento sindical. Afinal, pela primeira vez na história do Brasil, os sindicatos tomavam uma posição política de vanguarda junto ao Estado. Estavam interferindo diretamente no Estado como força de pressão, tal como os setores sociais privilegiados já faziam há muito tempo.

Essa avaliação do golpe, como tendo intenção precípua e exclusiva de eliminar o movimento sindical, levou os socialistas democráticos a apelarem insistentemente para a união de todas as correntes, "acima de tudo" - uma aliança que se não era original quanto à tentativa, era especialmente angustiante diante da re-

81 Hélio Jaguaribe, in: MOTA, op. cit., p.194.

pressão policial e o desrespeito governamental à autonomia dos sindicatos. Neste caso, a razão jamais perdida lhes indicava o reforço à estrutura preexistente, que mesmo com seus vícios permitia abandonar qualquer tentativa de aventureirismo e garantiria um mínimo de salvaguardas. Na manifestação desta proposta nenhum pejo revolucionário os assaltava, embora muitas das manifestações de esquerda, na época, indicassem a trilha do tudo ou nada.

Ainda em 1961, em um artigo no qual ficavam bem evidentes as propostas de radicalização das soluções para a questão operários-patrões, os socialistas colocavam em evidência a complexidade de estarem as lideranças radicalizadas lidando com um conjunto de classe que nem sempre acompanhava sua exacerbação. Tratava-se de analisar uma tentativa de greve desfechada por diversos sindicatos de São Paulo, com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional para que o abono de Natal fosse incorporado à legislação. No entanto, muitas empresas já o concediam, de forma que a reivindicação perdera parte de seu caráter aglutinador. Os socialistas mostravam os erros de organização, mas não abandonavam a idéia de um fim redentor para o movimento, a questão afigurava-se como a de bem planejar: "Os dirigentes sindicais... se deixaram empolgar por certo otimismo exagerado... Acharam que o entusiasmo e a combatividade demonstrados... (nas) assembléias, se comunicariam a toda a massa trabalhadora de São Paulo... Não se aperceberam, também, que a motivação da greve... não era muito adequada para uma greve geral... Uma greve desta natureza dificilmente pode ser sustentada por tempo indeterminado, a menos que a massa operária esteja bastante politizada e disposta a ir até as últimas conseqüências, até a insurreição...".

Esta última hipótese poderia estar se configurando - c os socialistas atribuíam ao movimento um valor paradigmático, consistindo isto mesmo numa demonstração de sua radicalização - na medida em que os poderosos adotavam a repressão como única forma de resposta: "foi a mais brutal reação policial-militar que já se viu nos últimos 15 anos... Foi uma espécie de teste para a alta burguesia brasileira e também para os trustes imperialistas...

Toda a política de direita, de congelamento de salários como meio de conter a inflação... foi pelos ares em virtude de aumentos salariais conquistados através dos últimos movimentos grevistas. Por isso essa gente quis experimentar as suas forças... Mas os reacionários se enganam redondamente. Os trabalhadores com a experiência da greve fracassada, estarão melhor preparados para as novas lutas que hão de vir".<sup>82</sup>

Nesse momento, o singular do pensamento socialista revelava-se no fato de que, ao mesmo tempo em que suas propostas apareciam como objetivas e críticas, entregava-se ao "espírito da época". O PSB-SP imaginava hipóteses revolucionárias sem considerar suas próprias análises que apontavam para a incapacidade de unir todo o operariado em torno de uma causa. Ou seja, a situação se apresentava ambígua para os militantes, embora não quisessem se debruçar sobre isto: era sempre invocada "a revolução" mas os passos necessários para isto não eram reconhecidos na conjuntura, ou eram mais almejados do que percebidos. Mantinha-se o espírito crítico ao lado da crença no "milagre". Contradição, sem dúvida, mas havia outra forma de dispor a questão para a esquerda?

E sempre poderia haver a possibilidade de criar a ocasião para empurrar o "processo" democrático. Quando a repressão se abateu implacável sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - numa mostra evidente do que seria, pouco depois, ampliado com o golpe político-militar - e foram presos o seu presidente, Antônio Delelis, e outro dirigente de nome Araújo Plácido, o PSB decidiu oferecer uma tribuna privilegiada para que o presidente inteiro do Sindicato - José Gomes de Souza, militante socialista - pudesse denunciar as manobras e comandar uma reação encadeada dos operários. Tal tribuna era nada mais nada menos do que o posto de deputado à Assembléia Legislativa, que transferiria imunidades parlamentares ao líder e portanto segurança para sua ação. Cid Franco foi quem pediu licença do cargo favorecendo o companheiro. Souza passava a ser, assim, "o primeiro operário na

82 F S., dez. 1961, "Repressão da greve em São Paulo, um teste para as forças reacionárias".

Assembléia Legislativa". Em contrapartida, o PSB jogava uma cartada ousada: de partido sem inserção no mundo operário, e por isso carente desses militantes, tornava-se o transmissor da ascensão. Os louros de ter facilitado o acordo cabiam, como afirmava Souza em seu primeiro discurso, "ao companheiro Cid Franco... a quem tenho a honra de substituir, que compreendendo a gravidade da hora presente para as instituições democráticas e para o bem-estar da classe operária, deu esta oportunidade aos metalúrgicos de levarem através da palavra do seu presidente, o protesto contra a prisão dos seus companheiros".

O inusitado do comportamento do PSB causou estranheza na casa legislativa, a ponto de o deputado Luciano Nogueira Filho solicitar que a publicação das manifestações do metalúrgico-deputado fossem policiadas, impondo-lhe censura especial, o que de fato não ocorreu graças aos recursos interpostos por Raul Schwinden, também deputado estadual pelo Partido.<sup>83</sup>

Medidas isoladas como essas não puderam refrear, ou mesmo vieram a contribuir com a exacerbação do espírito revanchista de setores do poder que apoiaram o golpe político-militar de 1964. Diante da nova realidade e de resto impotentes, os socialistas de São Paulo passaram a insistir na "unidade agora mais do que nunca" para que os sindicatos recuperassem a autonomia e liberdades anteriormente desfrutadas.

Era preciso considerar que no âmbito das empresas as mudanças políticas também se fizeram sentir. As conquistas trabalhistas foram postas em xeque por muitos empregadores, e se no passado não eram necessárias cuidadosas formalidades jurídicas para prender líderes operários, agora nem de tramitação a represão cuidava. A tarefa parecia imensa aos socialistas, pois não se tratava apenas de reunir forças que no mundo sindical sempre se mantiveram afastadas, mas de romper o bloqueio de medo e frustração da massa sindicalizada que abandonava o embate: "Com a nova situação criada após o primeiro de abril... o que se nota é um afastamento grande dos trabalhadores das sedes sindicais.

83 F. S., dez. 1963, "A reação contra os metalúrgicos".

Como os interventores, com raríssimas exceções, não inspiram confiança, a primeira reação dos associados é o alheamento. Esta parece-nos uma péssima forma de agir. Agora, mais do que nunca, é necessário continuar dentro dos sindicatos... A normalização da vida sindical deve ser conseguida como parte da luta pela devolução das liberdades suprimidas".<sup>84</sup> O PSB procurava, assim, valorizar a organização sindical existente, que mesmo sofrendo restrições, tinha a vantagem de ser reconhecida pelos trabalhadores, pelo governo e pelos patrões. Nada pensavam os socialistas em obter de organizações paralelas que poderiam ainda mais dividir o movimento dos trabalhadores e acabar por fazer o jogo da reação. Lutar pela normalização parecia-lhes significar a defesa de qualquer processo eleitoral que viesse a ser tolerado, mesmo em aliança com "certos interventores que repudiamos, mas, se assim não for, poderemos retardar e até mesmo dificultar o funcionamento livre do sindicato. Não importa o tipo de diretoria que, em alguns casos, tenhamos de admitir. Em qualquer hipótese será melhor do que vem ocorrendo: sindicatos totalmente subjugados pela polícia e pelos patrões".<sup>85</sup>

Reforçando essas propostas e mesmo ganhando um certo alento necessário para insistir em reivindicações, em janeiro de 1965, o duplo secretário-sindical do PSB, tanto da Comissão Executiva Nacional como da Comissão Executiva Estadual paulista, Conrado Del Papa, sugeria que os trabalhadores se organizassem e se unissem nas "fábricas, empresas e escritórios onde trabalham e nos seus sindicatos, exigindo dos seus atuais dirigentes, quando interventores... (que lutassem) pela majoração mínima de 100%, dos seus salários".<sup>86</sup> Mas logo o espírito reivindicativo voltava a ceder espaço para práticas de resistência. A imagem que o Partido traçava da conjuntura o levava a procurar garantir, por menor que fosse, alguma legalidade para os sindicatos. Os devaneios revolucionários ficavam relegados ao desconhecido futuro e tudo parecia depender da admissão de um bom-senso por parte dos

84 F. S., ago. 1964, "Unidade agora mais do que nunca".

85 F. S., ago. 1964, "Nossa posição frente aos sindicatos".

86 F. S., jan. 1965, "Manifesto sindical".

trabalhadores: "Atualmente, no Brasil, a maioria das mais importantes organizações sindicais acham-se sob a intervenção governamental, manietadas, o que favorece a exploração patronal nas empresas. Essas intervenções podem ser levantadas pelos trabalhadores se eles souberem unir-se pela base, exigindo eleições imediatas... Nossa preocupação... deve ser... a unidade... Este 1º de maio, para nós, trabalhadores brasileiros, tem um grande significado... além de lutarmos com a falta de liberdade em nossos órgãos de classe, não podemos contar com líderes experimentados, muitos dos quais estão asilados, foragidos, processados ou com direitos políticos suspensos, impossibilitados de atuar diretamente... Não devemos nos iludir com a perspectiva de que a luta pela democracia será fácil... Não podem os trabalhadores brasileiros se preocupar muito com detalhes, nomes ou líderes para a direção dos seus órgãos. O fundamental é liberá-los já das intervenções ministeriais e policiais".<sup>87</sup>

Pouco após, não apenas as últimas esperanças de alteração do quadro sindical se esvaneciam, mas até a própria existência do Partido era ceifada pela imposição do Ato Institucional nº 2.

87 F. S., maio. 1965, "1º de maio de lutas", Roberto Medina.

## 6 PROJETANDO A DEMOCRACIA

*Más que nunca creo que la lucha en pro del socialismo latinoamericano debe enfrentar el horror cotidiano con la única actitud que un día le dará la victoria: cuidando preciosamente, celosamente, la capacidad de vivir tal como la queremos para ese futuro, con todo lo que supone de amor, de juego y de alegría.*

Julio Cortázar, *Libro de Manuel*

*Je crois à une tâche bien plus profonde et plus essentielle que ne le serait une révolution dans la façon de gouverner: c'est la façon de vivre qu'il importe surtout de réviser.*

Henri de Man, *Au-delà du marxisme*

### ATRAÇÃO E REPULSA

Em princípio os socialistas amavam lutar, lutar com palavras. Reconhecer-lhes a estranha potência e atribuir-lhes o valor exato. Afinal, como dissera Antonio Candido, num dos documentos fundadores do socialismo democrático brasileiro, "cada um com suas armas. A nossa é essa: esclarecer o pensamento e pôr ordem nas



idéias".<sup>1</sup> A questão, para os membros do PSB, era que havia socialismos e o deles apresentava-se como o mais fraco. O socialismo russo, comunismo ou bolchevismo preponderava, ocupava o cenário quase por completo. A luta, então, se estabelecia: "Para nós, socialistas, o nome nem sempre contém a coisa", disse certa vez o militante da Seção-Rio, Hilcar Leite, reconhecendo aquela preponderância, mas opondo-se ao conteúdo atribuído pelos comunistas ao vocábulo socialismo. Aristides Lobo, veemente, inflamado, colocou a questão em termos morais, acusando os sócios no léxico de agirem desonestamente, de deturparem a palavra socialismo propositadamente, enganando os incautos: "as coisas mais indecentes têm muitas vezes certa aparência de honestidade... A Rússia é o mais monstruoso exemplo desse fenômeno psicológico, tão elementar e tão característico da ingenuidade, menos do que da canalhice dos homens. Pois não é verdade que a mais respeitável de todas as palavras, o socialismo, continua a ser o chamariz que ainda orienta as simpatias sinceras de milhões de trabalhadores na direção daquele câncer totalitário?".<sup>2</sup> Estava em disputa a mais respeitável de todas as palavras, e a convicção dos socialistas era a de que a sorte dos sujeitos políticos podia ser alterada por intermédio do poder das palavras. No princípio era o verbo, e o verbo estava com...

Um sentimento ambivalente de atração e repulsa marcou sempre a relação dos socialistas com seus diletos adversários. No sentido contrário, isto é, da parte dos comunistas o sentimento predominante com relação aos socialistas oscilou entre o desprezo e a invectiva. A diferença estava em que os socialistas se reconheciam membros de uma mesma comunidade ideológica e aplicavam-se em provar a superioridade que devia marcar as suas propostas, a sua ação e as suas pretensões em comparação com a atribuída mediocridade dos "comandados de Moscou".<sup>3</sup> No en-

1 In: NEME, 1945, p.37.

2 F. S., 15.7.1948.

3 Para esclarecer a diferença com o comunismo, Castilho Freire invocou Rui Barbosa, que teria dito: "- Aplaudo no socialismo o que ele tem de são, de benévolo, de confraternal, de pacificador, sem querer o socialismo devastador que... rebaixa a questão social a uma luta de apetites, e intenta dar-lhe

tanto, no amplo horizonte da esquerda, mantiveram incessantemente a esperança de convencê-los a erradicarem juntos as mazes do capitalismo, tal como fossem, ambos, heróis camonianos, "cavaleiros andantes tirando as sem-razões da terra". Afinal, o próprio Partido resultara da superação de divergências ideológicas que anteriormente impediam a união de correntes políticas que adotavam soluções econômicas semelhantes para os problemas da desigualdade social brasileira. Talvez o modelo servisse agora para não mais reunir pessoas em um partido, mas partidos dentro do mesmo leque ideológico. Nos anos 60, a promessa de aliança prenunciou efetivar-se mas logo se dissipou, deixando os socialistas na mesma posição de equidistância entre comunismo e capitalismo que sempre procuraram manter. Posição esta que, em particular, impediu o Partido de se inserir na luta eleitoral e, em geral, proibiu-o de pleitear um lugar definido na restrita díade imposta pela guerra fria.

A análise do pensamento do PSB sobre os comunistas, e a identificação do que havia de específico em sua imaginação a respeito do necessário futuro socialista da humanidade, é fundamental para a história da esquerda brasileira e para a presunção de sua continuidade. De outro modo, pensar as questões relativas ao comunismo talvez contemple o que houve de essencial no século XX, pois conforme Jean Jacques Becker, teria sido este o acontecimento mais original, mais específico e, por apresentar-se contido entre balizas cronológicas precisas, passível de sofrer uma interpretação global. O citado autor observa que genericamente o comunismo caracterizou-se como o sucesso de uma utopia voluntarista, porém sugere que os estudos históricos analisem a diferença entre isto e "o estudo concreto dos fatos e de sua imensa diversidade".<sup>4</sup> Alguma contribuição para esse estudo concreto, acreditamos, encontra-se na análise das relações entre socialistas e comunistas.

por solução o que não poderá deixar de exacerbá-la - a luta de classes". F. S., 20.3.1954.

4 BECKER, p. 65-7, in: CHAUVEAU, 1992.

Para o Partido Socialista, o PCB assumiu uma importância tão grande que até mesmo no interior de "sua historiografia" os comunistas usufruem de preeminência. É quase uma ironia que o relevante estudo histórico geral sobre o PSB em todo o país, o trabalho de Sílvio Alem, adote um mesmo esquema de exposição de assuntos para toda a redação: em primeiro lugar, descreve a conjuntura, depois dedica-se a entender a ação dos comunistas e finalmente expõe a atuação dos socialistas no período.<sup>5</sup> Tal entendimento não é completamente descabido, pelo menos indica a dificuldade de situar um partido sem o outro. Entre 1945 e 1965, de alguma forma, os dois compuseram um todo ambivalente em que cada parte completava a outra e a negava. Nos anos imediatamente posteriores ao Estado Novo, o PCB conheceu um grande crescimento sem no entanto centrar sua atuação no pensamento de militantes intelectuais, e sobretudo sem lograr uma renovação da base teórica sobre a qual se assentava. Ao que parece, o PCB daquele período laborou sempre dentro do referencial compulsório da concepção leninista de revolução democrático-burguesa e foi marcado por um espírito teórico acrítico. Em suas memórias, Gregório Bezerra situou a questão do ponto de vista do militante comunista prático: "As idéias de nosso partido eram mal assistidas; os comitês distritais não tinham uma assistência à altura de suas funções: o mesmo se dava com os comitês estaduais. Tudo isso em consequência da pobreza de quadros capacitados, em todos os escalões do partido. Éramos, na maioria, analfabetos teoricamente; éramos um grupo de camaradas dedicados, dispostos a tudo, porém uns praticistas inveterados. Sabíamos transmitir resoluções ou as tarefas práticas, mas tropeçávamos nos problemas teóricos".<sup>6</sup> O PSB, guardada a proporção numérica, era o justo

5 ALEM, op. cit.

6 *Memórias*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1979, v.2. Sobre o assunto CAVALCANTI afirmou: "No fundo, o PC era o partido do protesto... Não tinha o Partido uma linha de coerência. Ora fazia acordos eleitorais a seu tanto suspeitos, ora caía na pregação do voto em branco, distanciando-se das bases e do povo..." (*O caso eu conto como o caso foi*. Recife: Guararapes, 1980, v.2, p.121). Elias Chaves Neto, em *Minha vida e as lutas de meu tempo*, 1977, p.165, observou: "Os comunistas... não possuíam um programa

contrário: carecia de militantes e de influência popular, mas nele abundavam os intelectuais, aos quais cabiam até mesmo as tarefas administrativas e de proselitismo, mas cuja atuação estava marcada por transferir um vezo interpretativo às mais corriqueiras questões partidárias. Ao socialismo do PSB-SP não faltaram novas teorias sobre a situação política brasileira.

Pouco após a transformação de Esquerda Democrática em Partido Socialista Brasileiro, Antonio Candido escreveu um artigo de fundo no jornal partidário de São Paulo com o objetivo de demarcar o território sobre o qual o PSB se estenderia. Basicamente era preciso sacudir o passado ligado à UDN e reafirmar um modelo socialista próprio, era preciso evidenciar a personalidade única do Partido e mostrar que "a nossa posição... não difere mais de uns que de outros: difere radicalmente de todos". Segundo o articulista, havia quatro tipos de partidos no Brasil, considerando o próprio PSB como um deles: os partidos burgueses, entre os quais se destacavam a UDN, por ser a única agremiação que "constitui realmente um partido", e o PSD, "responsável pela política reacionária e mesquinha" de Dutra, e maior inimigo da democracia; os partidos ligados ao trabalhismo demagógico, entre os quais o PTB era considerado "força mais estranha e mais recente... Erra redondamente quem considera o trabalhismo brasileiro uma espécie de socialismo degenerado... (pois ele tem) uma vocação indisfarçável fascistóide"; e o movimento comunista, constituído por "setores mais politizados da classe operária e com larga base na pequena burguesia radical".

Ao PCB, o teórico socialista dedicava atenção especial. Era preciso ressaltar sua "espantosa incoerência teórica e prática", resultado da mistura de "estalinismo, oportunismo e misticismo caboclo". Parecia querer ora uma coisa, ora outra: revolução nacional, linha de Moscou, colaboração de classe. "Seu conteúdo revolucionário está praticamente comprometido, quer pela subserviência às ordens da Rússia - dessa Rússia que não representa mais a causa do proletariado mundial, e sim os seus interesses

próprio. Nenhuma solução apresentavam para os problemas do país. Esperavam que, em virtude do próprio determinismo das forças econômicas, o governo lhes caísse nas mãos, para então construir o socialismo".

nacionais - quer, pela tendência golpista e antidemocrática. É preciso não confundir mudança revolucionária com golpe político... O PCB está tornando impossível a consciência revolucionária e criando ambiente para o golpismo dirigido de cima para baixo".

A identificação do PSB vinha em oposição a isso tudo. Do PCB, o Partido diferia "nos métodos e na concepção política", pois se baseava num conceito diverso de democracia no qual - e aqui Antonio Candido expressava uma releitura do princípio marxista de revolução vulgarmente adotado pelas esquerdas na época - "o ato não se separa do objeto", isto é, o PSB não poderia tomar o lugar do "proletariado consciente", pois essa inversão acabaria por eliminar "qualquer preocupação de democracia proletária". Ia ainda mais longe o analista: explicava que o desrespeito à ligação entre ato e objeto levava os comunistas a incorrerem em erros crassos como o emprego do centralismo despótico na organização partidária da Rússia, intolerância ideológica, a tática golpista e a compressão da vida civil, e, como os PCs "obedecem cegamente as instruções emanadas de lá", o PCB devia ser rejeitado.<sup>7</sup> Estava assim suficientemente assinalada a fronteira de princípios entre os dois socialismos, no entanto tal refinamento teórico não impedia que, do ponto de vista geral do entendimento funcional do Estado e da movimentação social estrutural, os dois tipos de socialismo concordassem perfeitamente.

Para os socialistas de São Paulo, pairava suspensa no ar, como um referencial teórico obrigatório, como objeto de cerimônias e reverências, mas nem sempre respeitada na enunciação de propostas, uma concepção ortodoxa de Estado que parecia extraída de manuais. Esta instituição responderia à necessidade da luta de classes, transformando-se, no sistema capitalista, em fiel e objetivo mantenedor dos interesses da burguesia, o braço político que expressava o poder burguês pela inevitável ditadura. Tal esquema inflexível servia para definir tanto o "democrático-burguês, como o Estado ditatorial, totalitário". A tal ponto essa interpretação genérica se subordinava ao modelo marxista vulgarizado - assu-

7 F. S., 27.11.1947 e 15.12.1947, "Situação brasileira".

mindando conceitos como ditadura do proletariado (que na prática teórica do PSB-SP era repudiado) e autodissolução do Estado - e se parecia com qualquer análise reproduzida pelos partidos comunistas, que impedia os socialistas de situarem especificamente o seu "lugar na história". Ou seja, se todos os tipos de Estado exploram, como ser socialista e apoiar as características democráticas de um Estado que as usaria apenas para revestir a exploração de uma classe sobre outra, e assim perpetuá-la? E, de mais a mais, para quê? Dessa contradição, a concepção formal dos socialistas não dava conta, passava ao largo, imaginando um momento mágico em que, por meio de um salto, o PSB tomaria o poder e faria tudo mudar:

A divisão em classes... pode ser esquematicamente apresentada como uma divisão em classes exploradoras e classes exploradas. O Estado em todas as circunstâncias... (procura) manter, garantir e proteger os privilégios da classe dominante... O movimento socialista sempre soube distinguir entre o Estado democrático-burguês e o Estado ditatorial e fascista... (Quando o PSB) tomar o poder... (o) Estado continuará tendo função política coercitiva... mas em favor da massa trabalhadora... (Assim) defenderá os interesses da quase totalidade da população... A função coercitiva do Estado capitalista não se justifica, porque se realiza contra os interesses da quase totalidade da população... Embora os dois Estados sejam de classe, o segundo se justifica...<sup>8</sup>

Um segundo pilar teórico formal aproximava socialistas e comunistas. Uma concepção de progresso seqüencial e determinado, expresso numa fórmula fechada, mecanicista, teleológica, estava presente como limite do pensamento socialista possível: necessariamente conjeturava-se em termos de uma crise do capitalismo que provocaria um crescimento político do proletariado, e que, por fim desembocaria numa solução socialista. Este velho esquema constantemente repassado é utilizado pelo PSB para interpretar a história brasileira. No texto que citamos a seguir, todo o chavão dialético entre crescimento do capitalismo e ampliação das forças que acabariam por destruí-lo está presente, sem entre-

8 F. S., 15.5.1949, "O programa do Partido Socialista", Febus Gikovate (para iniciação de militantes no Partido).

tanto expressar a idéia da violência como "parteira da história", nem no andamento dual da revolução em duas etapas, o que diferenciava o caminho socialista para o futuro de outras propostas.<sup>9</sup> Otimistas com o necessário porvir socialista, os intelectuais do PSB-SP atribuíam ao "desvio" comunista uma prorrogação constante da crise redentora:

a burguesia recusa considerar os fatores profundos da história, porque... (eles) a condenam e lhe marcam o prazo definitivo... No Estado de São Paulo... a economia capitalista ia, numa palavra, substituindo a economia meio patriarcal meio capitalista... O movimento revolucionário de 1930 exprime este estado de coisas. Significa uma exigência de reajustamento, com a liquidação do binômio fazendeiro-banqueiro, na orientação da vida política em benefício do binômio burguesia-industrial... A crise resultante desaguou na ditadura getulista, que procurou contemporizar com a história, conciliando forças antagônicas em choque... (e manteve) as massas num estado de afastamento da vida moderna... A queda da ditadura significou, para a burguesia atônita, a irrupção brusca, embora vagamente prevista, dessas forças desprezadas... A burguesia dominante não sabe, e não pode, resolver o problema em benefício próprio... A demagogia é uma solução burguesa para controlar as massas recentemente incorporadas à vida política... Se o socialismo brasileiro se houvesse desenvolvido fora dos moldes bolcheviques... teria sido possível assegurar a democracia, aprofundando-a num sentido popular... Do desenvolvimento do PSB depende a politização efetiva e democrática das massas ainda informes do proletariado e da pequena burguesia...<sup>10</sup>

Antes de se julgar fictícia e pretensiosa essa correlação entre o sucesso do PSB e a conquista de um sistema democrático efeti-

9 O PCB, desde o VI Congresso da Internacional Comunista (1928), propusera entender a "revolução brasileira" em duas etapas: a primeira, burguesa, ou de "libertação nacional", ou revolução burguesa nacional; a segunda, socialista. Na primeira, um somatório de classes sociais progressistas estaria reunido para desenvolver as forças produtivas: a questão principal seria remover as características feudais remanescentes e afastar o inimigo de fora, o imperialismo. Até 1964, esta foi a concepção de todas as esquerdas - exceto o PSB - que só divergiam quanto a atribuir à burguesia papel principal ou não, na coordenação do movimento.

10 F. S., 12.5.1948, "Forças conservadoras contra forças demagógicas", relatório da CEE do PSB-SR Bauru, 17 e 18 de abril.

vo, lembre-se de que o que parecia estar em jogo, para os socialistas intérpretes da vida brasileira, era a denúncia da modernização conservadora, no sentido da redefinição das relações entre as elites sem transformações estruturais. Mas, é importante reiterar, havia no entendimento socialista algo que o autorizava a confundir a sua sorte com o futuro histórico, e esse algo era não apenas revelador da diferença entre socialistas e comunistas, mas da adoção de uma forma de pensar a democracia que os limites empíricos da época não comportavam. Isto é, mesmo partindo de um conceito finalista de revolução, o PSB inovava, pensando-a como autoconstrução da consciência de direitos. Eram então semelhantes os dois partidos, mas não eram iguais. Desprezavam a ação dos deuses aos quais, na *Odisséia*, Homero referiu-se certificando que "sempre um deus faz que cada qual esteja com seu igual".

Vista a essência da ligação entre PCB e PSB, apresentada a conexão entre atração e repulsa, tratemos de manifestar o desenvolvimento dessa relação ao longo do período em foco.

O Partido Socialista Brasileiro condenou unanimemente e lutou com todas as suas armas contra a cassação do registro do PCB no Tribunal Superior Eleitoral, ocorrida em 7 de maio de 1947, e do mandato dos deputados comunistas pelo Congresso Nacional, em 7 de janeiro do ano seguinte. Entre os dias 13 e 15 de dezembro de 1947, a Comissão Executiva Nacional, reunida no Rio de Janeiro, rejeitou um acordo proposto pelos partidos que davam sustentação ao governo federal e que procurava, justamente, constituir uma maioria para votar a cassação dos deputados comunistas. O delegado paulista à CEN, Plínio Gomes de Mello, afirmou na ocasião que o Partido deveria assegurar a maior independência possível em relação "ao comunismo e à reação", mas nem por isso deixar de reforçar "a repulsa a qualquer manifestação de origem reacionária". A mesma reunião da CEN aprovou um "voto de congratulações pela atuação dos deputados socialistas na luta parlamentar contra a cassação dos mandatos comunistas".<sup>11</sup>

11 F.S., 10.1.1948.



Obtida a vitória do governo na Câmara de Deputados, a Comissão Estadual Paulista estampou na primeira página de seu órgão de imprensa, em negrito, o repúdio "com toda a veemência, contra a cassação dos mandatos conferidos pelo povo aos representantes comunistas".

A partir de um conceito amplo de democracia, no qual o cidadão estivesse compreendido em diferentes momentos de sua cidadania, interessava-lhe denunciar a confusão estabelecida entre o direito de um Estado, eventualmente, impedir comportamentos que o colocassem em crise, e o de cercear idéias: "A democracia não é apenas uma forma de governo, embora seja o governo da maioria com a garantia da existência legal das minorias. Esta é, a democracia política, na melhor das suas fórmulas, e, ainda... não é a democracia integral, isto é, a democracia sem qualificativos que só existirá quando ela predominar, ao mesmo tempo, no terreno político e no terreno econômico. A própria democracia política, porém, não é apenas uma forma de governo - é, também um processo de governo... Como processo de governo ela se revela, se concretiza na responsabilidade dos governantes a que se apura pela livre crítica de qualquer dos seus atos... A democracia sem o livre exame... nos levará à Idade Média...".<sup>12</sup>

Aproveitando-se da experiência histórica então recente, o dirigente paulista Antonio Candido procurava entender as causas desse processo de limitação das liberdades políticas no Brasil segundo uma interpretação mais abrangente. Pareciam-lhe relacionadas a uma mecânica universal capitalista, que, ela sim, explicaria as mudanças comportamentais de comunistas e seus adversários: "O conceito que os governos têm de subversivo muda rapidamente conforme as circunstâncias... Para os partidos burgueses, os comunistas são perfeitamente democráticos... quando a situação internacional é de apaziguamento entre Rússia e as potências capitalistas e, ao mesmo tempo, quando os comunistas

12 F. S., 20.9.1948, discurso de Mangabeira (Câmara). Semelhante alegação foi usada por ele mesmo contra a negativa do Supremo Tribunal Militar em conceder *habeas-corpus* ao "nosso ex-companheiro Gregório Bezerra, preso há dez meses". F. S., 5.11.1948.

brasileiros podem contribuir, com o seu apoio, para a vitória de um candidato oficial. Para os comunistas, os partidos burgueses são mais ou menos progressistas conforme esquema paralelo a este... (Porém,) a maré virou inteiramente contra eles... (pois) os Estados Unidos assim determinaram (e porque) passadas as eleições os candidatos burgueses não precisavam mais do seu apoio a fim de alcançar o governo". E, submetendo o entendimento das questões jurídicas a uma concepção política maior, afirmava que, chegando o processo de cassação ao seu fim, com os ministros do Supremo Tribunal oferecendo o aval à decisão de governo, "ficará patente, de uma vez por todas, que a justiça burguesa é uma medida elástica, espichada ao sabor das conveniências capitalistas... Em vez de ser sincera consigo mesma e suprimir a liberdade, fechar o Parlamento... a burguesia deixará os ingênuos brincarem de democracia e, nas barbas dos representantes do povo... fará tudo o que se faria sob o mais totalitário dos regimes... A cassação de mandatos comunistas, como se vê, é apenas episódio de drama muito mais longo e terrível".<sup>13</sup>

Assim, para os socialistas, fossem adstritos a uma visão jurídica ou preferissem as ponderações sociológicas nas cercanias da matriz marxista, o que estava em jogo com a cassação do PCB era a própria vida democrática do país. E por isso o Partido denunciava, veementemente, a tirania disfarçada do governo Dutra mas compreendia que também o próprio comunismo, enquanto método de fazer política, contribuía para que o regime adotasse uma direção totalitária, pois funcionava como comparsa, apenas aparentemente oposto à burguesia: "Estaremos impossibilitados doravante - afirmava ironicamente Aristides Lobo - de assistir a novas alianças de Prestes com Getúlio, Adhemar, Cirilo... É uma capitulação da incipiente democracia brasileira ante os métodos postos em prática na Iugoslávia, Bulgária, Rumânia, Albânia e em toda parte onde se faz sentir a influência do barbarismo soviético. O fenômeno não é isolado nem novo. Na Alemanha antes da ascensão de Hitler ao poder, os comunistas uniram-se eleitoralmen-

13 F. S., 7.2.1948, "Intensifica-se a reação", A. Candido.

te aos nazistas para enfrentar a social-democracia... No Brasil, em 1945, vimos Prestes aliar-se a Getúlio..."<sup>14</sup>

Mas se era ruim o procedimento dos comunistas... pior sem eles, pensavam os socialistas. Em primeiro lugar, porque na ausência dos adversários reais, o governo burguês manipulava o fantasma comunista ao seu bel-prazer produzindo conceitos deletérios contra qualquer ação de esquerda. Naquele ano de 1948, o governo proibira reuniões ou manifestações pelo 1º de maio, e como justificativa havia inventado "um terrível plano subversivo dos comunistas, que deveria ser executado no Dia do Trabalho". Era preciso combater essa indústria do anticomunismo, desmascarar a trama burguesa que se caracterizava por cunhar qualquer movimento da organização operária como comunista: "É preciso apelar para as imensas reservas de energia potencial de que dispõe o proletariado brasileiro, para que possamos deter a marcha reacionária desencadeada em nosso país, sob o pretexto de combate ao comunismo".<sup>15</sup>

Em segundo lugar, reconheciam os socialistas que a presença do PCB nas casas parlamentares brasileiras contribuía para impedir que os representantes dos partidos burgueses faltassem com seus deveres mínimos, ou seja, comparecessem ao trabalho. Por isso, observavam que houve "um rebaixamento do nível intelectual, político e mesmo moral desses órgãos. Não que os comunistas fossem homens brilhantes, de grande talento e grande decência... É que as bancadas comunistas eram muito operosas e coesas, e por isso, tinham pela ação de presença, um efeito benéfico. Os parlamentares em sua maioria representantes das classes dominantes... eram forçados, pela presença dos comunistas, a comparecer maciçamente às sessões... (pois) o medo de que os comunistas pudessem suplantá-los pela sua operosidade, representava um poderoso estímulo". A falta dos comunistas estava levando várias casas legislativas a não "funcionar repetidas vezes devido à falta de número para deliberação".<sup>16</sup>

14 F. S., 10.3.1948.

15 F. S., 12.5.1948, "1º de Maio", Antônio Costa Corrêa.

16 F. S., 5.3.1949, "Os comunistas fazem falta...".

Em resumo, não por razões intrínsecas à atuação dos comunistas, pois dela discordavam intensamente, mas por seus efeitos indiretos, o PSB defendia a existência do Partido Comunista. Sem ele a democracia pereceria ou restaria ferida pela demagógica exploração do anticomunismo. Enfim, o próprio Partido Socialista sentiu-se atingido pela agressão à democracia perpetrada pela cassação do PCB. Mas isso não quer dizer que as diferenças entre uma e outra agremiação deveriam restar encobertas. Ao contrário, o PSB empenhava-se em salientar a sua personalidade ímpar.

Nada aborrecia um militante pessevista como confundi-lo com um comunista. O socialismo não era um comunismo suave, vociferavam alterados os normalmente pacíficos socialistas. Certa vez Ivete Vargas, a irreverente deputada paulista do PTB, acusou Cid Franco de ser comunista diante do plenário repleto da Assembléia Legislativa. Transtornado, o quase sempre sereno deputado não teve dúvida, pespegou-lhe, ali mesmo, um pontapé no traseiro.<sup>17</sup> Na campanha de 1950, Pagu, candidata a deputada pelo Partido, foi apanhada pichando muros da cidade de São Paulo e encarcerada por 24 horas no Departamento de Polícia Política. Pois bem, quando a *Folha Socialista* denunciou a ocorrência, o fez tão indignada com a violência quanto com o fato de que os policiais ficharam-na como comunista, mesmo sendo pública sua candidatura pelo PSB.<sup>18</sup>

Além das acusações pessoais muitas vezes a própria instituição partidária, ou até mesmo o conceito de socialismo como algo diverso de comunismo, foi alvo de acusações. O jornal paulista *O Dia*, ligado ao governador Adhemar de Barros, em fins de 1948, portanto quando ainda se cogitava do deslocamento de militantes do PCB para partidos legais, publicou matéria na qual o Partido Socialista parecia funcionar a reboque dos interesses comunistas. Sob o título "O PSB não passa de um brinquedo do extinto PCB", o jornal afirmava que "falsos socialistas empregam os mesmos métodos dos moscovitas e igual técnica de infiltração. O PSB é um saco de gatos, dominado por um grupo de cripto comunistas, que

17 Cf. Cid Franco relatou em *Anotações de um cassado*, op. cit., p.1 10.  
18 F. S., 16.9.1950.

vive tramando contra as instituições". A intenção do jornal adhemarista era denegrir a figura de Alípio Correia Neto, presidente do PSB-SP, que estava naquele justo momento liderando uma Comissão de Reestruturação dos vencimentos dos médicos e engenheiros que trabalhavam para o setor público estadual.<sup>19</sup>

No Rio de Janeiro, no início de 1949, o jornalista Ernani Reis afirmara que nada havia de mais duvidoso, "nada mais aleatório do que esta distinção de graus de socialismo... que é por si mesmo uma posição política extrema. Não se pode saber ao certo o que seja este socialismo democrático; não se conhece o ponto em que o socialismo abandona a vizinhança do comunismo no campo doutrinário para assumir o caráter democrático". Para responder a esta colocação, Domingos Vellasco, deputado federal pelo PSB, viu-se compelido a procurar exemplos históricos internacionais que, segundo ele, acabariam de uma vez por todas com a confusão ideológica estabelecida: "São invencionices as lutas internas do socialismo, as divergências entre a Segunda e a Terceira Internacionais, o nascimento do trabalhismo inglês e tantos outros fatos que os livros registram, formando já uma biblioteca... (É impossível) acreditar que o Sr. Clement Attlee, primeiro ministro da Inglaterra e líder do Partido Trabalhista Inglês (Labour Party), que adotou o socialismo democrático, desde a sua Convenção Nacional realizada em 1918, é um político, prática e doutrinariamente, igual ao Sr. Joseph Stalin, primeiro-ministro da Rússia e líder do Partido Comunista".<sup>20</sup>

Em verdade, espontânea ou propositadamente para espicaçar os projetos políticos de esquerda, adversários de momento fomentavam a divulgação de uma miscelânea de imagens que confundiam PSB e PCB. Enredados e embaraçados com a confusão, os socialistas tentavam esclarecer as diferenças que de todo modo restringiam-se aos meios, uma vez que os fins almejados eram comumente os mesmos. Entretanto, é preciso que se note, talvez resida justamente nesse aspecto a diferença essencial, já que se-

19 Apud F. S., 5.1.1949.

20 Panfleto, nº 83, 4º sem. de março de 1949. "Combatamos a boçalização do Brasil", de Domingos Velasco.

gundo a definição dos socialistas "o fim não é mais do que a cristalização dos meios e sua projeção definitiva". A conformidade com o lema bernsteiniano não era aleatória.<sup>21</sup> Observe-se, também, que a mesma idéia é, hoje, exposta pelo socialista Norberto Bobbio para justificar o porquê da democracia: "Trata-se de saber, uma vez dada como certa a máxima de que o fim justifica os meios, se não se deve parar um momento para refletir sobre a máxima inversa, de que os meios condicionam o fim".<sup>22</sup>

Especificamente, o contencioso abrangia desde procedimentos do regime comunista, tendo a URSS como alvo principal, até formas de representação, isto é, mecanismos de implementação da democracia que os socialistas evitavam sempre adjetivar e que os comunistas preferiam qualificar como proletária. Por trás da análise desses mecanismos desenvolvia-se uma discussão a respeito da fonte teórica de inspiração socialista.

Os membros do PSB condenavam a ditadura do proletariado, a estatização que se transformara em capitalismo de Estado, a representação partidária exclusiva do operariado que degenerara em tirania sobre o restante da sociedade, e a adulteração do marxismo. Vejamos como se apresentavam essas quatro divergências primordiais:

1) "A causa do socialismo e os interesses do governo russo não são mais coisas que coincidam", advertia Antonio Candido, explicando que a implantação da ditadura do proletariado comunista significava apenas uma outra forma de massacre dos direitos em geral: "Atrás da linha tática da colaboração de classes, des-

21 A frase foi proferida numa reunião da CEE-SP, em 27.6.1948. Fontes inglesas eram também referenciais teóricos importantes. O jornal socialista publicou diversas vezes, durante 1949, um trecho de discurso de Clement Attlee na 47ª Conferência de seu Partido: "Nós rejeitamos todos os conselhos e sugestões no sentido de que, deixando para trás nossos princípios democráticos por algum tempo, podemos chegar mais rapidamente ao socialismo. E por que isso? Isso porque os métodos pelos quais se pretende atingir um fim, afetam profundamente a natureza do fim desejado. Uma sociedade que seja transformada por métodos não democráticos, perde o hábito da democracia".

22 BOBBIO, "Por que Democracia?", in: *Qual socialismo?*, 1983.

respeito à democracia etc, sabemos que o Partido Comunista visa a tomada do poder, logo que for possível, com a instauração de uma ditadura, por ele chamada 'do proletariado'. Num país como o nosso, em que o proletariado... é uma classe esmagada e sem formação política - como também era o proletariado russo - sabemos muito bem que esta ditadura teria, forçosamente de ser tutela. Tutela integral, completa, definitiva - como aquela com que sonham os fascistas".<sup>23</sup>

2) Reafirmando a contiguidade entre "o comunismo como doutrina, e o socialismo democrático... (pois) ambos lutam pela socialização da propriedade com as conseqüências resultantes daí, no campo da produção, da distribuição e da organização social - inclusive a supressão progressiva do arcabouço do Estado como forma suprema de controle", o PSB se desobrigava de qualquer apoio às medidas práticas propostas pelos comunistas porque, onde eles tinham assumido o poder, haviam adotado uma espécie de capitalismo dirigido pelo Estado que explorava os trabalhadores tal como o capitalismo tradicional: "Ora, na URSS - não importa indagar se por contingência histórica ou por desvio político - a concentração estatal criou uma contradição desumana, e portanto anti-socialista, entre a razão de Estado e as forças produtivas. Aquela, encarnada numa poderosa e vasta elite burocrática, estas, como nos estados burgueses, mantidas na condição proletária, quando não exploradas em campos de concentração sob a forma de trabalho forçado. Assim sendo, os socialistas declaram que não havendo identificação do capitalismo russo de Estado com o comunismo, não há convergência de alvo, mesmo remota, entre ele e o socialismo". O imperialismo soviético era uma decorrência do capitalismo de Estado, estendendo seus tentáculos ao Brasil através do PCB. Não sendo a URSS propriamente comunista, o PCB, que era obrigado a "amoldar-se às diretrizes vindas da URSS", não merecia qualquer consideração, pois ao fim e ao cabo não era comunista, nem era brasileiro.<sup>24</sup>

23 F S., 15.12.1947, "Situação brasileira", Antonio Candido.

24 F S., 15.8.1948, "Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado", reunião de Santos da CEE (27.6.1948). Cf. os comunistas: "Os teóricos do Capitalismo

Sérgio Milliet também contribuíra para a desqualificação do PCB, demonstrando que a "pátria do socialismo" era outra que não a URSS, pois "sem as matanças e os sacrifícios da URSS encontra-se a Inglaterra quase tão avançada na socialização. E na Inglaterra nada perderam com a experiência a liberdade e a democracia. Só os cegos não o perceberam... O que aconteceu na URSS... foi apenas um 'grilo'. Grilou-se o socialismo para melhor executar um programa imperialista asiático". Nem o marxismo era sequer respeitado pelo PCB, que só invocava Marx "quando se trata de justificar um dos esquemas estúpidos de que se valem os defensores do falso socialismo russo".<sup>25</sup>

3) Diferentemente do PCB, que pretendia representar apenas o proletariado, o PSB queria desempenhar o papel de braço político dos interesses populares em geral. Aos teóricos do Partido, a situação vivida em meados do século XX parecia diferente do tempo em "que as primeiras obras socialistas doutrinárias foram escritas, em que as classes se apresentavam com uma pureza muito maior". Por isso, a representação deveria abarcar todos os grupos sociais submetidos ao capitalismo, sobretudo o "proletariado e a pequena burguesia" que se encontravam irremediavelmente mesclados. Assim, estando no poder, o PSB promoveria transformações para acabar "com a existência de classes... Nesse sentido o PSB se propõe a lutar pelos interesses de toda a população e não de uma classe... O PC... afirma que defende os interesses do proletariado... (no entanto) um partido que se propõe transformar a sociedade capitalista em socialista, não pode ser expressão da vontade de uma única classe... O PSB afirma que representa os interesses da quase totalidade da população, excluídos apenas os atuais detentores dos meios de produção".<sup>26</sup>

de Estado russo... (querem) desacreditar o bolchevismo, responsabilizando-o pela degenerescência do primeiro Estado Operário da História... procuram baralhar... confundindo estatismo proletário... com estatismo burguês". *Orientação Socialista*, nº 2, 5.11.1946.

25 F. S., 10.3.1948.

26 F. S., 1º.5.1949, Febus Gikovate. O programa de 1947 assinalava: "O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelos de todos os que vivem do próprio trabalho".



4) Nos primeiros anos de sua existência partidária, os socialistas trataram de dar um balanço na questão da fonte teórica fundamental para a identificação dos socialismos.<sup>27</sup> Nesse sentido, adotaram três diferentes, mas não excludentes, posições diante do marxismo. Em todas elas divergiam diametralmente do que acreditavam que fosse a posição do PCB. De tal forma que, mais do que avaliar a importância intrínseca do marxismo, interessava-lhes negar a validade da relação dos comunistas com essa forma de pensar os problemas sociopolíticos:

4a) Inicialmente, a questão foi colocada por Arnaldo Pedroso D'Horta, quando procurou demonstrar que os comunistas haviam abandonado completamente o marxismo como parâmetro para o seu comportamento, a ponto de que nem reconheceriam as teorias originais. O marxismo, conforme a interpretação de Pedroso D'Horta, teria ainda validade, mas o que estava errado era a intenção dos bolchevistas em representá-lo: "Um comunista desses da Era Staliniana, que aprende a doutrina através dos ensinamentos de Zdanov, do Marechal Timochenko ou do capitão Prestes, ficaria sem dúvida de boca aberta se um dia, por azar, lhe caísse sob os olhos um exemplar do 'Manifesto Comunista', e, abrindo-o ao acaso, desse, por exemplo com este trecho: 'Qual a posição dos comunistas diante das massas proletárias? Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários...' Se o nosso suposto comunista não tivesse morrido fulminado por um choque ao ler essas heresias... (perceberia que) esta concepção marxista não rígida da organização partidária dos trabalhadores nada tem de ocasional. Ela pode parecer chocante, hoje, quando o bolchevismo que sempre se quis fazer passar por marxista, popularizou a estrutura totalitária...". Para Lourival Gomes Machado uma tal idéia não somente não fazia parte da

27 No centenário do *Manifesto Comunista*, o PSB-SP organizou palestras com "um caráter acentuadamente crítico e educativo, destacando-se pela oportunidade que concedem de revermos as principais modificações práticas e teóricas ocorridas nesse intervalo de um século, de modo a se fixar o que perdura, hoje, para os socialistas..." Participaram: Edgardo de Castro Rebelo, Eduardo França, Azis Simão, Lourival Gomes Machado, Antonio Candido e Febus Gikovate. F. S., 10.3.1948.

doutrina de Marx e Engels, como era por eles tenazmente combatida na prática. O que pensariam aqueles fundadores diante da atividade dos comunistas que em todos os países da Europa promoviam rachas nas organizações políticas e sindicais dos trabalhadores? Para Pedroso D'Horta o verdadeiro partido marxista era outro: "O tipo de partido de trabalhadores que Marx tinha em vista era precisamente o tipo de partido que o Partido Socialista pretende realizar, uma organização de profunda democracia interna, em que caibam homens de todas as convicções filosóficas, ligados apenas por um programa comum de reforma social".<sup>28</sup>

4b) Interpretação diversa do marxismo ofereceu João Mangabeira ao entendê-lo como atributo exclusivo do comunismo e da representação que ele exercia da classe operária. Por isso mesmo, o rejeitava cabalmente, e concluía que não era preciso ser marxista para ser socialista. Com ele o socialismo abandonava o marxismo, em favor de uma visão humanista assentada numa genérica idéia de progresso moral imanente às sociedades: "O Partido Socialista não tem uma concepção filosófica da vida e do mundo a impor a seus membros. O PSB não é um partido marxista. Hoje, não é necessário ser marxista para ser socialista... O socialismo constitui aspiração comum a homens de credos diversos e de filosofias diferentes... que chegaram à conclusão de que a ordem capitalista está condenada a ceder lugar a uma ordem mais adequada ao progresso humano... Ao terminar a guerra... a consciência moral e jurídica do mundo condenava o regime capitalista. Deste modo, as condições subjetivas... favoreciam o aparecimento de um partido socialista do tipo do nosso, que representasse exatamente a superação da posição marxista no campo da organização política do povo...".<sup>29</sup>

4c) Entre as duas posições acima ilustradas, pró e contra o entendimento do marxismo como base para fundamentação do Partido Socialista, e ao mesmo tempo avaliação do comunismo, Antônio Costa Corrêa assumiu a tarefa de intermediar o debate e

28 F. S., 12.5.1948, "No centenário do Manifesto Comunista: Marx e o partido dos comunistas", Arnaldo Pedroso D'Horta.

29 F.S., 20.11.1948.

de levá-lo a uma solução completamente diversa do esquema "ortodoxo de manual" que pairava como uma referência postiça para o Partido - conforme vimos páginas atrás. Propôs, então, que se interpretasse o marxismo com dois valores diversos e aparentemente conflitantes: "ser sistematicamente contra o marxismo hoje é tão antiquado quanto ser sistematicamente pró-marxismo". Portanto, a melhor opção para o PSB seria "não adotarmos, como Partido, nenhuma concepção filosófica da existência, deixando, nesse terreno, dupla liberdade a todos os militantes... (Isto não significa) que somos visceralmente anti-marxistas, ou que nada temos em comum com o marxismo... Para ser socialista não é necessário que o cidadão possua uma determinada ideologia, tenha seu espírito formado em uma das várias correntes de idéias que têm constituído, até o presente, as doutrinas socialistas... (O marxismo foi) a doutrina que mais poderosa influência exerceu e exerce no mundo contemporâneo e que mais conseguiu abalar os alicerces do regime capitalista... Ignorar o marxismo... portanto, equívale a não ter noção alguma do que seja socialismo, permanecer no simples humanitarismo sentimental e vulgar". Por outro lado, ser pró-marxista equivaleria a "transpor a luta pela realização do socialismo, que representa um programa social e um sistema de organização da sociedade, para o plano puramente ideológico... (É necessário evitar) as lutas encarniçadas travadas no seio do movimento operário, em torno da 'pureza' marxista... Nenhum indivíduo medianamente sensato pode hoje ignorar a enorme influência dos fatores afetivos na formação das idéias, sobretudo idéias que dizem respeito à organização da sociedade e à luta política... O essencial para o indivíduo se transformar num batalhador da causa socialista não é aprender e aceitar as idéias de qualquer dos mestres do socialismo e sim possuir qualidades morais e afetivas que o habilitem a lutar por um sistema de organização da sociedade em bases de justiça social e liberdade para o maior número... O que importa não é tanto ser marxista, bakunista, saintsimoniano, reformista ou leninista, e sim possuir formação moral e afetiva em concordância com os princípios de libertação social e política que se quer defender e levar à prática, na organização da sociedade. Um religioso do movimento católi-

co 'Economía e Humanismo' pode estar muito mais próximo dos princípios socialistas do que qualquer dos 'chefes' onipotentes do estalinismo... (Tais doutrinas) são fruto de uma longa e dura experiência... Elas são as bases racionais em que podemos apoiar nossa ação... Mas daí à posição de devotamento místico... vai enorme distância".

Costa Corrêa temia que para "muitos sectários do marxismo" a sua posição fosse confundida com a de "um 'ecclético' pequeno-burguês ou mesmo uma forma de política empírica do 'tipo burguês'". Mas respondia decididamente que, malgrado tal acusação, "essa será a única forma de nos libertarmos da mentalidade bitolada e padronizada que cedo ou tarde acaba por dominar os partidos de ideologias fechadas... Devemos preservar... a mais ampla liberdade de consciência".

Posta a questão nesses termos, ou seja, de forma a tornar cada socialista uma espécie de adepto auto-responsável, estudioso que procurava capacitar-se para bem exercer o seu papel, o PSB através de Costa Corrêa levava o conceito de militância nas correntes de esquerda, em seu tempo, ao limite possível de liberdade de ação e fundamentava as bases para a construção de um partido no qual o conceito de democracia "externo", aberto à imprevisibilidade do amanhã, contasse com o necessário respaldo de autonomia no plano da organização interna.

Uma análise singela levaria a confundir as idéias expostas por Antônio Costa Corrêa com um conjunto, mais ou menos banal, de noções sobre a fraternidade humana e o idealismo social. Entretanto, respeitada a sua historicidade, elas contêm um pluralismo antimítico que, mesmo encontrando barreiras para ser assimilado à época, favorecia a libertação da crítica política de esquemas rigidamente preestabelecidos. Contém um entendimento histórico que se apóia no acontecimento irrepitível, inimitável, que pode ter contribuído para a formação de um pensamento de esquerda menos atrelado a regras fixas e imutáveis. Contempla, por fim, um relacionamento íntimo entre a origem das idéias políticas individuais e o nível afetivo, algo que incorpora, no mínimo superficialmente, características de uma análise freudiana. E, nessa tradição, entende o indivíduo como pluralidade em si, como

campo aberto do conflito de valores, diferentemente do conceito comunista então admitido, o "novo homem socialista".

Essa quebra da hegemonia cultural do comunismo não era produzida isoladamente por Costa Corrêa, mas respondia a uma necessidade analítica dos militantes teóricos do Partido Socialista em São Paulo. Tanto é assim que pudemos observar fenômeno análogo no pensamento político de Cid Franco, em circunstâncias bastante diversas.<sup>30</sup>

Para reiterar esse entendimento amplo das bases teóricas do socialismo, e definitivamente liberar o indivíduo político das peias impostas por esquemas analíticos compulsórios, Antonio Candido, em um texto em que parecia "apenas" analisar a posição dos intelectuais socialistas, trazia uma contribuição definitiva para arrematar o debate desenvolvido pelas páginas do jornal partidário. Desse modo, advertia que para criar conhecimento era preciso ter autonomia e o marxismo ortodoxo a impedia. Sugeriu ele, com bom humor, a substituição da intenção globalizante do marxismo por algo singelo, mas fundamental ao socialismo democrático, a liberdade de criação:

Talvez se pudesse dizer que a tarefa principal do escritor socialista é lutar pela liberdade de inspiração... Constitui evidente primarismo - cometido pelos grupos de tendências ortodoxas, desde os católicos até os marxistas mecanicistas - querer transformar em finalidade da obra a expressão do seu condicionamento. Uma coisa é a crítica tomar conhecimento dele a fim de estudar as obras e os autores do ponto de vista sociológico: outra, muito diferente, é querer que os autores, seguindo o mesmo caminho, exprimam na sua obra o mecanismo do referido condicionamento. O mesmo seria exigir de um namorado que dissesse à namorada em vez de "Eu te amo": "Premido por certos movimentos hormonais, que despertam em mim certos determinados reflexos, vejo-me compelido a procurar em ti a solução deste impulso biológico..." Parece piada, mas não é: exatamente essa é a situação dos que desejam forçar a literatura e a arte a manifestar no plano consciente da criação, os fatores não-literários e não-artísticos - que impulsionam a inspira-

30 F. S., 20.1.1949, "Pró e anti-marxismo" de Antônio Costa Corrêa. Sobre Cid Franco ver subcapítulo "Passo em falso", cap.3 deste volume.

ção neste ou naquele sentido, combinados com os fatores de ordem mais estritamente pessoal. Dos que desejam, numa palavra, sufocar todo o processo de obediência às sugestões do inconsciente, que é por assim dizer o terreno mais rico da criação literária no domínio da inspiração."

Se as divergências teóricas com os comunistas eram muito comuns, em geral tais ocorrências não se transferiam para o nível pessoal, nem se tornavam diatribes entre pessoas de um lado e de outro. Cabe ressaltar a exceção quanto à figura do líder comunista máximo, Luiz Carlos Prestes, que sempre foi severamente criticado por diversos militantes do PSB. A seu respeito, os socialistas mantinham sentimentos que variavam do desprezo intelectual à aversão pessoal.

Em uma série de ocasiões, Prestes foi alvo de críticas acerbas: Aristides Lobo, comentando um artigo de Prestes na revista *Problemas*, "que é em si mesma um problema muito sério", afirmou que o texto era um "vasto manancial de asneiras" e que seu autor sofria de uma certa "modalidade de loucura";<sup>32</sup> Domingos Velasco, respondendo à acusação que Prestes havia feito aos socialistas de serem "novos quadros do imperialismo", denunciou-o por adotar procedimentos fascistas e menosprezar os interesses do povo: "Ao sair da prisão, ele poderia ter liderado um grande movimento popular. Preferiu, entretanto... sectarizar-se no PCB... Ele e a CNOP superestimaram, infantilmente... que os comunistas sozinhos poderiam enfrentar e vencer qualquer reação no Brasil. E, afastaram-se propositadamente, de grande parte do povo brasileiro...";<sup>33</sup> no momento em que vários líderes comunistas internacionais declararam que apoiariam a URSS no caso de uma guerra aberta com os EUA, declaração esta corroborada por Prestes, os socialistas identificaram-no como um político ingênuo, primário: "A opinião pública internacional sente-se chocada com as recentes declarações dos líderes vermelhos dos países do Ocidente... O camarada Prestes fora precoce... Madrugara. Anteci-

31 F. S., 16.9.1950: "Posição do escritor socialista".

32 F. S., 20.9.1948, "Prestes e a sua... 'revolução'".

33 F. S., 20.10.1948, "Resposta ao Sr. Prestes".

para-se em demasia, apenas esboçava-se a tensão internacional. Não demonstrara suficiente senso de oportunidade...";<sup>34</sup> quando o "Manifesto de Agosto" foi publicado na *Tribuna Popular*, Arnaldo Pedroso D'Horta qualificou Prestes como um irresponsável: "De toda a sua bestialogia e acacianismo salva-se que Adhemar (que os comunistas elegeram governador de São Paulo) é um assassino e facínora, e que Getúlio (que os comunistas queriam manter no Catete em 1945) é 'um velho tirano, latifundiário'. Prestes prega a mazorca para já, recomendando que seus seguidores que comecem movimentos revolucionários onde puderem, mesmo que não haja perspectivas de êxito".<sup>15</sup>

Eram essas, portanto, as mais importantes condenações que os membros do PSB arremessavam contra o comunismo: o equívoco da ditadura do proletariado, a deturpação promovida pelo capitalismo de Estado, a tirania partidária, a adulteração do marxismo e a desorientação da liderança.

Visando patentear muito claramente as suas diferenças com os comunistas, o PSB, como acima ficou dito, empenhava-se em salientar a sua personalidade ímpar. Entretanto, exatamente por essa razão ocorria o contrário. Ou melhor, os socialistas brasileiros experimentavam uma espécie de equidistância paralisadora entre o "esfolador capitalismo burguês" e o "mistificador comunismo proletário". Procuravam um sítio inexistente, numa época em que todo o território ideológico estava ocupado pela dicotômica luta entre o bem e o mal, que, conforme o câmbio de óptica, podia ser constituído por proletários e burgueses ou ao revés. Daí a dificuldade experimentada por seus teóricos, pois, por mais expressivas que fossem suas idéias ou palavras de ordem, apareciam aos olhos do público - exigente de uma definição entre o céu e o inferno - como vagas e incompletas. Ao socialismo democrático estava destinada a expiação no purgatório. O próprio lema par-

34 F. S., 20.3.1949, "Posição da crítica socialista".

35 F. S., 12.8.1950, "Candidatos por cima dos partidos".

tidário, Socialismo e Liberdade, poderia transmitir, entre outros significados, uma sensação de ambigüidade.

A consulta aos documentos partidários transmite a impressão de que ainda uma outra situação dilemática foi enfrentada pelos socialistas. E esta dizia respeito ao método de relacionamento com o público-alvo de suas mensagens: tomá-lo como uma totalidade consciente, dotado de autonomia racional, ou apanhá-lo pela emoção? A opção pela razão continha algo de abandono, significava perda de influência sobre o curso dos acontecimentos tanto nos movimentos populares quanto no processo eleitoral marcado pelo populismo. Mas os socialistas preferiram a lógica da "conscientização" de seu público potencial, mesmo sabendo da luta dura que teriam pela frente: "Se não devemos optar pela República Soviética não nos é possível tão pouco aplaudir os seus adversários. Somente a contragosto e sem convicção assumiremos tal ou qual posição... O que faremos sempre com consciência será permanecer onde estamos, na trincheira da luta honesta e dura pela verdade socialista...".<sup>36</sup>

Tarefa difícil era revestir de um conteúdo identificável para a massa da população o "onde estamos" socialista. Para Oliveiros Ferreira, a definição socialista se encontrava, especialmente, na negação dos fenômenos políticos estabelecidos, em enfrentá-los com destemor. Parecia-lhe necessário "estabelecer uma linha socialista conseqüente, linha esta que nos situe, não como meio termo entre o capitalismo e o totalitarismo estalinista, mas sim, contra toda e qualquer forma de opressão que exista ou que venha a existir".<sup>37</sup>

Do ponto de vista prático, a ausência de uma linha facilmente identificável criava confusão e atrapalhava o desenvolvimento do PSB. O próprio presidente nacional do PSB, João Mangabeira, vivenciou diretamente o espírito de ambigüidade existente em torno ao Partido, quando realizou uma série de viagens ao Nordeste com o fito de compor bancas para exames de direito e, ao mesmo tempo, proferir palestras que tentassem ampliar o núme-

36 F. S., 10.3.1948, Sérgio Milliet.

37 F. S., 10.6.1948.



ro de militantes socialistas. Mangabeira, reportando as dificuldades, afirmou ter enfrentado "incompreensões de toda sorte: de um lado, eram conservadores, liberais mesmo e, até, socialistas sem filiação partidária, que acusavam o Partido Socialista de ser 'linha auxiliar' do Partido Comunista; de outro, eram os comunistas que o consideravam 'linha auxiliar' da burguesia".<sup>38</sup>

Aliás, como se pode perceber pela generalidade da questão, a dificuldade em dotar a proposta socialista de suficiente nitidez junto aos trabalhadores e à população em geral não era exclusividade do Partido Socialista no Brasil. A esse respeito, o próprio órgão de divulgação do PSB-SP trazia depoimentos. O socialista francês David Rousset, escrevendo para *Les temps modernes*, em setembro de 1948, respondia a questões postas por Jean-Paul Sartre exatamente nesse sentido, isto é, evidenciando a dificuldade de criticar uma evolução política que se parecia com as propostas socialistas, mas não eram socialistas: "No passado, tratava-se de denunciar a mistificação capitalista, de denunciar a exploração capitalista, de desmascarar suas táticas... Atualmente... encontramos-nos diante de uma tarefa muito mais complexa, muito mais difícil. Trata-se... de explicar o papel histórico de um Estado que convertido no proprietário coletivo da economia, emancipou-se, entretanto, enquanto Estado, das massas trabalhadoras da sociedade, e que assenta seus privilégios e os privilégios de seus burocratas no trabalho das massas. Creio que esse é o problema central de hoje".<sup>39</sup>

Para o PSB, a dificuldade de comunicação era ampliada porque os próprios comunistas não se interessavam pelo despertar do povo brasileiro. Sua participação ao lado das forças conservadoras freava o desenvolvimento político do país. "O início da democracia, diria Pedroso D'Horta, foi retardado pela confusão de posições partidárias criadas por aqueles que pregavam o apoio ao Ditador... Democracia exige nítida separação de posições que permita o isolamento dos reacionários... Dutra e Prestes... se esforçam para criar em nosso país a mesma situação de conflito que

38 F. S., 20.11.1948.

39 F. S., 5.2.1949, "A democracia operária..."

Trumann e Stalin espalham hoje pelo mundo inteiro... E, na verdade, um ponto de interesse comum os liga: eles querem, ambos, assassinar a democracia". Só a posição do PSB era honesta e, conseqüentemente, a única que poderia conduzir à emancipação do povo brasileiro. No entanto, o autor admitia, "o povo ainda não viu que outro caminho possa seguir. Ele ainda não ouviu a voz do Partido Socialista, ainda não compreendeu a possibilidade de assumir uma posição própria... desligada dos dois grandes competidores mundiais".<sup>40</sup>

Mas ele poderia ver, acreditavam os esperançosos socialistas. Para tanto era necessário muito trabalho a fim de desmitificação da URSS: "O fato de vermos a massa operária acompanhar e votar nos comunistas, não significa que haja uma identificação real entre o partido e os interesses da massa. O que acontece, na verdade, é que em virtude da tradição que os comunistas herdaram da revolução russa e da inércia dos partidos socialistas, os trabalhadores são levados a votar naqueles, julgando-os identificados com os seus interesses".<sup>41</sup> Concordando com essa possibilidade, o jornalista e membro do PSB-SP, Cláudio Abramo lembrava que a grande dificuldade apresentava-se no âmbito da comunicação pois, formara-se no Brasil, "nas esferas intelectuais, uma espécie de júri organizado pelo Partido Comunista mau grado seu, que através de suas publicações, desfere ataques contra os que foram julgados e (por eles mesmos) condenados... Segundo a moral estalinista, todos aqueles que lutam no campo operário - por exemplo, os socialistas e os anarquistas - e que não concordam com a tática e os métodos e muito menos com os objetivos reais do estalinismo... devem ser considerados traidores".<sup>42</sup>

40 F. S., 15.12.1947, "Bem frágeis são os alicerces..."

41 F. S., 15.5.1949, "UDN-PARTIDO SOCIALISTA-PCB".

42 F. S., 1º.7.1949, "A moral estalinista". Registre-se a simpatia que Érico Veríssimo expressou pelo PSB: "O PSB representa nesta época de grandes agitações sociais, a justa medida entre o totalitarismo esquerdista da Rússia Soviética e a extrema direita, sendo ao mesmo tempo uma saudável advertência contra o *laissez-faire* em assuntos de economia... Estou ideologicamente com vocês e só a minha incapacidade para a disciplina partidária e mais os meus afazeres de contador de histórias, me impedem de ser um membro militante". *Panfleto*, jul. 1950.

Fatos novos, no início dos anos 50, viriam acalentar as esperanças do Partido Socialista quanto a sacudir os comunistas de suas posições arraigadas e talvez possibilitar um entendimento, ainda que sumário, para uma ação minimamente coordenada. Na verdade, o que os socialistas almejavam não era a formação de uma aliança específica com o PCB, mas a possibilidade de um trabalho conjunto das forças de esquerda, o que passava, necessariamente, pela participação comunista.

O primeiro dos fatos novos a que nos referimos correspondia a um movimento no sentido do comunismo em direção ao socialismo. A morte de Stalin e a conseqüente crítica ao culto dos heróis, analisou com sagacidade Antônio Costa Corrêa, deveria provocar uma quebra no espírito que alimentava condutas emocionais extremadas: "O comunismo há muito se transformou em idolatria vulgar em torno de chefes onipotentes. Aconteceu-lhe o mesmo que a muitas religiões, que perderam o seu conteúdo, suas relações com determinada conjuntura social e seu sentido de expressão de aspirações humanas, para ficarem reduzidas a amontoados de mitos e fórmulas litúrgicas. O Partido Comunista é hoje, para o seu membro militante, uma espécie de sucedâneo para a religião, como que uma válvula para o misticismo inato em todo o angustiado ou desajustado". Mas justamente porque o monolitismo da teoria formava uma crosta, una e indivisível, sacralizada, é que o autor via a possibilidade de mudança naquela hora, como se ele quisesse dizer que, morrendo o deus dos comunistas, seus sequazes secularizariam as idéias: "Se algum abalo for causado, isto poderá ser o ponto de partida para a degradação de todo o sistema estalinista, a brecha inicial por onde poderá penetrar uma torrente renovadora de espírito crítico, capaz de levar a uma verdadeira revolução democrática no campo comunista".<sup>43</sup> O que Costa Corrêa estava a indicar, sagazmente, era não só o possível esboroamento da relação fideísta que o membro do Partido Comunista mantinha com a sua instituição, mas além disso, mais profundamente, punha visível a raiz da lealdade comunista como

43 F. S., 5.7.1953, "O fim do culto dos heróis na URSS".

tributária da transformação de seus erros e fracassos em mitos. Parecia-lhe improvável que os comunistas mantivessem o encantamento que obnubilava a visão objetiva.

Outra novidade no cenário da esquerda - do socialismo em direção aos comunistas - fora a vitória de Jânio Quadros concorrendo pela legenda do PSB nas eleições para a prefeitura da Capital, e a assessoria que alguns socialistas estavam dando à administração paulistana. Por isso a postura do PSB sofria alteração. As críticas agora ganhavam um certo ar de superioridade, acompanhado de uma disposição senão em conciliar, pelo menos em provocar a remissão dos pecados comunistas, para futuros entendimentos: "Os comunistas... pela primeira vez, têm pela frente, em posições destacadas nos órgãos estatais, homens de reputação inatacável e animados por vontade férrea de realizar as reivindicações mais sentidas do proletariado e do povo. Pela primeira vez enfrentam eles homens que, aos métodos de mistificação, demagogia e corrupção, adotados na política burguesa e seguidos por eles próprios, comunistas, contrapõem os métodos de debate público, democrático, honesto e educativo. Sentem-se, por isso, ameaçados, pois faltam-lhes os argumentos de grande efeito propagandístico de que vinham se utilizando para a conquista de posições".<sup>44</sup>

Entretanto, nos anos que se seguiram imediatamente a 1953, não houve de fato qualquer conciliação ou ensejo para que ela ocorresse. Foram anos marcados por experiências traumáticas para os dois partidos, impeditivas de qualquer aproximação. Enquanto o PSB nacional resistia em estado letárgico, o partido em São Paulo, ao longo da década, sofria as conseqüências do passo em falso que dera apoiando as candidaturas e sustentando os governos de Jânio Quadros, na prefeitura e no Estado. O PCB sob a égide do "Manifesto de Agosto", de 1950, viveu um período ultra-esquerdista, exteriorizado por uma forte retórica revolucionária: "A nova política, posteriormente rotulada de 'sectária' pelos próprios líderes que pressionavam por uma linha militante, pretendia preparar o partido política e ideologicamente para a

44 F. S., 5.10.1953, "Salada reacionária", editorial.

tomada do poder".<sup>45</sup> No entanto, graças a uma relativa perda de prestígio junto ao movimento operário e a intenção de participar fortemente em campanhas nacionalistas, o PCB promoveu em seu IV Congresso, realizado em novembro de 1954 em São Paulo, uma verdadeira guinada de rumo. Pouco depois, mais uma vez o partido seria sacudido, agora pelo XX Congresso do Partido Comunista da URSS, de 1956, no qual Krushev denunciaria o stalinismo. Seguiram-se entusiásticos debates internos e várias dissensões. Tais e tão acentuadas alterações contribuíam para o impedimento referido.

Ao final da década, porém, o "desenvolvimentismo" do presidente Juscelino Kubitschek abarcara em torno de si um amplo movimento nacionalista composto por partidos como o PSD e o PTB, setores militares, estudantes e o PCB. O PSB, emerso do jacobinismo, a esse movimento se somou, apoiando inclusive a sua sobrevivência por meio da candidatura do general Lott. Nessa ocasião, a expectativa de uma pretensa aliança de todas as forças de esquerda voltou à baila.

Ainda em 1958, o PCB adotou uma linha política na qual "a revolução" era entendida como resultado de um projeto pacífico. Esta alteração criava um terreno comum sobre o qual os socialistas também podiam lavar, já que sempre insistiram nesse caminho. Para os comunistas, cuja retórica agora se aproximava das palavras de ordem socialistas, "o caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país... O povo brasileiro pode resolver pacificamente seus problemas básicos com a acumulação gradual, mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação".<sup>46</sup>

45 CHILCOTE, 1982, p.17.

46 *Voz Operária*, 22.3.1958, "Declaração sobre a política do PCB: a situação política e nossas tarefas atuais. Resolução do CC do PCB".

De qualquer forma, a primeira tarefa para os socialistas se constituía em combater os inimigos de um acordo entre as esquerdas brasileiras, que eram também inimigos do povo: "Está se alastrando em todo o país a histeria do 'anticomunismo' lacerdista. Parece que as altas camadas da burguesia brasileira, as oligarquias de latifundiários, os trustes imperialistas e alguns militares retrógrados... estão apavorados diante da perspectiva de um avanço das esquerdas no Brasil... O povo vai tomando consciência, instintivamente, de que só as soluções preconizadas pelos movimentos de esquerda podem abrir perspectivas de solução... Daí a histeria anticomunista..."<sup>47</sup>

Com o respaldo popular, as forças nacionais de esquerda encontrariam saída para a crise e ao movimento interno se somariam benéficas influências externas vindas de uma renovação do comunismo internacional. Em 1961, o PSB-SP, analisando os acontecimentos em torno do XXII Congresso do PCUS, viu nele provas de que uma gestão democrática do comunismo ainda era possível: "O novo programa e os novos estatutos atestam o esforço...", diriam os socialistas animados pelas repercussões que a desestalinização desencadearia no PCB. E como a devanear sobre o mundo novo que resultaria dos esforços das esquerdas unidas, esqueciam as velhas farpas trocadas contra a "pátria do socialismo" e imaginavam um futuro auspicioso tendo-a como estrela guia: "A revolução e o regime socialista por ela instituído sobreviveram ao terror estalinista, à deformação burocrática e à agressão de uma guerra. Não sobreviveram apenas. Lançaram as bases sólidas para a edificação da sociedade comunista e asseguraram ao povo soviético progressos imensos no terreno econômico, social e cultural. A Revolução de Outubro é invencível... É patrimônio de toda a humanidade progressista. É exemplo para todos os povos que já seguiram ou estão em vias de seguir a trilha que conduz ao socialismo, à democracia e à paz mundial".<sup>48</sup>

A desestalinização não se verificou por inteiro. As intenções socialistas de alianças foram em vão: as esquerdas brasileiras não

47 F. S., nov. 1961, "Apavorada pela crise do país a reação...".

48 F. S., nov. 1961, "O 22º CONGRESSO DO PCUS", Editorial.

formaram um bloco compacto de apoio à democracia e o golpe de 1964 as colocou de joelhos, quando não numa vala comum. A Revolução de Outubro foi derrotada e nem mesmo a URSS resistiu. Mas é possível que o sonho de um caminho para o socialismo tenha sobrevivido, adulterado ou desviado, certamente transformado. Mas que sonho era esse, de que matéria elaborado?

## VIA SOCIALISTA

Examinar a via socialista para o poder nos leva plenamente, como disseram Marx e Engels a propósito de seus antecessores socialistas, ao céu brumoso da fantasia filosófica. Ou como se prefere contemporaneamente, ao conteúdo do imaginário socialista. Revela o projeto desenhado pelos membros do PSB-SP para construir uma sociedade democrática. Se discordavam dos comunistas, como vimos, que roteiros então estabeleceram para tentar superar o projeto "vitorioso" da revolução bolchevique?

Para pensar a transformação do mundo capitalista, os socialistas partiam de um princípio diferencial básico em relação à esquerda brasileira de modo geral. Acreditavam na autonomia das esferas do econômico e do social, isto é, em suas conjecturas não subordinavam as alterações projetadas ao primado da produção. Entendiam que o liberalismo propunha uma relação entre o político, o social e o econômico como se fossem peças justapostas, sem ligação, e que o marxismo tal como era adotado pelos partidos de cunho comunista, julgava essa relação ao contrário, explicando o político e o social como simples consequência do econômico. A isso opunham a sua interpretação que insistia na existência de uma mescla vital entre o econômico, o social e o político, cada esfera se refletindo sobre as demais, porém, autonomamente, sem a camisa-de-força da homogeneização e da determinação. Por isso, aproveitavam todas as oportunidades para reiterar as palavras-chave de seu dístico: "não basta que hajamos a *listno* na economia, é preciso também liberdade para o homem".<sup>49</sup>

49 Esse entendimento da autonomia do campo social e político está na base da contemporânea análise histórica. HELLER & FEHER (1985, p.12) definin-

Entretanto, se a liberdade deveria ser preservada com o muito de imprevisibilidade que ela pressupõe - imbricando-se aí com o conceito socialista de democracia - a história que imaginavam não dispunha assim de tanta autonomia, pois para os intelectuais do PSB-SP, inexoravelmente, não só o mundo marcharia para o socialismo, como o Brasil o acompanharia a curto prazo. "O Brasil marcha para o socialismo", uma assertiva que o jornal do Partido divulgou durante os anos 50, em boa parte de suas edições. A frase aparecia sempre acompanhada da imagem de um hirto trabalhador que, portando a bandeira do PSB, arremetia destemido em direção ao futuro. Seria apenas uma questão de tempo, pois "o mundo marcha para o socialismo. No plano internacional essa verdade é indiscutível e patenteia-se através dos mais variados episódios políticos desta primeira metade do século 20. Essa afirmativa, porém, já começa a valer para o Brasil".<sup>50</sup>

A reunião dos dois conceitos, liberdade humana e rumo histórico ao socialismo, estava de tal modo integrada à essência do PSB que em nada sugeria contradição aos seus militantes. Menos ainda davam-se conta da presunção de terem descoberto a chave do entendimento histórico. Estavam possuídos pela idéia de um processo histórico necessário e irreversível que lhes dava a sensação de trabalharem a favor do inelutável progresso, tributários que eram das idéias socialistas do século XIX. Em um dos documentos aos quais nos referimos como "fundadores", o "Comentário", redigido por Paulo Emílio Salles Gomes em 1942, já estava presente a citada reunião de conceitos e justamente, como princípio teórico otimista e unilinear, para pensar o futuro das sociedades: "Acreditamos em dois princípios teóricos fundamen-

do cultura ocidental, observaram que um dos seus elementos constitutivos se encontra na "coexistência de três lógicas: a do capitalismo, a da industrialização e a da democracia... Em nosso juízo significa que as três 'tendências', ou 'dinâmicas'... têm distintas instituições e uma rede institucional que supõe *um processo de aprendizagem relativamente independente em cada caso*, com pautas de comportamento mais ou menos formalizadas. São interdependentes em certos aspectos complexos, porém não guardam entre si a relação de 'causa primária - efeitos secundários'".

50 F. S., 3.12.1950, "O Brasil marcha para o socialismo".



tais... Primeiro, a igualdade não só política mas econômica de todos os homens. Segundo, o respeito devido à personalidade humana, o direito da pessoa humana à liberdade. Para nós filhos do Ocidente, esses dois pontos fundamentais foram uma conquista devida ao cristianismo... No drama histórico, que se desenvolve nas raízes e no coração da Idade Média, através da Renascença, a Reforma, as Revoluções Inglesa, Americana, Francesa, Bolivariana, Mexicana e Russa, até nossos dias, encontramos uma continuidade no que se refere à validade histórica, mais ou menos eficiente, dos princípios de liberdade e igualdade".<sup>51</sup>

Assentados os pilares, os postulados sobre os quais a construção do futuro se apoiaria, os socialistas conjeturavam a respeito da arquitetura de seu sistema. Pretendiam abolir o capitalismo e promover a estatização da economia, mas não admitiam ter seu território confundido com outros grupos de postura semelhante.

O seu espaço específico não deveria ser nem capitalista nem comunista, mas uma Terceira Frente ou Terceira Força "socialista democrática", estrategicamente localizada entre "os dois blocos antagônicos, o americano e o russo". Comentando a situação internacional nos primeiros momentos de guerra fria e já reafirmando uma das razões da fundação do Partido Socialista Brasileiro, Febus Gikovate identificou como grande e urgente tarefa a arregimentação das forças, pois "o campo socialista-democrático ainda não se constituiu em Terceira Frente, coesa e independente. Numerosos setores ainda gravitam, ora no setor russo, ora no setor americano. E indispensável agir com mais firmeza e decisão. Ainda dispomos de tempo. Seria um crime para com a humanidade desperdiçá-lo inutilmente".<sup>52</sup> O modelo a servir de referência para fugir da iminente catástrofe que ameaçava envolver também as forças internas a cada país, segundo a maioria dos militantes, deveria ser a Inglaterra "onde o governo trabalhista está realizando a primeira experiência prática do socialismo de-

51 Paulo Emílio Salles GOMES, "Comentário", in: *Clima (São Paulo)*, n.12, p.80-1, abril 1942.

52 F. S., 15.12.1947, "Resenha Internacional", Febus Gikovate.

mocrático e o ponto máximo da crise econômica está sendo lenta e sistematicamente superado".<sup>53</sup>

Sobre esse território identificado, as propostas eram lançadas. Já se observou que os meios e não os fins eram fundamentais para tipificar o socialismo, e por isso o PSB reiterava: "A abolição da propriedade privada dos meios de produção era, e ainda é, ponto pacífico em todas as doutrinas socialistas. O mesmo não acontece em relação à maneira de se abolir a propriedade privada".<sup>54</sup> Indiquemos, portanto, cada uma dessas duas questões, ou seja, o que o PSB-SP entendia por abolição da propriedade privada, via de consequência, do capitalismo (o conteúdo), e a maneira pela qual pretendiam realizar a tarefa (a forma).

Menos do que uma teoria sobre o capitalismo, o PSB-SP era dotado de uma tão taxativa quanto ingênua aversão a ele. Era preciso extingui-lo num ato de volição. Para mudar "tudo", implantar o socialismo, seria necessário assumir primeiramente o poder. Do ponto de vista oficial do Partido em São Paulo isto era ser radical, *achar* indispensável a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Nada de alterações cumulativas, asseverava a Comissão Executiva Estadual: "O PSB refuta, pelo texto de seu programa, todas as teorias reformistas que admitem de uma maneira ou outra, a transformação do regime capitalista em socialista, através de reformas parciais. O PSB é um partido, pela sua própria natureza, revolucionário, que aspira a conquista do poder político por meios democráticos, a fim de submeter a uma transformação radical a nossa estrutura econômica e política... A sociedade socialista... produzirá valores de uso, para satisfação

53 F. S., 10.1.1948, "Resenha Internacional", Febus Gikovate. Para alguns a questão permitiria arregimentar forças além do PSB. Domingos Velasco dizia apoiar-se nas seguintes palavras de Tristão de Athayde: "A luta no Brasil entre capitalismo, comunismo e Terceira Força (chame-se a este socialismo puro, socialismo liberal ou democrático, democracia socialista, cristianismo social, humanismo econômico, distributivismo, cooperativismo ou qualquer outro nome tenha) é a mesma que está ocorrendo em escala mundial". F. S., 10.4.1948.

54 F. S., 10.6.1948, "Nacionalização e Socialização".

das necessidades humanas, e não mercadorias para a satisfação da sede de lucro dos capitalistas".<sup>55</sup>

De fato, a direção do Partido demonstrava grande dificuldade em ultrapassar noções genéricas para imaginar um caminho para o socialismo. Atendendo a pedidos da CEE-SP, Febus Gikovate fez uma série de palestras sobre o programa do Partido. Na alocução de 5 de fevereiro de 1949, explicitou ainda melhor a posição "radical" do Partido, deixando entrever que realmente se entendia por radicalização a vontade de tomar o poder e promover mudanças. Discorrendo sobre reforma ou revolução no interior do movimento socialista, afirmou: "A corrente reformista afirmava que se podia chegar ao socialismo através de reformas parciais, lentas, obtidas no decurso da luta parlamentar, não havendo necessidade do partido socialista aspirar ao poder, a fim de realizar a transformação radical da estrutura econômica e política da sociedade... A nosso ver a questão foi resolvida de maneira inteiramente favorável à corrente revolucionária".<sup>56</sup> Voltando ao assunto dias depois, o mesmo professor sentiu-se obrigado a analisar o problema do tempo de implantação do socialismo, mas não fez mais do que reconhecer a impossibilidade disso, deixando evidente a fragilidade do radicalismo socialista como vontade de mudar: "Transformar a estrutura da sociedade não significa realizá-la de um dia para o outro, não porque não desejemos fazê-lo no mais breve espaço de tempo, mas sim porque é praticamente impossível. Somos obrigados a realizar este processo de uma maneira tal que não abale, que não aniquile o processo de produção em vigor e é por isso que a socialização dos meios de produção será gradual e progressiva... em um prazo que de antemão não podemos prever".<sup>57</sup>

De uma forma mais sofisticada, com recursos acadêmicos reconhecíveis e enfatizando o processo democrático de ascensão ao poder, outro emérito professor-militante, Azis Simão, apresentava uma interpretação do caminho para o socialismo que, não

55 F. S., 5.2.1949, "A participação nos lucros...".

56 F. S., 5.3.1949, "O programa do partido socialista".

57 F. S., 5.4.1949, "O programa do Partido Socialista".

obstante permanecesse no plano genérico, divergia da explicação oficial exposta por Gikovate, em nome da CEE-SP. Os esclarecimentos de Azis representavam uma resistência à palavra oficial mas, provavelmente, exprimiam mais corretamente o pensamento impreciso difundido entre os militantes, na medida em que entendiam o sucesso do socialismo como um *continuum* de conquistas sócio-econômico-culturais subordinadas à ação autônoma de indivíduos oprimidos em busca da liberdade e do desenvolvimento das sociedades: "A história dos povos não se restringe a processos automáticos e independentes de desenvolvimento e transformação de estruturas econômicas. Os membros de uma sociedade em suas atividades comuns, não só inventam técnicas e estabelecem relações econômicas, mas criam todo um modo coletivo de sentir, pensar e agir... No curso da vida moderna, ao mesmo tempo em que se dava o progresso econômico, criaram-se sentimentos, idéias, princípios, normas de conduta e instituições que escapam aos interesses exclusivos de um povo ou classe social. O respeito à pessoa humana, a liberdade de pensamento... o voto universal e o governo representativo, não constituem meras e inúteis formalidades próprias do período liberal burguês. São conquistas... O socialismo surgiu, pois, não como destruidor, mas como herdeiro de uma civilização... (O movimento) não confunde a revolução social com a simples insurreição, a socialização com o decreto de abolição da propriedade privada... Só na medida em que os povos puderem defender seus estágios de evolução e completar o exercício da democracia... (serão superados os) dois tipos de capitalismo. Esta é a empreitada atual do socialismo".<sup>58</sup>

O que há de peculiar ao pensamento de Azis é o método de encadear a idéia de democracia com a sucessão dos acontecimentos: o conceito participava antes, durante e depois na explicação do processo de abolição do capitalismo. Antes, como patrimônio inalienável a ser assegurado; durante, como veículo por meio do qual se constituiria o "controle da produção e da distribuição";

58 F. S., 5.4.1949, "Socialismo e Internacionalismo", A. Simão.

depois, como resultado obtido, o repúdio aos "dois tipos de capitalismo". Permanecia no campo da generalidade, porém, a que ponto essa onipresença de democracia correspondia ao senso comum dos militantes socialistas, independentemente de seu ardor revolucionário!

Ainda outro emérito professor-militante, Lourival Gomes Machado, contribuiu para definir o caminho paulatino, mas cumulativo, das pequenas vitórias cotidianas em direção ao socialismo. Dizia ele que era preciso considerar "essa ponderável revolução pacífica provinda da acumulação progressiva das conquistas que, dia a dia, avançando, vagarosa, porém obstinadamente, realizam os obscuros defensores dos princípios socialistas".<sup>59</sup>

Entretanto, num ponto os socialistas saíam da generalidade e unidos propunham objetivamente medidas para a implantação do socialismo: eram a favor de intensificar a intervenção estatal na ordem econômica. Escrevendo no final dos anos 50, sob o influxo do nacionalismo então dominante, Antônio Costa Corrêa apontou a campanha contra a estatização como uma oposição às necessidades objetivas de desenvolvimento do Brasil: "O Estado é apontado como mau administrador, entravado pela corrupção, pelo empreguismo, pela burocracia... Ao mesmo tempo aponta-se o extraordinário desenvolvimento de certos grupos industriais privados como prova da 'eficiência' da iniciativa privada... Nosso país... vai se empobrecendo, vai tendo o seu futuro comprometido... e não é difícil imaginar as largas conseqüências de natureza política, social e cultural que daí resultarão... Somente sob um regime de forte intervenção estatal é possível acelerar o processo de desenvolvimento econômico".<sup>60</sup>

Quase dois anos depois, o mesmo Costa Corrêa voltaria ao tema ainda mais contundente, para explicar que a livre iniciativa, desde a guerra de 1914, havia falido como promotora do desenvolvimento: "Parodiando uma frase de Marx, podemos dizer: há um cadáver percorrendo o mundo ocidental. Todos os poderes da velha Europa e dos Estados Unidos se uniram numa santa aliança

59 *F. S.*, 15.7.1949, "O socialismo nada tem...".

60 *F. S.*, dez. 1959, "Iniciativa privada e estatismo".

destinada a restituir a vida ao cadáver... O cadáver tem o apoio quase unânime da imprensa, do rádio e da televisão... O cadáver chama-se: livre iniciativa... Vejam os Estados Unidos, vejam a Alemanha Ocidental. Que riqueza!... Os brasileiros podem ter tudo isso, mas é preciso acabar com a intervenção do Estado... E assim, vamos".<sup>61</sup>

Em resumo, para suprimir o capitalismo os socialistas, valendo-se de órgãos políticos instituídos segundo sistemas democráticos populares, pretendiam abolir a propriedade privada dos meios de produção e implantar uma planificação que maximizasse a economia estatizada.

Se os objetivos acima apontados permaneciam genéricos e indeterminados para quem busca identificar o caráter específico do socialismo em São Paulo, o caminho escolhido para implantá-los continha peculiaridades. Esse caminho deveria ser pacífico, apoiado na compreensão e adesão popular obtidas através de uma educação política sucessivamente aplicada,<sup>62</sup> e desenvolvido por instituições governamentais no âmbito do município, pois estavam mais próximas da vida cotidiana das populações sobre as quais o socialismo vingaria. Tal expectativa, de caminhar de baixo para cima, apresentava discrepâncias com relação ao objetivo de erradicar o capitalismo por completo, como já vimos nas declarações oficiais e peremptórias da direção do PSB-SP. O próprio programa do Partido referia-se a uma "gradual e progressiva socialização dos meios de produção... na medida em que as condições do país o exigirem" e asseverava que mesmo a propriedade particular seria "mantida nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal sem prejuízo do interesse coletivo".

Ao assumir como primeiro vereador socialista de São Paulo, no início de 1948, Cid Franco discursou reiterando a busca de uma via pacífica para implantar o socialismo, por meio de eleições, e explicou, convicto que estava na "marcha para o socialismo", que nenhuma agressão teria sucesso diante das imposições

61 F S., dez. 1961, "Um cadáver a ser sepultado".

62 O exemplo devia vir de dentro, pois a *folha Socialista* sempre recomendava que, internamente, o PSB fosse "uma escola de democracia".

da história: "Acreditamos na vitória do socialismo sem o extermínio pessoal de uma classe, vitória dialética, nascida pacificamente das urnas e gerada pelas próprias contradições de ordem econômica e social em que se baseia o regime Capitalista... Por outro lado, acreditamos que a violência contrária, a violência da reação policial ou plutocrática, visando impedir a marcha do mundo para o socialismo... será uma violência inútil...".<sup>63</sup> Discursando diretamente ao público, na comemoração do Primeiro de Maio do ano seguinte, ele foi inquirido sobre a possibilidade de implantar o socialismo, e respondeu: "Sim. É possível. Democraticamente. Pacificamente. Peias eleições, pela arma democrática do voto secreto e livre... As condições atuais do mundo já permitem caminhar para o socialismo democrático, derrubar o capitalismo sem o terror, sem o sangue, sem a ditadura, sem a morte das liberdades fundamentais da criatura humana".<sup>64</sup>

Perfeitamente concatenada ao caminho pacífico para o socialismo estava a estratégia de construí-lo através da vontade popular, aliás, "o povo" é que deveria instaurar a nova ordem política no país. Por isso, a mais importante tarefa do Partido correspondia a educá-lo para entender o conteúdo e a forma das mudanças. O "povo" dispunha de aptidões para a tarefa, mas era necessário transformá-las do estado potencial em que repousavam para uma situação explícita. Essa passagem de aptidão à consciência era pensada nos moldes clássicos em que a teoria marxista colocava a condição do proletariado de classe "em si" a classe "para si". A diferença ficava por conta da relativização inerente ao uso de povo em vez de classe, e de vontade em vez de consciência. Ambos os conceitos, povo e vontade, apropriadamente imprecisos para permitir a diferentes tipos de militantes que fossem abarcados pelo caminho socialista escolhido.<sup>65</sup> A essa imprecisão, como que a escamoteá-la, correspondia uma sôfrega necessidade de "afirmação clara e precisa dos pontos fundamentais do PSB", para faciliti-

63 F. S., 7.2.1948.

64 F. S., 15.5.1949, transcrição de comício no largo Sete de Setembro.

65 A expressão povo geralmente não correspondia a setores sociais concretos, mas a uma abstração. Isso decorria de que a prática partidária estava distante de movimentos populares reais.

tar "o esclarecimento do povo, o levantamento de seu nível político".<sup>66</sup> Na verdade uma tarefa impossível, já que por definição o caminho do PSB deveria permanecer impreciso e aberto para abarcar os seus diferentes tipos de militantes socialistas.

Paralelamente, os membros do Partido reconheciam que, no Brasil, os percalços da estratégia escolhida não eram pequenos e lançavam suas esperanças num imprevisível futuro: "Quem quer que se proponha levar adiante uma política de cunho educativo das massas populares, como deve ser, necessariamente, a política de um Partido Socialista, tem de levar em conta, em primeiro plano, o fator adverso representado pela falta de espírito associativo por parte das massas populares. Essa é uma das razões pelas quais não podemos contar com um progresso rápido do nosso Partido...".<sup>67</sup>

Tal como um grupo de professores, que em boa parte o constituíam de fato, o PSB-SP assumia a tarefa de "educar o povo dentro de certas idéias e princípios" para encaminhá-lo "a lutar pela solução de seus problemas econômicos e sociais".<sup>68</sup> Sem dúvida depositavam grande confiança no poder de convencimento, na persuasão do conhecimento, e o faziam deixando bastante evidente a formação iluminista de que estavam dotados. Pensavam o conhecimento como via direta de acesso à verdade, caminho privilegiado para liquidação de mentiras e enganos sobre os quais alguns setores da sociedade apoiavam o seu indevido domínio. O saber socialista iria revolucionar o mundo, por isso buscavam compreender e mudar a história. Dois momentos inseparáveis do tempo socialista.

Levando essa idéia ao extremo e a associando a um complexo preconceito colonialista, um colaborador *da Folha Socialista*, provavelmente pouco afeito às lides partidárias, talvez insuflado por sua "ingenuidade", propôs algo como a substituição do povo brasileiro. Isto é, para enfrentar a vitória da "fascinante demagogia vulgar" dos outros partidos e a "estúpida fidelidade" popular devo-

66 F. S., 10.1.1948, Arnaldo Pedroso D'Horta.

67 F. S., 12.5.1947, "Rumos de uma política...", Costa Corrêa.

68 F. S., 5.10.1948, "Os socialistas têm um...", Costa Corrêa.



tada a eles no Brasil, o PSB deveria transformar-se em "um núcleo nos moldes da 'Fabian Society' de Londres", e assim sendo agir para que "nossa vida pública adquira o tom honesto e austero da vida inglesa... a coerência, a lealdade, a compostura, a dignidade".<sup>69</sup>

A essa esdrúxula pretensão, a maioria partidária interpunha um outro caminho para o socialismo, uma construção na esfera de poder estatal mais próxima das populações locais, o município. No item organização política do Estado, o Programa do Partido, fiel ao objetivo de promover a "transformação da estrutura da sociedade... na medida em que as condições do país exigirem", propunha organizá-lo sem provocar perturbações, sem traumas, "democraticamente, mantendo sua tradicional forma federativa e respeitando a autonomia dos municípios... divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário". Assim, pretendendo executar o Programa somente "no dia em que tivermos maioria nos órgãos legislativos em escala nacional", membros do PSB defendiam, para o futuro, uma alteração do funcionamento das Câmaras Municipais, que, na hipotética ausência de conflitos políticos operada pela implantação do socialismo, passariam a ter apenas funções técnicas: "É no âmbito municipal que a nossa ação se pode fazer sentir de maneira mais concreta... As câmaras municipais... se transformarão gradativamente de órgãos puramente políticos em órgãos administrativos dos interesses coletivos municipais".<sup>70</sup>

Assim, o projeto de governo se apoiava no federalismo e a sua execução atribuiria aos municípios papel fundamental, vindo inclusive ao encontro de uma planificação da produção e do consumo que naquele momento era tratada "pelos governos burgueses" de uma forma caótica. Em 1948, o diretor *da Folha Socialista*, Antonio Candido - pensando em estender o próprio espírito descentralizado da organização interna do PSB ao país<sup>71</sup> - ex-

69 F. S., 5.10.1948, "Abrabileiremos o socialismo", V F.(?)

70 F. S., 27.11.1947.

71 Dizia: "Cabe ao socialismo democrático formular as soluções... propugnando na vida econômica o mesmo espírito de descentralização que caracteriza

plicava que, no Brasil, "as medidas oficiais ora se fazem sob o impulso dos interesses regionais, ora dos interesses gerais, provocando crises periódicas... A planificação socialista não só os resolverá como transformará os interesses locais - agora em atrito com os interesses internacionais da burguesia dominante - numa oportunidade fecunda de desenvolvimento econômico... O município (tornar-se-ia)... um foco de cultura e progresso. A vida democrática se organizaria com uma pujança até aqui insuspeitada, desaparecendo o espectro da compressão totalitária". Tendo o federalismo como sistema e a preservação da "liberdade humana" como fim, os socialistas fariam do município o berço da nova organização.<sup>72</sup> Seria ele, o poder público municipal, uma espécie de fiador e fiscalizador da nacionalização das empresas e de sua futura administração. Em 1950, a pedido da CEE-SP, Azis Simão, já reconhecido como um estudioso pioneiro do comportamento da classe operária, elaborou um anteprojeto de lei para regular a participação dos trabalhadores na direção das empresas de propriedade do Estado. O Partido pretendia apresentá-lo à Câmara de Deputados e, obtendo sua aprovação, transformá-lo no embrião de uma legislação que sustentasse as nacionalizações futuras, as que viessem a se suceder no pretense regime socialista. O trabalho apresentado em 19 artigos, redigidos dentro das normas tradicionais dos textos legislativos, tocava os mais variados pormenores daquela participação: desde a forma da eleição da comissão de operários encarregada de representar os demais, até as condições em que se faria o exame do livro de contas. Interessamos observar que o anteprojeto socialista atribuía às câmaras de vereadores um papel essencial nesse processo. Fariam o controle e a fiscalização da encampação e da administração das empresas nacionalizadas, estabeleceriam os preços máximos dos produtos

a sua estrutura partidária e que permite a maior iniciativa de base dentro da unidade de objetivos". *F. S.*, 10.1.1948.

72 Febus propunha inverter a história do Brasil: "Assim como percorremos a escala, a partir da autonomia local quase completa, até à concentração integral do poder nas mãos do Estado centralizado, teremos que percorrer o mais rapidamente possível, o caminho inverso que consistirá em conferir autonomia cada vez maior às localidades...". *F. S.*, 15.5.1949.

e ainda teriam postos assegurados entre os representantes da comissão de administração das empresas.<sup>73</sup>

A discussão do anteprojeto não foi ouvida além das paredes da sede do PSB, em São Paulo. Não houve qualquer sucesso socialista em "conscientizar" grandes massas populacionais para a construção do socialismo. E, como se sabe, o Estado brasileiro após um período ambíguo no início dos anos 60, instaurou um regime de terror contra as reivindicações populares, levando as esquerdas em geral a abandonarem o pacifismo. Isto é, as propostas socialistas apenas permaneceram nos corações e mentes dos seus proponentes. E não somente porque o "povo" não lhes concedia ouvidos, mas por se preocuparem mais com o que devia ser do que com o que era. Suas utopias, além de, por definição, não se encontrarem em lugar nenhum, não levavam a lugar nenhum.

No final do ano de 1963, numa conjuntura de radicalização, o PSB-SP ensaiou o abandono da linha pacifista sob o influxo dos protestos populares que então proliferavam, mas não teve tempo de elaborar um pensamento próprio a respeito, buscando apenas somar-se à leva que pressionava o governo de Jango Goulart: "É evidente e confessa - dizia o dirigente da *Folha Socialista* e líder intelectual com que o Partido contava naquele momento, Paul Singer - a incapacidade do governo de resolver a crise e conquistar as reformas... O movimento popular e nacionalista tem de deixar de encarar o governo como fonte de orientação de suas lutas... É preciso... colocar o governo diante do dilema: ou colocar-se à altura das necessidades do momento histórico que atravessamos ou ser superado pelos acontecimentos". Na mesma edição do jornal, o Partido, fazendo de sua pequenez sua lucidez, de novo tentava repensar o caminho para o socialismo que parecia ainda possível: "Reconhecemos nossa parcela de responsabilidade na desorientação que tem caracterizado a condução do processo revolucionário brasileiro, mas - e precisamente porque não nos tem competido a sua liderança - analisaremos com inteira objetividade os princípios e a estratégia que têm presidido o de-

73 F. S., 1.º.2.1950, "O controle operário das indústrias..."

envolvimento das lutas políticas pela implantação do socialismo no Brasil; criticaremos... tudo quanto nos parece errado, equívoco ou mofino, no programa de luta das esquerdas brasileiras".<sup>74</sup>

Mesmo com o golpe político-militar e seus desdobramentos, os socialistas não se deram por vencidos. Na sua última manifestação pública, o PSB-SP, voltando às origens, propunha-se a conscientizar os trabalhadores da revolução que estaria por vir: "É claro que a inflação também pode ser superada sem crise, mas para tanto seria necessário planejar a economia, isto é, acabar com o capitalismo. É por saber disso que a burguesia - nacional e internacional - aceita a política de crise do governo, embora ela corte a sua carne ao provocar a queda de vendas, as concordatas e as falências... Esclarecer aos trabalhadores a verdadeira natureza da crise econômica, desvendando o seu caráter de crise inerente ao sistema, é a primeira tarefa revolucionária dos nossos dias".<sup>75</sup>

Havia uma tarefa revolucionária...

74 F.S., dez. 1963, "Editorial".

75 F.S., maio 1965, "Fome é a solução capitalista para a crise econômica", Paul Singer.

## CONCLUSÃO EM FORMA DE MEMÓRIA

A memória nem mesmo sabe andar bem de costas: o que ela quer é passar a olhar apenas para diante.

Guimarães Rosa, *Ave, Palavra*

Nas faldas do Himalaia o Himalaia é só as faldas do Himalaia. E na distância, ou na memória, ou na imaginação que o Himalaia é da sua altura, ou talvez um pouco mais alto.

Fernando Pessoa, *A civilização Portuguesa entre o passado e o futuro*

Ao dedicarmos atenção final aos resultados do presente trabalho, reputamos necessário proceder a um apanhado, ainda que sumário, da memória presente em alguns dos protagonistas da história da esquerda socialista em São Paulo. Tal atitude, encerrar com palavras que não nos pertencem, faz jus a homens cujas idéias corresponderam ao objeto e à inspiração desses nossos escritos. É bem verdade que ao longo de sua tarefa o autor pôde aproveitar, de forma direta ou não, muitas das informações e dos julgamentos desses atores políticos, mas com proveito igual sentiu-lhes as emoções, os sentimentos projetados diante de um tema que não lhes era de nenhum modo indiferente, já que inseparável

de suas vidas pessoais. Se de fato é a memória que permite às pessoas serem o que são, há nesses homens um Partido Socialista ainda bem vivo que interessa conhecer e cotejar com a construção que dele elaboramos. Procede, portanto, a intenção de recolher alguns momentos através dos quais aquelas recordações podem contribuir para iluminar ainda mais fortemente a história a que nos ativemos. Cuidaremos de compreender como se expressa a memória de três situações imbricadas: a que se refere ao início, à formação; a que avalia a importância relativa da organização partidária no concerto das demais instituições políticas de seu tempo; e a que dispõe sobre a arquitetura do sonho socialista de sociedade. Assim, teremos um começo, meio e fim que além de integrados - afinal foi pensando em atingir um determinado fim socialista que os militantes se reuniram desde o início e deram ao Partido a forma que ele efetivamente adquiriu - revelam, sob a óptica de seus ex-militantes, a personalidade política ímpar, a essência do Partido Socialista.

Anteriormente vimos que o Partido Socialista começou a se constituir como organização durante o ano de 1945. E, sabemos, aglomerou uma série de personalidades políticas desiguais entre si, advindas de variados setores profissionais e sociais. Essa heterogeneidade aparece ainda hoje bastante viva na memória das personagens que compuseram aquela trama e aparece justamente sob a forma de confusão geral entre uma genérica atuação de esquerda e a efetiva participação na criação do PSB em São Paulo. Por isso, César Arruda Castanho, militante de esquerda que só veio a se filiar realmente ao Partido num breve período da "fase janista" nos anos 50, mas que atuava politicamente junto com outros paulistas que de fato fundaram o Partido Socialista, num lance de digressão cria uma comunidade de fundadores muito além dos que realmente participaram. Ao descrever como primeiro passo para a derrubada da ditadura e a criação do PSB a reunião da Associação Brasileira de Escritores, realizada na capital paulista no início de 1945, Castanho reproduz o desenrolar histórico de uma maneira singular, mas não completamente aleatória. Em seu depoimento surgem confusões que se revelam esclarecedoras do ecletismo do núcleo fundador: correlações diretas entre a ação

política e o comportamento intelectual; dificuldade em apontar fronteiras nítidas entre comunistas, socialistas e esquerdistas em geral; e até mesmo a definição do seu próprio papel como essencial para o suceder histórico:

Em 1946 eu estava no comunismo: eu brigava com o Sachetta, com o Fúlvio, depois o Fúlvio foi para o socialismo também. Nós fundamos o Partido Socialista. Eu passei do comunismo para o Partido Socialista: era Germinal Feijó, Wilson Rahal, Fúlvio Abramo, o irmão dele que morreu agora, o Cláudio. O primeiro grito: a Associação Brasileira de Escritores, eu fui representante de Araçatuba nesse encontro. Havia vários comunistas, o Sérgio Milliet, Homem de Almeida. Mário Neme era esquerda, o próprio Décio de Almeida Prado era esquerda, o Caio Prado era esquerda, o Oswald de Andrade não era... era um gozador. O Arnaldo Pedrosa D'Horta era esquerda, o Paulo Zingg era esquerda e depois foi fascista (...) O Luiz Martins, o Lourival Gomes Machado, o Hernani Donato (...) (faz essas observações olhando a ata de reunião da ABE) Era tudo primeira classe... A intelectualidade da época. O mais importante é que o primeiro grito, quem levantou a lebre na 1ª sessão plenária fui eu (...) Me elegi vereador a convite do Jânio e do Montoro pelo PDC em São Paulo. No IV Centenário eu era deputado pelo PSB, aí eu fiquei no socialismo. Eu mudava de partido, mas era sempre esquerda: tomei parte em todos os movimentos de esquerda.<sup>1</sup>

A valorização do comportamento individual e mesmo o respeito às posições singulares mantidas pelos militantes ao longo da história partidária, talvez possam estar na base de uma memória que se atribui o principal lugar entre os fundadores. Também Germinal Feijó, líder dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco durante o Estado Novo, reconstruiu os fatos marcando aquele autopioneirismo. Em seu depoimento sobre as origens do PSB acabou por colocar-se como o primeiro a destacar a necessidade de uma frente democrática e a sugerir a fundação da UDN. Como sabemos, foi a frustração com a estreiteza dessa

1 Castanho foi deputado estadual pela UDN e esteve próximo dos governos municipal e estadual de Jânio, período no qual seu jornal *A Rua* (1955) foi apoiado pelo secretário de Obras, o socialista João Caetano Álvares.

união democrática que gerou o embrião do PSB, a Esquerda Democrática:

Durante a ditadura do Estado Novo, eu fui preso 29 vezes: de 1938 a 44 (...) Eu fiz um discurso... em 1944... Foi um grande acontecimento político. Nós conseguimos reunir, em uma noite, no salão do Clube Comercial, um clube de grande influência em São Paulo com sede na rua Libero Badaró... as maiores lideranças do país: vários ex-governadores, Júlio Prestes esteve presente... Juraci Magalhães, Lima Cavalcanti... Júlio Mesquita, o Julinho velho, Valdemar Ferreira, eu me lembro dele, Luiz Pisa Sobrinho, Paulo Nogueira Filho. Compareceram cerca de... mais de 300 lideranças fora o pessoal de S.Paulo. Ao todo devia ter umas 400 pessoas, e eu proferi um discurso que abriu o caminho. Eu me batia por uma união nacional de todos os democratas, de todos que queriam o regime democrático no Brasil... Nesse discurso, eu conclamo para que todas as forças políticas que estivessem interessadas na democratização do país, se organizassem numa grande união democrática nacional. E o pessoal (rindo) do antigo Partido Constitucionalista, que refundou a UDN, usou esta expressão para fundar o partido".

A reivindicação de pioneirismo está presente mesmo quando não é feita em nome do próprio depoente, mas de um seu amigo. Assim, transparece a valorização do indivíduo militante, do herói cujo comportamento motiva o grupo a continuar a sua empreitada, pensamento este que marcaria toda a ação pretensamente exemplar dos intelectuais-membros do PSB. O depoimento de Cory Porto Fernandes sobre as origens do socialismo em São Paulo não somente repisaria aquela liberdade de optar e de comportar-se politicamente, como deixaria perceber de forma nítida a ambiüidade experimentada pelo grupo de socialistas que tinha por base a atuação na Faculdade de Direito. A origem múltipla do PSB-SP aparece na fala de Castanho sob a forma de confusão, na de Cory como dilema entre Esquerda Democrática e UDN:

O grande líder da luta contra a ditadura na Faculdade de Direito foi meu grande amigo, Francisco Morato de Oliveira. No dia que o Getúlio deu o golpe, em 10 de novembro, ele sozinho, sem mais ninguém, correu as lojas e comprou várias peças de pano preto e de madrugada subiu ao alto do prédio e colocou uma tarja



preta em todo o edifício (...) Assim, o prédio amanheceu de luto! Eu estava no 1º ano do pré-jurídico... Anteriormente, o Francisco Morato de Oliveira fora do Partido Constitucionalista do Armando de Salles Oliveira, foi diretor do Partido na Faculdade. Foi o primeiro líder da resistência na Faculdade e em torno dele se começou a aglutinar tudo. Mas ele logo ficou tuberculoso e então se retirou para Campos do Jordão, durante muito tempo. Quando ele voltou já era outra situação... Houve um jantar muito grande com todo o pessoal da Faculdade para ver para que lado ele penderia, se ia para UDN ou ficaria com o Partido Socialista (...) Nesse jantar ele fez um discurso e, então, definiu-se pelo Partido Socialista. Esquerda Democrática, naquele tempo.

"Eu que comecei com esta coisa", diria ainda um outro fundador da Esquerda Democrática, Wilson Rahal, corroborando o espírito "pioneirista" a que nos referimos. É possível notar, não apenas neste como nos demais depoimentos, uma certa dose de desafio à violência como componente básico ao início heróico na militância socialista:

Fui um dos comandantes da campanha contra o Getúlio na Faculdade (...) Fizemos uma frente nacionalista para entrada do Brasil na guerra. Isto foi pelo Estado todo. Até fiz dois discursos que ficaram famosos na faculdade: um no dia em que a diretoria convidou militares (...) para uma sessão solene. Diante dos militares que representavam a reação eu pedi anistia ampla e irrestrita. Eu que comecei com esta coisa, inclusive fui o primeiro a pedir nomeadamente a anistia para o Prestes (...) Fizemos passeatas, comícios (...) Certa vez fizemos uma passeata com lenços negros na boca para protestar contra a censura. O secretário de Justiça colocou policiais com armas dirigidas para a faculdade. Na nossa volta começaram a disparar para nos dispersar. Antes que isso ocorresse, nós nos demos os braços e caminhamos em direção ao brucutu a fim de tentar afastar aquela ameaça. Aí é que um estudante morreu, vários ficaram feridos (...) Depois sim. Isto foi em 9 de novembro de 1943.

Por outro lado, Rahal também acompanhou a idéia de seus pares a respeito da formação do PSB-SP como um leque de individualidades políticas identificadas em torno da luta contra a ditadura e pela liberdade, no interior do qual não interessava a posição específica de esquerda que cada um tomaria:

Os estudantes eram apoiados pela turma que veio a constituir a UDN. O Júlio de Mesquita, Henrique Baima, Aureliano Leite. Era um grupo de paulistas de 400 anos. Diga-se de passagem, uma turma que se aproveitou muito de nós. Nos fez de campo de manobra (...) Não havia, na Faculdade, divisões entre os estudantes quanto à questão da oposição à ditadura. O tema que unia a todos era a conquista da liberdade. Não havia um movimento nítido de socialistas, comunistas etc. Havia os mais ou os menos radicais, os getulistas ou os não-getulistas (...) A tônica não era a luta pelo pão, mas pela liberdade. Não se cogitava tanto da igualdade. A ditadura, opressão, a liberdade, eram os temas.

Jair Carvalho Monteiro, outro estudante da mesma Faculdade - menos afeito ao PSB-SP, naquele momento, mas posteriormente membro importante - reportou-se não só as múltiplas origens do Partido Socialista em São Paulo, como subordinou a criação da Esquerda Democrática a uma frente mais ampla, a UDN. Nesse sentido, definiu todos os grupos anti-Getúlio, inclusive o embrião socialista, como minoria elitistas, incapazes de grandes mobilizações:

O povo brasileiro estava completamente ligado ao Getúlio e contra as elites, que éramos nós, chamadas elites, que eram os estudantes, alguns intelectuais e os empresários (...) Quando houve a primeira disputa eleitoral, que foi o Eduardo Gomes contra o Dutra, e que formou-se a União Democrática Nacional, aí é que é uma coisa muito importante, que nunca se esclareceu bem: a UDN não era um partido político. A União Democrática Nacional era a soma de vários setores antinazistas, democráticos, mas com ideologias diferenciadas e formação politicamente conservadora naquela ocasião, também diferenciada. Então o que era UDN? Era o antigo Partido Constitucionalista, que era mais forte aqui em São Paulo, e que era do Armando Sales, Júlio Mesquita, esse pessoal todo... era gente mais progressista, pequeno burguês e aquela coisa toda. Havia o pessoal do Partido Republicano, que eram os antigos do Partido Republicano que fundou a República, aquela coisa toda, que era o Artur Bernardes que ainda estava vivo, e que eram também considerados conservadores, mais de formação agrária (...) E formou-se então, também, um grupo que era a Esquerda Democrática. O Partido Socialista foi formado por todos os companheiros da Academia e que eram ligados ideologicamente e que foram para o Partido Socialista e eu não fui porque eu divergi no momento.

Naquele momento você fazer uma candidatura de protesto!... o Getúlio ia voltando ao poder, ele ia mesmo pro retorno...

Essa proximidade de pareceres sobre as origens do PSB-SP vai ao encontro da história do Partido proporcionando a sensação de que, de fato, as digressões da memória acompanham *pari passu* os mecanismos de regulação do real. Por isso a proximidade aponta para as primeiras questões partidárias primordiais: identifica a formação heterogênea de seus quadros, a tentativa de abranger grupos variados de esquerda, fossem socialistas propriamente ditos ou comunistas, e deixa perceber o caminho aberto para desempenhos singulares, o que acabou por marcar toda a vida do Partido.

Os ex-militantes do PSB-SP guardam uma avaliação precisa da importância que seu Partido desfrutou no conjunto das instituições políticas de seu tempo. Em suas memórias, o PSB-SP surge hoje - tal qual na documentação consultada - como uma acanhada e débil associação de intelectuais que praticamente não dispôs de um corpo de militantes identificados com uma prática política expressiva. Por outro lado, os mesmos ex-socialistas são unânimes em conceder-lhe uma alma vibrante e intelectualmente valiosa, estimulada por um grupo de pessoas que desfrutava do melhor conceito moral-político.<sup>2</sup>

No entanto, o que ressalta é a exigüidade, a carência de votos e de quadros, ausência de uma organização propriamente significativa. Nos depoimentos colhidos, a expressão mais comum foi "tratava-se de um partido pequeno, modesto". Nenhum dos velhos militantes deixou de mencionar o fato, e muitos deles acrescentaram que o Partido, em geral, conseguia converter apenas os convertidos. Wilson Rahal referiu-se ao PSB-SP como uma associação de pessoas que dispunham *de status* social, mas como conjunto nada significavam: "Cada um no seu setor, no seu ambi-

2 David Lerer sobre o PSB dos anos 60: "O Partido Socialista era uma espécie de bom-bril, limpava. O cara não (...) foi para o Janismo (...) não foi para a direita (...) Também não virou pelego, não foi para o PTB. O cara não traiu, não foi para o PRN. O cara tem coerência, tem linha!".

entezinho, a discutir e a brigar, mas sem nenhuma repercussão". Considerando o único movimento de massas ao qual esteve associado o nome do Partido, isto é, às ligas camponesas, Toledo Machado observou:

Praticamente éramos um grupo urbano, intelectual, a juventude, alunos da USP, e o resto um grupo de intelectuais. O Partido era pequeno, não tinha uma organização, um dispositivo que atendes-se o campo... Havia o Julião, lá. Era no quadro de Pernambuco (...) mas em São Paulo não havia nada disso.<sup>3</sup>

Os dirigentes jamais puderam - se é que alguma vez tiveram essa intenção - oferecer todo o seu tempo para a administração do Partido: nenhum de seus presidentes teve essa ocupação como a única em sua vida. Alípio Correia Neto, o "presidente eterno" era um dos mais importantes médicos paulistas e, como tal, muito solicitado. Quem afirma é Germinal Feijó, então um jovem advogado que administrava o Partido, no fim dos anos 40, usando as suas horas vagas:

Eu fui da 1ª e 2ª direção, o secretário geral; o Prof. Alípio era o presidente (...) Ele era muito ocupado, porque voltou para o Brasil e logo assumiu a cátedra na Faculdade e também a sua clínica na Barão de Itapetininga (...) (Eu) levava as coisas relativas ao partido já preparadas para o Prof. Alípio. Quase todas as noites nós nos reuníamos na sede do Partido, no mínimo de 3 a 4 vezes por semana. Havia trabalho como organização de diretórios, nos municípios, nos diretórios distritais.

Ainda nos anos 60, a situação se repetia. Outro advogado, Carnal Schahim, o último presidente do Diretório Regional Paulista, procurava dar o melhor de si para superar as dificuldades organizacionais: "Fui eleito presidente depois do golpe. Quando do Ato 5 eu estava na presidência do Diretório. Eu ia todos os dias ao Partido, mas não ficava o dia inteiro. Eu me empenhava!".

Nos períodos eleitorais, com exceção da época em que o Partido esteve atrelado ao janimismo, era um custo preencher a lista de

3 Ver cap.4 sobre as tentativas em São Paulo desse tipo de organização.

candidatos necessários e não poucos se dispunham a competir apenas *pro forma*, sem qualquer perspectiva de vitória. Isso foi o que nos relataram Antonio Candido, Oliveiros Ferreira ou Cory Porto Fernandes, para citar apenas alguns. A escassa esperança de vitória e também a condição de intelectual não contribuíam em nada para incentivar a batalha pela conquista de votos.<sup>4</sup>

Já vimos como o PSB-SP conseguiu eleger poucos parlamentares durante toda a sua história, de modo que se pode concluir que sua mensagem não chegou a ser ouvida por grandes setores populacionais. Jair Carvalho Monteiro explicou que a palavra do Partido "tinha validade nos meios intelectuais (...) mas, eleitoralmente, ela era absolutamente insignificante". Para ativistas de esquerda que já dispunham de alguma penetração em redutos eleitorais, a disposição de se candidatar pelo PSB-SP merecia uma séria reflexão e muito de arrojo para encarar a tarefa. Foi assim que David Lerer, depois de muito sopesar o passo que daria, resolveu: "Me deu um estalo... (decidi ser) o candidato, para valer, desse minúsculo grupo que era o Partido Socialista".

Na maioria dos casos em que o PSB-SP conseguiu eleger parlamentares, isto ocorreu porque os candidatos procuravam estabelecer outra relação que não apenas a apoiada na legenda do Partido. Foi o caso, por exemplo, de Cid Franco que sempre se elegeu graças aos eleitores que conseguiu contatar como radialista e líder espírita. O médico Ari Lex, ex-dirigente municipal do Partido, passou por essas circunstâncias e delas guarda boa lembrança:

Em 1950, eles me convenceram a ser candidato a deputado: sem nenhuma possibilidade (...) Então eu me candidatei e alguns outros se candidataram na base do sacrifício. Mas sem gastar dinheiro. Naquele tempo dava para fazer uma propaganda boca a boca (...) Eu ia fazer uma palestra espírita e aproveitava para fazer os contatos com os socialistas da cidade e muitos votos que tive... a maioria... não era de pessoas socialistas. Eles votaram no Ari Lex espírita.

4 David Lerer, identificando os cabos eleitorais de que disporia, disse: "O Partido era muito pouca gente... e esse pessoal não ia fazer comício".

Eleito, o parlamentar socialista via-se só, entre o seu mandato e a sua consciência socialista, sem cobranças partidárias ou satisfações a serem prestadas, pois não havia institucionalizada qualquer ação de acompanhamento. Pode-se afirmar que o Partido não oferecia base para a atuação parlamentar, embora as Convenções regionais e nacionais, que ocorriam anualmente, abrissem espaços para essas análises. Mas o que faltava, em geral, era apoio que transformasse o parlamentar em um braço estendido do Partido. Cory Porto Fernandes, deputado federal durante a última legislatura dos anos 50, líder do PSB-SP na Câmara, valia-se de uma assessoria genérica montada à base dos partidos paulistas conservadores para elaborar suas moções e projetos:

Era uma assessoria organizada pelo governo do Estado de São Paulo (...) Nós tínhamos uma reunião semanal, independente de partidos, com todos os deputados de São Paulo (...) O César Lacerda Vergueiro ia pro Congresso, acompanhava todas as leis de interesse de São Paulo (...) Nós não fazíamos isso. Não tínhamos experiência para fazer isso... Quando o governador queria saber de um projeto de São Paulo, telefonava para ele e ele sabia tudo... Era PSD.

Diversos depoentes referiram-se às doações em dinheiro feitas por Alípio Correia Neto, que em muitas oportunidades sustentou sozinho diversas edições *da Folha Socialista*. O mesmo Cory Porto Fernandes descreveu a escassez de recursos com a qual o Partido convivia e não esqueceu de mencionar a ação do "eterno presidente":

Era tudo pequenininho. Sedes muito modestas: a primeira na Rangel Pestana era uma sala só. Depois na praça da Sé, uma coisinha de nada. Onde foi maiorzinha a sede foi na Tabatingüera, era uma casa já... Os deputados contribuíam com 10% a 15%... O Alípio tinha mais dinheiro que a maioria e portanto punha mais... Mas ele andou muito endividado por uma questão de família.

Mas talvez o quadro fosse ainda mais obscuro do que Cory pintou, já que o "eterno tesoureiro" do Partido, Paulo Meinberg, ainda se recorda da dificuldade em receber as contribuições:

Até estava vendo, outro dia, os memorandos que eu mandava para os deputados federais, estaduais, para dar os 10% a que tinham obrigação, pelos estatutos, e era uma dificuldade danada. Fui tesoureiro desde que o Partido se organizou regionalmente no Estado de São Paulo (...) Mas a gente dava um jeito. O Alípio sempre ajudava, e outros (...) Nunca tivemos oficial de justiça batendo na porta. Era um pessoal com boa formação (...), aquele negócio de dar golpe não tinha.

Outro tesoureiro, já nos anos 60, Luiz Carlos Roque da Silva, referiu-se às dificuldades, mas também com um certo orgulho observou que o PSB-SP não carregava dívidas, pois "nós pagávamos (...) os parlamentares do partido pagavam, os militantes, todos pagavam".<sup>5</sup>

Uma pequena organização, cujos dirigentes assoberbavam-se de tarefas para poder impulsioná-la, convivendo com dificuldades financeiras e elegendo um mínimo de representantes aos órgãos de governo, representantes esses mais dependentes das exigências de seus eleitorados não-socialistas do que da estrutura partidária, que aliás não controlava nem fiscalizava seus parlamentares - eis o Partido Socialista em São Paulo, a seção reconhecidamente mais ativa. Mas talvez a expressão máxima da pequenez partidária possa ser avaliada não exatamente pelo que hoje é lembrado, mas justamente pelo que foi esquecido. Ou pelo que nem foi conhecido. É isso que se depreende da resposta oferecida pelo vereador mais popular com que o Partido contou além de Cid Franco, David Lerer, quando perguntado sobre a organização partidária:

Eu nunca cheguei a conhecer bem o Partido Socialista, porque como se vê eu me filiei em princípios de 62. Em princípios de 62, eu comecei a fazer a residência no Hospital das Clínicas... Em meados de 62 (...) A massa operária começou a se agitar (...) Então, eu tomei uma decisão profissional, maluca, digamos assim, retrospectivamente. Deixei a residência de cirurgia (...) larguei a residên-

5 No entanto, Roque afastou-se do PSB (1963) por várias razões, entre as quais: "Os jovens davam uma contribuição grande, agora (...), os companheiros que tinham exatamente um nível de vida muito bom (...) às vezes contribuía com o mínimo (...) Essas coisas me decepcionaram".

cia e fui ser médico clínico geral do Sindicato dos Metalúrgicos, para poder ficar perto da chamada classe operária.

Nota-se que para Lerer a participação no PSB era secundária, ou melhor terciária, já que a precediam a ação sindical e a residência médica. E, acrescente-se, não existia como suporte do trabalho político de campo, mas apesar dele, com dificuldade, a ponto de lhe impedir de conhecer melhor a organização partidária.

Entretanto, o depoimento do ex-militante Marques Ferreira representa ainda mais pungentemente a insignificância da inserção partidária na vida política de um membro do PSB que não pertencesse à cúpula. Em suas recordações o vereador socialista de Ribeirão Preto, eleito em 1955, não se lembrou senão do nome do presidente nacional do Partido, lutando com a memória para recordar não apenas o nome de Cid Franco, o mais popular entre os dirigentes regionais, mas qualquer fato significativo de sua própria relação com os socialistas:

Eu me lembro muito do João Mangabeira, de que o símbolo do Partido Socialista era o cagado, a tartaruga: devagar e sempre. Era curioso (...) Minha ligação era por ideais, eu acompanhava muito o trabalho daquele que era deputado estadual, aquele jornalista, um que foi grande... eu acompanhava muito a vida daquele homem...

A fragilidade do PSB está também estampada nas recordações daqueles que disputavam com ele as mesmas franjas do eleitorado e a mesma disposição ideológica de alterar ou desfazer o capitalismo.<sup>6</sup> Para os comunistas, como afirma o ex-dirigente José Maria Crispim, o "Partido Socialista não contava. Eles eram partidos de vida legal, eles tinham uma vida legal como os outros partidos. Então no trabalho clandestino do partido (Comunista) e, mesmo no movimento sindical, eles eram praticamente nulos..." Mesmo nos assuntos relativos às questões de princípios Crispim observou que, no passado, não valia a pena considerar as opi-

6 A direita repete a imagem, pois Flávio de Almeida Prado Galvão observou que o "socialismo em S.Paulo era um clube, um pequeno grupo. Sempre foi".



niões socialistas, abrindo exceção apenas para os militantes do PSB egressos do PCB. Nesse caso, interessava "só esse pessoal que tinha assim uma militância neo-trotskista... O Abramo, depois que eu voltei do exílio, se fez meu amigo e tal. Nós discutimos de público uma série de coisas. Eu condenei o assassinato de Trotsky, isso não é método para vencer uma luta política". Definitivamente o Partido Socialista era um "partido da pequena burguesia", e como tal irrelevante.

Talvez por isso Jacob Gorender, membro da direção estadual paulista do PCB entre os anos de 1952 e 1954, pudesse afirmar que não tinha "nenhuma lembrança de qualquer questão política ligada ao PSB", no período em que militou em São Paulo. Com muito esforço lembrou-se de algumas figuras proeminentes do socialismo local, tais como Germinal Feijó, Wilson Rahal e Febus Gikovate.<sup>7</sup> Como que confirmando a posição que sua memória outorga ao PSB, o mesmo professor julgou suficiente fazer sumariíssima referencia ao Partido, no capítulo "As outras esquerdas" de seu livro *Combate nas Trevas*, que discute a posição dos vários socialismos brasileiros nos momentos que antecedem e sucedem o golpe político-militar de 1964.

Se os comunistas avaliavam dessa maneira, não menos contundentes se apresentam as recordações de outros militantes da esquerda, "independentes". É o caso, por exemplo, de Salvador Romano Losacco, sindicalista dos mais populares nos anos 50 e deputado federal pelo PTB. Losacco chegara a ter uma passagem efêmera pelo Partido Socialista, ou melhor, pela Esquerda Democrática, e dessa experiência guardou uma interpretação *sui generis*:

O Partido Socialista e, vamos dizer, inventor da poesia concreta (...) Está bem definido? (...) O Partido Socialista não era muito poético. Muito poético é o Raimundo Correia, o Castro Alves (...) Teve um médico aí que era muito bom, mas... o nome dele?... Alípio Correia Neto! Profissionalmente, um grande médico. Politicamente ingênuo, como a maioria dos membros do Partido Socia-

7 Vivendo mais tempo no Rio, recordou-se de Mangabeira, Hermes Lima e Baiard Boiteux.

lista... Acreditavam numas coisas que não dá mais para uma criança de dez anos acreditar.

Enquanto para Losacco os socialistas pareciam ser infantis poetas da política, para eles mesmos a explicação do seu comportamento não tinha origem em qualquer aspecto que se aproximasse da candura dos fantasiadores ou da cortesia dos ingênuos. As agruras de lutar por um espaço vital para difundir noções democráticas então mal compreendidas, ou incentivar liberdades então desdenhadas, estão ainda hoje bem claras na memória daqueles militantes que reconhecem com agudeza as condições que limitavam o crescimento do seu Partido. Justamente a busca incessante desse espaço parece ter marcado a história do Partido de forma ao mesmo tempo positiva e negativa. Isto é, o Partido Socialista existia porque queria oferecer uma solução específica para as questões de seu tempo, mas justamente esta sua especificidade o alienava da disputa com o hegemônico PCB; o Partido Socialista apoiava sua existência na liberdade e variedade dos seus militantes, mas essa mesma diversidade o obrigou muitas vezes a adotar o ecletismo, a imprecisão.

Jair Carvalho Monteiro, entre outros, qualificou precisamente a exiguidade do território socialista:

Sempre foi um partido pequeno e tinha dificuldade de ocupar espaço porque havia o grande ativismo do PCB (...) Ao mesmo tempo, a formação nossa de 1945, o Brasil em 1945, 50, 55, era um Brasil, um Brasil ainda muito... A formação do povo brasileiro era católica, mas aquele sistema católico tradicional e era também muito pequeno-burguesa. Então aquilo tudo no nosso espaço que representávamos, o pensamento socialista democrático, ele era pequeno (...) e você estava lutando contra todo o Brasil.

Entretanto, nos anos 60, o Partido fez um esforço especial para montar alianças e tentar acordos que ampliassem seu espaço, mas não conseguiu mais do que situar-se ambigualmente. David Lerer qualificou-o assim:

Era um partido sem corruptos, sem fisiologismo (...) Era um partido sem patrulhamento e sem aquele centralismo. Isso, ao mes-

mo tempo era uma virtude e um defeito porque impedia que ele se transformasse num partido maior, mais orgânico (...) Era tão, digamos assim, democrático, que apesar de que se sabia que eu era candidato, que boa parte dos meus votos vinha do meio operário, o Partido Socialista abrigou um candidato que vinha do Partidão: o Moacir Longo. Candidato do Partidão! Que iria disputar voto na mesma área!

Se na origem os socialistas constituíam uma reunião díspar de militantes que desfrutavam de liberdade suficiente para manterem suas características políticas pessoais, necessariamente buscaram construir uma organização cuja liga interna, a relação entre os participantes, não sufocasse as particularidades dessemelhantes. A procura de uma democracia interna absoluta foi sempre enaltecida. Se isso ocorreu assim, parece plausível que tal liberdade de ação impedisse a uniformidade e, portanto, a padronização que tem de estar na base de todas as instituições de massa.<sup>8</sup> Nesse sentido, o seu "recado" não era uma promessa simples, capaz de ser embalada numa caixa dourada para presente a simplórios apoiadores. Requeria capacitação da parte dos potenciais interessados e vimos como a educação para democracia foi um tema importante para o Partido. No entanto, o projeto desenhado pelos membros do PSB-SP para construir uma sociedade socialista não prescindia de uma boa dose de franca convicção num futuro promissor. Segundo Antonio Candido, o Partido iniciou sua vida acreditando piamente na implantação do socialismo:

Em 1945, nós tínhamos certeza de que o socialismo democrático iria dominar o mundo. Fé, fé religiosa mesmo. Nós acreditávamos que as Nações Unidas, a organização dos países capitalistas democráticos, e a URSS, esta união iria dar num produto miraculoso. O fascismo seria varrido da face da terra; o capitalismo de Estado soviético iria se democratizar, e portanto, as conquistas iguali-

8 Sobre esta questão, Cory Porto Fernandes asseverou: "As divergências internas dificultaram muito o trabalho do Partido. Porém, era da essência do Partido, porque ele queria a diversidade dentro dele, não queria a uniformidade. Então, isso era irremediável. Como na democracia, você tem que ter as pessoas com quem não concorda até para ser adversário delas".

tárias iriam aflorar. Haveria uma espécie de média: a Rússia se democratizaria no sentido do Ocidente, e o Ocidente se socializaria no sentido da Rússia. Isto é o que se esperava.

O período ao qual o professor se refere conheceu uma verdadeira renovação de esperanças e soa bastante natural que tenha abrigado tal sentimento. Nos anos seguintes, o Partido passou por uma série de atribuições que o impediram de se manifestar assim tão crédulo. Porém, a memória dos ex-militantes registra um outro momento em que a citada esperança voltaria a acalentar aqueles corações: o socialismo afigurava-se possível justamente no momento em que o governo Goulart começava a promover as reformas de base. Nesse último caso, porém, a fé estava deslocada para um sítio aparentemente isento, mais imparcial, e se expressava sob a forma de acreditar no cumprimento de uma certa periodização para atingir o socialismo. Em seu depoimento Almino Affonso, explicou que para os socialistas o sistema almejado viria após a execução de um repertório de reformas:

Um socialismo que suponha o respeito à dignidade do homem, não apenas o pão, mas a dignidade do homem, passa por uma consolidação democrática. Esta é uma primeira grande tese (...) Dois: a consolidação democrática passa por um desenvolvimento econômico, sem o que a democracia se limita a ser declaratória. Três: o país era um país extremamente arcaico, era preciso reformas sociais (...) Era a reforma agrária, a reforma universitária, na área do capital estrangeiro era uma disciplina (...) era a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (...) Esses itens identificam um ideário socialista (...) (A revolução) ficava para uma evolução.

O que teria havido de comum entre essas duas etapas da vida brasileira, a redemocratização e o governo Goulart, a ponto de provocarem o nascimento de esperanças no projeto socialista? A resposta deve fluir sem hesitação: esses momentos apontaram para a possibilidade de ampliar a restrita democracia brasileira, através da qual todo o projeto socialista poderia iniciar e desenvolver-se. Já escrevemos anteriormente: os socialistas recomendavam democracia antes, durante e depois. E mesmo quando se pretendiam radicais afirmavam, como hoje afirma João Chakian,

"os socialistas queriam a socialização dos meios de produção, mas através de eleições".

Menos do que objetivos a serem atingidos, isto é, menos do que o conteúdo foi a forma socialista de ser que apareceu ressaltada na memória dos ex-militantes. Suas recordações sugerem uma preocupação fundamental com o maneira de extrair do futuro as condições para viabilizar o sistema, e não com o sistema propriamente dito. Cory Porto Fernandes referiu-se a um vir-a-ser como a essência do socialismo:

Era essa a idéia (...) dar ênfase à liberdade e depois ao socialismo, pois não sabíamos bem o que seria o socialismo. Era um vir-a-ser, para nós. Nós queríamos a todo custo manter a liberdade. Socialismo era uma construção a ser feita depois (...) A liberdade em primeiro lugar porque o socialismo poderia dar certo ou não. E havia várias formas, tipos, pensávamos em cooperativas, em várias alternativas. Nunca ficou perfeitamente delineado (...) Não valia a pena ter o poder não democraticamente, pois nós mesmos nos corromperíamos (...) Se a gente fizesse um balanço bem frio, como um banqueiro, por exemplo: Vale a pena essa luta? Você acha que vai ganhar? Eu diria: acho que talvez não! Mas a gente acreditava naquilo, tinha vontade de tentar ganhar.

Vir-a-ser, processo, "revolução permanente", enfim as expressões mudam conforme muda o depoente, mas se sucede a idéia. De resto, essa visão evolucionista acompanhava exatamente o pensar moderado do PSB, no sentido de que sempre se dispusera a condenar a violência e, ao contrário, apoiara suas propostas na convicção de um possível convencimento dos indivíduos tornados cidadãos, pela razão.<sup>9</sup>

Por isso, é interessante notar que David Lerer, mesmo servindo de exemplo ao ecletismo bem acolhido no seio do PSB e traduzindo a idéia socialista com auxílio de modelos ortodoxos, não ousava acompanhá-los além da barreira auto-imposta pelo "espírito democrata":

9 Cf. BOBBIO (1995, p.53-4), "enquanto o moderantismo é gradualista e evolucionista, e considera como guia para a ação a idéia de desenvolvimento... o extremismo, seja qual for o fim por ele prefigurado, é catastrófico".

Eu achava que precisava empurrar o processo (...) Acho que, no fundo, eu continuei a ser um trotskista, a revolução permanente. Tem que mudar sempre, sempre... Sempre fui muito jacobino de coração (...) A minha revolução é uma mistura de moralismo misturado com voluntarismo. No fundo, o espírito bolchevique, mas não tanto a ponto de acabar com o democrata. Lenin era o modelo, mas não todo (...) Guevara (era um modelo).

O modelo de Ari Lex foi outro, mais moderado segundo ele mesmo, mas nele estava presente o mesmo espírito de seguir seus passos para eliminar futuramente a injustiça:

Eu acho que Cristo foi o maior socialista de todos os tempos. A gente lendo vê a afeição pelos pobres e a revolta contra a injustiça (...) Nós nos baseávamos nos exemplos Dele.

Conforme Marques Ferreira o "processo" deveria se subordinar às exigências de cada um e caminhar de acordo com um ritmo pessoal, individualmente, mas ainda assim seria um paulatino desenvolver-se:

Naturalmente, quando o homem tiver uma cultura suficiente e ele se convencer que o patrimônio valioso é o intelecto-moral, que ele começar a esquecer os bens materiais que são transitórios ele passa a ser socialista (...) O sujeito que tem teto, alimento e escola, o que ele fizer fora é o que é. É o intelecto dele, é o esforço dele que vai valer.

Do ponto de vista da esquerda majoritariamente atuante na cena brasileira do período anterior a 1964, essas pretensões sobre "processos sem fim" provocariam, no mínimo, observações sarcásticas, quando não ferozes ataques aos "pequeno-burgueses idealistas". De qualquer maneira é forçoso notar que elas se faziam acompanhar de uma desconfortável sensação de vacuidade. No entanto, é justamente nesse ponto que a forma socialista de ser se apresentava característica, própria, particular do PSB. Ou seja, de fato portavam uma vacuidade, entretanto significativa. Aos socialistas, o futuro não lhes pertencia por decisão superior, a esperança sim e essa independia de qualquer autoridade para outorgá-la.

Desse modo, esperavam por alguma coisa sobre a qual o seu conhecimento não podia dar conta, pois localizava-se adiante de

seu horizonte, tanto considerado no espaço como no tempo: nenhuma experiência de socialismo lhes parecia desejável. De modo que nada além de conquistar esse conhecimento poderia ser adiantado. O que lhes restava era oferecerem as suas forças para tentar transformar em ação os objetivos almejados: por isso dedicavam-se a criar programas, indicar procedimentos, lutar por direitos. Sabiam que não poderiam tomar o destino nas mãos, mas poderiam pelo menos canalizar as esperanças para empreitadas que serviriam de instrumento para atingir os objetivos desejados. Não tinham garantias de que esse "processo" ocorresse, mas imaginavam que, provavelmente, agindo assim estariam pelo menos afastando o que não desejavam que ocorresse. Tais digressões explicam a razão pela qual Cory Porto Fernandes evocou uma recordação poética para o socialismo do PSB:

A gente lutava para isto (...) Havia uma poesia que o Rui Machado e um grupo que falava poesias, dizia: "Eu não sei para onde eu vou, eu não sei o que eu quero, mas eu sei que não vou por aí".

Tão diáfanas eram essas intenções, e não podiam deixar de sê-lo, que o próprio socialista Wilson Rahal, voltando os olhos para trás, denominou-as sonhos: "Nós não pregávamos a revolução, nem radical, nem revolucionária. Havia um sonho, o socialista era um sonhador. Não havia condição de ascender ao poder. Era mais um conjunto de lutas individuais generosas", disse ele. E revivendo o sentimento de frustração que o acompanhara na época, acrescentou:

Há uma impossibilidade de conquista de postulados igualitários numa sociedade ainda capitalista ou pré-capitalista, isso não podia acontecer, como não aconteceu no mundo inteiro (...) Então o Partido vai para o poder, como foi com o Jânio, e tem que satisfazer interesses que não são interesses sociais, que não são relevantes, interesses pequeno-burgueses, de ocasião.

A longo prazo, a solução pessoal encontrada por Rahal para reconciliar-se com a "realidade capitalista" foi abandonar o socialismo, descreer dele, mas ao que parece isto significou também uma perda irreversível. Deixar de ser "alguma coisa" foi o alto

preço pago por abandonar o sonho que alimentava sua atuação política:

Mas tudo isso já passou. Depois, não sei o que aconteceu na minha vida. Houve uma reviravolta. Me cansei da política, me desiludi e não acredito em muitos dos valores que acreditava antes (...) Eu mudei completamente de opinião a respeito do embasamento político da sociedade. Não sou mais um socialista, mas também não sou mais nada.

Soluções diversas foram encontradas por outros militantes que não se adaptaram ao "caráter diáfano das intenções socialistas", ou seja, que procuraram transformar o Partido Socialista naquilo que ele não podia e não queria ser: um partido convicto de Uma Revolução. Luiz Carlos Roque da Silva, compenetrado de uma missão salvadora bastante característica da esquerda brasileira dos anos 60, tentou convencer o Partido de que era preciso assaltar o futuro e abandonar "aquela lutinha" cotidiana:

Eu achava que haveria um golpe no Brasil e que o Partido Socialista tinha que se preparar para isso. Enfim, eu pretendia transformar, eu e outros, transformar o Partido Socialista num partido revolucionário (...) Mas o Partido Socialista não nasceu para isso, nem pretendia isso, nem estava preparado para isso, e nunca estaria (...) Mas eu não era um reformista dentro do Partido, eu era um revolucionário. Então, eu comecei a me decepcionar.

Diferentemente de Rahal, Roque não deixou o socialismo, mas entendeu que o Partido é que deixara o socialismo que ele queria, e assim, em 1963, afastou-se da organização. Duas soluções apenas aparentemente opostas para dois militantes que deixaram de entender a essência, o "vir-a-ser", "o processo", a forma socialista de ser do PSB-SP.

Como a estrutura político-partidária do período 1945-1964 não comportava um Partido Socialista autônomo e influente, ele não vingou mesmo. A esquerda só havia espaço para um autoritarismo do tipo comunista, porque dispunha da mística da ditadura do proletariado e de um discurso apropriado para fazer proséli-



tos para a revelação revolucionária; ou para o trabalhismo governista (PTB), apoiado no paternalismo do Estado. Ambas propostas, essas duas, de sucesso justamente porque produziam efeitos rápidos: ou o sonho total, o delírio utópico, ou a melhoria no dia-a-dia obtida de cima para baixo. Para além desses limites, os trabalhadores, pacientes daquelas reflexões, não ligavam, não davam importância.

Assim, a alma socialista não encontrou um paradeiro.<sup>10</sup> Sem corpo e com uma alma incapaz de usufruir de reconhecimento, restou-lhe um nome que não tem sido coisa acanhada, pois com ele tornou-se personagem importante da historiografia dos partidos políticos no país. Segundo uma lenda groenlandesa, as entidades adotam seus nomes como algo que tem existência própria e independente do seu ser: "O groenlandês divide a pessoa em alma corpo e nome... O nome é uma alma com a qual está ligada certa provisão de poder vital e destreza".<sup>11</sup> Nesse sentido, o Partido Socialista em São Paulo - a maior e mais atuante seção - foi algo, uma alma, um nome, mas não exatamente um partido político. Entretanto, cumpriu outros papéis para os quais não precisava ser um partido - como por exemplo, o de arregimentar intelectuais e constituir-se em centro de debates. Quer dizer, a organização foi muito frágil, mais ainda do que os estudos histórico-políticos têm mostrado.

No entanto, os fatos históricos não devem ser explicados apenas considerando as estruturas políticas. Os acontecimentos são determinados também por condutas pessoais que, dentro de uma mesma estrutura, podem diferir significativamente. A questão merece ser também encarada tendo em vista os dilemas pessoais,

10 Ao entender o apoio dos comunistas ao getulismo, em 1945, como o momento crucial do PSB, Antônio Costa Corrêa definiu singela mas eficientemente todo o dilema do socialismo no Brasil: "teria sido muito mais interessante se as forças democráticas que tinham combatido a ditadura se unissem todas e tratassem de liquidar... toda a estrutura política reacionária da ditadura que permaneceu íntegra... Nós não tínhamos... base de massa própria para fazer um movimento independente...". Assim, o Partido nasceu morto, pois permaneceu buscando uma aliança e uma base que já lhe haviam sido negados no seu nascimento.

11 Apud SANTOS, 1971, p.187.

políticos-ideológicos, que os militantes viviam. Vimos como parecia aos socialistas impossível pregar uma dogmática socialista, mas é preciso também entender que o crescimento de um partido, naquela quadra da história brasileira, não podia assentar-se sobre dúvidas quanto ao futuro, quanto ao tipo de regime político a ser implantado, quanto às primeiras medidas. Nada disso os socialistas podiam prometer porque estavam imbuídos do que denominamos "forma socialista de ser", justamente num momento em que líderes populistas concorriam com vantagens na conquista da opinião pública. Portanto, para o crescimento partidário não havia apenas um impedimento, digamos, externo, da ação política objetiva. Isto é, os socialistas sofriam não somente de incapacidade em alterar o cenário no qual os acontecimentos se desenrolavam, mas sofriam de incapacidade pessoal, digamos interior, de saberem-se incapazes de promoverem alterações.

De outro modo, o PSB-SP jamais estabeleceu uma teoria nítida e acabada do socialismo, nem pretendia. Deblaterando contra o Partido Comunista, definiu-se, no fim das contas, pela contraposição. Uma contraposição meticulosa e criativa, mas ainda assim tributária, no genérico, da hegemônica teoria comunista. Por isso, a leitura fina do real que os socialistas intentavam propagar ficou enevoada e desconhecida. Entretanto, é claro que a procura de um "outro socialismo" tinha importância e adquiriu valor histórico - o presente trabalho pretendeu demonstrar o quanto isso é verdadeiro.

Acusar os militantes socialistas de alienados ou poéticos devaneadores é lavrar em equívoco. Não, eles viam as exigências do tempo. No entanto, estavam paralisados pela dicotomia excludente capitalismo/comunismo. Eram uma espécie de gente que virou estátua, não olhando para trás, como na famosa passagem bíblica, mas para a frente, para o futuro almejado. Por isso, puderam dedicar-se a questões tão cruciais para a democracia quanto despidas de interesse para a prática política imediatista da esquerda brasileira do período.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES ORAIS

Entre os anos de 1992 e 1994, foram realizadas entrevistas com quatro ordens diversas de políticos relacionados à história do PSB em São Paulo:

a) Dirigentes, membros destacados ou militantes esporádicos do PSB:

Antonio Candido de Mello e Souza

Ari Lex

Carnal Schahim

César Arruda Castanho

Cory Porto Fernandes

David Lerer

Fúlvio Abramo

Germinal Feijó

Hermeto Dantas

Jair de Carvalho Monteiro

João Chakian

Luiz Carlos Roque da Silva

Luiz Toledo Machado

Marques Ferreira

Maurício Tragtenberg

Moisés Gikovate

Oliveiros Ferreira  
 Oswaldo Melantônio  
 Paulo Meinberg  
 Paul Singer  
 Perseu Abramo  
 Plínio Gomes de Mello  
 Wilson Rahal

b) Figuras destacadas do movimento político de trabalhadores, não filiadas ao PSB, mas a ele relacionadas em momentos específicos:

Almino Affonso  
 Salvador Romano Losacco  
 Abeguar Bastos

c) Dirigentes e militantes do PCB que, por razões da prática política, entraram em contato com o PSB paulista ou dele receberam informações:

José Maria Crispim  
 João Lousada  
 João Sanchez Segura  
 Dora Sanchez Segura  
 Salomão Malina  
 Jacob Gorender  
 Júlio Prata

d) Outros:

General Rubens Resstel: figura destacada na preparação e desdobramentos do movimento político-militar de 1964, em São Paulo;  
 Flávio de Almeida Prado Galvão: jornalista de *O Estado de S. Paulo*.

## FONTES IMPRESSAS

### PERIÓDICOS

a) *Folha Socialista*

O Prof. Paul Singer colocou à disposição do pesquisador dezenas de exemplares de sua coleção particular; a estes se somaram outros resul-

tado da doação dos seguintes ex-militantes entrevistados: Germinal Feijó, Jair Carvalho Monteiro, Ari Lex. O acervo ficou composto de 109 exemplares que cobrem o período de 1947 a 1965.

b) *Posições Socialistas: resoluções, manifestos e documentos de discussão*. Edições do Partido Socialista Brasileiro, seção de São Paulo. Editado por Fúlvio Abramo, s. d. (Número único de publicação contendo documentos do PSB).

c) *Panfleto*

Semanário editado no Rio de Janeiro, manteve suas colunas abertas à participação de militantes e teóricos socialistas democráticos, e se constituiu também em frutífera fonte de consulta. Dispusemos de vinte exemplares que cobrem o período de agosto de 1948 a dezembro de 1953.

## BIBLIOGRAFIA

- AARÃO FILHO, D. et al. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ALEM, S. F. *Contribuição à história da esquerda brasileira*. O Partido Socialista Brasileiro (1945-1964). São Paulo, 1988. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, M. H. T de. Reformismo democrático em tempos de crise, *Lua Nova (São Paulo)*, n.11, Cedec, dez. 1990.
- ALMINO, J. *Os democratas autoritários*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOSA, F. de A. (Org.) *Idéias políticas de João Mangabeira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- BECKER, J. J. Marxisme et communisme dans l'histoire recente. In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. *Questions à l'histoire des temps présents*. Paris: Editions Complexes, 1992.
- BENEVIDES, M. V A *UDN e o udenismo - ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O governo Kubitschek*. Desenvolvimento econômico e estabilidade política - 1956/1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O PTB e o trabalhismo*. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: CEDEC, Brasiliense, 1989.

- BERNSTEIN, E. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- BERSTEIN, S. Les partis. In: RÉMOND, R. (Org.) *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988.
- BLACKBURN, R. (Org.) *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- BOBBIO, N. *Qual socialismo?* Debate sobre uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Direita e esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BOTTOMORE, T. (Org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRANDI, P. *Vargas: da vida para a História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CALIL, C. A., MACHADO, M. T. (Org.) *Paulo Emílio*, um intelectual na linha de frente. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CANDIDO, A. *Recortes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- CANEDO, L. *O sindicalismo bancário em São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- CARDOSO, F. H., LAMOUNIER, B. (Org.) *Partidos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARONE, E. *Movimento operário no Brasil: 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A Terceira República: 1937-1945*. São Paulo: Difel, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Quarta República: 1930-1964*. São Paulo: Difel, 1988.
- CARTIGLIA, C. // *Partito Socialista Italiano: 1892-1962*. Torino: Loescher Editore, 1978.
- CERTEAU, M. de. Além dos limites do velho socialismo. *Revista Novos Rumos (São Paulo)*, ano 4, n.15, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHACON, V *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- \_\_\_\_\_. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CHAIA, M. *Intelectuais e sindicalistas*. A experiência do DIEESE (1955-1990). São Paulo: Humanidades, 1992.
- CHAIA, V *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.
- CHAVES NETO, E. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- CHAUVEAU, A., TÉTART, P. *Questions à l'histoire des temps presents*. Paris: Editions Complexes, 1992.

- CHILCOTE, R. H. *Partido Comunista Brasileiro* (confronto e integração). Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COLE, G. D. H. *Storia del pensiero socialista*. Roma, Bari: Laterza, 1976. v.II.
- COLLETTI, L. *Ultrapassando o marxismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983. p.236.
- CORREA, C. *História oral, teoria e técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.
- D'ARAUJO, M. C. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. Democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DROZ, J. *Le socialisme democratique, 1864-1960*. Paris: Armand Colin, 1966.
- DEUTCHER, I. et al. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- DIAS, E. *Um imigrante e a revolução*. Memórias de um militante operário, 1934-1951. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1930-1983. Rio de Janeiro: FGV-Cpdoc, 1984. 4v.
- DULLES, J. *O comunismo no Brasil 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ECO, U. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ERIKSON, K. *Sindicalismo no processo político do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, B. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1980-1984. Tomo III, v.10 e 11. "O Brasil Republicano" (1930-1964).
- \_\_\_\_\_. (Dir.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. Tomo III, v.3.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERREIRA, O. S. Comportamento e governo no Estado de São Paulo. In: MARCONDES, J. V F., PIMENTEL, O. *São Paulo, espírito, povo, instituições*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- FERREIRA, P. R. *Ideologia e partido*. s. 1. s. d. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica.
- FETSHHER, I. Bernstein o desafio à ortodoxia. In: HOBBSAWM, E. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v.3.
- FLEISHER, D. (Org.) *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

- FRANCIS, P. Tempos de Goulart. *Revista Civilização Brasileira (Rio de Janeiro)*, n.7, maio 1966.
- FRANCO, A. A. de M. *A alma do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- \_\_\_\_\_. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- FRANCO, C. *Anotações de um cassado*. São Paulo: Martins, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Os dois caminhos*. São Paulo: Edicel, 1967.
- FROMM, E. et al. *Humanismo socialista*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- FURET, F. O historiador e sua história. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, Vértice, n.1, p.153, 1998. Apud BORGES, V P História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, set. 1991-ago. 1992.
- GARCIA, M. A. (Org.) *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GAY, R *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GIANNOTTI, J. A. et al. Debate: Adeus ao socialismo? *Novos Estudos Cebrap (São Paulo)*, n.30, jul. 1991.
- GIOVANNETTI NETO, E. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GOMES, P. E. S. Memórias políticas de um crítico. Depoimento prestado a Edgard Carone. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 set. 1987.
- GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice, Inperj, 1988.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1989.
- HELLER, A. *Para mudara vida*. Felicidade, liberdade e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HELLER, A., FEHER, F. *Anatomia de la izquierda occidental*. Barcelona: Península, 1985.
- \_\_\_\_\_. *El péndulo de la modernidad*. Una lectura de la era moderna después de la caída del comunismo. Barcelona: Península, 1994.
- HIPPOLITO, L. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSAWM, E. J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v.3.
- LEFRANC, G. *O socialismo reformista*. São Paulo: Difel, 1974.
- LE GOFF et al. *A nova história*. Lisboa: Edições 80, 1989.



- LEITE, M. de R. *Trabalhadores, sindicatos e partidos - a greve de 1957 em São Paulo*. São Paulo: CEDEC, 1985. (Mimeogr.).
- LIMA, H. *Idéias e figuras*. Rio de Janeiro: Min. da Educação e Cultura, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- LÖWY, M. et al. *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro (1900-1979)*. Belo Horizonte: Vega, 1980.
- LOUREIRO, I. M. *Vanguarda socialista (1945-1948)*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. (Mimeogr.).
- LUA NOVA, n.11 Socialismo e socialismos, dez. 1990.
- MARANHÃO, R. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária*. Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINS, C. E. Discurso da moda. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 3 fev. 1990. p.3
- MARX, K., ENGELS, F. *Textos*, n.1, 2 e 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977-1978. p.155.
- MOISÉS, J. A. A greve dos 300 mil e as comissões de empresa. *Caderno Cedec (São Paulo)*, n.2, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Greve de massa e crise política*. Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo: (1953-54). São Paulo: Polis, 1978.
- MORAES FILHO, E. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, s.d.
- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTA, L. D. (Coord.) *História vivida*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981. 3v.
- NEME, M. (Org.) *A plataforma da nova geração*. Porto Alegre: Globo, 1945.
- NOVE, A. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.
- NOVOS ESTUDOS CEBRAP, julho de 1991.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Variações à técnica do gravador no registro da ação viva*. São Paulo: CERU, FFLCM, 1983.
- RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

- RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. (Dir.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. t.III, v.3
- \_\_\_\_\_. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- ROSANVALLON, P. Pour une histoire conceptuelle du politique. *Revue de Synthèse*, n.1-2, p.99, jan.-jun. 1986.
- ROUANET, S. P. *As raízes do iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- RUSS, J. *Socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SACHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- SADER, E. (Org.) *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SAMPAIO, R. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.
- SAMUEL, R. (Org.) *H(s)ióna popular y teoría socialista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1954.
- SANTOS, J. C. F. *Nomes de personagens em Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista*. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SIMÃO, A. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.1, 1956.
- SINGER, P., BRANT, V. C. (Org.) *São Paulo*. O povo em movimento. Petrópolis: Vozes, Cebrap, 1980.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, E. S., TORLONI, H. *A verdade nua e crua sobre a administração Jânio Quadros (1955-1958)*. São Paulo: s. n., 1960.
- SOUSA, M. do C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SPINDEL, A. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. História e atualidade do assalto stalinista. São Paulo: SCP, s. d.
- STONE, I. *A vida errante de Jack London*. s. n. s. d.

- STONE, L. O nascimento da narrativa: reflexões sobre a nova velha história. *Past and Present*, nov. 1979.
- SWEETZ, P. M. *Socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p.309.
- THOMPSON, P *A voz do passado*. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOLEDO, C. N. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- VALE, O. T do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978,
- VIEIRA, M. L. de M. *Semeando democracia*. O projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. (Mimeogr.).
- VINHAS, M. *O Partidão*. A luta por um partido de massas - 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WEFFORT, F. *Dejemonos de farsas inúteis! História crítica ou História ideológica*. s. d. (Mimeogr.).
- \_\_\_\_\_. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira (Rio de Janeiro)* n.7, maio 1966.
- \_\_\_\_\_. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira (Rio de Janeiro)*, Ano I, n.2, p.39-60, maio 1965.
- \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). *Revista do CEBRAP (São Paulo)*, s. d.
- WELCH, C., GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luiz de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOBRE O LIVRO

*Coleção:* Prismas

*Formato:* 14 x 21 cm

*Mancha:* 23 x 43 paicas

*Tipografia:* Classical Garamond 10/13

*Papel:* Offset 75 g/m<sup>2</sup> (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m<sup>2</sup> (capa)

1ª edição: 1998

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Produção Gráfica*

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

*Edição de Texto*

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Maria Aparecida F. M. Bussolotti (Preparação de Original)

Luicy Caetano de Oliveira e Carlos Villarruel (Revisão)

*Editoração Eletrônica*

Carlos Tomio Kurata

*Impressão Digital e Acabamento*

Luís Carlos Gomes

Erivaldo de Araújo Silva



Frederico *Alexandre de Moraes Hecker*, paulistano, professor universitário desde 1980, lecionou nas FMUs (1980-1988), no Departamento de História da PUC-SP (1988-1993) e, atualmente, é professor de História Contemporânea da UNESP-Assis (desde 1993). Bacharel e licenciado em História (1976, USP); mestre em História Social (1986, USP); doutor em História Social (1996, USP); pós-doutorado em História Contemporânea na Universidade de Milão (1997-1998). Publicou artigos em periódicos e revistas especializadas, e os livros: *Introdução à História da Revolução Russa* (Eda, 1986); *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo* (T. A. Queiróz Editor, 1989). Foi editor de História e Política da *Grande Enciclopédia Larousse - Cultural*, (Universo, 1988-1989). É membro do Conselho Diretor da *Revista de História* da UNESP, conselheiro do Condephaal, assessor *ad hoc* da Fapesp e membro do ANPUH-SP.

"Os socialistas democráticos brasileiros perderam-se, em várias ocasiões, em elucubrações finíssimas sobre a democracia e a fraternidade, procurando sempre construir um socialismo aberto, aceitável de baixo para cima', um socialismo sociável. E quanta razão tinham em desconfiar de uma teoria fechada, com meios e fins determinados! Com os utópicos, e com os democráticos, aprendemos que nenhum socialismo pode se manter sem uma alma socialista'. Nesse sentido, ao invés do enterro da história investigativa, analítica, comprometida com uma ética humanista, o que se pretende aqui é contribuir para precisar os significados do socialismo brasileiro de uma geração que - por ter aprendido a conviver com o Outro, fosse o opressor capitalismo, fosse o autoritário bolchevismo - elaborou formas de pensar que ainda hoje guardam capacidade crítica."



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)